

ISSN 1982-5560

crônos

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 26, n. 2
jul.-dez. 2025



Dossiê
ULTRADIREITA E DEMOCRACIA NA
AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

SUMÁRIO

CRONOS - v. 26, n. 2 - jul.-dez. 2025

DOSSIÊ “ULTRADIREITA E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA”

DOSSIÊ

NEOLIBERALISMO Y AUTORITARISMO EN LAS EXTREMAS DERECHAS: UNA COMPARACIÓN ENTRE EL FASCISMO DE BOLSONARO Y EL LIBERTARISMO DE MILEI

8

NEOLIBERALISM AND AUTHORITARIANISM IN FAR RIGHT: A COMPARISON BETWEEN BOLSONARO’S FASCISM AND MILEI’S LIBERTARIANISM

Guilherme Simões Reis

O NEGACIONISMO NO SÉCULO XXI NAS NOVAS DIREITAS BRASILEIRAS E SEUS IMPACTOS TEÓRICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

26

DENIALISM IN THE 21ST CENTURY IN THE NEW BRAZILIAN RIGHT AND ITS THEORETICAL IMPACTS ON THE HUMAN AND SOCIAL SCIENCES

Mayara Balestro

Milleni Freitas Rocha

A PERSISTÊNCIA DA CRENÇA: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA MIDIOSFERA BOLSONARISTA

42

THE PERSISTENCE OF BELIEF: DISCURSIVE STRATEGIES IN THE BOLSONARIST MEDIASPHERE

Antonio Carlos Andrade Ribeiro

Gabriely Lemos

Thiago Antônio de Oliveira Sá

BUILDING THE IBEROSPHERE? A BALANCE OF THE RECENT ACTIVITIES OF THE INTERNATIONAL RIGHT IN THE AMERICAS AND SPAIN

66

CONSTRUINDO A IBEROSFERA? UM BALANÇO DA RECENTE ATUAÇÃO DA DIREITA INTERNACIONAL NAS AMÉRICAS E NA ESPANHA

Julián Castro-Rea

BASES IDEOLÓGICAS DO BOLSONARISMO NAS ELEIÇÕES DE 2022: DERROTA INSTITUCIONAL E AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

85

IDEOLOGICAL FOUNDATIONS OF BOLSONARISM IN THE 2022 ELECTIONS: INSTITUTIONAL DEFEAT AND THE RISE OF THE FAR RIGHT IN BRAZIL

Rafaella Lopes Martins Jaeger

Davi Athaydes Leite

Vitor de Moraes Peixoto

AS ENCRUZILHADAS JUVENIS: *HABITUS* E PERCEPÇÃO POLÍTICA NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO DA ZONA DA MATA MINEIRA **110**

YOUTH CROSSROADS: *HABITUS* AND POLITICAL PERCEPTION IN PRIVATE HIGHER EDUCATION IN THE ZONA DA MATA REGION OF MINAS GERAIS

Sílvia Augusto de Carvalho
Dmitri Cerboncini Fernandes

“BANCADA DA BALA”: UM ESTUDO DA COMPOSIÇÃO SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS(AS) EM 2018 E 2022 **152**

BULLET CAUCUS (“BANCADA DA BALA”): A STUDY OF ITS MEMBERS, SOCIAL BACKGROUND AND POLITICAL CAREERS OF LEGISLATORS ELECTED IN 2018 AND 2022

Maria Lúcia R. de Freitas Moritz
Letícia Bonella

RADICALIZAÇÃO EM COMUNIDADES GAMER NO BRASIL: COMO O BOLSONARISMO CONSEGUIU SE INFILTRAR NO UNIVERSO GAMER **173**

RADICALIZATION IN BRAZILIAN GAMER COMMUNITIES: HOW BOLSONARISM MANAGED TO INFILTRATE THE GAMER UNIVERSE.

Heloísa Fernandes Câmara
Morgana Corrêa Guimarães

ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

AGRONEGÓCIO E SUAS BASES: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, DEPENDÊNCIA E PROLETARIZAÇÃO **201**

AGRIBUSINESS AND ITS BASES: CONSERVATIVE MODERNIZATION, DEPENDENCE AND PROLETARIANIZATION

Ítalo Gimenes Dias da Fonseca

POIESIS

Bipartida Sinapse **221**

Synapse Bipartite

Marcelo Calderari Miguel (UFES)

RESENHAS

COMUNS – A PERCEPÇÃO FEMINISTA SOBRE A LUTA DE CLASSES **223**

COMMONS – THE FEMINIST PERCEPTION ON CLASS STRUGGLER

Cicera Pinheiro Batista
Luciana Lima Garcia

O PENSAMENTO POLÍTICO ESTADUNIDENSE NA OBRA DE HARRIET MARTINEAU **229**

The American Political Thought in the Work of Harriet Martineau

Rômulo Dornelas Pereira
Ieda Kyvia Cruz da Silva

EXPEDIENTE **235**

EDITORIAL

É com alegria que anunciamos mais um fascículo da revista *Cronos*: o segundo número do volume 26 (julho-dezembro de 2025), que traz o dossiê “Ultradireita e democracia na América Latina contemporânea”, organizado pelos professores Luis Felipe Miguel (UnB) e Gabriel E. Vitullo (UFRN).

O dossiê reúne oito artigos de pesquisadores em diferentes etapas da formação acadêmica, sendo dois de autoria individual e os demais em coautoria.

Além disso, esta edição também apresenta o artigo de temática livre “Agronegócio e suas bases: modernização conservadora, dependência e proletarianização”, de Ítalo Gimenes Dias da Fonseca (doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte); a poiesis “Bipartida Sinapse”, de Marcelo Calderari Miguel (Universidade Federal do Espírito Santo); e duas resenhas: “Comuns – A percepção feminista sobre a luta de classes”, de Cicera Pinheiro Batista e Luciana Lima Garcia, e “O pensamento político estadunidense na obra de Harriet Martineau”, de Rômulo Dornelas Pereira e Ieda Kyvia Cruz da Silva.

Boa leitura!

Gabriel E. Vitullo
Editor

APRESENTAÇÃO

O avanço da extrema-direita é um fenômeno global. Conforme a democracia liberal foi se mostrando cada vez menos capaz de promover algum tipo de paz social com concessões aos dominados, líderes e grupos ultradireitistas foram ganhando espaço dentro da própria competição eleitoral, ameaçando e por vezes mesmo alcançando o poder. Seu programa, que mostra afinidades inegáveis com os fascismos históricos, combina um acentuado conservadorismo na chamada agenda “moral” a um alinhamento não menos profundo com as visões liberais de redução do Estado e de desregulamentação das relações econômicas. Tudo isso embalado por uma retórica em que a extrema-direita apresenta a si mesma como representante de um “povo” ameaçado por elites culturais ou pela influência estrangeira – o que leva boa parte do jornalismo e também da Ciência Política a aplicar-lhe o rótulo discutível de “populista”.

As razões para tanto são múltiplas e complexas. A continuada crise do capitalismo global, que se arrasta por décadas; as mudanças no mundo do trabalho, com a consequente perda de dinamismo na mobilização da classe trabalhadora; as novas tecnologias da informação, que redefiniram as maneiras pelas quais ocorre o debate público; os desafios colocados às identidades nacionais e de grupo; os incentivos que a própria dinâmica da competição apresenta aos candidatos à liderança política – muitos fatores concorrem para explicar o cenário atual.

Na América Latina, a democracia liberal sempre realizou suas promessas de maneira ainda mais precária do que na Europa e na América do Norte. Ainda assim, os regimes que emergiram na onda de redemocratização das últimas décadas do século XX permitiram que setores populares disputassem espaços políticos e garantissem medidas redistributivas e de inclusão social modestas, mas com impacto importante na vida de seus beneficiários. Por aqui, o modelo também manifestou sua crise, primeiro na forma dos golpes de novo tipo, tal como ocorreram no Paraguai, em Honduras, no Brasil e na Bolívia, depois com fortalecimento das versões locais do extremismo de direita – que no nosso caso inclui, entre seus componentes definidores, ao lado do conservadorismo moral e do ultraliberalismo econômico, a negação dos crimes das ditaduras de segurança nacional.

A partir de 2020, pareceu possível alimentar a esperança de que o cenário começava a mudar. Os golpistas bolivianos foram derrotados nas eleições daquele ano. Em 2021, no Chile, José Antonio Kast, um extremista de direita, fracassou em sua ambição de chegar à presidência. No ano seguinte, Jair Bolsonaro não conseguiu se reeleger presidente do Brasil, mesmo com toda a truculência que marcou aquele pleito. Mas a vitória de Javier Milei na Argentina, em 2023, mostrou que o ciclo da extrema-direita na região está longe de se esgotar. A volta de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos acrescenta um fator externo que a fortalece.

Entender quem é, o que pensa e o que quer essa extrema-direita se apresenta, portanto, como uma tarefa central, do ponto de vista acadêmico tanto quanto político. Este dossiê é uma contribuição a este esforço.

O primeiro artigo, de Guilherme Simões Reis, apresenta uma abordagem comparativa entre Jair Bolsonaro e Javier Milei. Figuras de proa da nova extrema-direita sul-americana e aliados próximos, eles guardam diferenças significativas em seus estilos e projetos políticos. O autor rejeita uma concepção restritiva de fascismo, afirmando que Bolsonaro incorpora todas as suas

características, incluindo a mobilização centrada no discurso nacionalista e a idealização reacionária do passado. Já no caso de Milei faltam algumas características definidoras do fascismo, como a centralidade concedida à ideia de nação. Assim, Reis o classifica como um ultraneoliberal protofascista.

Em seguida, Mayara Balestro e Milleni Freitas Rocha tomam a produtora bolsonarista Brasil Paralelo como objeto, a fim de analisarem a mobilização do negacionismo histórico-científico pelas novas direitas brasileiras. As autoras refletem sobre os desafios que o ambiente atual de debate público, marcado pela emergência daquilo que por vezes é chamado de “pós-verdade”, coloca para as Ciências Humanas, cuja legitimidade é contestada nestes novos circuitos de difusão de informações (ou desinformações).

Antonio Carlos Andrade Ribeiro, Gabriely Lemos e Thiago Antônio de Oliveira Sá, no terceiro artigo do dossiê, também focam no bolsonarismo. O objetivo é entender como o sistema de crenças que anima a base da extrema-direita permanece de pé mesmo quando é reiteradamente desmentido pelo desenrolar dos fatos. Os autores concluem que um público politicamente radicalizado é guiado por uma racionalidade cognitiva capaz de ignorar a realidade circundante, dado que o que se deseja é a reafirmação de convicções compartilhadas.

Já Julián Castro-Rea desloca o olhar para os laços internacionais da extrema-direita latino-americana, analisando a proposta de construção de uma “Iberosfera”, unindo as forças conservadoras da Península Ibérica e de suas antigas colônias, lançada pelo partido espanhol Vox. O artigo mapeia as atividades direcionadas a este propósito e avalia os impactos.

Na sequência, Rafaella Lopes Martins Jaeger, Davi Athaydes Leite e Vitor de Moraes Peixoto tecem uma série de reflexões sobre as “Bases ideológicas do bolsonarismo nas eleições de 2022”. Valendo-se de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022, os autores classificam os apoiadores de Bolsonaro em três grandes categorias: a dos convictos (apoio nas duas eleições), a dos arrependidos (apoio apenas em 2018) e a dos convertidos (apoio apenas em 2022), com foco em temas de alta exposição no debate público brasileiro como segurança, ampliação de direitos, políticas assistenciais e direitos reprodutivos. Tal classificação lhes permite desentranhar as diferenças ideológicas que operam dentro do campo bolsonarista.

No texto seguinte, que leva por título “As encruzilhadas juvenis: *habitus* e percepção política no ensino superior privado da Zona da Mata mineira”, Sílvio Augusto de Carvalho e Dmitri Cerboncini Fernandes examinam as disposições políticas de extrema-direita entre discentes da educação privada de nível superior. Em pesquisa de campo realizada na cidade de Juiz de Fora (MG), os autores realizam uma série de cruzamentos entre posicionamento político e pertencimento de classe da população investigada.

No artigo “‘Bancada da Bala’: um estudo da composição social e trajetória política dos/as deputados/as federais eleitos/as em 2018 e 2022”, Maria Lúcia R. de Freitas Moritz e Letícia Bonella analisam o perfil de deputados e deputadas federais vinculados aos órgãos da Segurança Pública. O foco do texto está posto na análise da trajetória dos parlamentares e das parlamentares que conquistaram seu primeiro mandato nos dois últimos pleitos eleitorais e que se identificam com o campo da direita, num cenário de demonização da política e de forte polarização em torno da figura de Jair Bolsonaro.

Por último, no texto “Radicalização em comunidades *gamer* no Brasil: como o bolsonarismo conseguiu se infiltrar no universo *gamer*” que encerra o dossiê, Heloísa Fernandes Câmara e Morgana Corrêa Guimarães analisam como a extrema-direita, especialmente o bolsonarismo, penetrou em um espaço tido como apolítico: o das comunidades *gamer*. As autoras identificam estratégias de radicalização digital direcionadas a jovens usuários, muitas vezes descolados

da política institucional, mas profundamente ativos em redes digitais. A partir de uma abordagem comparativa com o cenário norte-americano, o estudo mostra como o bolsonarismo incorporou linguagens, símbolos e códigos culturais para engajar esse público e disseminar valores autoritários.

Esperamos, portanto, que os textos aqui reunidos possam contribuir de alguma maneira para uma maior compreensão do que significa o crescimento da extrema-direita por estas latitudes. Assim como esperamos que sirvam, também, para melhor calibrar os sérios riscos que tal fenômeno representa para a preservação dos marcos democráticos e os enormes desafios que o dito crescimento coloca aos movimentos que lutam por sociedades menos injustas, menos desiguais, menos desumanas e mais democráticas.

Luis Felipe Miguel¹

Gabriel E. Vitullo²

1 Doutor em Ciência Política. Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-0420-6327>. E-mail: luisfelipemiguel@gmail.com

2 Doutor em Ciência Política. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0000-0002-7019-8820>. Email: gvitullo@hotmail.com

NEOLIBERALISMO Y AUTORITARISMO EN LAS EXTREMAS DERECHAS: UNA COMPARACIÓN ENTRE EL FASCISMO DE BOLSONARO Y EL LIBERTARISMO DE MILEI

NEOLIBERALISM AND AUTHORITARIANISM IN FAR RIGHT: A COMPARISON BETWEEN BOLSONARO'S FASCISM AND MILEI'S LIBERTARIANISM

Guilherme Simões Reis¹
<http://orcid.org/0000-0001-7031-7167>

RESUMO

A extrema direita tem se articulado e obtido sucesso em todo o mundo, mas isso não significa que ela seja homogênea. Este artigo compara os casos de Jair Bolsonaro no Brasil e Javier Milei na Argentina. Rejeitando uma definição historicamente restritiva de fascismo, argumenta que Bolsonaro tem todas as suas características, com destaque para a mobilização popular via paixões mobilizadoras centradas no discurso nacionalista e na oposição a *out-groups* e à esquerda, com destacada violência. Também central é a idealização reacionária de um passado como modelo para seu projeto de ruptura. O caso de Milei é distinto: tem algumas características, como o discurso violento e a mobilização, com ataques à esquerda, mas faltam aspectos definidores do fascismo, como a centralidade da nação. Por isso, é classificado como um protofascista e como um ultraneoliberal ou libertário de extrema direita, compartilhando as ideias de Hayek de Estado mínimo e de Nozick de liberdade individual.

Palavras-chave: extrema-direita; fascismo; neoliberalismo; populismo; América Latina.

¹ Professor da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Doutor em Ciência Política pela UERJ. E-mail: guilherme.s.reis@unirio.br.

RESUMEN

La extrema derecha se está articulando y teniendo éxito en todo el mundo. Sin embargo, esto no significa que ella sea homogénea. Este artículo compara los casos de Jair Bolsonaro en Brasil y Javier Milei en Argentina. Rechazando una definición históricamente restrictiva, argumenta que Bolsonaro tiene todos los rasgos, subrayando la movilización a través de pasiones movilizadoras, centradas en el discurso nacionalista y en la oposición a *out-groups* y a la izquierda, con destacada violencia. También es central la idealización reaccionaria de un pasado como modelo para su proyecto de ruptura. El caso de Milei es distinto: tiene algunas características, como el discurso violento y la movilización, con ataques a la izquierda, pero le faltan aspectos definidores del fascismo, como la centralidad de la nación. Por eso, es clasificado como un protofascista y como un ultraneoliberal o libertario de extrema derecha, compartiendo las ideas de Hayek de Estado mínimo y de Nozick de libertad individual.

Palabras clave: extrema derecha; fascismo; neoliberalismo; populismo; Latinoamérica.

ABSTRACT

Far right has been joining forces and succeeding in all the world. However, that does not mean that it is homogeneous. This article compares the cases of Jair Bolsonaro in Brazil and Javier Milei in Argentina. By rejecting a historically restricted definition of fascism, it argues that Bolsonaro has all its traits, highlighting the mobilization through mobilizing passions, centered in nationalistic speech and in the opposition to out-groups and to the left, with striking violence. The reactionary idealization of a past as a model to the future is also in the core for his rupture project. Milei's case is different: he does have some traits, such as the violent speech and the mobilization, attacking the left, but he lacks some defining traits, like de nation in the core. That is why he is labeled as a protofascist and as an ultra-neoliberal or far right libertarian, sharing Hayek's ideas of minimum state and Nozick's ideas of individual freedom.

Keywords: far right; fascism, neo-liberalism; populism; Latin America.

Liderazgos y movimientos de extrema derecha han conquistado gobiernos o al menos obtenido más apoyo popular y sido más competitivos que en el pasado en muchos países del mundo. Latinoamérica no es excepción, mismo en países donde históricamente no ha sido influyente en el escenario partidario. Existen semejanzas entre estos varios casos y ellos se han articulado en alianzas contra sus enemigos comunes.

Sin embargo, no se trata de un grupo homogéneo. ¿Como clasificarlos? Yo definiendo que parte de ellos debe ser considerada como “fascista”, pero no todos. En este artículo, comparo el presidente argentino Javier Milei y el ex presidente brasileño Jair Bolsonaro. Como será discutido, considero que el último tiene todos los rasgos para ser clasificado como “fascista”, aun con sus políticas económicas neoliberales, mientras el primero es un “neoliberal autoritario”, con algunas características que permiten considerarlo como “protofascista”.

En la próxima sección, introduzco el debate acerca de aproximaciones y diferencias en la exitosa – en términos de apoyo popular – extrema derecha mundial. En las dos secciones siguientes, discuto los casos nacionales y los aportes teóricos que ayudan a definirlos y distinguirlos.

LAS ULTRADERECHAS

Existe iniciativa, protagonizada por el partido español Vox, de integrar esas diferentes experiencias en un movimiento común. Creado a partir de su *think tank* Fundación Disenso, el Foro Madrid es, desde 2020, una alianza internacional que, según informa en su sitio oficial, tiene como objetivos: “Generar conciencia a nivel internacional sobre las consecuencias del avance de la extrema izquierda, su agenda ideológica y su fracasado sistema de gobierno” y “Contrarrestar las estrategias de influencia geopolítica del Foro de Sao Paulo y el Grupo de Puebla, construyendo una red de aliados a favor de la libertad en todos los países de la Iberosfera”.

A partir del Foro Madrid fue prontamente divulgado el manifiesto Carta de Madrid, “apoyada por diferentes líderes políticos y sociales con visiones e ideas distintas e incluso divergentes”², entre ellos el presidente y la vice presidenta argentinos Javier Milei y Victoria Villarruel, la primera-ministra italiana Giorgia Meloni, el hijo del ex presidente brasileño Jair Bolsonaro y diputado federal Eduardo Bolsonaro, el líder del partido portugués Chega! André Ventura, el líder de la extrema derecha chilena José Antonio Kast, el ex presidente ecuatoriano Guillermo Lasso y el cabildero Matt Schlapp, presidente de la *American Conservative Union* y ex director de asuntos políticos de la Casa Blanca en el gobierno de George W. Bush.

En 2024, Vox organizó un evento de tres días con la presencia o participación en video de Milei, de Meloni, del primer ministro húngaro Viktor Orbán, de la líder de la extrema derecha francesa Marine Le Pen, de André Ventura, del ministro israelí Amichai Chikli, de Matt Schlapp y de su esposa, Mercedes Schlapp, que fue directora de comunicaciones estratégicas del presidente Donald Trump (Gilmartin, 2024).

La nueva extrema derecha ha sido denominada “populista de derecha” (Mudde, 2004) o “nueva derecha”, conceptos no siempre precisos (Miguel; Vitullo, 2021, p. 14-15). A pesar de las aproximaciones, esa extrema derecha contemporánea incluye una variedad de casos. El periódico español *El País* describió de esta manera el Foro Madrid:

2 La carta está disponible en <https://foromadrid.org/carta-de-madrid/>.

Integristas (católicos y evangélicos), neocons y ultraliberales, populistas de derechas y nostálgicos de las dictaduras militares conforman la alianza anticomunista que el partido español Vox está tejiendo en América Latina. Eduardo Bolsonaro, hijo y heredero político del presidente brasileño; Keiko Fujimori, ex candidata presidencial en Perú; o José Antonio Kast, líder del Partido Republicano chileno, que se opuso a derogar la Constitución de Pinochet, son algunas de las figuras más destacadas de este conglomerado heterogéneo al que une su visceral rechazo a los gobiernos de izquierda, tanto autoritarios como democráticos (González *et al.*, 2021).

En prefacio para libro de Miguel Urbán, Löwy (2025, p. 9-11) observa que el presente fenómeno global de la extrema derecha no es solamente una resurrección del antiguo fascismo de los años 1930, sino algo novedoso, con algunos rasgos semejantes, y ante el cual él utiliza el término “neofascismo”, aunque también considere “autoritarismo reaccionario” como adecuado. Sin embargo, advierte que “el término ‘populismo genera más confusión que claridad’, y que “trumpismo”, a pesar de subrayar la innovación, ignora que la ola reaccionaria asume, en otros países, formas muy diferentes de la del modelo estadounidense. Löwy sintetiza las características comunes – inicialmente las presentadas por Urbán y, en seguida, las que él mismo agrega:

Sus características comunes serían, en la opinión del autor: nacionalismo autoritario, xenófobo, demagógico, machista, islamofóbico (excepto en sus manifestaciones fundamentalistas islámicas), antisemita (excepto en los casos de neofascismo sionista) y negacionista climático. Podríamos adicionar algunos otros adjetivos: homofóbico, racista, conspiracionista, anticomunista (o antiizquierda en todas sus acepciones) etc. Además de las múltiples formas que pueden asumir de acuerdo con los países y culturas: neoimperialismo, iliberalismo, [...] fundamentalismo religioso [...], necropolítica.” (Löwy, 2025, p. 10).

EL FASCISMO BOLSONARISTA

Está claro que existen muchas ultraderechas en el mundo y que, a pesar del disenso sobre la utilidad de este concepto para casos contemporáneos, muchos de ellos pueden ser clasificados como fascistas, posición esta adoptada en el presente artículo. Definiciones del fascismo demasiado limitadas a momentos históricos específicos, como la de Mann (2004), Renzo de Felice y Ernst Nolte (Konder, 2009, p. 169-171), lo hacen por enfatizar características que, a mí me parece, no remiten a lo esencial de su definición, sino a elementos coyunturales, como la existencia de partidos de masa, corporativismo, grupos paramilitares, sexismo etc.

Parece más productivo considerar, de modo más dinámico, que el fascismo, desde los casos clásicos de la Italia de Mussolini y de la Alemania nazi, hasta los casos contemporáneos, también en América Latina y en la periferia, comparten estos rasgos sintetizados por Reis (2023) a partir de una revisión de literatura que incluyó autores como Griffin (2008a; 2008b), Paxton (2005), Santos (1977) y Payne (2008): movilización popular (este carácter popular lo distingue de otros conservadurismos y reaccionarismos); tendencia a tener un líder que personifique al movimiento, partido o régimen (un hombre de instintos, que a la vez sería común y extraordinario); la búsqueda por una sociedad homogénea en oposición a grupos minoritarios que representarían

desunión, intereses extranjeros y corrupción moral, los cuales son deshumanizados; el uso y/o apología de la violencia; la centralidad del enfrentamiento contra la izquierda y la lucha de clases; la combinación entre reaccionarismo (con idealización de un pasado) y ruptura (apología de un nuevo orden inspirado en el pasado idealizado); la centralidad discursiva de la nación.

Estos grupos minoritarios – *out-groups*, como explica Carone (2002, p. 196) – eran presentados en la propaganda fascista de modo a fomentar una sospecha paranoica en las masas, lo que Adorno denominó “psicoanálisis reverso”. Stackelberg (1999, p. 20) subraya que movilizar las masas a través del nacionalismo o del racismo desvía sus energías de demandas por reforma o cambio social, llevando a los grupos más pobres a sentirse parte de una “comunidad nacional poderosa como compensación psicológica para la falta de mejora material en sus vidas”.

Rocha y Solano (2021) observan que es común, entre los electores de Bolsonaro, la dicotomía entre los “batalladores”, que se esfuerzan para alcanzar los objetivos, pagan impuestos y tienen valores, y los “bandidos”, gente sin carácter que busca la vida fácil, se mete en el mundo del crimen y expone a los niños a peligros, también por prácticas inmorales. Las feministas y los homosexuales serían, en este sentido, *out-groups*. Existe en el bolsonarismo el catastrofismo como pasión movilizadora. La teoría conspirativa del “maxismo cultural” (Melo, 2020; Schargel, 2024), que presupone la hegemonía de izquierda y una “ideología de género” que destruye la familia, es clave en la ideología de este fascismo brasileño del siglo XXI.

Bolsonaro es un caso de fascismo periférico, que llegó al poder en coalición con liberales y militares, poniendo en marcha una política contraria a los propios intereses nacionales (Reis, 2022; Prestes, 2022). Las pasiones movilizadoras (Paxton, 2005) están presentes, entre ellas la sensación de grave amenaza y decadencia moral. También está el líder que corporifica la nación patriarcal heteronormativa y conservadora de costumbres, con un instinto percibido como superior a cualquier argumento racional o consensos científicos. Rocha y Solano (2021) confirman que, en entrevistas con electores de Bolsonaro, estos lo indentificaban como representante del cambio y de la esperanza, como “alguien diferente” y capaz de enfrentar a la institucionalidad corrompida, sirviendo el odio a la corrupción y el rechazo al PT como pasiones movilizadoras. La defensa de una ruptura con el presente y la idealización reaccionaria del pasado también aparecen en sus entrevistas.

Finalmente, también era común entre los entrevistados una visión nostálgica de un pasado romantizado en el que existiría más orden, cuando los valores morales serían más importantes y la vida sería mejor. Actualmente, la sensación experimentada es la de desorden y decadencia, especialmente en el ámbito de la familia (Rocha y Solano, 2021, p. 32).

Tatagiba (2021, p. 448) observa que las nuevas derechas en las calles lograron ampliar el espectro de polarización política asociando la disputa político-partidaria a los modos de vida: “ser antipetista significaba no solo combatir la corrupción política sino también la corrupción de costumbres”. Esto hizo posible que la derecha estuviera asociada a una imagen positiva para grupos más pobres, especialmente aquellos con identidad religiosa, que estaban fuera de las disputas partidarias. La izquierda, como *out-group* del bolsonarismo, incluye “defensores de derechos humanos, feministas, ambientalistas, grupos antirracistas, movimientos populares, sindicalistas,

homosexuales, profesores universitarios, artistas, entre otros”, además de la izquierda partidaria. Avritzer (2019, p. 119-132) analiza esta pérdida de tolerancia (de una aceptación no violenta del pluralismo religioso) y crecimiento de la idea del enfrentamiento político como un gesto de exorcismo del demonio, relacionado a una pauta valorativa religiosa.

La base leal de apoyo a Bolsonaro se movilizó en marchas significativas, con la camiseta amarilla del equipo nacional de fútbol como uniforme del movimiento y mucha participación en las redes virtuales (ayudadas a menudo por los bots). Estas redes de “nueva derecha” ya se organizaban desde 2006, pero se fortalecieron en 2011 y 2012, tanto por la popularización de la internet como por la reacción conservadora a avances progresistas (Rocha; Solano, 2021).

Las movilizaciones conservadoras digitales, con radicalización de “una cultura de intolerancia en relación al pluralismo político y valorativo”, se intensificaron definitivamente a partir de 2013, con las redes sociales permitiendo una “forma impersonal de hostilización”, hasta alcanzar “de modo inédito una asociación entre valores religiosos, acción religiosa y medios digitales” en la campaña de Bolsonaro para presidente en 2018, cuando se asociaron la religión y las noticias falsas en los mensajes de Whatsapp (Avritzer, 2019, p. 129-131).

La retórica de la violencia apareció desde aquella campaña electoral para presidente, cuando Bolsonaro defendió la tortura y el exterminio. Dijo que los miembros y simpatizantes del Partido de los Trabajadores (PT) serían fusilados y que serían enviados a la “Ponta da Praia”, sitio de ejecución de opositores durante la dictadura militar (Tatagiba, 2021; Reis, 2021). Además, su gobierno incentivó muertes en la pandemia (Avritzer, 2021; Miguel; Vitullo, 2021) y él mismo es sospechoso de estar involucrado con el crimen organizado (Calixto, 2019).

Las amenazas de cerrar el régimen y de avanzar hacia el autoritarismo ocurrieron en todo su gobierno y, aun después de derrotado en las elecciones, ya en los primeros días del nuevo gobierno Lula, hubo un intento de golpe de Estado, el 8 de enero de 2023. Tatagiba (2021) subraya la permanente amenaza a todos los sectores identificados como adversarios, como los activistas de movimientos sociales y las organizaciones no gubernamentales, con mecanismos de represión oficial o incentivo a la hostilidad de sus seguidores. El Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) fue identificado por Bolsonaro como “terrorista”.

Mattos (2019, p. 40) observa que la retórica bolsonarista “aplica soluciones militaristas y moralistas (que se combinan, a ejemplo de la militarización de las escuelas públicas), apoyadas en la amplificación de la imagen de amenazas de los bandidos” y en “la ‘ideología de género’, corruptora de los valores de la familia y de los ‘hombres de bien’”, estimulando, de este modo, el linchamiento virtual de sus opositores. La violencia no se restringe a los medios virtuales: “[...] se han formado [...] grupos milicianos dirigidos por policiales activos o retirados, que cumplen el rol de fuerza de exterminio [...], pudiendo ser activados para el asesinato político de militantes de izquierda – como comprueba el caso de la edil Marielle Franco [...]” (Mattos, 2019, p. 42).

De hecho, son permanentes las hostilidades contra la izquierda y contra grupos que se desvíen del pasado idealizado – basado en la dictadura militar comenzada en 1964 – que sirve de modelo para el proyecto de futuro (militarista, no laico, fuertemente represor). Melo (2020) observa que el pasado mítico idealizado del bolsonarismo se basa en un revisionismo histórico de la dictadura militar y del medievo portugués (judío-cristiano, silenciando la resistencia y el

sufrimiento de negros esclavizados y pueblos originarios diezmados). Este proyecto de futuro es construido sobre los escombros de la destrucción del orden post Constitución de 1988 y, por eso, Avritzer (2021, p. 13) dice que Bolsonaro llega a la presidencia como “un líder de un movimiento capaz de destruir políticas y políticos”.

La antipolítica propuesta por el presidente implica tres tipos de acciones conjugadas: en un primer campo, se destruyen estructuras existentes del Estado brasileño en las áreas de la educación, medio ambiente y derechos humanos, bajo el argumento de que incentivan una política progresiva de izquierda; en un segundo ámbito, la política pública de salud es desmantelada en la pandemia porque, si fuera exitosa, aquella podría rehabilitar la política y un centro político; y en una tercera línea, se intimidan los demás poderes para que la antipolítica no sea interrumpida por decisiones judiciales o legislativas que intenten imponer límites a la política de destrucción (Avritzer, 2021, p. 16).

Brasil bajo Bolsonaro configura un caso obvio de fascismo periférico del siglo XXI y, por la composición de la coalición de clases y fracciones que integraron el bloque en el poder, tuvo una política económica vendepatria y neoliberal, y no nacionalista e intervencionista como los casos de Mussolini y Hitler en la mayor parte de sus trayectorias (Boito Jr, 2019). Aun éstas experimentaron cambios a lo largo de su permanencia en el poder, con momentos de mayor apoyo al libre mercado (Konder, 2009; Pericás, 2022, p. 145; Schargel, 2024). El nacionalismo que no defiende el propio país tampoco es nuevo en los fascismos, como explica Melo (2020, p. 29-30), que afirma que el discurso nacionalista del gobierno Bolsonaro, el verde y amarillo, y la camiseta de la Confederación Brasileña de Fútbol (CBF) representan la sumisión política y servidumbre económica a los Estados Unidos:

En el caso de los regímenes fascistas italiano y alemán, el ultranacionalismo traía embutido el expansionismo imperialista. Sin embargo, hay que comprender que la cuestión nacional en el fascismo es más fluida, siendo importante recordar, por ejemplo, el comportamiento que gran parte de los movimientos fascistas de Europa tuvieron en el contexto de la ocupación de sus territorios por el Tercer Reich. En muchos casos, dependiendo de la situación objetiva de subordinación económica, política y/o militar de determinado país en el escenario internacional, podemos seguir la observación de Gramsci de que muchas veces lo que es presentado como partido nacionalista “no representa las fuerzas vitales del propio país, sino que representa su subordinación y servidumbre económica a las naciones o a un grupo de naciones hegemónicas”.

De hecho, el nacionalismo es central en el discurso fascista, como pasión movilizadora que se opone a los *out-groups*, pero su significado real puede variar mucho de caso a caso. En la próxima sección, el autodenominado “anarcocapitalismo” de Javier Milei es el tema, y ahí el nacionalismo no tiene la misma importancia, como se va a explicar.

EL AUTORITARISMO NEOLIBERAL DE MILEI

La victoria de Javier Milei en las elecciones presidenciales argentinas de 2023, también de extrema derecha, pone la cuestión: ¿Milei es fascista? No cabe duda de que él es neoliberal, y el

neoliberalismo no es incompatible con el autoritarismo. El sistema de creencias de Milei se aproxima de la estrecha idea de libertad de Hayek (2014), pudiendo acercarse también a la defensa del “anarco-capitalismo” de Nozick (1991), como de hecho el presidente argentino se presenta.

El fascismo puede asociarse al neoliberalismo, lo que efectivamente ocurrió con Bolsonaro (Boito Jr, 2019), pero no es plenamente el caso de Milei, como explicaré en esta sección. Este tiene algunos rasgos propios del fascismo en la definición que ha sido presentada: la movilización popular; alguna apología de la violencia; la centralidad del enfrentamiento contra la izquierda. Sin embargo, claramente no busca una sociedad homogénea; él sí se opone a un *out-group* que representaría desunión y corrupción moral, pero este es la propia izquierda.

Existiría una inferioridad moral en los defensores de políticas gubernamentales para reducir la desigualdad, como Milei deja claro en su discurso en el encuentro de Davos en enero de 2024: “El capitalismo de libre empresa no solo es el único sistema posible para terminar con la pobreza del mundo, sino que es el único sistema moralmente deseable para lograrlo.” (Milei, 2024). La violencia aparece – además de la acción policial – en cómo habla, dirigiéndose a los que se oponen a su proyecto libertario ultraneoliberal.

No tengan miedo, den la batalla contra el zurderío, que se la vamos a ganar, somos superiores productivamente, somos superiores moralmente; esto no es para tibios, ¡viva la libertad carajo! [...] Soy el general AnCap [anarco-capitalista]. Vengo de Liberland, una tierra creada por el principio de apropiación originaria del hombre [...] Mi misión es cagar a patadas en el culo a keynesianos y colectivistas hijos de p%& (Umaña, 2023).

Como explica Del Río (2024), “respuestas educadas y no combativas transmiten la sensación de poca potencia” y el debate es desplazado al campo de guerra, en un ciclo de hostilidad y desprecio que impide entendimientos mutuos. La clase política, llamada “la casta”, y los opositores son blanco del discurso violento, mientras los aliados son considerados como víctimas. Esta “performatividad disruptiva” o “contrapublicidad” también está presente en en bolsonarismo (Rocha; Solano, 2021).

La capacidad de Milei de movilizar a través de las pasiones movilizadoras refuerza la necesidad de verlo como un protofascista, más que como uno neoliberal más, como tantos en los años 1990. Como observa Miguel (2021), la desmovilización fue perseguida por los gobiernos neoliberales, que rompieron los movimientos sociales más activos, a través de represión violenta – extremada como en el Chile de Pinochet, o selectiva y calculada como hizo Thatcher contra los mineros en Gran Bretaña. La violencia y el retiro del Estado son semejantes en Milei, pero este no invierte en desmovilización en la Argentina post-kirchnerista.

No es tan claro en Milei el reaccionarismo de la idealización del pasado, pero sí es fuerte la idea de ruptura. La nación no está en el centro del discurso, sino determinada idea de libertad. La idea fascista de pasado idealizado es ambigua para el presidente argentino: en su opinión, el pasado en Argentina (el siglo XIX y comienzo del XX, y el menemismo) sería mejor, como veremos, pero Milei ve una paz y una prosperidad que pocos apuntarían en el mundo actual:

Gracias al capitalismo de libre empresa hoy el mundo se encuentra en su mejor momento. No hubo nunca, en toda la historia de la humanidad, un momento de mayor prosperidad que el que vivimos hoy. El mundo de hoy es más libre, más rico, más pacífico y más próspero que en cualquier otro momento de nuestra historia (Milei, 2024).

Es conocida la defensa de Hayek (2014) de un concepto de libertad individual típicamente liberal, negativa. Él considera que existe una confusión con una idea de libertad como ausencia de obstáculos, como poder efectivo de hacer cosas específicas – libertad positiva –, como si exigir libertad fuera exigir poder, y que esto sería dañoso porque los socialistas la utilizarían para destruir la libertad individual. Asimismo, la confusión entre libertad y riqueza llevaría a la exigencia de redistribución obligatoria de riqueza. Según esta interpretación, las demandas igualitarias, movidas por envidia, estarían disfrazadas bajo el mantel de la justicia social.

Hayek sostiene que la libertad, aunque tenga muchos usos, es definida específicamente por la ausencia de un sólo obstáculo: la coacción del hombre por el hombre. Además, según Hayek (2014, p. 42), la libertad individual “puede ser asegurada por [cualquier] tipo de orden social”³. Sin embargo, el igualitarismo no sería compatible con la libertad porque las personas son diferentes:

Igualdad ante la ley e igualdad material no son, por tanto, solo categorías diferentes, sino conflictivas; podemos obtener una u otra, pero no las dos al mismo tiempo. La igualdad ante la ley, que la libertad requiere, conduce a la desigualdad material. [...] si bien el Estado ha de tratar a todos igualmente, no debe [ser aceptada adicional y discriminatoria] coacción en una sociedad libre con vistas a igualar más la condición de los gobernados (Hayek, 2014, p. 193).⁴

El Estado, por tanto, podría, en ciertas circunstancias, utilizar la coacción, pero jamás para forzar una redistribución de renta. Según el autor, en su defensa del Estado mínimo, también no debe el Estado tomar medidas que interfieran en la libertad individual de cualquier individuo, porque éste es más exitoso, con la intención de mejorar la vida de otros en situación de desventaja: “Si en verdad todos los deseos no satisfechos implican el derecho a acudir en queja a la colectividad, la responsabilidad individual ha terminado.” (Hayek, 2014, p. 204). Para él, la libertad de todos sería el objetivo correcto, no la felicidad de todos. Y la primera no conlleva la última. Esta idea específica de libertad es justamente en lo que basa la construcción del pensamiento del líder argentino.

De otro lado, la nación, esencial para la ideología fascista, está casi ausente en su discurso. Aparece, obviamente, porque Milei era candidato y ahora es presidente, pero no es el centro de sus argumentos, sino su idea de libertad y la defensa del libre mercado. Además, el pasado solo es

3 La edición en español tiene un problema de traducción que extrae el énfasis aquí pretendido y que está presente en el original. Esta edición dice “un orden social”, pero el texto en inglés es “any social order”. Ver: HAYEK, Friedrich A. *The Constitution of Liberty*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011, p. 65.

4 Aquí también la edición castellana borró palabras más fuertes del original. Ella dice simplemente “no debe emplearse la coacción”, mientras en el texto en inglés está escrito “cannot be accepted [...] as a justification for further and discriminatory coercion”. Ver: HAYEK, Friedrich A. *The Constitution of Liberty*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011, p. 150.

una buena referencia para enaltecer al neoliberalismo de los años 1990 o al liberalismo de antes de cualquier avance en el Estado de bienestar. Esto queda claro en su discurso en Davos:

Nosotros estamos acá para decirles que los experimentos colectivistas nunca son la solución a los problemas que aquejan a los ciudadanos del mundo sino que, por el contrario, son su causa. Créanme, nadie mejor que nosotros los argentinos para dar testimonio de estas dos cuestiones. Cuando adoptamos el modelo de la libertad, allá por el año 1860, en 35 años nos convertimos en la primera potencia mundial. Mientras que cuando abrazamos el colectivismo, a lo largo de los últimos cien años, vimos como nuestros ciudadanos comenzaron a empobrecerse sistemáticamente hasta caer al puesto número 140 del mundo (Milei, 2024).

El catastrofismo recurrente en el fascismo como pasión movilizadora, con la sensación de grave amenaza y decadencia moral, sí aparece en Milei. Por ejemplo, en su discurso en Davos, Milei (2024) dice que los “neo-marxistas” cooptaron “el sentido común de occidente”, apropiándose “de los medios, de la cultura, de las universidades y de los organismos internacionales”. Esto también queda obvio en su primer decreto, pero el problema percibido no son *out-groups* sino las interferencias del Estado a través de regulaciones:

La severidad de la crisis pone en riesgo la subsistencia misma de la organización social, jurídica y política [...] ningún gobierno federal ha recibido una herencia institucional, económica y social peor que la que recibió la actual administración [...] estas] causas se encuentran en una estructura económica que se basa en la cooptación de rentas de la población, a través de un esquema corporativo que se apoya en regulaciones arbitrarias (PEN, 20/12/2023: 1-4). (Rima, 2024, p. 97-98).

Hayek (2014, p. 194) argumenta, de modo utilitarista, que la no interferencia del gobierno en el mercado conlleva el incremento de la riqueza y, con ella, gradualmente, la reducción de las diferencias. Es explícito sobre el nivel de igualdad en una sociedad totalmente libre que, de acuerdo con sus criterios, considera deseable: “Comparto totalmente ese sentimiento y ciertamente considero admirable el grado de igualdad social que, en conjunto, han conseguido los Estados Unidos.” Imbuído de la antigua tradición *laissez-fairiana*, Hayek entiende que no debe existir cualquier interferencia colectiva en como un individuo maneja sus propias riquezas, no pudiendo existir cuestionamiento moral exógeno, y que cada uno encuentre los medios propios de prosperar.

Milei (2024) terminó su discurso en Davos con este mismo alineamiento, diciendo a los empresarios que ellos son “benefactores sociales”, “héroes” y “los verdaderos protagonistas de esta historia”, contrariamente a la “clase política que lo único que quiere es perpetuarse en el poder”: “Que nadie les diga que su ambición es inmoral. Si ustedes ganan dinero es porque ofrecen un mejor producto a un mejor precio, contribuyendo de esa manera al bienestar general.”

En frase análoga a la de Hayek, Milei (2024) sintetizó en su discurso que “la libertad económica, el gobierno limitado y el respeto irrestricto de la propiedad privada son elementos esenciales para el crecimiento económico.” Los buenos resultados sociales siempre vendrían del mercado, naturalmente, si no hubiera interferencia estatal:

El caso argentino es la demostración empírica de que no importa cuán rico seas, cuántos recursos naturales tengas, no importa cuán capacitada esté la población, ni cuan educada sea, ni cuantos lingotes de oro haya en las arcas del Banco Central. Si se adoptan medidas que entorpecen el libre funcionamiento de los mercados, la libre competencia, los sistemas de precios libres, si se entorpece el comercio, si se atenta contra la propiedad privada, el único destino posible es la pobreza.

La percepción utilitaria de Milei (2024) de la redistribución y de la interferencia en el libre mercado, en contraste con la libertad para la creatividad del genio individual, comparte lo que dijeron Hayek, Nozick y otros liberales:

El problema es que la justicia social no sólo no es justa sino que tampoco aporta al bienestar general. Muy por el contrario, es una idea intrínsecamente injusta, porque es violenta. Es injusta porque el Estado se financia a través de impuestos y los impuestos se cobran de manera coactiva ¿o acaso alguno de nosotros puede elegir no pagar impuestos? Lo cual significa que el Estado se financia a través de la coacción, y que a mayor carga impositiva, mayor es la coacción. [...] Quienes promueven la justicia social parten de la idea de que el conjunto de la economía es una torta que se puede repartir de una manera distinta. Pero esa torta no está dada, es riqueza que se va generando en [...] un proceso de descubrimiento [...] Si el bien o servicio que ofrece una empresa no es deseado, esa empresa quiebra a menos que se adecúe a lo que el mercado le está demandando. Si genera un producto de buena calidad a un precio atractivo le va a ir bien y va a producir más. De modo que el mercado es un proceso de descubrimiento en el cual el capitalista encuentra sobre la marcha el rumbo correcto. Pero si el Estado castiga al capitalista por tener éxito y lo bloquea en este proceso de descubrimiento, destruye sus incentivos, y la consecuencia de ello es que va a producir menos y la torta será más chica, generando un perjuicio para el conjunto de la sociedad. El colectivismo, al inhibir estos procesos de descubrimiento y al dificultar la apropiación de lo descubierto, ata al emprendedor de las manos y le imposibilita producir mejores bienes y ofrecer mejores servicios a un mejor precio.

Nozick (1991) considera que aun un Estado mínimo es demasiado, defendiendo lo que sería un “anarco-capitalismo”, en que los propios individuos se asociarían voluntariamente, inclusive para las funciones de protección. Asimismo, el propio monopolio de la violencia sería inmoral, del mismo modo que la redistribución a través del “aparato impositivo del Estado” (Nozick, 1991, p. 62). Si el anarco-capitalismo de Nozick puede ser una versión todavía más radical de lo que la de Hayek de vaciamiento de las competencias gubernamentales, la idea de libertad de ambos es muy semejante. Nozick critica el supuesto de que la igualdad debería estar en una teoría de la justicia, y considera que cualquier desgracia no causada coercitivamente por otra persona no puede ser razón para que se dejen de considerar los cambios y contratos establecidos por una persona como voluntarios:

Algunos lectores objetarán que yo hable frecuentemente de intercambios voluntarios sobre la base de que algunas acciones (por ejemplo, trabajadores que aceptan una posición asalariada) no son realmente voluntarias, porque una parte se enfrenta a opciones severamente limitadas, en que todas las demás son mucho peores que la que escoge. Que las acciones de una persona sean voluntarias depende de lo que limita sus alternativas. Si los hechos de la naturaleza lo hacen, las acciones son voluntarias. (Puedo voluntariamente caminar hasta algún lugar al que yo preferiría volar sin ninguna ayuda.) Las acciones de otras personas ponen límites a las oportunidades disponibles de uno. Si esto hace la acción no voluntaria, depende de si los otros tienen el derecho de actuar como lo hicieron (Nozick, 1991, p. 255).

La consecuencia del proyecto de Milei es un vaciamiento del rol del Estado como responsable por políticas públicas. Según Del Río (2024), sus decisiones en el gobierno llevaron a más de 57% de la población a tener hambre, llegando al punto de que hasta el FMI y Domingo Cavallo, ex ministro de Economía de Carlos Menem⁵, se mostraran preocupados por la falta de políticas sociales bajo la presidencia de Milei.

La idea de libre mercado y vaciamiento del Estado apareció también en las propuestas de la “Ley de Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los Argentinos”, conocida como “Ley Ómnibus”, que inicialmente tendría más de 660 artículos, pero que tuvieron que ser reducidos a la mitad para conseguir su aprobación. Esta ley y el Decreto de Necesidad y Urgencia 70/2023, también denominado “Bases para la Reconstrucción de la Economía Argentina”, tienen ambos el mismo sentido regresivo, con “una inmensa transferencia de riqueza material hacia los sectores más concentrados tanto de la sociedad local como del exterior” y traen aparejada “una pérdida inusitada de derechos consagrados en la constitución de la nación argentina”, según Rima (2024, p. 95-96).

Esto queda claro en la defensa que Milei hizo en la campaña electoral de los *vouchers* para estudiar en instituciones privadas, afirmando que “con el mecanismo de *vouchers* se crea competencia, entonces aquellas instituciones que lo hagan mejor van a tener mayor afluencia de alumnos”, y que “las instituciones que quiebren van a quedar en manos de las que queden en expansión”. (Sityar *et al.*, 2024, p. 186). Además, su intención era incrementar fuertemente las tarifas de los servicios públicos, tornando a los privados más competitivos, y reducir el “costo laboral”, recortando derechos (Rima, 2024, p. 100). Cualquier interferencia económica estatal es considerada como “socialismo” por Milei (2024), como se desprende de su discurso en Davos:

Sé que a muchos les puede sonar ridículo plantear que Occidente se ha volcado al socialismo. Pero sólo es ridículo en la medida que uno se restringe a la definición económica tradicional del socialismo, que establece que es un sistema económico donde el Estado es el dueño de los medios de producción. Esta definición debiera ser, para nosotros, actualizada a las circunstancias actuales. Hoy los Estados no necesitan controlar directamente los medios de producción para controlar cada aspecto de la vida de los individuos. Con herramientas como la emisión monetaria, el endeudamiento, los subsidios, el control de la tasa de interés, los controles de precios y las regulaciones para corregir los supuestos fallos de mercado, pueden controlar los destinos de millones de seres humanos. [...] Así es como llegamos al punto en el que con distintos nombres o formas, buena parte de las ofertas políticas generalmente aceptadas en la mayoría de los países de occidente son variantes colectivistas. Ya sea que se declamen abiertamente comunistas, o socialistas, social demócratas, demócratas cristianos, nekeynesianos, progresistas, populistas, nacionalistas o globalistas. En el fondo no hay diferencias sustantivas: todas sostienen que el Estado debe dirigir todos los aspectos de la vida de los individuos. Todas defienden un modelo contrario al que llevó a la humanidad al progreso más espectacular de su historia.

5 El primer gobierno de Menem fue considerado como el mejor de la historia argentina en declaración de Milei (Umaña, 2023). De hecho, como explican Sityar *et al.* (2024, p. 189): “El nuevo gobierno de Javier Milei presenta una restauración conservadora que recupera algunos de los principios y reformas implementadas en los '90, avanzando en la promoción de valores del mundo empresarial y del mercado. [...] la descentralización, desregulación y privatización son políticas centrales de la reforma estatal del menemismo.”

La aversión de Milei al Estado puede aproximarse de la de Nozick, mas allá del Estado mínimo de Hayek, como en una de sus declaraciones más controvertidas, compiladas por el periódico *La Nación*: “Entre la mafia y el Estado prefiero a la mafia. La mafia tiene códigos, la mafia cumple, la mafia no miente, la mafia compite.” (Umaña, 2023). No existen malos efectos colaterales en la deregulamentación en la mirada de Milei, que ha preguntado, en otra declaración destacada: “[En el caso de] una empresa que contamina el río, ¿dónde está el daño?” (Umaña, 2023). La defensa de extrema libertad de cambiar bienes es un rasgo que particularmente también aproxima a Milei (2024) de Nozick:

El mercado no es una curva de oferta y demanda en un gráfico. El mercado es un mecanismo de cooperación social donde se intercambian voluntariamente derechos de propiedad. Dada esa definición, el fallo del mercado es un oxímoron. Si las transacciones son voluntarias, el único contexto en el que puede haber un fallo de mercado es si hay coacción. Y el único con la capacidad de coaccionar de manera generalizada es el Estado, que tiene el monopolio de la violencia. En consecuencia, si alguien considera que hay un fallo de mercado, les recomendaría que revisen si hay intervención estatal en el medio.

La idea de que todo lo que se hace voluntariamente, sin coacción (independientemente de las condiciones “naturales” de los individuos), es legítimo y libre, una concepción como la de Nozick, es recurrente entre Milei y sus seguidores. El propio Milei dijo que “la venta de órganos es un mercado más” (Umaña, 2023). El senador Juan Carlos Pigotto, aliado suyo, defendió en 4 de julio de 2024 que se cambiara el código penal para permitir que familias pobres pudieran vender a sus hijos.

La idea que Hayek tiene de libertad, por lo tanto, es compatible con cualquier régimen de gobierno, por más autoritario que éste sea, si este limita su máquina represiva a garantizar la libre circulación del capital y la utilización de los recursos que el individuo tenga – sean ellos enormes o mínimos – sin coacción de otros. Nozick, por otro lado, defiende la abolición completa del Estado, pero considera libre a todo individuo que es forzado por las circunstancias a someterse a cualquier acuerdo, independientemente de ser degradante o sufrido, a condición de que no exista coacción física. Milei tiene una idea del Estado semejante a la de Hayek y comparte la visión de Nozick sobre la libertad individual.

CONCLUSIÓN

La comparación entre Milei y Bolsonaro permite percibir las diferencias de énfasis. El bolsonarismo adoptó la política económica y el discurso de la libertad (Miguel; Vitullo, 2021, p. 18-19) típicos de los neoliberales, pero tiene, como vimos, todas las características esenciales de los fascismos. Milei, en cambio, tiene rasgos protofascistas, pero lo esencial está en el libertarismo de derecha o ultraneoliberalismo, que no tiene límites democráticos o comunitarios. El fascismo presupone cohesión entre “los buenos” contra “los malos”, mientras para el ultraneoliberalismo sí están “los malos” – la izquierda y los políticos tradicionales –, pero “los buenos” no están unidos, sino que viven al máximo su individualidad, “como corresponde”. El fascismo

tiene un fuerte elemento comunitario – aunque excluyente y autoritario –, que no existe en libertarismo de Milei, que por supuesto también es siempre excluyente y, cuando considere necesario, autoritario.

Los dos líderes de extrema derecha muestran simpatía mutua y forman parte de una iniciativa de Vox para fortalecer las alianzas de estos grupos en el mundo. Sin embargo, la extrema derecha, a pesar de estas demostraciones, tiene una considerable heterogeneidad. Además de que los nacionalismos no siempre son compatibles entre ellos (puesto que el nacionalismo se afirma en contraste con las demás naciones), no todos los extremismos tienen el nacionalismo como aspecto central. El militarismo, el fundamentalismo religioso o el ultraneoliberalismo pueden ser el rasgo principal de algunos movimientos y líderes de extrema derecha. Esto significa que algunos casos, como el de Milei, pueden ser protofascistas, con un par de características propias al fascismo, pero sin encajar perfectamente en la clasificación como fascismos, aun en una clasificación en la que el concepto no esté limitado históricamente. Pero, más allá de ello, el peligro para la democracia y los derechos (humanos, económicos, sociales) está igualmente presente en cada una de estas variaciones de la ultraderecha.

REFERENCIAS

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 13-20.

BOITO JR., Armando. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 10 de enero de 2019. Disponible en: <https://www.brasiledefato.com.br/2019/01/10/artigo-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/>. Aceso en: 24 feb 2025.

CALIXTO, Larissa. Dez fatos que ligam a família Bolsonaro a milicianos. **Congresso em Foco**, 23 de diciembre de 2019. Disponible en: <https://congressoemfoco.uol.com.br/congresso-em-foco/dez-fatos-que-ligam-a-familia-bolsonaro-a-milicianos/>. Aceso en: 24 feb 2025.

CARONE, Iray. Fascismo on the air: estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista. **Lua Nova**, v. 55/56, p. 195-217, 2002. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/673/67311578009.pdf>. Aceso en: 24 feb 2025.

DEL RÍO, Andrés. A violência discursiva de Javier Milei. **A Terra é redonda**, 12 de marzo de 2024. Disponible en: <https://aterraeredonda.com.br/a-violencia-discursiva-de-javier-milei/>. Aceso en: 24 feb 2025.

GILMARTIN, Eoghan. O Vox espanhol é o centro da extrema direita global. **Jacobina**, 25 de mayo de 2024. Disponible en: <https://jacobin.com.br/2024/05/o-vox-espanhol-e-o-centro-da-extrema-direita-global/>. Aceso en: 24 feb 2025.

GONZÁLEZ, Miguel et al. Vox teje una alianza anticomunista en América Latina. **El País**, 17 de octubre de 2021. Disponible en: <https://elpais.com/internacional/2021-10-18/vox-teje-una-alianza-anticomunista-en-america-latina.html/>. Aceso en: 24 feb 2025.

GRIFFIN, Roger. "I am no longer human. I am a Titan. A god!": the Fascist Hest to Regenerate Time. In: FELDMAN, Ma<hew (ed.). **A Fascist Century: Essays by Roger Griffin**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008a, p. 3-23.

GRIFFIN, Roger. Modernity Under the New Order: the Fascist Project for Managing the Future. In: FELDMAN, Ma<hew (ed.). **A Fascist Century: Essays by Roger Griffin**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008b, p. 24-45.

HAYEK, Friedrich A. **Los Fundamentos de la Libertad**. Madrid: Unión Editorial, 2014.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LÖWY, Michael. Prólogo. In: URBÁN, Miguel. **Trumpismos: Neoliberais e autoritários – Radiografia da direita radical**. Usina Editorial, 2025, p. 9-11.

MANN, Michael. **Fascists**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs). **O neofascismo no poder (ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 17-45.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, Eduardo et al (orgs.). **(Neo)fascismos e educação: Reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 12-46.

MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo. **Democracia como emancipação: Olhares contra-hegemônicos**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A teoria democrática, o capitalismo e a crise da democracia. In: MIGUEL, Luis Felipe; VITULLO, Gabriel Eduardo. **Democracia como emancipação: Olhares contra-hegemônicos**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

MILEI, Javier. El discurso completo de Milei en el Foro de Davos: “Socialismo”, “agenda globalista” y más. **El Cronista**, 17 de enero de 2024. Disponible en: <https://www.cronista.com/economia-politica/javier-milei-en-el-foro-de-davos-el-discurso-completo/>. Aceso en: 24 feb 2025.

MUDDE, Cas (2004) The Populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, 2004, p. 541-563.

NOZIK, Robert. **Anarquía, Estado y utopía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

PAXTON, Robert O.. **The Anatomy of Fascism**. Nueva York: Vintage Books, 2005.

PAYNE, Stanley G.. Roger Griffin, Fascistologist: a Preface by Stanley G. Payne. In: FELDMAN, Ma<hew (ed.). **A Fascist Century: Essays by Roger Griffin**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008, p. IX-XXVII.

PERICÁS, Luiz Bernardo. O governo Bolsonaro e a questão do fascismo. In: MAZZEO, Antonio Carlos et al (orgs.). **Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022, p. 143-161.

PRESTES, Anita Leocádia. O fascismo e o “fenômeno Bolsonaro”. In: MAZZEO, Antonio Carlos et al (orgs.). **Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022, p. 129-142.

REIS, Guilherme Simões. Fascismo Periférico. In: DEVÉS, Eduardo; PEREIRA DA SILVA, Fabricio; TSHIBAMBE, Germain Ngoie; BALTAR, Paula (orgs.). **Diálogos Sur-Sur: Reflexiones sobre el Sur, las desigualdades epistémicas y la democratización global de los saberes**. Santiago de Chile: Ariadna, 2022, p. 210-217.

REIS, Guilherme Simões. Necropsy on Brazilian Democracy. **Anuario Latinoamericano - Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, v. 11, 2021, p. 43-46. Disponível em: <https://journals.umcs.pl/al/article/download/12263/9246/>. Acesso em: 24 feb 2025.

REIS, Guilherme Simões. Fascism as a current danger for democracy and pluralism: defining a not historically-restricted concept. In: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 27, Buenos Aires, 2023.

RIMA, Juan Carlos. Breves comentarios sobre el DNU y la “ley omnibus”: una mirada desde la geografía crítica. **Realidad Económica**, v. 54, n. 361, 2024, p. 93-120. Disponível em: <https://ojs.iade.org.ar/index.php/re/article/view/298/>. Acesso em: 24 feb 2025.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 21-34.

SANTOS, Theotônio dos. Socialismo y fascismo en America Latina hoy. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 39, n. 1, 1977, p. 173-190. Disponível em: <https://revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/61888/>. Acesso em: 25 feb 2025.

SCHARGEL, Sergio. **Bolsonarismo, Integralismo e Fascismo: Diálogos entre Jair Bolsonaro, Plínio Salgado e Benito Mussolini**. São Paulo: Folhas de Relva, 2024.

STACKELBERG, Roderick. **Hitler's Germany**: Origins, interpretations, legacies. Londres: Routledge, 1999.

SITYAR, María Paula; HOBAICA, María Belén; MARCHETTI, Braian. Educación pública en disputa: reflexiones en torno a las definiciones educativas de La Libertad Avanza entre la campaña electoral y sus primeros meses de gobierno. **Revista de Educación**, n. 32, 2024, p. 181-199. Disponible en: https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r_educ/article/view/7969/. Acceso en: 24 feb 2025.

TATAGIBA, Luciana. Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios da ação coletiva. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro**: Retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 441-452.

UMAÑA, Fernando. Javier Milei: estas son las frases más explosivas del nuevo presidente de Argentina. **El Tiempo**, 19 de noviembre de 2023. Disponible en: <https://www.eltiempo.com/mundo/latinoamerica/javier-milei-las-10-frases-mas-polemicas-del-nuevo-presidente-de-argentina-827313/>. Acceso en: 24 feb 2025

(Recebido para publicação em 27 de fevereiro de 2025)

(Aprovado para publicação em 25 de março de 2025)

O NEGACIONISMO NO SÉCULO XXI NAS NOVAS DIREITAS BRASILEIRAS E SEUS IMPACTOS TEÓRICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DENIALISM IN THE 21ST CENTURY IN THE NEW BRAZILIAN RIGHT AND ITS THEORETICAL IMPACTS ON THE HUMAN AND SOCIAL SCIENCES

Mayara Balestro¹

<https://orcid.org/0000-0003-3751-6804>

Milleni Freitas Rocha²

<https://orcid.org/0009-0006-5791-4163>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma as novas direitas brasileiras mobilizam o negacionismo histórico-científico, com exemplificação no caso da Brasil Paralelo. Além disso, busca-se refletir como o negacionismo está inserido em um contexto mais amplo, tanto local quanto global, marcado pela ascensão das extremas direitas contemporâneas e como essa mobilização no século XXI impacta as Ciências Humanas e Sociais. O debate proposto está fundamentado em categorias analíticas amplas, como pós-verdade, novas direitas e negacionismo histórico-científico. Ao refletir sobre o papel do negacionismo histórico-científico no século XXI, é possível compreender como esse movimento, fixado em um fenômeno atual, está sendo debatido em outros meios. Isso permite entender os avanços nas discussões acadêmicas sobre como esses discursos são mobilizados fora de um quadro referencial limitado às questões do século XX.

Palavras-chave: negacionismo; histórico-científico; pós-verdade e extrema direita brasileira.

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio doutoral realizado junto à Universitat Autònoma de Barcelona (UAB/Espanha). Mestra em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2021). Possui graduação em História pela Universidade do Oeste Paulista (2017). Integra o grupo de pesquisa História Política e Social (LAHPS). Pesquisadora associada ao Observatório da Extrema Direita (OED) - Brasil e ligado ao grupo de pesquisa Direitas, História e Memória (DHM), ambos credenciados no CNPq. Email: mayarabalestro128@gmail.com.

2 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [2024 -], mestra em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) [2021-2023], bacharela e licenciada em História pela UFRJ [2015-2021]. Produziu pesquisa na área de Antropologia Urbana entre 2016 e 2021 e integra o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ-UFRJ) desde 2015. Email: millenifrochaa23@gmail.com.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the new Brazilian rights mobilize historical-scientific denialism, exemplified in the case of Brasil Paralelo. Furthermore, we seek to reflect on how denialism is inserted in a broader context, both local and global, marked by the rise of contemporary extreme right-wingers, and how this mobilization in the 21st century impacts the Human and Social Sciences. The proposed debate is based on broad analytical categories, such as post-truth, new rights and historical-scientific denialism. However, when reflecting on the role of historical-scientific denialism in the 21st century, it is possible to understand how this movement, fixed on a current phenomenon, is being debated in other media. This allows us to understand advances in academic discussions about how these discourses are mobilized outside of a referential framework limited to 20th century issues.

Keywords: denialism; historical-scientific; post-truth and Brazilian extreme right.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em analisar de que modo as novas direitas brasileiras mobilizam o negacionismo no século XXI em prol dos seus interesses políticos, bem como examinar as possíveis armadilhas teóricas inerentes ao seu enquadramento no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Partindo do fenômeno do ressurgimento de líderes autoritários em escala global e, mais especificamente, no contexto brasileiro contemporâneo, constata-se que na categorização do negacionismo em relação às noções de realidade e de verdade podem ocorrer equívocos conceituais significativos. Tais equívocos, por sua vez, tendem a limitar as análises sobre o fenômeno, ao mesmo tempo que problematizam a religião como parte deste processo de negacionismo. Além disso, propõe-se a realização de um estudo de caso centrado na empresa Brasil Paralelo, com o intuito de refletir como tal empresa por meio de suas produções audiovisuais se apropria de fatos históricos para atribuir uma noção de verdade àquilo que está sendo ofertado ao seu público-alvo. Dessa forma, a reflexão desenvolvida está ancorada em categorias de análise vinculadas à pós-verdade, às direitas extremistas e ao negacionismo histórico-científico, situando-as em um contexto mais amplo que abrange as direitas brasileiras e suas interconexões com movimentos globais contemporâneos.

Em 2016, o Dicionário de Oxford elegeu “pós-verdade”³ como a palavra do ano devido ao seu crescente uso midiático. Seu significado basicamente remete a uma aparência de verdade em um discurso falso ou omissivo. Quase uma década depois vimos a ascensão da extrema direita

3 Acesso em: 01 dez. 2024. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>.

ao redor do mundo a partir de um discurso imbuído de pânico moral⁴, de ódio, de messianismo, de xenofobia, de racismo e de negacionismo. Os fenômenos classificados como pós-verdade e como negacionistas se conectam no campo de atuação da nova extrema direita (classificaremos a seguir) na forma como fraudou a realidade ou mobiliza certos fatos verdadeiros envoltos de uma intencionalidade política que omite, silencia e apaga acontecimentos que contradizem a proposição central.

Os novos fenômenos políticos vinculados à extrema direita têm exigido a elaboração de categorias mais contemporâneas, que permitam um enquadramento analítico no qual a distinção entre categorias nativas e categorias de análise seja viável. Diante disso, observa-se que, nas historiografias dedicadas ao estudo do negacionismo, persiste um debate intenso acerca dos limites desse enquadramento teórico e metodológico. O negacionismo histórico-científico é caracterizado por uma negação de um fato ou de um acontecimento que é causa de outro. Podemos afirmar que a instrumentalização do conhecimento histórico-científico não se limita a uma mera disputa de narrativas, mas assume um caráter estratégico na construção de uma agenda moral-conservadora que busca deslegitimar as instituições democráticas e questionar os cientistas.

Segundo Letícia Cesarino (2022, p. 205), com base em Bruno Latour (2019) e Tatiana Roque (2021), nas últimas décadas, tem-se observado um crescente reconhecimento de que a crise política e a crise científica estão intrinsecamente relacionadas. As semelhanças estruturais entre esses dois fenômenos são tão significativas que podem ser interpretadas como manifestações de uma única crise.

A análise de Rodrigo Nunes (2022, p. 6) considera o negacionismo como um elemento afetivo central do nosso tempo, constituindo-se como um componente necessário do estado anímico coletivo. A questão é que vemos sendo formada uma comunidade de afetos, ou seja, o negacionismo contemporâneo produz a percepção de que não importa a verdade, importa como me sinto e minha comunidade se sente diante de uma notícia. O sentimento de verdade é proveniente da aproximação objetiva discursiva e lexical com os valores subjetivos estabelecidos nos sujeitos. Portanto, não importando que seja mentira ou que tenha consciência racional da mentira veiculada pelas “fake-news”, as pesquisas⁵ mostram que o sentimento político de pânico moral, ódio às minorias e valores conservadores são o suficiente para comover esses sujeitos, repetimos, mesmo com a consciência da mentira.

Nunes destaca que, embora o negacionismo do Holocausto esteja fortemente presente em grupos de extrema direita, assim como o negacionismo climático, o ponto principal reside em compreender quais demandas sociais, políticas e emocionais esses discursos negacionistas buscam atender. No negacionismo clássico do Holocausto nas décadas de 1960 e 1970 é negado o papel das câmaras de gás no assassinato de milhares de pessoas, sendo atribuído a Tifo como causadora dessas mortes, portanto, há uma desresponsabilização do aparato nazista e na negação de que houve genocídio contra os diversos grupos perseguidos pelo regime.

Desse modo, um ponto de partida para compreender o lugar do negacionismo histórico-científico dentro dessa disputa da extrema direita brasileira contemporânea é a própria

4 O “pânico moral” como conceito foi criado para caracterizar a criação e o fomento de um medo das minorias e de suas formas de vida demonizadas politicamente. (Ver Cohen, 2011).

5 (Cohen, 2011).

diferenciação conceitual de categorias sobre novas direitas e novas extremas direitas, bem como sua atuação frente às teses negacionistas. Partimos de Cas Mudde (2022, p. 34) para compreender o que esse novo fenômeno de ascensão da extrema direita global representa para o século XXI. Segundo Mudde (2022), estamos vivenciando a quarta onda desse fenômeno político, consolidado no século XXI. Esta fase está marcada pelo impulsionamento de grupos extremistas capazes de capitalizar politicamente três crises globais: os ataques terroristas de 2001, a recessão econômica de 2008 e a crise dos refugiados de 2015. Tal crise conseguiu catalisar o surgimento de uma onda sem precedentes nas democracias ocidentais, ainda que diferentes em seus respectivos espaços geográficos. Uma das características centrais desta quarta onda é a normalização e a institucionalização da extrema direita nos sistemas políticos. Esse movimento evidencia como esses grupos extremistas ascendem ao poder e de que forma utilizam o negacionismo histórico-científico como estratégia em suas campanhas ou em seus discursos, especialmente nas redes sociais.

Assim, a análise do negacionismo no contexto da extrema direita brasileira contemporânea deve considerar não apenas suas raízes históricas e políticas, mas também o cenário global de ascensão e de legitimação desses movimentos, que redefinem o atual momento. O caso brasileiro reflete e dialoga diretamente com essa tendência global, marcada por vários tipos de crises, na qual a extrema direita se institucionaliza e utiliza o negacionismo histórico-científico como ferramenta para legitimar os seus discursos. No Brasil, grupos como aqueles representados pela empresa Brasil Paralelo exemplificam como o negacionismo histórico-científico é mobilizado para reescrever a história e influenciar o debate público. Sendo assim, o fenômeno local não pode ser analisado isoladamente, mas como parte de um movimento mais amplo do século XXI.

Nesse contexto, as novas direitas podem ser compreendidas a partir da análise da cientista política Camila Rocha (2018), que associa a formação e o crescimento desses grupos à organização de espaços de discussão e de militância na internet, especialmente durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010. Ou seja, a aversão ao governo petista pode ser entendida como um processo de reação de grupos das novas direitas a partir do apoio ao governo Lula, iniciado no escândalo do mensalão, em 2005. Esse processo de mobilização e de organização das novas direitas no Brasil, portanto, não apenas reflete as dinâmicas globais de ascensão da extrema direita, mas também manifesta como o negacionismo histórico-científico e o uso estratégico das redes sociais são fundamentais para mobilizar determinados grupos com narrativas específicas, alinhadas aos interesses desses grupos.

Segundo Zambello, Mattos e Silva e Di Carlo (2021, p. 7), a ascensão das novas direitas no cenário político brasileiro do século XXI é marcada por uma pluralidade e uma heterogeneidade dos grupos que compõem esse espectro. Para ele, destacam-se três principais vertentes dentro desse movimento: 1) os conservadores tradicionais, sendo a principal figura Olavo de Carvalho; 2) os ultraliberais, organizados em torno de organizações como o Instituto Mises Brasil e o Movimento Brasil Livre (MBL) e 3) os cristãos conservadores, os quais defendem uma agenda moral-religiosa. Essa diversidade de vertentes, no entanto, compartilha um traço comum: o uso estratégico do negacionismo histórico-científico e das redes sociais para difundir essas narrativas.

Apesar das divergências ideológicas e estratégicas entre esses grupos, Bianchi destaca que há pontos de convergência significativos, especialmente entre os conservadores tradicionais e os ultraliberais. Essas convergências, segundo o autor, estão materializadas na figura de Olavo de

Carvalho, cuja influência intelectual e política atua como um eixo articulador entre as diferentes correntes. Carvalho não apenas fornece um arcabouço teórico para a crítica ao progressismo e ao marxismo cultural, mas também estabelece uma ponte entre o conservadorismo moral e o liberalismo econômico, consolidando-se como uma figura central no processo de unificação discursiva desses atores.

Partindo desse contexto de ascensão das novas direitas no Brasil a partir do século XXI e da atuação dos grupos anteriormente destacados, adotamos como ponto de partida para analisar o caso a empresa Brasil Paralelo, reconhecida como um dos principais fenômenos de disseminação de teses negacionistas, tanto no âmbito local quanto global.

BRASIL PARALELO: NEGACIONISMO À BRASILEIRA NO CONTEXTO DE ASCENSÃO DAS NOVAS DIREITAS BRASILEIRAS

Surgida em Porto Alegre no ano de 2016, em um contexto marcado pelo golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e pela ascensão do fenômeno político-cultural denominado “novas direitas”, a empresa Brasil Paralelo foi fundada por Henrique Leopoldo Viana, Lucas Ferrugem e Filipe Valerim. Em seu site oficial, a Brasil Paralelo se define como uma instituição privada voltada para a educação e o entretenimento, cujo objetivo central é a produção de conteúdos audiovisuais que abordam temas relacionados à História do Brasil, à política, à educação e demais áreas do conhecimento. Além disso, disponibiliza conteúdos exclusivos em sua plataforma digital – BP Select – para os membros assinantes que contribuem financeiramente para a sua manutenção, denominados mecenas. Paralelamente, divulga a maior parte dos seus vídeos em seu canal no YouTube, que atualmente ultrapassa 4,28 milhões de inscritos e conta com um acervo de aproximadamente 5,5 mil vídeos.⁶

Entre os vídeos produzidos, a empresa aborda temas de interesse estratégico e de relevância social, como a História da ditadura brasileira (1964-1985), o caso da pandemia de covid-19 e sobre as Universidades brasileiras. Quanto ao período da ditadura brasileira, o documentário da Brasil Paralelo intitulado: *1964: O Brasil entre armas e livros* retrata o contexto democrático que emerge após Getúlio Vargas, a criação de Brasília, o mundo pós Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, as supostas ameaças comunistas no Brasil, a deposição do ex-presidente João Goulart, assim como o período que se inicia como Golpe de 1964. Essa produção audiovisual possui a duração de mais de duas horas e é uma das mais visualizadas da Brasil Paralelo. Ademais, é importante ressaltar que, até o presente momento, alcançou a marca de mais de 11 milhões de visualizações.⁷

Nesse sentido, a tese hegemônica construída por grupos associados às novas direitas brasileiras, em especial por meio da produção da Brasil Paralelo, constitui-se como um dos mais evidentes frutos de um negacionismo histórico consolidado por esses atores. Essa narrativa articula duas teses centrais: o anticomunismo e o antipetismo, revelando uma disputa incessante

6 BRASIL PARALELO. **Canal oficial no YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@brasilparalelo>. Acesso em: 07 jan. 2025.

7 BRASIL PARALELO. **1964: O Brasil entre armas e livros**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTWHRPIg>. Acesso em: 07 jan. 2025.

pelo imaginário social. Assim, para além de um negacionismo dos fatos históricos, uma das bases fundamentais desses grupos reside na mobilização de afetos, que sustentam e amplificam sua influência no debate público.

No Brasil, essa tem sido uma das principais estratégias utilizadas por movimentos conservadores e por grupos religiosos nas plataformas digitais, que negam as mais variadas violências encontradas em determinados períodos históricos do país, tais como apontado anteriormente a própria ditadura brasileira, o genocídio indígena e a escravidão. O problema central do negacionismo reside precisamente em sua tentativa de ocultar determinadas formas de violência presentes no passado da vida pública nacional, uma vez que esse movimento se restringe a reinterpretar ou omitir eventos que são, de fato, de extrema relevância para a compreensão histórica. Como afirma o historiador Arthur Avila (2019, n.p.):

A negação do passado equivale, nesse sentido, a uma negação do presente: se nenhum processo histórico causou os problemas contemporâneos, eles podem ser pensados por um lado como o resultado de simples opções individuais e, por outro, como consequência de disposições ou talentos inatos. Igualmente, se, como querem os colaboradores do Brasil Paralelo, a carta constitucional ainda (ainda?) vigente no país é resultado do retorno dos derrotados em 1964 ao poder, então é a própria legitimidade de nossa democracia que está em questão – o que, evidentemente, se coaduna com os interesses políticos imediatos daqueles que se imaginaram fundando uma nova ordem depois das eleições de 2018 e que, ao longo dos anos, já emitiram reiteradas opiniões de desprezo contra nosso regime democrático.⁸

Segundo Pablo Rosa *et al.* (2024, p. 201), é evidente que o revisionismo opõe-se radicalmente ao negacionismo. Enquanto o primeiro é produzido de forma científica, baseando-se em teorias, metodologias, conceitos e na avaliação por pares, o segundo está intrinsecamente ligado ao fenômeno da pós-verdade, selecionando variáveis que reforçam o viés de confirmação e promovem a construção de uma “autoverdade”.

A palavra “negacionismo” passou a ser usada em sentido contrário ao empregado pelos próprios negacionistas, que se viam como fundadores de uma “escola revisionista” e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica ao que não passava de falsificação e de distorção de evidências. Ainda assim, como aponta Enzo Traverso (2012, p. 93-94), eles conseguiram contaminar a linguagem e criar confusão no debate público. Isso ocorreu, em parte, pela própria ambiguidade da noção de “revisionismo que, longe de se restringir ao debate acadêmico historiográfico, pode ser considerado um fenômeno político relacionado às práticas e aos discursos que questionam as relações que as sociedades estabelecem com seus passados”.

É importante apontar que as narrativas revisionistas e negacionistas possuem mecanismos ora de manipulação ora de modulação por meio de estratégias que envolvem o esquecimento proposital de determinados fatos históricos e a rememoração demasiada de outros. Um caso emblemático desse movimento é quando o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, filiado na época ao PL – Partido Liberal, participou do programa Roda Viva no canal da Cultura em 2018 e questionou a veracidade dos fatos históricos sobre a Ditadura Civil-Militar e a escravidão. Em uma

8 CAFÉ HISTÓRIA. **Negacionismo histórico e historiografia.** Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

das suas falas, o ex- Presidente do PL argumenta, “se for ver a história realmente, os portugueses nem pisavam na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos”.⁹

Outra figura emblemática no questionamento de fatos históricos e na disseminação de materiais produzidos pela empresa Brasil Paralelo é o deputado federal Eduardo Bolsonaro. Em agosto de 2019, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) afirmou por meio do Twitter que vem se preparando para a sabatina no Senado assistindo ao YouTube para aprender mais sobre a História Nacional. Em postagem, o deputado escreveu “tenho estudado para a sabatina e isso inclui estudar a história nacional. Assim, tenho revisto episódios do @brasilparalelo sobre a história do Brasil, como o episódio que trata da nossa independência passando por Leopoldina, Bonifácio e Princesa Isabel.”¹⁰ Tendo em conta a capacidade estratégica e organizativa que grupos ligados ao governo Bolsonaro possuíam durante aquele contexto, com forte atuação em redes e plataformas digitais, a proposta de conteúdos oferecida pela empresa dispunha assim de um vasto mercado para sua circulação.¹¹

Na imagem a seguir, observa-se Eduardo Bolsonaro no seu Twitter ressaltando sua postagem.

Figura 1 - Eduardo Bolsonaro no seu Twitter.



Fonte: VEJA. **Eduardo Bolsonaro estuda história em canal acusado de fake news.** Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-estuda-historia-em-canal-acusado-de-fake-news#google_vignette. Acesso em: 15 jan. 2025.

9 EXAME. **No Roda Viva, Bolsonaro questiona escravidão e cotas.** Disponível em: <https://exame.com/brasil/no-roda-viva-bolsonaro-questiona-escravidao-e-cotas/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

10 BOLSONARO, Eduardo. Tenho estudado para a sabatina e isso inclui estudar a história nacional. Assim, tenho revisto episódios do @brasilparalelo sobre a história do Brasil, como o episódio que trata da nossa independência passando por Leopoldina, Bonifácio e Princesa Isabel. 25, agosto, 2019. Twitter: @BolsonaroSP. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1165809702581735424>. Acesso em: 15 jan. 2025.

11 Sobre as estratégias mercadológicas da empresa, veja também PAULO, Diego Martins Dória. “Os mitos da Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020)”. In: Rebela. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, vol. 10, n. 1, 2020.

A postagem de Eduardo Bolsonaro no Twitter, em agosto de 2019, ao mencionar o uso de materiais da Brasil Paralelo como fonte de estudo para a história nacional, ilustra a estratégia de figuras políticas em legitimar narrativas revisionistas e negacionistas por meio de plataformas digitais. Nesse caso, é possível compreender que há um real interesse desses grupos não apenas em controlar a narrativa acerca das verdades históricas, mas a própria história enquanto ciência e ensino. Isso fica evidente a partir da produção e da disseminação da empresa Brasil Paralelo ao operacionalizar os usos e os abusos da história.

ARMADILHAS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS ACERCA DA PRODUÇÃO NEGACIONISTA

A produção historiográfica é mediada por representações, narrativas e de algum modo ficções (Hutcheon, 1991; Jablonka, 2017). Aqui há uma clivagem entre ficção e mentira, sendo a ficção uma produção narrativa que se vê mediada pela linguagem e sujeita a ela. Ao afirmar a ficção como parte da historiografia não se trata de expor uma fragilidade do conhecimento histórico, mas de enquadrar como parte integrante de sua matéria-prima constituída da produção humana complexa e diversa, que deixa suas pegadas em registros tratados metodologicamente de maneiras diferentes.

A aproximação da ficção como sinônimo de “inverdade” do conhecimento demonstra ser uma armadilha da própria produção historiográfica que não se enxerga limitada pela representação e pela linguagem. Portanto, nas produções das Ciências Humanas e Sociais o fenômeno sócio-histórico está representado pela linguagem e mediado por ela. Sendo assim, não há como se desvencilhar dos parâmetros linguísticos para retratar e analisar os fatos sociais. Ou seja, o conhecimento histórico é mediado pela linguagem, pois sem ela não há suporte simbólico para pesquisar, examinar e ensinar História. A essa conclusão chegam Ivan Jablonka (2017) e Linda Hutcheon (1991), quando analisam as interseções e as divisões das Ciências Humanas e Sociais com a literatura e as ficções. Essas análises são feitas pelos autores sobretudo da disciplina História para pensar o regime de verdade no qual está calcado o conhecimento histórico-científico e sem o qual não há rigor historiográfico, entretanto, sem a presença do ficcional não há regime de verdade. Em algum sentido, a realidade é descrita de modo ficcional, pela linguagem e pela estrutura narrativa.

A história como narração de acontecimentos do passado não é necessariamente propriedade da disciplina História ou da historiografia, entretanto, ao encontrarmos menções à disciplina História no campo político temos uma dimensão de seu investimento discursivo como legitimador, como por exemplo no caso da Brasil Paralelo. Nesse sentido, há como Jorn Rusen (1994) afirma uma cultura histórica que permeia os diversos campos da produção cultural, midiática e artística. Sendo assim, a própria produção científica entra no campo da cultura histórica como parte do real.

A complexidade do real, da realidade e da verdade para as Ciências Humanas e Sociais representa um debate interno acadêmico e próprio do seu funcionamento, não podendo ser

confundida com o projeto do negacionismo, que visa não se colocar à prova, não se colocar como possibilidade de ser verificável pois não é um saber calcado na metodologia das Ciências Humanas e Sociais, sejam elas de abordagem ou escola estruturalista, pós-moderno, multiculturalista etc.

Para Luís Edmundo Moraes (2022), o negacionismo não é fruto das lacunas produzidas na academia, tampouco os negacionistas se importam com o que se produz academicamente. Sendo assim, o negacionismo da história é visto como uma criação política que produz falseamentos do real. Nesse sentido, o negacionismo se produz como uma “outra visão legítima” de um determinado fato histórico. Assim, o posicionamento negacionista se vende como “razoável” a partir da noção de que há “pontos de vista” sobre dados materiais da realidade. A questão central da análise de Moraes (2011) é se opor justamente à classificação do negacionismo como uma atividade similar ao que se produz nas Ciências Humanas. Pois os objetivos do negacionismo e das práticas de seus produtores não são colocados à prova, discutidos e elaborados com rigor acadêmico.

O real não é um tema simples para o conhecimento metodologicamente científico nas Ciências Humanas, sobretudo na História com tal conhecimento produzido nas instituições acadêmicas e calcado em um regime de verdade (Hartog, 2013), a partir da anuência de pares e da comunidade acadêmica. A realidade histórica é um conhecimento cientificamente mediado, ou seja, não há como acessar o passado sem suas mediações. As mediações são as fontes atreladas à sua discursividade, fundamentais para o trabalho historiográfico e se trata de registros escritos ou produções materiais e imateriais da atividade humana ao longo do tempo em um determinado espaço. O ofício do Historiador se torna próximo em alguma medida do juiz¹², de forma muito resumida, o trabalho do historiador caracteriza a busca por provas e a seleção de verdades documentadas ou testemunhadas.

Dadas as novidades da produção negacionista no século XXI, de forma quase prognóstica, o artigo de Jean-Clément Martin (1998) traz a relevância de se elaborar novas formas para lidar com o negacionismo a partir de sua crítica acerca da atribuição de verdade do fazer acadêmico e historiográfico por meio de um processo jurídico. Onde, ao fim e ao cabo, seria no tribunal em que os historiadores seriam chancelados como detentores de uma verdade histórica e os negacionistas seriam os derrotados.

Os debates universitários, frequentemente áspers, têm-se mostrado, na prática, insuficientes para responder aos defensores do “negacionismo”, conduzindo essas questões às salas de audiência, promovidos, em última instância, como único lugar capaz de encerrar as argumentações, pelo enunciado da lei, ou, ao menos, pela afirmação do interesse público. Para o pesar de historiadores que, como Pierre Vidal-Naquet, se empenharam em denunciar, por escrito e de viva voz, as teses negacionistas, o que se esperava dos julgamentos era que determinam uma palavra por verdadeira e permitissem à sociedade constituir-se em torno dela – a necessidade da conexão social presidindo a toda e qualquer outra consideração (Martin, 1998, p. 13).

Dizemos isso pois, para Moraes (2011), há um erro metodológico quando se tenta aproximar o negacionismo histórico das teorias pós-modernas, pois essa crítica especificamente pressupõe

12 “Na fabricação do tecido social, o historiador e o juiz são, em conjunto, confrontados com a necessidade de proclamar regras que devem organizar a compreensão do desenvolvimento do real.” (Martin, 1998, p. 20).

que os negacionistas leram esses autores pós-modernos e a partir dessas ideias formularam suas teses negacionistas, ou a falácia que os negacionistas se apropriam das ferramentas de análise acadêmicas para formular suas ideias. Para Moraes, “o negacionismo seleciona o que pode interessar à sua cadeia argumentativa e, caso não ache, inventa” (Moraes, 2022, p. 87). Por isso, o autor se refere a uma “negação negacionista” (Moraes, 2011) em que a negação da realidade tem um fundamento de produzir dúvidas sobre um determinado acontecimento histórico e principalmente, “a necessidade política imperiosa de negar o passado exige que se esteja convencido de que o passado, de fato, se passou, e que suas negações são asserções falsas, mas necessárias.” (Moraes, 2022, p. 101).

Portanto, o negacionismo é conscientemente e politicamente orientado, não podendo ser confundido com negações inconscientes do real. Moraes faz uma crítica fundamentada na noção de que o que se produz academicamente a partir da abordagem pós-moderna e pós-estruturalista não necessariamente representa um diálogo ou uma continuidade com o negacionismo, com todas as críticas feitas a este segmento como desestabilizador dos paradigmas anteriormente consolidados, principalmente quando em alguns casos deslegitimam o conhecimento acadêmico autocentrado e devedor de uma tradição Iluminista da produção intelectual.

Dentro desse campo de auto-reflexão das Ciências Humanas e Sociais, há uma crítica relevante feita aos paradigmas da pós-modernidade e ao autocentramento do pensamento europeu como provedor da modernidade para o Sul Global, proveniente das produções dos Estudos Subalternos, sobretudo na obra *Provincializing Europe*, escrita por Dipesh Chakrabarty (2007). Os Estudos Subalternos, tributários dos estudos marxistas e provedores da crítica pós-colonial, sobretudo após a década de 1970, contribuem para a construção de uma epistemologia que engloba sociedades onde a modernidade europeia negocia sua hegemonia até o século XXI. No caso da Índia, para Chakrabarty, há formas de vida e comunidade organizadas que representam dúvidas acerca dos limites de enquadramentos possíveis no pensamento eurocêntrico.

Para essa crítica de Chakrabarty, há uma sustentação ambivalente a ser feita acerca da epistemologia do historicismo, cuja modernidade europeia¹³ é insuficiente e ao mesmo tempo incontornável para se produzir reflexões abrangentes de realidades periféricas, diversas e proveinentes de culturas com suas formações próprias. Nesse sentido, extraímos o cerne dessa crítica para pensar o negacionismo da história e das ciências humanas.

O projeto de provincialização da Europa não pode, portanto, ser um projeto de relativismo cultural. Não pode originar-se da posição de que a razão/ciências/universais que ajudam a definir a Europa como moderna são simplesmente ‘específicos da cultura’ e, portanto, pertencem apenas às culturas europeias. Para a questão não é que o racionalismo iluminista seja sempre irracional em si, mas sim uma questão de documentar como - através de que histórico processo - sua “razão”, que nem sempre foi evidente para todos, foi feito para parecer óbvio muito além do solo onde se originou. Se uma língua, como foi dito, é apenas um dialeto apoiado por um exército, o mesmo poderia ser dito das narrativas da ‘modernidade’ que, quase universalmente hoje, apontam para uma certa ‘Europa’ como o habitus primário do moderno (Chakrabarty, 2007, p. 43).

13 A modernidade europeia é caracterizada por Chakrabarty (2007) como a formação da própria sociedade europeia com suas interferências coloniais nos países do continente africano, asiático e americano que também foram influenciados.

A crítica inserida nos debates pós-coloniais (e não nos decoloniais) de Chakrabarty sobre as Ciências Humanas e o pensamento moderno europeu possibilitam refletir sobre novas perspectivas relevantes dos limites possíveis até onde podemos levar a teoria crítica da intelectualidade sem se autorizá-la em sua institucionalidade. Desse modo, elaborar os sentidos de “racionalidade”, “irracionalidade”, metafísica e religiosidade contribui para pensar nas complexidades do campo que visa combater o pensamento científico e eliminar seus resultados quando se tornam conhecimento público.

A crítica de Chakrabarty (2007) sobre o tema religioso indica que, quanto mais afastamos a análise sobre as formas de vida religiosa da Europa, mas vemos amálgamas e divisões porosas entre o que seria o “religioso” e o “secular”. As divisões entre o que é o secular e o religioso são mais nítidas no ambiente Europeu dos séculos XIX, XX e XXI, entretanto, ao olhar para sociedades que se fundaram de formas periféricas ao considerado centro do mundo, essas divisões além de serem inexistentes, muitas vezes foram estigmatizadas como “mágicas”, “feitiçarias” e “ingênuas”.

Frequentemente as produções que visam combater o negacionismo refletem sobre o papel da religião e das instituições religiosas no obscurantismo. No Brasil contemporâneo há uma produção densa e consolidada no campo da Antropologia e da Sociologia da religião para ligar com a interface religiosa no campo político e na produção do conhecimento científico. A questão é muito complexa e carrega consigo uma armadilha, cujos estigmas muitos intelectuais levam consigo, assim como trazem, também, uma herança da noção de religião como “ópio do povo”. O que os intelectuais sobre estudos religiosos apontam é que essas concepções *a priori* podem fazer com que se percebam menos as complexidades da temática. Todavia, essa crítica não se trata de uma simplificação entre defesa ou ataque das religiões, mas uma aposta na compreensão de sua espessura no tecido social, enraizamentos, pertencimento, construção de comunidade, mesmo quando não dita de maneira explícita.

A crítica de Chakrabarty, combinada a dos antropólogos e dos sociólogos da religião, nos fornece elaborações sobre o estudo do negacionismo nas Ciências Humanas que sai de lugares comuns da crítica segundo a qual os religiosos são vistos imediatamente como potenciais negacionistas ou como falhas do projeto iluminista. Chakrabarty faz uma crítica à forma específica de produzir conhecimento acadêmico como se fosse também uma forma de prática vista como necromântica. Em outras palavras, também afirma que a forma como se produz intelectualidade na contemporaneidade proveniente do pensamento moderno europeu é uma conversa com os mortos, dado que tratam intelectuais que já não vivem mais na contemporaneidade como se estivessem vivos e capazes de compreender o presente. Nessa crítica, não há uma busca por esfacelar a produção intelectual e menos ainda uma atitude iconoclasta em relação aos clássicos¹⁴, mas uma proposta de autorreflexividade das Ciências Humanas sobre seu próprio *modus operandi*.

Para Ivan Jablonka (2024), não se trata de desclassificar a produção intelectual, mas sim, de compreender seu lugar na atualidade a partir de indícios sobre a formação acadêmica e sobre algumas crises às quais esse ofício está sujeito.

14 Há debates frutíferos acerca do porquê de ler os clássicos de Jeffrey Alexander (1996) e Ítalo Calvino (2007).

Há também a maneira pela qual as ciências humanas são percebidas. Na França, desde alguns anos, os políticos, tanto de direita como de esquerda, perseguem pesquisadores, que acusam de querer “desculpar” os terroristas ou minar o “romance nacional”. É cada vez mais compensador, no mundo político, nos Estados Unidos e outros lugares, exibir seu anti-intelectualismo: “Quanto menos procuro compreender o mundo que me cerca, mas me volto para a ação; quanto menos eu sei, mais forte me torno.” Em uma palavra, as ciências humanas de nada serviriam. Enfraquecidas pela austeridade orçamentária, mas instadas a serem rentáveis, desprezadas pelos tomadores de decisão, mas instrumentalizadas assim que possível, as ciências humanas atravessam um período difícil (Jablonka, 2024, p. 60).

De um lado temos uma perspectiva que debate a tensão entre academia e produções negacionistas, por outro temos uma visão crítica a respeito da inoperância da academia diante dessas produções. Todavia, a complexidade se torna evidente nos estudos sobre o negacionismo quando justamente essa produção vem de dentro da academia consolidada e o caso Faurisson explicita essa situação. Robert Faurisson (1929-2018) foi professor de literatura na Universidade de Lyon e ganhou fama após ter espaço no jornal *Le Monde* para publicar que o Holocausto não existiu (Moraes, 2022, p. 88-89). Esse caso foi levado ao judiciário que optou por não atribuir à uma verdade ou à uma mentira do discurso, mas o condenou porque seus escritos afirmam os autores do processo. Justamente, a crítica de Jean-Clément Martin (1998) ao estabelecer a diferença de atuação entre historiadores e juízes convoca os primeiros a pensarem sobre seu ofício e as articulações possíveis para que o negacionismo não se torne hegemônico ou aceitável como “um outro ponto de vista”.

David Magalhães e Odilon Caldeira Neto (2024) afirmam que a extrema-direita se articula transnacionalmente com referências diversas. Segundo os pesquisadores, em 2017 foi lançada por Steve Bannon¹⁵ uma iniciativa chamada *The Movement*, “um dos projetos [...] envolvia a criação de uma academia política e cultural chamada ‘Academia Ocidental Judaico-Cristã’, com o objetivo de formar uma nova elite intelectual conservadora” (Magalhães; Caldeira Neto, 2024, p. 7). As hipóteses sobre as possíveis consequências de uma produção intelectual com uma agenda pré-programada e com articulações transnacionais são várias. Desde uma possível produção de negação negacionista até cenários onde provar que passado passou seja visto como um mero ponto de vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão do negacionismo encontra-se intrinsecamente relacionada ao fenômeno da pós-verdade, conceito que descreve um cenário em que fatos objetivos perdem relevância frente a apelos emocionais e crenças pessoais. Conforme apontado por autores como Lee McIntyre (2018) e Matthew d’Ancona (2017), a pós-verdade representa uma ruptura epistemológica, na qual a verdade factual é subjugada por narrativas que ressoam com as identidades e os valores de grupos específicos. Essa dinâmica, ao priorizar a construção de uma realidade alternativa, alinhada aos

15 Steve Bannon foi assessor e estrategista de Donald Trump em 2017. Se tornou um porta-voz da extrema-direita mundial ao difundir ideias tradicionalistas de combate à modernidade.

interesses de grupos das novas direitas, contribui para a erosão do consenso em torno de evidências científicas ou, como bem examinado por João César de Castro Rocha (2022), o “Brasil é um laboratório mundial de criação de realidades paralelas”. Para ele, esse é o propósito da extrema direita brasileira, que compartilha as mesmas estratégias de seus aliados transnacionais.

Nesse contexto, as redes sociais, a mídia alternativa e a empresa Brasil Paralelo desempenham um papel central, funcionando como catalisadoras de narrativas negacionistas e facilitadoras da criação de *clusters* (aglomerados) informacionais. Esses “clusters”, por sua vez, reforçam visões distorcidas da realidade, isolando indivíduos em ecossistemas de informação homogêneos e resistentes a contradições. Para a extrema-direita, essa dinâmica permite a disseminação rápida e eficiente de discursos que questionam consensos históricos e científicos, ao mesmo tempo que fortalece a coesão interna de seus grupos de apoio.

Essa prática reflete um fenômeno mais amplo, segundo o qual grupos políticos associados ao governo utilizam ferramentas midiáticas e digitais para promoverem agendas ideológicas, reconfigurando o debate público. A escolha de fontes questionáveis, como a Brasil Paralelo — frequentemente acusada de disseminar desinformação —, evidencia uma tendência de como esses grupos operam nas redes digitais e como isso ocorre a partir de grupos, sujeitos e movimentos das novas direitas brasileiras. A fim de naturalizar e negar o conhecimento histórico-científico.

Ao mesmo tempo que se trata de um fenômeno político vinculado às extremas direitas, a produção negacionista se coloca como alternativa razoável ou um conhecimento legítimo em contraposição ao que seria parte do mundo acadêmico. Assim, as dinâmicas internas das Ciências Humanas e Sociais nos fazem refletir sobre os limites e complexidades de sua formação. Os(as) cientistas das Humanas e Sociais ora são chamados(as) a público ou a júri para apresentar formulações calcadas no real de suas pesquisas. Nessa toada, são levados(as) também a refletir sobre suas práticas e sobre o enquadramento analítico daquilo que o negacionismo do século XXI produz, para quê e para quem.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. **A Importância dos Clássicos**: In: Giddens, Anthony & Turner, Jonathan (org). Teoria social hoje, 1996.

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso em junho de 2025.

CESARINO, Letícia. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

CAFÉ HISTÓRIA. **Negacionismo histórico e historiografia**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Editora Companhia das Letras, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. **The Two Histories of Capital, Provincializing Europe**. Postcolonial Thought and Historical Difference. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The creation of the Mods and Rockers**. Londres: Routledge, 2011.

D'ANCONA, Matthew. **Post-truth: the new war on truth and how to fight back**. Ebury Press, 2017.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Autêntica, 2013.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: o passatempo do tempo passado. In: **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JABLONKA, Ivan. **O terceiro continente**. ArtCultura, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 9-17, jul.- dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/41248/21809>. 01 jun. 2025.

JABLONKA, Ivan. **Modernizar as ciências humanas**. In: JABLONKA, Ivan. *Le Troisième Continent*. Paris, Seuil edition, 2024.

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. MIT Press, 2018.

MAGALHÃES, David; CALDEIRA NETO, Odilon. As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira. **CEBRI-Revista**, v. 3, n. 11 (Jul-Set), 2024.

MARTIN, Jean-Clément. O tratamento histórico frente à verdade judicial. Juízes e historiadores. **Direito e Sociedade**, n. 38, 1998.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. (org: Marieta Moraes Ferreira), São Paulo, 2011. ISBN: 978-85-98711-08-9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019>.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. A negação negacionista do Holocausto, suas metamorfoses e a ilusão de ótica. In: SCHURSTER, K.; GHERMAN, M.; FERREIRO-VÁZQUEZ, Oscar (org.). **Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente**. Recife, PE: Edupe, 2022. p. 65-111.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem: Ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php>. Acesso em: 07 jan. 2025.

ROCHA, João César de Castro. **Brasil é laboratório de criação de realidade paralela**. Estado de Minas, Belo Horizonte, 21 out. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/10/21/interna_pensar,1409943/castro-rocha-brasil-e-laboratorio-de-criacao-de-realidade-paralela.shtml. Acesso em: 20 jan. 2025.

ROSA, Pablo Ornelas; ANGELO, Vitor Amorim de; VIEIRA, Breno Buxton dos Reis; ALMEIDA, Víctor Aguiar de. **Econoconservadorismo e o Brasil Paralelo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024. 150 p.

RUSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Versão inédita em espanhol traduzida da versão original em alemão disponível em: FUSSMANN, Klaus; GRÜTTER, Heinrich Theo; RÜSEN, Jörn (Eds.). **Historische Faszination** ; Geschichtskultur heute; Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, 1994.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política.** Lisboa: Edições Unipop, 2012.

ZAMBELLO, Aline Vanessa; MATTOS E SILVA, Ivan Henrique; DI CARLO, Josnei. **Olavo de Carvalho e a guerra cultural das novas direitas:** entrevista com Alvaro Bianchi. Em Tese: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 67-79, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/83706/47347>. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e8370>. Acesso em: 7 janeiro de 2025.

(Recebido para publicação em 2 de março de 2025)

(Reapresentado em 4 de abril de 2025)

(Aprovado para publicação em 8 de abril de 2025)

A PERSISTÊNCIA DA CRENÇA: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA MIDIOSFERA BOLSONARISTA

THE PERSISTENCE OF BELIEF: DISCURSIVE STRATEGIES IN THE BOLSONARIST MEDIASPHERE

Antonio Carlos Andrade Ribeiro¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2196-4143>

Gabriely Lemos²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1824-6423>

Thiago Antônio de Oliveira Sá³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9567-212X>

RESUMO

Neste artigo, buscou-se responder à seguinte questão: por que os grupos bolsonaristas não arrefecem, mesmo que suas profecias não se cumpram? O objetivo foi encontrar etnométodos utilizados pelos membros das redes bolsonaristas para ressignificar partes da narrativa frustradas por resultados políticos adversos. Para isso, a equipe da pesquisa elegeu termos-chave que remetem aos enunciados da narrativa bolsonarista. Então procedeu à busca no Google por imagens que contivessem os enunciados que ilustrassem os etnométodos e os eventos de ruptura difundidos na midiosfera bolsonarista entre 2018 e 2023. Os achados sugerem que públicos politicamente radicalizados guiam-se por uma racionalidade cognitiva própria, voltada para reafirmação de convicções compartilhadas, muitas vezes, à revelia dos fatos objetivos. Os membros daqueles grupos apoiadores de Bolsonaro percebem ideias, crenças e valores compartilhados internamente e tornam-se membros competentes a “fazerem sua realidade particular” acontecer, com relativa independência dos fatos do mundo exterior à midiosfera bolsonarista. A

1 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: antonio.ribeiro@ufop.edu.br.

2 Mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: lemosgabriely@hotmail.com.

3 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Professor adjunto da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: thiago.sa@unifal-mg.edu.br.

tecnologia, nesse sentido, funciona como um meio de amplificação destes rituais, mas não é sua causa principal, pois eles são inerentes à dinâmica de grupos.

Palavras-chave: etnometodologia; radicalização política; extrema direita; bolsonarismo.

ABSTRACT

In this article, we sought to answer the following question: why do Bolsonaroist groups not cool down, even if their prophecies are not fulfilled? The objective was to find ethnomethods used by members of Bolsonaroist networks to give new meaning to parts of the narrative frustrated by adverse political results. To achieve this, the research team chose key terms that refer to the statements of the Bolsonaroist narrative. He then proceeded to search on Google for images that contained statements that illustrated the ethnomethods and disruptive events disseminated in the Bolsonaroista mediasphere between 2018 and 2023. The findings suggest that politically radicalized audiences are guided by their own cognitive rationality, aimed at reaffirming shared convictions, often in spite of the underlying facts. The members of those groups supporting Bolsonaro perceive internally shared ideas, beliefs and values and become competent members to “make their particular reality” happen, with relative independence from the facts of the world outside the Bolsonaro media sphere. Technology, in this sense, works as a means of amplifying these rituals, but is not their main cause, as they are inherent to group dynamics.

Keyword: ethnomethodology; political radicalization; far right wing; bolsonarism.

INTRODUÇÃO

As manifestações de 2013 marcaram a emergência de novas direitas, militantes, aguerridas, tecnologicamente habilidosas e articuladas o suficiente para pautarem a imprensa e convocarem protestos massivos. Aproveitando-se do espírito antipetista, lavajatista e de espetacularização seletiva da corrupção da época, as novas direitas colocaram sua agenda na cena política: o capitalismo libertário, o fundamentalismo religioso, o conservadorismo moral e a paranóia anticomunista (Feres Júnior; Gagliardi, 2019; Bastos; Santos, 2019; Miguel, 2018; Gallego, 2018).

A espiral de radicalização desde então, por meio de redes sociais e de aplicativos de mensagem sem qualquer controle, resultou na progressiva e rápida bolsonarização de parte da sociedade. Assistiu-se à rápida formação de um movimento político e social com identidade e visão de mundo próprias, inclinações ao fanatismo e apoio incondicional a seu líder. Uma comunidade moral emergiu, operante por meio de códigos binários (bem/mal, sagrado/profundo,

cidadãos de bem/bandidos) e baseada em três conjuntos de valores: nacionalismo beligerante, moralismo hierarquizado e antielitismo (Alonso, 2019; Gallego, 2018; Sá, 2021).

A bolsonarização do Brasil resultou da eficiente captação, pelas novas direitas, da insatisfação causada pelas crises econômica e política nacionais, exacerbadas por escândalos de corrupção. Basicamente, o que alimenta a bolsonarização do eleitorado é a negação, o espírito “anti”: antipolítica, antipetismo, antipartidarismo e antissistema. Seus eleitores mantêm-se constantemente engajados por meio da desinformação sistemática, o que compreende notícias falsas, teorias da conspiração e discurso de ódio (Alonso, 2019; Gallego, 2019; Rovai, 2021).

As eleições de 2018 marcaram a consolidação do bolsonarismo como força política e social (Nicolau, 2020). Uma inflexão histórica à direita, assegurada por uma eficiente midiosfera que proporciona isolamento informativo, excitação das massas pelo ódio e formação de consenso por meio da desinformação (Magalhães, 2021; Rocha, 2021). Tal midiosfera consiste numa verdadeira câmara de ressonância, em que vídeos, áudios, memes e notícias falsas repetem uma mesma narrativa coerente e didaticamente elaborada para fácil assimilação. O resultado: um movimento político de apoio incondicional (e até mesmo suicida, pela sua dimensão negacionista) anti-iluminista e com feições de seita (Rocha, 2021; Sá, 2021; Silame; Trindade, 2021).

Entretanto, o bolsonarismo vem enfrentando uma série de derrotas consecutivas: perdeu as eleições presidenciais e cadeiras no parlamento, falhou nas tentativas de golpe de Estado e as profecias e conspirações têm sido sistematicamente provadas falsas. Curiosamente, contudo, os grupos de *WhatsApp*, as redes sociais e os perfis virtuais apoiadores se mantêm ativos.

Boa parte das análises produzidas sobre bolsonaristas apresentam os membros da extrema-direita como atores imersos em uma realidade paralela, em isolamento informativo, alienados pelas lideranças da extrema-direita. Destacam o negacionismo e o anticientificismo, sobretudo durante o período da pandemia da covid-19. Desta forma, a ação política aguerrida pode ser explicada pela incapacidade de observar uma realidade alternativa fora da “bolha de opinião” da extrema-direita. Embora tais achados sejam relevantes, pouca atenção tem sido dada à linguagem nas redes bolsonaristas.

Sob a ótica da Etnometodologia, o bolsonarismo não é apenas ideologia política, mas um sistema de crenças autossustentáveis. Seus membros não são meras vítimas passivas da desinformação, mas atores sociais ativos, competentes, que interpretam e ressignificam continuamente a realidade para manter a ordem dentro de sua comunidade. Assim, a permanência dos grupos e de redes virtuais bolsonaristas não é um mistério, mas reflexo da necessidade humana de manter coerência em sua visão de mundo, mesmo à custa dos fatos.

Quando as profecias falham, como a crença se mantém? Que estratégias verbais, que recursos linguísticos os habitantes da midiosfera bolsonarista empreendem para reconstruir continuamente sua realidade paralela, que os resultados dos processos políticos “insistem” em desmentir? Após as eleições de 2022, por exemplo, os participantes dos grupos de *WhatsApp* eram orientados a aguardar rebeliões pelo país em “72 horas”, ao final das quais nada acontecia. Como a esperança, as crenças e as expectativas destes indivíduos ainda se mantêm? Como o movimento se sustenta?

ETNOMETODOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Como atores sociais, em situações concretas de ação, interpretam normas, muitas vezes imprecisas, tornando possível a ordem social? (Coulon, 1995; Garfinkel, 2018). A questão básica para a Etnometodologia é conhecer “como os homens isolados, mas simultaneamente em estranha comunhão, empreendem a tarefa de construir, testar, alterar, validar, questionar e definir uma ordem juntos” (Garfinkel *apud* Heritage, 2000, p. 333).

Segundo esta perspectiva sociológica, a definição conjunta da ordem deve-se à capacidade dos atores sociais de preencherem as lacunas inerentes às situações de ação. Os agentes não são concebidos como meros aplicadores de normas internalizadas que lhes dizem como proceder em determinada situação de ação, mas como atores bem-informados, em situações nas quais a ação é algo inconcluso, contínuo e contingente (Coulon, 1995; Garfinkel, 2018). Eles possuem capacidade para refletir e para deliberar sobre como agir e se validam ou não a norma estabelecida.

O sentido da ação é definido e reconhecido apenas em ocasiões reais, isto é, no contexto imediato da situação da ação. O reconhecimento das atividades mais comuns do cotidiano, tanto quanto eventos extraordinários, depende da forma como atores em interação interpretam as declarações, verbais ou não, envolvidas na ação. A ordem social torna-se possível nas situações em que os atores sociais aderem a entendimentos contextuais compartilhados, ali, na interação (Coulon, 1995; Garfinkel, 2018).

Assim, a organização material do mundo social tem como fundamento as relações intersubjetivas, nas quais sentidos compartilhados são reafirmados por atores, que dividem o mundo da vida e utilizam uma linguagem vaga que lhes permitam evitar situações de conflito. A realidade objetiva não possui uma verdade última, mas é definida socialmente tornando-se objeto passível de significado.

Isto significa, portanto, que os indivíduos não são “idiotas culturais”, repetidores passivos de sistemas sociais dos quais fazem parte. Pelo contrário, colaboram para a atualização da dinâmica das interações. A ordem social é construída e mantida interativamente pelas práticas de seus participantes (Garfinkel, 2018).

A necessidade de se manter crenças constantes é operacionalizada socialmente por meio dos etnométodos, que abrangem desde estratégias de linguagem a técnicas de interação. Indivíduos utilizam-nos para sustentar sua visão de mundo, coletivamente, mediante à repetição de interações. Por meio deles, mantêm-se certo consenso cognitivo a respeito das situações de interação e, deste modo, a realidade social tende à estabilidade, graças à sua reafirmação constante pelos membros (Garfinkel, 2018).

Durante a ação, os atores sociais apoiam-se em entendimentos contextuais que julgam ser compartilhados por seus interlocutores. Assumem que suas “informações são significativas e que os outros captam esse significado sem problemas” (Joas; Knöbl, 2017, p. 188). A quebra das expectativas contextuais desestrutura a ação produzindo desorientação, raiva, conflito e ruptura. A única alternativa é tentar “normalizar as incongruências resultantes no interior da ordem dos eventos da vida cotidiana” (Garfinkel, 2018, p. 137). Quando os eventos fogem às expectativas contextuais, os atores se esforçam para torná-los inteligíveis e, assim, restaurar a normalidade

aparente, protegendo suas convicções, principalmente porque abrir mão delas significa não ter outras “verdades” para colocar no lugar.

Assim, esta é a função dos rituais sociais: criar laços emocionais entre os participantes, reforçando, reavivando e restaurando identidades coletivas. Segundo Randall Collins (2009), a sociedade está repleta de ilusões, mas elas são necessárias. Pois não podemos agir sem “objetos significados”, isto é, não podemos viver sem converter situações específicas em regras e papéis. Toda interação precisa de consensos mínimos.

Deste modo, a Etnometodologia ajuda a entender por que e como grupos radicais sustentam crenças, mesmo diante de evidências contrárias. Que etnométodos os bolsonaristas mobilizam para normalizar suas expectativas contextuais, quando estas são frustradas pelos resultados do processo político? Quando ilusões são desmentidas, que práticas específicas as reafirmam? Quando uma profecia política não se concretiza, quais narrativas são rapidamente desenvolvidas para justificar a aparente contradição? Como seguir crendo que “as Forças Armadas estão agindo nos bastidores”, ou que “Alexandre de Moraes logo será preso” quando, passadas “72 horas”, nada acontece?

METODOLOGIA

Neste artigo, analisamos o conteúdo de memes publicados na midiosfera bolsonarista. Inspiradas(os) pela perspectiva etnometodológica, a análise dos conteúdos dos memes visou à classificação dos recursos empregados naquele ambiente virtual para se reinterpretar narrativas frustradas pelos resultados políticos. Procuramos identificar estratégias como construção de teorias conspiratórias e de justificativas, preenchimento de lacunas nas certezas coletivas e a formulação de novas razões para ações políticas concretas.

Examinamos alguns enunciados produzidos em memes que circularam nas plataformas digitais, entre 2018, ano eleitoral, e 2024, segundo ano do terceiro mandato de Lula, para investigar como acontecimentos que contradizem a narrativa dos grupos bolsonaristas foram ressignificados. Os acontecimentos nomeados por nós “eventos de ruptura” - uma referência aos experimentos de ruptura de Garfinkel - tornaram-se públicos via reportagens, sustentadas por denúncias, investigações independentes ou policiais e depoimentos formais. Os enunciados foram capturados por meios de buscas no Google sobre os acontecimentos. Para realizar a busca no Google, elegemos o seguintes termos: “Eu sou um robô do Bolsonaro”; “Moro neles”; “Heróis de Bolsonaro”; “Moro comunista”; “Bolsonaro, capitão herói”; “Moro e Bolsonaro reatam”; “Fraudes nas urnas resultado eleições 2022”; “Posse de Lula”; “Acampamentos bolsonaristas, quartéis”; “8 de janeiro”; “8 de janeiro, prisões”; “Forças armadas vendidas, 7 de setembro 2023”; “Julgamento golpistas de 8 de janeiro”; “Choro da advogada”.

Os termos de busca foram escolhidos pelos autores e pela autora deste artigo após debate sobre os principais eventos registrados na narrativa que anima a midiosfera bolsonarista. Esses eventos ilustram as fases de formação, de desenvolvimento e de conclusão parcial do movimento que se constituiu em torno do nome de um deputado do baixo clero na Câmara Federal. O Quadro 1 descreve o contexto de cada termo escolhido.

Quadro 1 - Termos de busca no Google, ano e contexto dos enunciados.

Termos de busca	Ano	Contexto
Eu sou um robô do Bolsonaro	2018	O nome de Bolsonaro começa a aparecer como uma alternativa viável nas eleições. O vídeo tinha o objetivo de desqualificar críticas ao candidato.
Moro neles	2018	Momento pré-eleitoral. Julgamento de Lula, principal oponente de Bolsonaro nas eleições, e o papel de Sérgio Moro nas investigações da Lava Jato.
Heróis de Bolsonaro	2018	Após a eleição de Bolsonaro, começa a escolha dos ministros de seu primeiro escalão, destacando figuras que apoiaram sua campanha.
Moro comunista	2019/ 2020	Refere-se à alegação de que Moro, ex-juiz que se tornou ministro de Bolsonaro, teria se aproximado de ideias políticas mais à esquerda em determinadas situações.
Bolsonaro, capitão herói	2019	Relacionado à imagem de Bolsonaro como líder militar e herói, um apelo popular durante seu governo.
Moro e Bolsonaro reatam	2021/ 2022	Refere-se ao momento em que Sérgio Moro, que havia se distanciado de Bolsonaro, reatou sua aliança com o presidente, provavelmente em um cenário eleitoral.
Fraudes nas urnas resultado eleições 2022	2022	Alegações de fraudes nas eleições de 2022, um tema polêmico que foi defendido por Bolsonaro e seus aliados após sua derrota para Lula.
Posse de Lula	2023	Refere-se à posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil em 2023, após sua vitória nas eleições de 2022.
Acampamentos bolsonaristas, quartéis	2022/ 2023	Manifestantes bolsonaristas montam acampamento em frente aos quartéis pedindo intervenção militar.
8 de janeiro	2023	Manifestação violenta em Brasília e ataque aos prédios dos três poderes.
8 de janeiro prisões	2023	Forças de segurança prendem manifestantes violentos em tentativa de golpe.
Forças armadas vendidas, 7 de setembro 2023	2023	Mobilização nas mídias sociais em favor do boicote das comemorações da Independência do Brasil.
Julgamento golpistas de 8 de janeiro	2023	Julgamento no STF dos presos em 8 de janeiro.
Choro da advogada	2023	Advogada chora em apelo emocional durante o julgamento dos presos em 8 de janeiro.

Fonte: elaboração própria.

Nosso foco deteve-se, então, nos métodos utilizados pelos membros competentes (tanto produtores como consumidores de conteúdo digital) para normalizar situações que contradiziam os entendimentos compartilhados por aquela “bolha de percepção”. A própria emergência

de fatos novos que contradiziam a narrativa deste grupo criou a oportunidade para observarmos a ação prática na construção da solução de contradições entre o que se acredita e o que acontece. Nosso olhar concentrou-se nas “reparações discursivas” que têm lugar na midiosfera bolsonarista, diante de novidades “inconvenientes”.

RESULTADOS

Acontecimento1: robôs do Bolsonaro. Começamos nossa análise pela viralização do vídeo dos “robôs do Bolsonaro”. Este vídeo poderia ser analisado sob duas perspectivas teóricas distintas: a Teoria Crítica e a Etnometodologia. Enquanto a primeira enfatiza as estruturas de poder e os mecanismos de manipulação midiática, a segunda focaliza os processos pelos quais os indivíduos constroem ativamente significados no cotidiano.

Figura 1 - Evento de ruptura: robôs de Bolsonaro. Etnométrodo: Ironia.



Fonte: <https://youtu.be/ona6v395GPU?si=TIYWc5pQW2Ap6Egd> (print do vídeo aos 15 segundos).

Na perspectiva da Teoria Crítica, essa performance dos apoiadores de Bolsonaro pode ser entendida como uma estratégia de contranarrativa, que busca deslegitimar as acusações sobre o uso de robôs e de perfis falsos para inflar artificialmente a popularidade do candidato. A lógica subjacente a essa estratégia é a de neutralizar uma crítica séria por meio da ironia, da sátira e do deboche, esvaziando seu potencial de impacto político. Esse tipo de reação pode ser visto como um exemplo do que Adorno e Horkheimer (1985) chamariam de “indústria cultural”, pela qual conteúdos virais tornam-se entretenimento e diluem o debate político, impedindo uma reflexão

crítica sobre o tema original. A ironia do gesto “sim, somos robôs” funciona como uma tática discursiva para desviar a atenção da denúncia inicial e reforçar o vínculo afetivo entre os apoiadores de Bolsonaro e sua candidatura.

Por outro lado, a Etnometodologia permite compreender esse fenômeno a partir da perspectiva dos próprios participantes, enfatizando como eles constroem e sustentam coletivamente significados na interação social. A performance dos “robôs” não é apenas uma resposta irônica a uma acusação da mídia, mas um exemplo de como os membros do grupo bolsonarista ressignificam eventos externos para reforçar sua identidade coletiva. Ao encenar essa performance, os participantes demonstram que compreendem o funcionamento do debate público e mobilizam recursos interacionais para desafiar narrativas adversárias. Esse tipo de ação reforça o que Garfinkel (2018) chama de “mundo da vida cotidiana”, no qual os indivíduos utilizam etnométodos para garantir a coerência de suas crenças e práticas sociais.

O vídeo dos “robôs do Bolsonaro” também ilustra a importância do processo de ressignificação dos enunciados, que ultrapassa a intenção racional-instrumental dos enunciadores originais. A denúncia da revista *Veja* sobre o uso de perfis automatizados tinha como objetivo questionar a autenticidade da popularidade de Bolsonaro nas redes sociais. No entanto, os apoiadores do candidato transformaram essa acusação em um símbolo de pertencimento e resistência, apropriando-se do termo “robôs” de maneira performática. Esse processo de inversão discursiva é um mecanismo central na construção da identidade política de grupos radicais, pois permite que seus membros se reafirmem diante de críticas externas e fortaleçam o senso de coesão interna.

Além disso, essa performance pode ser interpretada à luz da teoria dos rituais de interação, de Erving Goffman (2011). O ato de se imitar robôs, em grupo, filmar a cena e compartilhá-la massivamente pelas redes sociais pode ser visto como um ritual que reafirma a identidade dos participantes e cria senso de solidariedade. Os apoiadores de Bolsonaro não estão apenas reagindo a uma crítica da mídia, mas também reforçando seu pertencimento a um grupo, para o qual a rejeição à imprensa e a ironia política são fundamentais.

Portanto, a viralização do vídeo dos “robôs do Bolsonaro” não pode ser reduzida a uma simples sátira política. Ele exemplifica como grupos políticos mobilizam estratégias discursivas para ressignificar ataques, transformar acusações em símbolos de pertencimento e fortalecer identidades coletivas. Enquanto a Teoria Crítica ajuda a entender as implicações ideológicas desse fenômeno, a Etnometodologia ilumina os processos práticos pelos quais os indivíduos interpretam, assumem e sustentam narrativas.

Acontecimento 2: o Gabinete da Justiça do juiz herói. Etnométrado adotado pelos agentes - mitificação. Para responder ao questionamento sobre a capacidade técnica dos ministros do primeiro escalão do governo Bolsonaro, as escolhas foram justificadas comparando os escolhidos aos super-heróis. A estratégia foi utilizar o conhecimento do senso comum sobre o universo Marvel para associar qualidades de super-heróis aos escolhidos. A mitificação envolve também o presidente eleito e apoiadores próximos.

A próxima figura ilustra um exemplo do enunciado produzido com base no etnométodo da mitificação. Ela associa os primeiros ministros escolhidos por Bolsonaro a imagens de figuras imaginárias da série de filmes “Os Vingadores”. A linguagem utilizada é complementada com a

ideia de que pessoas tecnicamente preparadas lutariam contra a ameaça comunista que rondaria o país, e de que conseguirão reverter os estragos feitos pela esquerda e pelo Partido dos Trabalhadores nos últimos anos.

A mitificação pode ser observada na construção da imagem de Sérgio Moro como um “herói da justiça”, especialmente durante sua atuação na Operação Lava Jato e sua nomeação como Ministro da Justiça. A mitificação converte indivíduos em figuras quase lendárias, atribuindo-lhes qualidades excepcionais.

No caso do “Gabinete da Justiça” liderado por Moro, a narrativa construída reforçou a ideia de que ele seria um juiz imparcial, técnico e moralmente incorruptível, um “salvador da nação” no combate à corrupção. Esse enunciado não é apenas um discurso isolado, mas sustentado por práticas comunicativas que reforcem esse entendimento.

Figura 2 - Narrativa normalizada: Moro é um herói que salvará o Brasil dos comunistas. Etnométrico: mitificação.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/7AdRa9vsipRcWf4VA>.

Paralelamente, Bolsonaro e seus aliados começaram a se apropriar dessa narrativa e a expandi-la para outros personagens do seu grupo político. A escolha dos ministros, incluindo Moro, foi envolvida nesse processo de mitificação. Veja-se a imagem que associa os ministros nomeados a personagens da série de filmes *Os Vingadores* e *Liga da Justiça*. Esse material reforça um entendimento compartilhado dentro da mídia bolsonarista: os ministros seriam guerreiros preparados para derrotar uma suposta “ameaça comunista” e restaurar a ordem no país. Na imagem em questão, Bolsonaro aparece como Capitão América, herói patriota. Sérgio Moro, Super-Homem, personagem símbolo da justiça e da luta contra o mal. A deputada Joice Hasselmann aparece como Mulher-Maravilha, simbolizando a força feminina. O general Hamilton Mourão foi comparado ao Hulk, e Marcos Pontes ao Homem de Ferro.

Figura 3 - Narrativa: aliados e ministro de Bolsonaro são super-heróis patriotas. Etnométrodo: mitificação.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/5rD8vv6xNjqJGV4R8>.

Esse processo de mitificação não foi apenas um fenômeno de redes sociais, mas também apareceu em discursos oficiais e no comportamento dos apoiadores, que passaram a se referir ao governo como uma batalha heróica contra inimigos internos e externos. Isso demonstra como a justificação da escolha de Moro e de outros ministros não se deu exclusivamente com base em suas competências técnicas, mas foi posteriormente reforçada pela mitificação. “A liga chegou pra consertar as besteiras que o PT fez”.

Com o tempo, tal unidade do grupo abalou-se. A saída de Moro do governo em 2020 impactou a narrativa dos heróis. Quando Moro rompeu com Bolsonaro, o mesmo conjunto de estratégias foi mobilizado para desconstruir sua imagem, transformando-o em traidor. Isso mostra como o processo de mitificação é dinâmico, podendo ser reconfigurado segundo as circunstâncias políticas.

Figura 4 - Evento de ruptura: Moro denuncia tentativa de Bolsonaro de intervir na Polícia Federal.



Fonte: <https://x.com/guilhermeboulos/status/1253746728072884224>.

Após este evento de ruptura da denúncia de Moro sobre a intervenção de Bolsonaro na Polícia Federal, não tardaram a aparecer, na midiosfera bolsonarista, “adaptações discursivas” que dessem conta de dirimir essa tensão na narrativa. Moro passou a ser tratado como “comunista”, como agente infiltrado no governo para desestabilizá-lo.

Figura 5 - Normalização da narrativa: Moro comunista infiltrado no governo. Etnométrico: Reforço de crenças.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/PJ7CBXppH77n6AT58>.

Novas figuras foram incorporadas à narrativa, enquanto outras foram descartadas. No contexto da pandemia, médicos alinhados ao governo, como Nise Yamaguchi e Jair Ventura, foram promovidos a novos “heróis” na luta contra as restrições sanitárias e a vacinação obrigatória. Já na campanha eleitoral de 2022, Bolsonaro se colocou como o último herói remanescente a enfrentar “o sistema”. Isso reforçou sua imagem messiânica, central para manter a mobilização de sua base, diante de derrotas políticas.

Figura 6 - Narrativa normalizada: Bolsonaro luta sozinho para salvar o país do comunismo.
Etnométrodo – mitificação.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/YtvNwW9Pctx3CCYU7>.

Antes das eleições de 2022, no entanto, Moro, que era candidato a senador, declarou, de fato, apoio a Bolsonaro. Ele mesmo apontava publicamente que ambos tinham um adversário comum: Lula. Nas redes bolsonaristas, o alarmismo foi empregado para “harmonizar” estes novos fatos com a narrativa prevalecente.

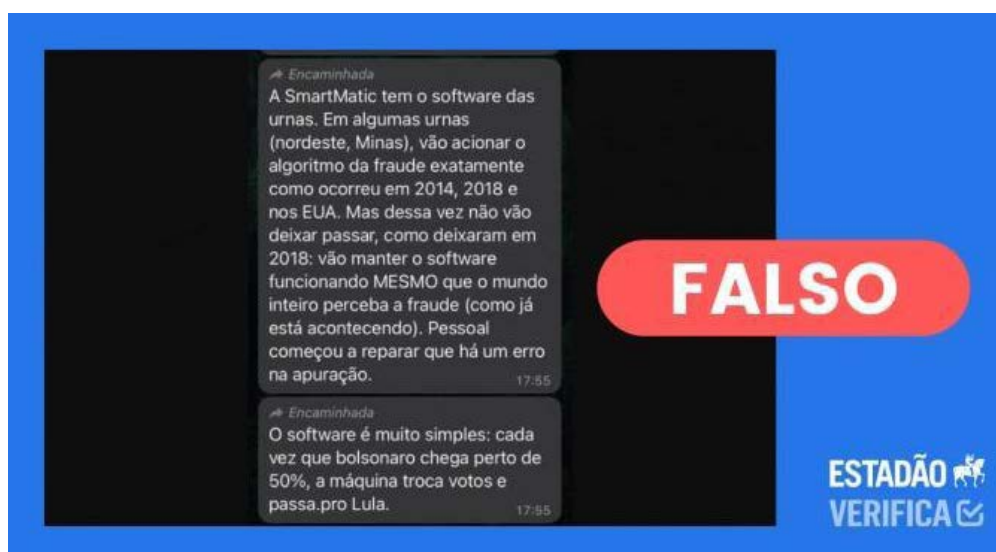
Figura 7 - Narrativa normalizada: Risco do PT voltar ao poder. Etnométodo – Alarmismo.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/m6DaDDwdau4fGAYVA>.

Acontecimento 3: eleições de 2022. Porém, o PT venceu as eleições daquele ano, quando se alimentava na midiosfera bolsonarista as certezas da vitória de Bolsonaro e de que qualquer outro resultado dever-se-ia a complô, farsa ou fraude. Bolsonaro estaria, mais uma vez, sozinho na luta antissistema. A vitória do PT seria, no ambiente da midiosfera bolsonarista, um evento de ruptura grave, difícil de se contornar, para o qual suas lideranças, influenciadores digitais, “Gabinetes do Ódio” e vozes importantes em geral se prepararam desde o ano anterior. Assim foram as estratégias discursivas de manutenção da narrativa:

Figura 8 - Narrativa normalizada: o PT não venceu as eleições, pois houve fraude. Etnométodo - reforço de crença.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/FhJZhE3ZM7kjGE7Q9>.

O período pós-eleitoral de 2022 foi marcado pela recusa de setores bolsonaristas em aceitar a vitória de Lula. Contra a cerimônia de posse do presidente e, portanto, contra a consumação da alternância de poder (sem dúvida um evento de ruptura impactante dentro da midiosfera) foi sistemático o uso do terrorismo como etnométodo, isto é, como estratégia discursiva e prática. A permanência de acampamentos em frente a quartéis, as críticas infundadas à lisura das urnas eletrônicas e os atos violentos do dia 8 de janeiro de 2023 exemplificam como o terrorismo foi empregado para justificar ações antidemocráticas, sustentar crenças conspiratórias e intensificar o radicalismo político.

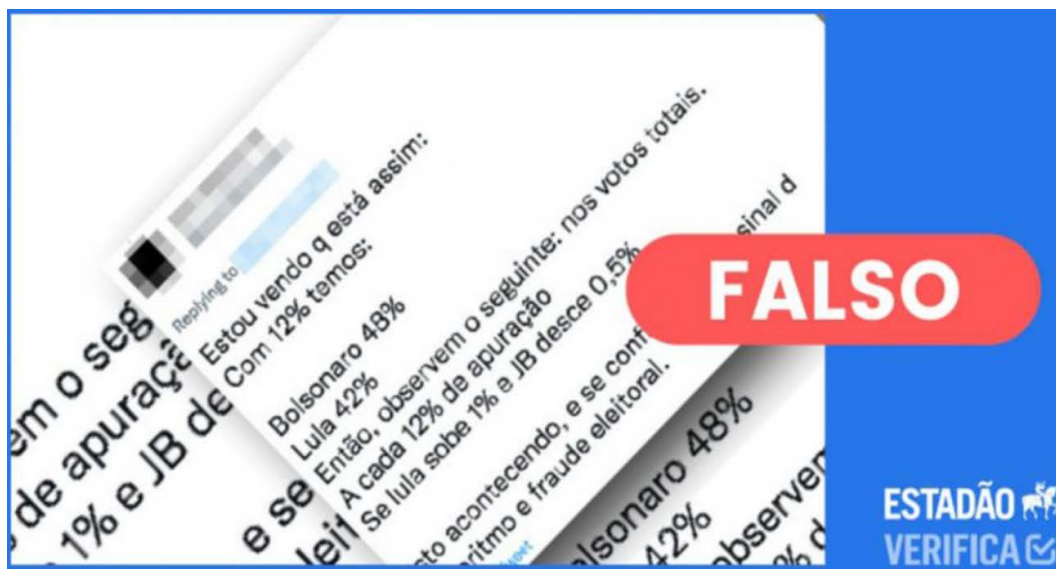
Figura 9 - Evento de ruptura: Posse de Lula após eleições de 2022.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/4Wo46uS2w2J2JS927>.

Mesmo havendo Lula tomado posse, novos etnométodos foram empregados dentro do ambiente virtual bolsonarista para “adaptar os fatos”, isto é, fazer a realidade “caber dentro da narrativa”. Se a posse àquela altura era inegável, posto que consumada, logo apareceram conteúdos imputando fraude às eleições.

Figura 10 - Narrativa normalizada: Fraude eleitoral. Etnometodo – Questionamentos.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/EF6CXWA3jeAJG8UGA>.

Cabe destacar que “terrorismo”, no contexto da Etnometodologia, refere-se à prática de amplificar percepções de ameaça e de insegurança para justificar ações extremas. Não se trata necessariamente de atos violentos, mas da construção discursiva de um ambiente de medo, tenso, no qual o inimigo é apresentado como uma ameaça iminente à ordem social e política. Cria-se um senso de urgência que mobiliza os indivíduos a agirem em defesa de uma causa percebida como justa e necessária.

Na midiosfera bolsonarista, isso foi empregado para transformar a derrota eleitoral de Bolsonaro em uma narrativa apocalíptica. A vitória de Lula não foi interpretada como alternância de poder, mas como o retorno de um inimigo capaz de destruir os valores e a economia da nação. Essa construção simbólica sustentou a permanência dos acampamentos em quartéis e a busca por uma intervenção militar, vista como a única solução para impedir a suposta “tomada do poder pelos comunistas”.

Acontecimento 4: o mandato de Lula a partir de 2023. Após o segundo turno das eleições de 2022, milhares de apoiadores de Bolsonaro estabeleceram acampamentos em frente a quartéis militares em todo o Brasil. Esses espaços funcionaram como microcosmos da midiosfera bolsonarista, onde o terrorismo verbal foi continuamente reproduzido por meio de discursos alarmistas, vídeos, áudios e mensagens compartilhadas em redes sociais e aplicativos de mensagens.

O principal enunciado desses grupos era a iminente destruição da liberdade, da propriedade privada e dos valores cristãos, atribuída à ascensão do governo petista. Para justificar sua permanência nos acampamentos, os participantes ressignificaram o ato de ocupação como uma missão patriótica para salvar o país de uma ditadura comunista próxima. O medo da perseguição

e da censura foi reforçado por vídeos e mensagens que circulavam incessantemente, criando um ambiente de constante tensão e urgência.

Esse uso do terrorismo como etnométodo explica por que os acampamentos persistiram mesmo após sucessivas declarações das Forças Armadas reafirmando a legalidade do processo eleitoral. A crença compartilhada de que o tempo estava se esgotando para impedir o colapso da democracia justificava a manutenção do estado de mobilização permanente, característico de movimentos políticos radicalizados.

Outro elemento central nesse processo foi a disseminação de desinformação sobre supostas fraudes nas urnas eletrônicas. Mesmo antes da campanha de 2022, Bolsonaro e seus aliados questionaram a segurança do sistema eleitoral brasileiro, sem apresentar provas. Após a derrota, tais acusações ganharam força nas redes sociais, alimentando a crença de que a vitória de Lula era ilegítima.

O reforço dessas crenças foi potencializado pelo uso estratégico do alarmismo. Mensagens alertavam para o fim da liberdade de expressão, para a censura nas redes sociais e para a prisão de opositores políticos, criando um clima de pânico moral. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF) foram apresentados como instituições corrompidas, comprometidas com o silenciamento de qualquer contestação. Esse discurso transformou a desconfiança nas urnas em uma questão existencial, na qual aceitar o resultado eleitoral equivaleria a aceitar o fim da democracia.

Mesmo que auditorias independentes confirmassem a integridade do sistema eleitoral, os membros da midiosfera bolsonarista continuaram a reinterpretar as evidências em favor de suas crenças preexistentes. Essa resignificação das evidências adversas demonstra o papel do terrorismo verbal na manutenção da coesão do grupo, reforçando a percepção de que a única solução seria uma intervenção militar para restaurar a “verdadeira” democracia.

O ápice de seu uso foi em 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília. Esse ato foi o resultado direto da construção discursiva que apresentava o governo eleito como uma ameaça existencial. A invasão não foi apenas um ato de protesto, mas a tentativa de converter o discurso em ação concreta, a impedir o que os participantes percebiam como o colapso iminente da nação.

A violência do evento revela como se pode transformar percepções subjetivas em ações objetivas. O medo generalizado e o senso de urgência justificaram, aos olhos dos manifestantes, a invasão. Ao mesmo tempo, a violência simbólica da depredação dos símbolos do poder buscava reafirmar o controle do grupo sobre o espaço público, consolidando sua identidade coletiva como defensores da pátria.

Figura 11 - Narrativa normalizada: Forças Armadas são aliadas dos patriotas.
Etnométrico - acampamentos em frente aos quartéis.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/wHg7WQUtTeCFiDJU6>.

Imagens como a apresentada a seguir demonstram o trabalho constante de ressignificação de fatos e de reconstrução de narrativas, por meio da atribuição de heroísmo às ações práticas dos membros.

Figura 12 - Narrativa normalizada: Patriotas salvaram o Brasil da ameaça comunista. Etnométrico: terrorismo.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/BA7dqGx2KNj8BdCj6>.

Entretanto, mais uma vez, outro evento de ruptura “teimou” em desmentir a crença: as próprias forças de segurança contiveram e detiveram os insurgentes, presos por tentativa de golpe de Estado. Mais um fato a ser reinterpretado, ressignificado e partilhado dentro da mídia, de modo a apresentar à militância certa coerência narrativa.

Figura 13 - Evento de ruptura: Patriotas presos pelas forças de segurança em 08/01/2023 por tentativa de golpe.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/k8cMg1tn26asuNVz6>.

Diante disso, começaram a surgir conteúdos, falas e outros arquivos conferindo sentido à prisão dos “patriotas” pelas forças de segurança. Elas passaram a ser retratadas como vendidas, traidoras e infiéis.

Figura 14 - Narrativa normalizada: ataque às Forças Armadas Brasileiras, “vendas”.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/QLvY6ddjBvUrLu437>.

O uso do terrorismo durante o processo pós-eleitoral de 2022 evidencia como os mecanismos cotidianos de interpretação da realidade podem ser mobilizados para justificar ações extremas. A permanência dos acampamentos em quartéis, a desconfiança persistente nas urnas

eletrônicas e a violência do 8 de janeiro demonstram que o radicalismo político não é apenas fruto de discursos isolados, mas de práticas sociais compartilhadas que ressignificam continuamente os eventos políticos.

Isso não apenas intensificou o comprometimento dos indivíduos com a narrativa bolsonarista, mas também criou um ambiente em que a violação das normas democráticas passou a ser vista como uma resposta legítima ao medo amplificado. Essa dinâmica ilustra o poder da linguagem e da interpretação social na construção da realidade política, evidenciando como o discurso alarmista pode transformar percepções subjetivas em ações concretas, com impactos profundos para a estabilidade democrática.

Figura 15 - Evento de ruptura: Julgamento e condenação dos participantes da tentativa de golpe.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/Ee6gJyQJx7qMNDL8A>.

E assim seguiu, dentro das redes, o comprometimento discursivo pelas “reformas” da narrativa, muitas vezes por meio de questionamentos, lançamento de dúvidas, sarcasmos ou ironias.

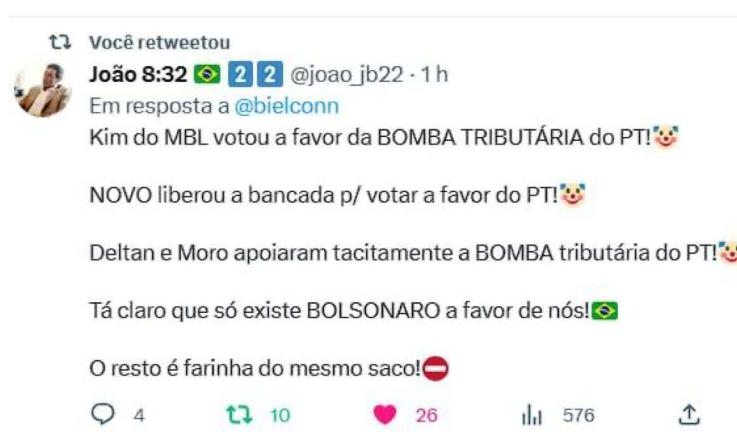
Figura 16 - Narrativa normalizada: Tese do julgamento político. Etnométrodos: Ironia e questionamentos.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/8WE5YsQYtoE8KFcB6>.

Cabe destacar que, embora todo esforço discursivo seja empregado na construção social de uma realidade paralela, a realidade “real”, de certa forma, é tacitamente aceita, numa combinação eclética de fantasias e fatos. Como se vê a seguir, embora a eleição de Lula seja negada, pressupõem seu governo a partir de 2023, inclusive lutando contra suas medidas. Contraditório para quem observa de fora, mas coerente para quem vivencia e colabora com a manutenção da ordem cognitiva do grupo.

Figura 17 - Narrativa normalizada: Bolsonaro é o único ao lado do Brasil na luta contra o sistema.
Etnométrodo - Reforço de crenças na luta antissistema.



Fonte: Grupos de WhatsApp de acesso público.

Exemplos como estes, de se “consertar” a realidade até que ela caiba no entendimento comum dos membros, nas suas convicções, em suas expectativas, em sua visão de mundo e em suas orientações práticas não faltam. Sobretudo dado o isolamento informativo que o efeito-bolha desse ambiente digital proporciona. Entretanto, os limites deste artigo impedem a extensão da análise. Outros motivos utilizados na construção e na manutenção da narrativa bolsonarista, como a “luta contra o sistema”, a cruzada moral e o conspiracionismo, frequentes na moldagem da percepção da realidade e da orientação das ações práticas, merecem um trabalho exclusivamente sobre eles e, portanto, ultrapassam os objetivos deste trabalho.

Não resta dúvida de que a produção diária de desinformação visa à manipulação e à manutenção do eleitorado. Há “engenheiros dos caos” encarregados disso (Empoli, 2020). Mas o que destacamos aqui é o papel ativo dos membros da mídiosfera: não só acreditam, como compartilham, assumem aquilo como realidade e ajudam a reconstruí-la. Nosso foco foi esta reestruturação contínua do entendimento cotidiano por meio da retroalimentação de certezas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Bolsonaristas consomem narrativas, certamente, por meio das quais inclusive são “formados”. Mas também reproduzem-nas ativamente, reforçando crenças e redefinindo eventos políticos em suas interações cotidianas. Neste sentido, estes atores sociais não são apenas usuários de Internet passivos, alienados e manipulados, mas também membros competentes de uma comunidade, interpretando processos políticos dentro das expectativas coletivas e inclusive agindo orientados por elas. Pensam e produzem discursos e, em conformidade com a lógica do grupo, geram certezas a partir das crenças prévias que partilham. Há certa racionalidade cognitiva que orienta a preservação da coerência da ordem. Os membros, competentes, têm livre acesso ao reservatório de “conceitos”, de “fatos” e de “teorias” compartilhado de seu grupo. Assim, identificamos, nestes etnométodos, estratégias de reconstrução da ordem social, utilizados para normalizar os momentos de ruptura que abalam a narrativa. Destacamos tais estratégias como base para a radicalização política da extrema-direita.

Embora os dispositivos tecnológicos intensifiquem esse processo, os mecanismos sociais fundamentais que sustentam a coesão do grupo permanecem os mesmos daqueles observados em rituais tradicionais, como encontros religiosos, manifestações e eventos políticos. Nos grupos de WhatsApp, a construção e a reafirmação da identidade bolsonarista ritualiza-se por meio de interações constantes, como o compartilhamento de memes, a disseminação de mensagens de ódio contra adversários e a participação em correntes de desinformação. Esses rituais geram fervor emocional, levando os membros a se engajarem cada vez mais, independentemente da realidade externa. Isso explica por que, mesmo após perderem eleições e falharem em tentativas golpistas, muitos bolsonaristas continuam ativos. A identidade política desses sujeitos é sustentada por interações ritualizadas diárias, tecnologicamente mediadas ou não. Ou seja: as inovações tecnológicas transformam as situações de ação ao oferecer novas condições para a interação social, mas não modificam os mecanismos fundamentais que sustentam a ação coletiva, isto é, compromisso com crenças coletivas e a validação mútua dentro do grupo.

A radicalização política, portanto, não é um fenômeno tecnológico em si, mas um processo social que se adapta às novas condições oferecidas pelas plataformas digitais, sem alterar sua lógica fundamental de funcionamento: indivíduos buscam confirmar suas crenças por meio de interações e de validações sociais. A tecnologia apenas intensifica esse processo ao aumentar o grau de comprometimento dos usuários com esses conteúdos direcionados. Sob a ótica da Etnometodologia, o algoritmo não “cria do zero” a crença em teorias conspiratórias, mas fornece um ambiente propício para que os indivíduos usem etnométodos para reafirmar a narrativa dominante em seus grupos sociais.

Para futuras investigações, cabe explorar o papel dos algoritmos nesta formulação de seitas políticas. É pertinente aprofundar como os dados de navegação dos usuários são empregados na oferta de conteúdo afim a seus interesses, fazendo com que eles adentrem ambientes de discurso único, e dentro dos quais começam a abraçar teorias da conspiração, negar fatos amplamente conhecidos e desenvolver discursos de ódio.

CONCLUSÃO

A radicalização política não é apenas um processo ideológico, mas também ritualístico. Os membros do grupo, movidos pela racionalidade cognitiva, precisam participar ativamente desses rituais para manter seu comprometimento, o que explica por que o engajamento bolsonarista se mantém, mesmo após sucessivas derrotas políticas. A tecnologia, nesse sentido, funciona como um meio de amplificação dos rituais, mas não é sua causa principal. O fundamental é o ritual em si, a congregação de ideias, que pode ocorrer em qualquer espaço, seja digital ou físico. Enquanto houver rituais de reafirmação, o grupo permanecerá ativo, independentemente da realidade externa, pois sua coesão depende mais da interação contínua entre seus membros do que de fatos concretos. As interações internas, bolsonaristas ou não, com suas práticas marcantes, símbolos e momentos de excitação coletiva, tornam a realidade externa secundária. Com a coesão do grupo em dia, seus membros continuam engajados, mesmo quando suas previsões falham.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. *In: Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-71.
- BASTOS, João Guilherme; SANTOS, Karina Silva dos. Das bancadas ao *WhatsApp*: redes de desinformação como arma política. *In: GALLEGU, Esther Solano (org.). Brasil em colapso*. São Paulo: Ed Unifesp, 2019. p. 36-48.
- COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 2009.
- COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.
- FERES JÚNIOR, João; GAGLIARDI, Juliana. O antipetismo da imprensa e a gênese da nova direita. *In: GALLEGU, Esther Solano (org.). Brasil em colapso*. São Paulo: Ed Unifesp, 2019. p. 78-92.
- GALLEGU, Esther Solano. Apresentação. *In: GALLEGU, Esther Solano (org.). O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Ed Boitempo, 2018. p. 11-15.
- GALLEGU, Esther Solano. A bolsonarização do Brasil. *In: Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 250-262.
- GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GARFINKEL, Harold. **Estudos de Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- HERITAGE, John. Etnometodologia. *In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. p. 321-392.
- JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria Social**: Vinte lições introdutórias. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.

MAGALHÃES, Alisson. Por dentro das redes: construindo consenso via dissensos e desinformação nas redes sociais. *In: SÁ, Thiago A. de Oliveira (org). Extremo: o mandato Bolsonaro*. Curitiba: Kotter, 2021. p. 187-202.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In: GALLEGO, Esther Solano (org.). O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Ed Boitempo, 2018. p.16-26.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**. Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROCHA, João Cezar Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROVAI, Marta. A cruzada bolsonarista pela moral: os “bons costumes” que ferem a vida. *In: SÁ, Thiago A. de Oliveira. Extremo: o mandato Bolsonaro*. Curitiba: Kotter, 2021. p. 289-306.

SÁ, Thiago Antônio de Oliveira. Masoquistas aplaudem o sádico: o apoio autodestrutivo da torcida bolsonarista. *In: SÁ, Thiago A. de Oliveira. Extremo: o mandato Bolsonaro*. Curitiba: Kotter, 2021. p. 233-258.

SILAME, Thiago; TRINDADE, Gleyton. A cruzada antidemocrática e anti-iluminista da ideologia de Bolsonaro. *In: SÁ, Thiago A. de Oliveira. Extremo: o mandato Bolsonaro*. Curitiba: Kotter, 2021. p. 219-232.

(Recebido para publicação em 2 de março de 2025)

(Reapresentado em 2 de abril de 2025)

(Aprovado para publicação em 5 de abril de 2025)

BUILDING THE IBEROSPHERE? A BALANCE OF THE RECENT ACTIVITIES OF THE INTERNATIONAL RIGHT IN THE AMERICAS AND SPAIN

CONSTRUINDO A IBEROSFERA? UM BALANÇO DA RECENTE ATUAÇÃO DA DIREITA INTERNACIONAL NAS AMÉRICAS E NA ESPANHA

Julián Castro-Rea¹

<https://orcid.org/0000-0002-9048-6563>

ABSTRACT

The Madrid Charter—a manifesto launched by the Spanish party Vox calling for the unification of international conservative political forces—sets as its objective the construction of the so-called “*Iberosphere*”; a vast global geographic area with common cultural and historical references and committed to the program of the right and conservatism. This attempt has run parallel to other activities carried out by various conservative organizations with an international vocation (CPAC, FIL, NEOS, *The Movement*, etc.) This article offers a record of these activities and evaluates their impacts. Have they managed to advance the construction of the *Iberosphere*? What do they mean for global geopolitics? Have they become permanent movements? In addition to the descriptive follow-up, this paper also explains the communication and influence networks that have recently developed among international conservative organizations. It attempts to demonstrate that, inspired by the ideas of the New Right, the international conservative movement is advancing slowly but inexorably, promoting a new international order defined by civilizational lines; although it encounters obstacles related to alternative transnational projects and political culture and party tradition in different national contexts.

Keywords: *Iberosphere*; right-wing politics; New Right; transnational movements; conservative networks.

¹ Doutor em Ciência Política pela *Université de Montréal*. Professor do Departamento de Ciência Política da *University of Alberta/Canadá*. E-mail: jcrea@ualberta.ca.

RESUMO

A Carta de Madrid – um manifesto lançado pelo partido espanhol Vox apelando à unificação das forças políticas conservadoras internacionais – estabelece como objectivo a construção da chamada “*Iberosfera*”; uma vasta área geográfica global com referências culturais e históricas comuns e comprometida com o programa da direita e do conservadorismo. Esta tentativa tem decorrido paralelamente a outras actividades desenvolvidas por diversas organizações conservadoras de vocação internacional (CPAC, FIL, NEOS, *O Movimento*, etc.). Este artigo oferece um registro dessas atividades e avalia seus impactos. Conseguiram avançar na construção da *Iberosfera*? O que eles significam para a geopolítica global? Tornaram-se movimentos permanentes? Além do acompanhamento descritivo, este artigo também explica as redes de comunicação e influência que se desenvolveram recentemente entre organizações conservadoras internacionais. Tenta demonstrar que o movimento conservador internacional, inspirado pelas ideias da nova direita, está a avançar lenta mas inexoravelmente, promovendo uma nova ordem internacional definida por linhas civilizacionais; embora encontre obstáculos relacionados com projetos transnacionais alternativos e com a cultura política e tradição partidária em diferentes contextos nacionais.

Palavras-chave: *Iberosfera*; política de direita; nova direita; movimentos transnacionais; redes conservadoras.

CONTEXT

The national and international liberal order is in crisis. Liberal democracy has lost the prestige and legitimacy it once enjoyed. The ongoing wars in Ukraine and Gaza are accelerating the crisis of the liberal world order, exposing the hypocrisy and double standards of the Western World. This is especially true regarding the United States, still leader of the Western World, heavily guided by a neoconservative geopolitical agenda despite government alternations (Greenwald, 2017). Multilateral institutions, led by the UN, are increasingly illegitimate and inefficient in guaranteeing world peace and cooperation between countries; even when precisely world peace and cooperation were the main motivations for the institutions’ creation eighty years ago. The group of countries called BRICS (made up of Brazil, Russia, India, China

and South Africa, associated with fourteen more countries²) rises in power and influence in the world, threatening Western hegemony.

This empirical confirmation, which seems to announce chaos and an uncertain future for the world order, opens nonetheless a space of opportunity for the international right.

Inspired by the proposals of ideologues such as Alain de Benoist, Aleksandr Dugin, Julius Evola, Guillaume Faye and their followers, the so-called New Right promotes an alternative to what it calls “globalism”; that is, the combination of the postwar liberal international order plus the neoliberal reconfiguration of the world that occurred since the 1990s.

From its outset, the New Right had a transnational vocation. It aimed to transcend the narrow nationalism of the traditional European right, which led to isolation and conflict in the first half of the 20th century, through a discourse that unites the particular issues of different countries with a common diagnosis applicable to different national contexts (Bar-On, 2011, pp. 199, 202). In this way, the New Right has been able to build bridges between various right-wing political organizations, European ones in particular, providing them with rhetorical weapons and at the same time drawing on their local electoral victories. The New Right has provided ideological weapons to successful right-wing parties such as *Rassemblement National* (France), *Lega Nord* (Italy), *Reform UK Party* (United Kingdom), and *Alternative für Deutschland* (Germany), and at the same time has benefited from their triumphs (Bar-On, 2011, p. 207).

Strongly inspired on the ideas of pro-Nazi philosopher Carl Schmitt, for the New Right the current global crisis demonstrates the fallacy of the liberal cosmopolitan project—human rights, gender equality, equality between nations, universal legal regime, voluntary international migration, protection of refugees, etc.—inaugurated in the postwar period and dominated by the United States. The world order that emerged after the Second World War, according to the New Right, is not progress but the construction of an unnatural depoliticized, homogeneous world, with peace built over fictitious bases of equality among nations; where US values of savage capitalism, consumerism and political correctness prevail.

This liberal consensus also had another negative consequence: the emasculation of the Western world, due to the excessive glorification of peace and other “gynocratic” values. The result is a liberal society without a father figure, narcissistic and weak, that constantly resorts to victimization, dialogue instead of action, and endless psychological therapy (Crone, 2020: 75). Thus, within the logic of the New Right, combating “gender ideology” is a necessary step to recover the greatness of Western civilization.

Within this logic, the New Right defends the relevance of reorganizing the world according to civilizational lines. In this vision, human civilizations—defined by common ethnicity, religion, traditions, language, values and other ethnocultural attributes—are irreducible to a common pattern, because they contain within themselves different ontological bases and different norms

2 At the moment this article was written, new full members are Egypt, United Arab Emirates, Ethiopia, Iran and Indonesia. Nine more countries have been admitted with the lesser status of “partners”, on their way to full membership: Belarus, Bolivia, Kazakhstan, Cuba, Malaysia, Nigeria, Thailand, Uganda, and Uzbekistan. Argentina and Saudi Arabia were invited to join the group, although Saudi Arabia has not ratified the invitation and Argentina declined it.

of social coexistence.³ It makes sense then to reorganize the world by recognizing and respecting these ancestral differences, renouncing the imposition of common standards for all humanity as liberalism intends (Bar-On, 2011, p. 208).

Abandoning the fallacy of the nation state, another undesirable creation of liberal modernity according to the New Right, the world must be divided into “Great Spaces” (Schmitt) or “areas of civilization” (Benoist) that comprise mutually compatible cultures and ethnic groups. The model to follow is the Roman Empire, with a central authority but multicultural provinces; a federation of organic communities with wide margins of autonomy for each component. The options are clear: “The unity or plurality of the world, the universe or the ‘pluriverse’, homogeneous globalization or globalization in harmony with the diversity of cultures and peoples” (Crone, 2020, p. 76)

The New Right has therefore, since its origins, a transnational vocation, that is, it wishes to make its influence felt beyond the countries where it originated; France in particular (Crone, 2020, p. 70). Its ideas have served explicitly or implicitly to shore up transnational right-wing movements, because “...increasingly they seem to capture the spirit and... rhyme with the anti-immigration sentiments present in the West, the praise of strong leaders, and the longing of renewed virility and geopolitics” (Crone, 2020, p. 70.)

In this way, in addition to supporting national conservative actors, the efforts deployed by right-wing activists to build the so-called *Iberosphere* implicitly contribute to the

transnational project sketched by the New Right. It is not only about supporting national movements and parties to ensure their survival, growth and maximize their opportunities to govern their countries of origin. It is also about building a transnational space of countries with shared history, similar cultures and compatible governments; that could eventually replace the liberal world order. That is the ultimate objective, from my point of view, of the construction of the *Iberosphere*.

THE MADRID CHARTER: IMPERIAL NOSTALGIA

The Madrid Charter⁴ is a manifesto and a call to political action launched on October 26, 2020 by the Disenso Foundation, the intellectual arm of the Spanish political party Vox (Disenso Foundation, 2020). Over time, the Charter has become an instrument to declare the public commitment to fight for common objectives, endorsed by dozens of political figures in the Spanish-speaking world and beyond.

The Madrid Charter introduces the concept of *Iberosphere*, implicitly understood as the Spanish and Portuguese speaking countries, in Europe and the Americas. The original relationship

3 Vision similar to that offered by Samuel Huntington in *The Clash of Civilizations* (1996).

4 Madrid has become the unofficial centre of the Spanish-speaking right-wing transnational movement; thanks to the support and sponsorship of its mayor, Isabel Díaz-Ayuso. Interestingly, it has also become the chosen place of residence of prominent right-wing figures, like Peruvian writer Mario Vargas Llosa and his son Álvaro, former Mexican presidents Carlos Salinas de Gortari, Felipe Calderón and Enrique Peña Nieto.

between these countries is of course a product of colonialism; the dimension of recreating the colonial space is not alien to the objectives of the Charter and its promoters.

The *Iberosphere*, the document states, is a global region that comprises more than 700 million people who share a common cultural heritage and represent great economic and geopolitical potential. Unfortunately, according to the Charter, that potential cannot be fully realized because part of the region is hijacked by interests that the authors of the Charter consider nefarious: communists, drug trafficking, Cuba, the Forum of São Paulo, the Puebla Group⁵ and unidentified “third countries.” The Charter, therefore, calls for resistance against these threats to freedoms, rights, prosperity and development; and commits those who sign it to contribute to the defence of the rule of law, separation of powers, freedom of expression, private property, democracy, human rights, pluralism, human dignity and justice.

This call to defend general principles of social and political coexistence, also addressed to political and social leaders with diverse ideas, appears to be based on ideological plurality. However, that appearance is denied in reality by the political profiles of the signatories. Among them the following names stand out:

- Vanessa Kaiser, from Chile; sister of right-wing activist and best-selling author Axel Kaiser⁶
- Alejandro Chafuen, from Argentina, president of the right-wing think tank *The Acton Institute*
- Eduardo Bolsonaro, Brazilian deputy, son of former far-right president Jair Bolsonaro
- Giorgia Meloni, leader of the far-right party *Fratelli d'Italia* and current Prime Minister of Italy
- Grover Norquist, prominent United States Republican politician and president of the association Americans for Tax Reform.
- John D. Fonte, of the United States, of the conservative think tank Hudson Institute.
- José Antonio Kast, leader and former presidential candidate of the Republican Party of Chile, of recognized pro-Pinochet affiliation.
- María Romo, president of *Red Familia*, Mexico.
- Pablo Adame, Mexican conservative politician.
- Santiago Abascal, leader of the Spanish far-right party Vox.
- Eduardo Verástegui, from Mexico, founding director of the White House Initiative for Hispanic Prosperity and organizer of two CPAC meetings in Mexico (see below in this article)

It is clear then that supporters of the Charter have in common a marked preference for right-wing ideologies, both in their moderate and extreme versions. Likewise, several members of Mexico's right-wing National Action Party (PAN) originally signed the Charter—senators Julen Rementería and Lily Téllez among others—only to withdraw their support a few days later in the face of public criticism in that country.

⁵ The São Paulo Forum is a collaboration mechanism between Latin American leftist parties created in 1990 by the Workers' Party, Brazil. The Puebla Group is a group of left-wing leaders created by the government of that Mexican state in 2019.

⁶ For a profile of best-selling author Axel Kaiser, see Castro-Rea, 2019.

As indicated, the Charter was proposed and is promoted by the Spanish party Vox. In its ideological platform, this party has been characterized by its conservative, narrow, centralist and ultimately reactionary vision of Spain. Thus, it is deeply supportive of the monarchy, expresses nostalgia for Francoism, opposes the regime of autonomies created by the 1978 constitution—which protects the historical and cultural specificity of Catalonia, the Basque Country and Galicia in particular—and defends a revisionist vision of the Spanish imperial past.

The very notion of *Iberosphere* is an expression of nostalgia for the empire that is part of Vox's Hispanic vision. The project of this party is the defence of Hispanicity, understood as:

...such an extension of fields (cultural, religious, linguistic, philosophical, biological, social, etc.) that was reduced to a cluster of claims exclusively united by a reactionary ideology, with a strong religious content and a propaganda load based on history that promoted a theoretical and rhetorical 'will to empire' (Sepúlveda, 2005, p. 96. Free translation)

THE INTERNATIONAL FOUNDATION FOR FREEDOM: STRENGTHENING ATLANTICISM

The *Iberosphere* project encapsulates the efforts that other transnational right-wing networks have been deploying over the past few years. Even when these networks do not necessarily mention the term, their geopolitical project aims at contributing to the objectives of the *Iberosphere*.

Another international network promoting trans-Atlantic solidarity among right-wing actors is the International Foundation for Freedom (FIL being its acronym in Spanish). FIL is a political association based in Spain, sponsored by the right-wing Popular Party (PP).⁷ Its president is Peruvian writer Mario Vargas Llosa, whose right-wing ideological preferences have been manifest since he ran for the presidency of his country in 1990.

On June 30, 2023, the FIL sponsored a meeting in Madrid of political figures and organizations called XVI Atlantic Forum “Ibero-America: Freedom and Democracy”⁸. The Forum gathered businessmen, intellectuals, academics, journalists and political figures; who addressed economic, political and business issues of importance to Latin America and Spain.

Like the signatories of the Madrid Charter, speakers invited to the Forum had in common a clear right-wing ideology. Among them stand out:

- Felipe Calderón, former president of Mexico for the PAN.
- Sebastián Piñera, former president of Chile for right-wing Independent Democratic Union (UDI) party
- Mauricio Macri, former president of Argentina for right-wing party Republican Proposal (Pro)
- Santiago Peña, elected president of Paraguay for the right-wing Colorado Party.

⁷ For an extensive description of the FIL and its transnational connections, see Castro-Rea, 2018.

⁸ The complete video recording of the 2023 and 2024 events is available on the organization's website, <https://fundacionfil.org/xvi-foro-atlantico-iberoamerica-libertad-y-democracia/>.

- Patricia Bullrich, former Minister of Security and president of the Pro party, Argentina.
- Javier Fernández-Lasquetty, Vice President of the Community of Madrid, former Minister of Health of the Popular Party government of Spain.
- Víctor Orlando (aka “Ito”) Bisonó Haza, Minister of Industry and Commerce, Social Christian Reformist Party, Dominican Republic.
- Cristian Larroulet, Secretary General of the Presidency of Chile and main advisor under right-wing president Sebastián Piñera.
- Roberto Salinas León, director of the Center for Latin America of the Atlas Foundation, the most extensive network of right-wing think tanks in the world (Fischer, 2018). Salinas León is the cousin of Ricardo Salinas Pliego, owner of the Mexican television network TV Azteca and president of the libertarian think tank “Caminos de la Libertad”.
- Jano García, author of *The century of criminal socialism*, where he equates socialist regimes with Nazism.
- Álvaro Vargas Llosa, son of FIL’s president Mario Vargas Llosa and author of conservative best sellers (Castro Rea, 2019)
- Gerardo Bongiovanni, president of the right-wing think tank *Fundación Libertad*, and member of *Mont Pelèrin Society*, the international organization where a cluster of intellectuals created classical neoliberalism, (Van Horn & Mirowski, 2009).

In harmony with the right-wing ideology of the invited speakers, the Atlantic Forum presented various diagnoses of the current political situation in Latin America and Spain from a conservative point of view. Without making explicit reference to the Madrid Charter or its promoters—probably because these initiatives were presented by Vox, PP’s electoral rival party—the Forum nevertheless contributed to strengthening the principle of community of conservative interests among Spanish-speaking countries, east and west of the Atlantic. That is, the *Iberosphere*.

The XVII Atlantic Forum, also convened in Madrid, took place on, this time under the title “The Americas and Europe: Freedom and Democracy”. That year, the lineup of speakers, all of them equally right-wing or conservative, included:

- Former president of Colombia, Iván Duque
- Former president of Mexico, Felipe Calderón
- Former president of Ecuador, Guillermo Lasso
- Former minister of the economy of Brazil under Jair Bolsonaro, Paulo Guedes
- Lía Limón, PAN’s mayor of Mexico City’s Álvaro Obregón demarcation.
- Roberto Salinas, Director of International Affairs, at Ricardo Salinas’ Universidad de la Libertad, Mexico.
- Fernando Savater, renowned philosopher
- Álvaro Vargas Llosa, Mario Vargas Llosa’s son, see above.
- Jano García, see above.

- María Corina Machado, leader of the right-wing party *Vente Venezuela*, and the most visible face of opposition in his country against reelection of president Nicolás Maduro.
- Edmundo González, right-wing independent candidate who allegedly won the 2024 presidential elections in Venezuela. Actively endorsed and internationally promoted by María Corina Machado.
- Alberto Núñez Feijóo, president of Spain's Popular Party

NEOS FOUNDATION: "MEXICO AND SPAIN, FRIENDS FOREVER"

NEOS Foundation is another organization contributing to strengthen trans-Atlantic bonds between right-wing actors and institutions. Based in Spain, it is presided by Jaime Mayor Oreja, Popular Party's former Interior Minister (<https://neosfundacion.es/>). The Foundation openly opposes progressive causes like gender equality, abortion rights, national minority rights, and global liberalism.

In December 2, 2024 NEOS held the Forum "Mexico and Spain, Friends Forever"⁹ in Madrid. The title is a direct reference to the rift existing between the governments of Mexico and Spain since 2019, when the government of Mexico sent a letter to the king of Spain inviting him to issue a joint apology to Mexico's Indigenous peoples for the abuses committed during the conquest and colonial period (<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-47701876>) Following the king's lack of response, and the Popular Party open mockery of the letter, the government of Mexico declared a moratorium on diplomatic relations between the two countries. Six years later, the tension still exists in these trans-Atlantic official diplomatic relations.

As usual for this kind of events, the lineup of speakers showcased a cross-section of right-wing politicians and their supporters, including:

- Felipe Calderón, former president of México
- Isabel Díaz Ayuso, mayor of Madrid
- Ciro Gómez Leyva, Mexican journalist and anchor for open channels *Imagen Televisión* and *Radio Fórmula*
- Ricardo Cayuela, writer and publisher
- Doris Seedorf, CEO, Softek Europe
- Jaime Olmedo Ramos, president of Camilo José Cela University, Madrid

⁹ <https://neosfundacion.es/mexico-y-espana-amigos-para-siempre/>.

CONFERENCIA POLÍTICA DE ACCIÓN CONSERVADORA (CPAC): PROMOTING REPUBLICANISM IN LATIN AMERICA

The *Conferencia Política de Acción Conservadora* (CPAC) is a somewhat different kind of right-wing transnational network, with a remarkable overlap in goals and membership nonetheless. The main difference with the networks previously discussed is its geographic outreach: prominent political actors and institutions from the United States participate in the network. Spanish- and Portuguese-speaking populations in that country, amounting to approximately 62.1 million people or 18.7% of the population according to the 2020 census, are also targeted. We may thus consider CPAC as a network promoting the *Iberosphere Plus*, expanding the embrace of the right-wing's transnational efforts.

CPAC is an adaptation to the Latin American context of the Conservative Political Action Conference, identified with the same acronym in both English and Spanish, which has brought together key figures of conservatism in the United States since 1974 (Burns, 2022:3). CPAC in turn depends on the National Conservative Political Action Committee (NCPAC), also from the United States. NCPAC is a “political action committee,” the name given in that country to organizations that raise funds to support political campaigns. Created in 1975, NCPAC contributed to the rise of the conservative revolution within the Republican Party, originally led by Ronald Reagan. This Committee used for the first time the so-called “independent expenses” to support a candidate, which allowed it to exceed the financial limits imposed by electoral legislation. NCPAC has become over time one of the pillars of extreme conservatism in the United States.

CPAC has held two conferences in Mexico, in 2022 and 2024. The first one was organized by Eduardo Verástegui, Mexican television actor and film producer. His most recent production is *Sound of Freedom*, a film that denounces international child trafficking. Close to former president Enrique Peña Nieto, Verástegui was also the founding head of the organization White House Hispanic Prosperity Initiative, created by President Donald Trump in his first mandate.

Verástegui has recently stood out as a conservative Catholic politician, founder of the “¡Viva México!” movement and the *México Republicano* party. Thanks to ideological affinity and personal contacts, Verástegui achieved the support of conservative sectors within the US Republican Party to hold the first CPAC from November 18 to 19, 2022 in Mexico City. The event program is available at the link <https://cpacmx.com/cpac-2022-espanol/>.

The event was a meeting of Latin American and US right-wing politicians, with the aim of using international collaboration to promote the influence of related movements at the national level. The event followed up on a meeting held in Brazil in June of that same year (Burns, 2022, p. 3-4). The presentations at the event mixed rejection of the left and its international movements—the Forum of São Paulo in particular—to the regimes of Cuba and Venezuela, to abortion, to homosexuality; with the defence and promotion of traditional gender and family roles. Some speakers, Verástegui in particular, also made statements in strong defence of religion.

Among the speakers at the event were the following, several of them also signatories of the Madrid Charter:

- Steve Bannon, founder of the online political analysis platform *Breitbart News* and campaign advisor to Donald Trump in the 2016 presidential campaign (see below this article for Bannon's further transnational activity)
- Javier Milei, then presidential candidate of Argentina for the far-right party *La libertad avanza*.
- Eduardo Verástegui, from the *Viva México* Movement.
- Jesús Márquez, who succeeded Verástegui as head of the White House Hispanic Prosperity Initiative.
- Sara A. Carter, investigative reporter for Fox News.
- Ted Cruz, Republican Senator from Texas
- Alejandro Giammattei, then President of Guatemala.
- Eduardo Bolsonaro, Brazilian deputy, son of former far-right president Jair Bolsonaro
- Lech Wałęsa, former president of Poland, who is credited with bringing down the socialist regime in his country.
- Abby Johnson, former director of the anti-abortion organization Planned Parenthood.
- Raúl Tortolero, leader of the conservative *Ejército Cristero* movement, from Mexico.
- Juan Ángel Soto Gómez, international director of the Disenso Foundation, the organization that created and promotes the Madrid Charter.
- Rodrigo Ivan Cortés, president of *Frente Nacional por la Familia* and vice president of Political Network for Values.
- Christopher Landau, former United States ambassador to Mexico.
- Chiara Barchiesi, founder of the Republican Party of Chile.
- Jean-Lin Lacapelle, spokesperson for the French right-wing party *Rassemblement National*.

As can be seen, unlike the Madrid Charter, the CPAC call goes beyond Spanish-speaking countries, and includes other countries and diverse geographical regions. Of particular importance is the central inclusion of conservative actors from the United States or active in that country, starting with Verástegui himself.

CPAC 2022 ultimately became a platform to promote Verástegui's political ambitions. On July 5, 2023, the actor broadcast a video online in which he denounced the dubious conservative credentials of Xóchitl Gálvez, presidential candidate of the electoral coalition in which the National Action Party (PAN), the oldest and most influential party on the right in Mexico¹⁰, participates. Titled "The PAN is dead," the video argues that Gálvez betrayed the party's conservative principles, since several years ago she publicly declared that he had been a Trotskyist. According to Verástegui, Gálvez's selection shows that the PAN fell prey to "progressive supremacism" like the rest of Mexico's political parties, including of course those on the left. All party

10 Available on YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Elf8qZkVxic>.

leaders, Verástegui maintains, are already the same: they promote communism, Trotskyism and the populist left.

For this reason, Verástegui called for the creation of an alternative movement to strengthen what he considers Mexico's three pillars: God, country and family. "We are not going to allow them to steal our souls," he says.

This video is interpreted as the launch of Verástegui's presidential candidacy, at the head of the *Viva México* Movement (Ramos, 2023). Verástegui already received support for these aspirations directly from Donald Trump, present at the launch in the United States of his recent film. Referring to Verástegui, Trump literally expressed the following:

"...what a great job. *El presidente*¹¹ is a possibility. You've made this movie the most amazing movie anywhere in the world, so I think maybe becoming the president of Mexico is comparable, right?" (cited in Uresti, 2023.)

However, Verástegui's presidential candidacy did not materialize, thereby forestalling a confrontation between right-wing options in Mexico. Verástegui was able to collect only 14% of the number of signatures required to officially become presidential candidate (Barragán 2024). Despite the religious accent in his speeches, he failed to enlist the support of Catholics, nominally 88% of Mexico's population according to official data.

CPAC will nonetheless be able to hold another international meeting in Mexico in 2024. CPAC 2024 took place in Mexico City, on August 24. The meeting reiterated the same themes and tropes that had been discussed two years earlier, with heavy, messianic religious undertones. Verástegui announced the creation of a new political party in 2025. Besides Verástegui, speakers included:

- Agustín Laje, libertarian Argentinian economist and writer, author of several right-wing bestsellers
- José Antonio Kast, former right-wing candidate to Chile's presidency
- Eduardo Bolsonaro, son of former far-right president of Brazil Jair Bolsonaro
- Matt and Mercedes Schlapp, leaders of CPAC, USA
- Rodrigo Cortés, leader of *Frente Nacional por la Familia*

Javier Milei, already president of Argentina, had confirmed his participation, but ended up cancelling. Donald Trump, then Republican presidential candidate, sent a video recorded message; as well as Giorgia Meloni, Italy's prime minister, Jair Bolsonaro, and Vox leader Santiago Abascal.

Several attendees openly expressed support for Trump's candidacy and were wearing the classic red MAGA hat (Raziel, 2024).

¹¹ Trump expressed these two words in Spanish.

MÉXICO REPUBLICANO AND EJÉRCITO CRISTERO: TRANSNATIONAL REPUBLICAN POLITICS WITH TRADITIONALIST CATHOLIC FLAVOUR

Verástegui's candidacy prospects were supported by the nascent *México Republicano* party, led by Juan Iván Peña Nader. Interviewed by Julio Hernández López (aka Julio Astillero) on June 30, 2023, Peña Nader criticized the selection of Xóchitl Gálvez as a PAN candidate, because according to him Gálvez is a Marxist and therefore does not represent PAN's traditional values (Astillero, 2023). His point of view is thus the same as Verástegui's. Gálvez's selection was due to the fact that then leader of the party, Marko Cortés, hijacked the nomination processes to impose candidates at will. The imposition of Gálvez, according to Peña Nader, is reminiscent of the imposition of Dilma Rousseff as president of Brazil by outgoing president Luiz Inácio "Lula" da Silva in 2011.

México Republicano party then offers a truly right-wing alternative to voters. Peña Nader hopes that something similar to what happened in Brazil—Rousseff is removed from office, and new elections make way for the conservative candidate Jair Bolsonaro to become president—will happen in Mexico. According to Peña Nader, a "Mexican Bolsonaro is necessary, who comes to power in alliance with the conservative forces of the continent" (Astillero, 2023). *México Republicano* party could have provided

Verástegui's candidacy with logistical capacity in the twenty states of the republic where it already has a presence, as well as in twenty other states in the United States. In this way, it would also give a voice to Mexican voters residing in the United States; with the additional advantage that Verástegui's right-wing presidency would coincide with "the imminent presidency of Donald Trump" (Astillero, 2023) PAN supporters who feel betrayed are of course welcome to join the new party.

Raúl Tortolero, leader of the conservative *Ejército Cristero* movement and speaker at CPAC, also participated in the Astillero interview. In response to the journalist's explicit question, Tortolero stated that the ideal candidate for the conservative front is Eduardo Verástegui. His job as president "would be fantastic," because he is a fervent Catholic, a person with values who combats child trafficking and also makes good films. You cannot defeat progressivism with more progressivism, Tortolero added, an authentic opposition is required, a true right, like the one Verástegui represents. This is what Vox and its leader Santiago Abascal did in Spain, who dared to break with the Popular Party because they considered it moderate and thus created a real right-wing alternative.

According to Tortolero, Verástegui represents very well the seven pillars of the necessary "cultural counterrevolution", that is:

- defence of faith and religious freedom
- defence of life from conception
- defence of the family
- defence of private property
- defence of the homeland against globalism
- defence of freedoms
- defence of universal rights

This candidacy could easily collect the million signatures required to appear on the ballot, since Mexico is overwhelmingly Catholic, Tortolero stated. The facts, however, would prove him wrong in 2024.

POLITICAL NETWORK FOR VALUES, HAZTE OIR AND CITIZENGO: DEFENDING THE TRADITIONAL FAMILY

Other recent manifestations of right-wing Ibero-American transnationalism are Political Network for Values, *Hazte Oir* and CitizenGO. Like CPAC, they also bring together conservative personalities from Latin America and the United States.

Political Network for Values (PNV) defines itself as “A global platform to enable the inter-connection of political representatives to share, defend and promote the values of life, marriage, family and freedom” (politicalnetworkforvalues.org). Its Board of Directors is chaired by former Chilean presidential candidate José Antonio Kast, its Honorary President is Jaime Mayor Oreja, former Minister of the Interior of Spain during the Popular Party government and NEOS president, and its Secretary General is Rodrigo Iván Cortés, president of *Frente Nacional para la Familia*, from Mexico. Other Board members include:

- Sharon Slater, President of Family Watch Institute, from the United States
- Brian Brown, President of International Organization for the Family, USA.
- Alfonso Aguilar, President of Latino Partnership for Conservative Principles, USA.
- Carlos Polo, director for Latin America of the US-based Population Research Institute.
- Travis Weber, director of the Center for Religious Liberty, from the United States
- Amy Sinclair, Republican Senator from Iowa

Consistent with its transnational vocation, PNV announced a Transatlantic Summit held in New York in November 2023, with the theme “Affirming universal human rights”; understood of course in terms of the right.

For its part, *Hazte Oír* is another transnational network of right-wing organizations (hazteoir.org). Its motto is: “Defending life, family and freedom around the world.” It is part of the larger network *CitizenGO*, based in Madrid and with presence in fifteen cities around the world. Its board includes the following people:

- Ignacio Arsuaga, from Vox
- Brian Brown, also PNV member
- Carlos Polo, also PNV member

STEVE BANNON'S *THE MOVEMENT*, DEBATE WITH POPE FRANCIS AND CONTINENTAL CONTRIBUTIONS

Without a doubt, another important actor in the transnational right-wing movement is Steve Bannon, although admittedly with indirect, lesser influence over the *Iberosphere*. Advisor and trusted man for political affairs of Donald Trump during his first presidential campaign, the two characters distanced from each other shortly after the latter assumed the first presidency in 2017. Bannon then dedicated himself fully to the transnational promotion of right-wing ideologies and strategies to win elections. As of late, he is a supporter of the second Trump administration from outside.

In July 2018, Bannon created a foundation to provide analysis, advice, research and information to right-wing parties and organizations, particularly in Europe. He named the foundation simply *The Movement*. He received the support of powerful allies, such as Marine Le Pen, president of the *Rassemblement National* party in France, and Viktor Orbán, president of Hungary (Anonymous, 2018). Its express objective is to confront the *Open Society Foundation*, a transnational organization created and financed by George Soros in 1984, which promotes liberal causes.

However, Bannon's activism is focused on Europe, his activities in the Americas are sporadic and uncertain. As noted above, he participated as an online speaker at the first CPAC meeting in Mexico. His frequent visits to Brazil during Bolsonaro's presidency have been reported. But for some reason he decided to adopt Europe as his central focus of attention.

One of his favourite targets is Pope Francis, of Argentine origin. Bannon, openly Christian, believes that the administrative apparatus of the Catholic Church must be reformed (Engel & Kennett, 2019). A conservative change is necessary in the Vatican, and Bannon is willing to contribute to that change because it can have a broad global reach; particularly in the Catholic world, of which Latin America forms an important part. He criticizes in particular the Pope's position on minorities, and his unconditional acceptance of immigrants. Referring to the Catholic Church, Bannon declared that "They need illegal aliens to fill the churches, they have an economic interest in immigration, unlimited illegal immigration" (cited in Rose, 2017).

Bannon also places direct blame on the Vatican for the sexual abuse scandals plaguing the Catholic Church, which have contributed to increased public disapproval and exposed a weak flank within the Church. Although Pope Francis has confronted the problem by declaring that "every abuse is an atrocity" and removed cardinals and other clerics accused of such crimes, Bannon uses the scandals to weaken the Pope's leadership and his public image (Engel & Kennett, 2019). Thus, Bannon wishes to combat the historic transnationalism of the Catholic Church with his own version of right-wing transnationalism.

Furthermore, Bannon wants to compete with the Pope on the correct interpretation of Catholic doctrine. He renovated an 800-year-old monastery located 75 km southeast of Rome to offer intensive training courses on "true Catholic knowledge" (Townsend, 2019). Bannon believes that Pope Francis' liberalism is ruining the Catholic Church, so he tries to restore what he considers to be the true faith. In his courses, Bannon brings together right-wing activists,

politicians, and academics to exchange experiences and strategies on how to better combat globalism (Engel & Kennett, 2019).

An ideological ally of Bannon is conservative Cardinal Raymond Burke, former archbishop of St. Louis Missouri, who also criticizes Pope Francis' liberalism. However, Burke withdrew his support for the monastery school when Bannon unceremoniously denounced the "gay agenda" supposedly promoted by the Vatican (Townsend, 2019).

The conservative movement in the United States is thus fighting the modernizing reforms of the Catholic Church, which according to Pope Francis aim to restore authentic Christian values. The Pope advocates freedom of representation, including the LGBTQ community, diverse political opinions, and reconciliation among religions, cultures and nationalities (Poggioli, 2017). The Vatican reform is not afraid of diversity, but rather advocates compassion for marginalized groups such as the poor, homosexuals, and immigrants (Engel & Kennett, 2019). Catholic conservatives in the United States have criticized the Pope for not supporting bishops who wish to deny communion to President Biden and other Democrat politicians for their pro-abortion stance (Lisi, 2022).

Pope Francis openly criticized the first Trump administration's proposal to build a wall on the border with Mexico, stating that building walls instead of bridges is not Christian, because it excludes people and causes suffering (Poggioli, 2017). Thus, he directly confronts the conservative movement in the United States, which supports the construction of the border wall while boasting of defending true Christian values. Steve Bannon maintains that the Pope's position is due to the Church trying to benefit economically from donations that migrants bring to the Church. However, in reality most parishes spend more resources serving immigrants than they obtain from them (Rose, 2017).

The Pope also has vocal allies within the Catholic Church. For example, Cardinal Timothy Dolan of New York, who maintains that the issue of migration is not political but an ethical imperative (Rose, 2017). Dolan believes that the Church has a sacred duty to preach the integrity and respectful treatment of immigrants. Open borders for immigration are rooted in the Bible: "I was hungry and you gave me food. I was thirsty and you gave me drink, I was a stranger and you welcomed me" (Matthew 25:35).

Furthermore, Nolan adds, defending immigration also honors the ideology of the "American dream," praised by nationalist movements in the United States.

In 2016, Steve Bannon advised then-Italian Interior Minister Matteo Salvini, leader of the right-wing party *Lega Nord*, to attack the Pope on the issue of immigration (Al Jazeera, 2022). Salvini, currently Vice Prime Minister of the Italian government, has been characterized by an aggressively anti-immigrant position. In 2017, Salvini was sued for failing to fulfill his humanitarian obligations by refusing to allow a boat loaded with refugees to be rescued at sea, and land on the Italian island of Lampedusa. In a meeting in Washington, Bannon declared that the Pope is an enemy of conservatism, and suggested that Salvini attack him from his position in the Italian government (Townsend, 2019). After the meeting, Salvini took a photo of himself holding a T-shirt with the legend: "Benedict is my Pope."

CONCLUSIONS

There is currently a vast trans-Atlantic movement linking major right-wing political actors in Latin America, Spain and the United States. The movement contains a growing overlap of actors—active and past politicians, writers, academics, journalists—who participate in more than one network. These networks are novel and unexpected, because they blend different versions of right-wing and conservative ideologies that in the past did not look eye to eye: libertarians, militarists, Catholic traditionalists, nationalists, promoters of Pan American relations or Hispanism, etc. They seem to have created a strategic alliance around radical right-wing objectives, in a crusade to defeat global and national liberalism and the left.

The common rationale in this crusade seems to be provided by the New Right. Faced with the crisis of the liberal world order, the New Right proposes a multipolarism built on the basis of zones of civilization. The New Right thus reinterprets the progressive principle of multiculturalism to promote instead a right-wing version of it, which De Benoist calls “differentialism”: the preservation and promotion of “authentic regional cultures” anchored in ancestral identities (ethnicity, language, religion, etc.), currently threatened by globalism and immigration (Bar-On, 2011, p. 208). The efforts to build the *Iberosphere* contribute to advancing this project of cultural selection to reorganize the world.

However, despite recent efforts to create a common transnational right-wing movement, two contrasting projects can be discerned: an association of countries exclusively of Ibero-American background, or including the United States and other countries in that great international right-wing coalition. While the Madrid Charter, NEOS and FIL promote the former project, CPAC, *The Movement* and related associations (PNV, Hazte Oir and *CitizenGO*) advocate for a broader conservative front. Given the original anti-US vocation of the New Right, this divergence contains the seeds of a potential conflict between right-wing transnational organizations. However, such a conflict has not yet been manifested.

The ideas of the New Right, until recently considered exotic, radical and confined to academic or philosophical circles, have become part of the common sense of large sectors of the world’s population. More and more people refer to the “globalist agenda” to identify the origin of the world’s problems, and use the ideological framework created by the New Right to propose solutions: dismantle the UN, limit immigration, question international action based on science (climate change, health policies), combating “gender ideology” and the “gay agenda”, etc. The covid-19 pandemic and the war in Ukraine helped accelerate this process of massive ideological conversion.

Is the New Right winning the global ideological battle without us even realizing it?

Trump’s return to the White House in 2025, against all odds, and his principal advisor’s Elon Musk affinities with replacement theory, White supremacism and nativism, make this possibility real and disturbing.

REFERENCES

AL JAZEERA. Pope Francis denounces exclusion of migrants as 'sinful', 'criminal', **Al Jazeera English**, October 9, 2022. Available online: <https://www.youtube.com/watch?v=5Xan0YAYf80>

ANONYMOUS. Steve Bannon creará una fundación para expandir la ultraderecha por Europa, **The Objective**, July 22, 2018.

ASTILLERO, Julio. Postulación de Xóchitl será el fin del PAN, por aberrante y antielectoral. **Interview with Juan Iván Peña Neder and Raúl Tortolero**, 2023. Available online: <https://www.facebook.com/JulioAstillero1/videos/827963449045468>.

BAR-ON, Tamir. Transnationalism and the French Nouvelle Droite, **Patterns of Prejudice**, vol. 45, no. 3, 2011, p. 199-223.

BARRAGÁN, Almudena. Eduardo Verástegui se queda fuera de la carrera por la presidencia de México, **El País**, January 5, 2024. Available online at <https://elpais.com/mexico/2024-01-06/eduardo-verastegui-se-queda-fuera-de-la-carrera-por-la-presidencia-de-mexico.html>

BURNS, Nick. Latin America's 'CPAC Right' Still Has Big Ambitions, **Americas Quarterly**, November 15, 2022. Available online: <https://www.americasquarterly.org/article/latin-americas-cpac-right-still-has-big-ambitions/>

CASTRO-REA, Julián. Right-Wing Think Tank Networks in Latin America: The Mexican Connection, **Perspectives on Global Development and Technology** (Leiden), no. 17, 2018, p. 89-102. Available online at: <http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/15691497-12341468>

CASTRO-REA, Julián. Escrever com a direita: os best sellers da direita no espanhol e a sua promoção nas redes transnacionais. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto *et al* (eds.). **Pensar as direitas na América Latina**, São Paulo: Alameda, 2019. p. 143-160.

CRONE, Manni. Post-Liberal Visions: Memory, Virility, and Geopolitics on the French New Right in Tjalve, Vibeke Schou. **Geopolitical Amnesia**. The Rise of the Right and the Crisis of Liberal Memory. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 2020. p. 69-81.

DISENSO FOUNDATION. **Carta de Madrid**, 2020. Available at <https://fundaciondisenso.org/carta-de-madrid/>

ENGEL, Richard and KENNETT, Wener. Steve Bannon and U.S. ultra-conservatives take aim at Pope Francis, **NBC News**, April 12, 2019. Available online: <https://www.nbcnews.com/news/world/steve-bannon-u-s-ultra-conservatives-take-aim-pope-francis-n991411>

FISCHER, Karin. The Atlas Network: Littering the World with Free-Market Think Tanks, **Global Dialogue**, July 9, 2018; available online at: <https://globaldialogue.isa-sociology.org/articles/the-atlas-network-littering-the-world-with-free-market-think-tanks>

GREENWALD, Glenn. With new DC policy group, Dems continue to rehabilitate and unify with Bush-era Neocons, **The Intercept**, July 17, 2017.

HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations**. New York: Simon & Schuster, 1996.

LISI, Clemente. Giorgia on Their Minds: What The Vatican Thinks of Meloni's Victory In Italy, **Religion Unplugged**, September 27, 2022. Available online: <https://religionunplugged.com/news/2022/9/26/giorgia-meloni-marches-to-victory-in-italy-what-does-the-vatican-think-of-her-election>

POGGIOLI, Sylvia. Steve Bannon Aligns With Vatican Hard-Liners Who Oppose Pope Francis, **National Public Radio**, February 8, 2017. Available online: <https://www.npr.org/sections/parallels/2017/02/08/514102356/steve-bannon-aligns-with-vatican-hardliners-who-oppose-pope-francis>

RAMOS, David. Actor Eduardo Verástegui may run for president of Mexico, says conservative party there 'is dead', **Catholic News Agency**, July 8, 2023. Available online: <https://www.catholicnewsagency.com/news/254755/actor-eduardo-verastegui-may-run-for-president-of-mexico-says-conservative-party-there-is-dead>

RAZIEL, Zedryk. El ultraderechista Eduardo Verástegui anuncia la creación de su partido político en 2025, **El País**, August 24, 2024. Available at: <https://elpais.com/mexico/2024-08-25/el-ultraderechista-eduardo-verastegui-a-nuncia-la-creacion-de-su-partido-politico-en-2025.html>

ROSE, Charlie. Catholic Church Reacts to Bannon's Comments on Immigration, **CBS New York**, September 7, 2017. Available online: <https://www.youtube.com/watch?v=oRKImbRolg4>

SEPÚLVEDA, Isidro. **El sueño de la Madre Patria**. Hispanoamericanismo y nacionalismo, Madrid: Marcial Pons, 2005.

TOWNSEND, Mark. Steve Bannon told Italy's populist leader: 'Pope Francis is the enemy', **The Guardian**, April 13, 2019. Available online: <https://www.theguardian.com/world/2019/apr/13/steve-bannon-matteo-salvini-pope-francis-is-the-enemy>

URESTI, Azucena. Donald Trump llama al actor Eduardo Verástegui 'posible presidente de México', July 20, 2023. Available online: <https://www.youtube.com/watch?v=OLVeTaIuYAQ>

VAN HORN, Rob and MIROWSKI, Philip. The Rise of the Chicago School of Economics and the Birth of Neoliberalism. In: MIROWSKI, Philip and PLEHWE, Dieter (eds.). **The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**, Cambridge: Harvard University Press, 2009. p. 139-180.

(Recebido para publicação em 14 de março de 2025)

(Reapresentado em 1 de abril de 2025)

(Aprovado para publicação em 3 de abril de 2025)

BASES IDEOLÓGICAS DO BOLSONARISMO NAS ELEIÇÕES DE 2022: DERROTA INSTITUCIONAL E AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

IDEOLOGICAL FOUNDATIONS OF BOLSONARISM IN THE 2022 ELECTIONS: INSTITUTIONAL DEFEAT AND THE RISE OF THE FAR RIGHT IN BRAZIL

Rafaella Lopes Martins Jaeger¹

<https://orcid.org/0000-0002-7186-9219>

Davi Athaydes Leite²

<https://orcid.org/0000-0002-4508-5306>

Vitor de Moraes Peixoto³

<https://orcid.org/0000-0001-6618-3311>

RESUMO

O artigo analisa o impacto do governo Jair Bolsonaro sobre as bases ideológicas do bolsonarismo. A hipótese é de que, ao longo de seu mandato, o ex-presidente consolidou o apoio de segmentos mais radicais enquanto perdeu a adesão de grupos menos extremistas. Com base nos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022, categorizam-se os apoiadores de Bolsonaro em três tipos: convictos (apoio nas duas eleições), arrependidos (apoio apenas em 2018) e convertidos (apoio apenas em 2022). Por meio de variáveis relacionadas a temas debatidos na sociedade brasileira – segurança pública, expansão de direitos, comando das instituições públicas, assistencialismo e direitos reprodutivos –, o estudo avalia como essas categorias refletem diferenças ideológicas dentro do bolsonarismo. Os resultados apontam para a manutenção de valores

1 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutoranda no programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Email: rafaellalmjaeger@gmail.com.

2 Graduando em Administração Pública na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), bolsista no Núcleo de Estudos em Representação e Democracia. Email: daviathaydes1@gmail.com.

3 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Email: vpeixoto@pq.uenf.br.

conservadores entre as bases mais leais, enquanto os arrependidos apresentam maior alinhamento com pautas progressistas.

Palavras-chave: Bolsonarismo; direita; conservadorismo; ideologia.

ABSTRACT

This article analyzes the impact of Jair Bolsonaro's government on the ideological foundations of Bolsonarism. The hypothesis is that, throughout his term, the former president consolidated support among more radical segments while losing the backing of less extreme groups. Based on data from the 2022 Brazilian Electoral Study (ESEB), the analysis categorizes Bolsonaro's supporters into three profiles: loyalists (supported him in both elections), regretful (supported him only in 2018), and converts (supported him only in 2022). Using variables related to issues debated in Brazilian society—public security, expansion of rights, control of public institutions, welfare policies, and reproductive rights—the study examines how these categories reflect ideological differences within Bolsonarism. The results indicate the persistence of conservative values among the most loyal supporters, while the regretful group shows greater alignment with progressive agendas.

Keywords: Bolsonarism; right-wing; conservatism; ideology.

INTRODUÇÃO

A eleição de 2022 representou um marco significativo na política brasileira, revelando os desafios enfrentados por Jair Bolsonaro em sua tentativa de reeleição e as transformações dentro de sua base de apoio. Apesar de consolidado como um ator relevante na disputa ideológica nacional, especialmente entre os setores mais alinhados à extrema direita, o ex-presidente não conseguiu atrair apoio suficiente para garantir a continuidade de seu governo. Este artigo investiga o impacto do governo Bolsonaro sobre as bases ideológicas do bolsonarismo, com a hipótese de que, ao longo de seu mandato, Jair Bolsonaro angariou mais apoio das camadas mais radicais de seus eleitores, enquanto perdeu terreno entre os eleitores menos extremistas. Diante disso, uma questão central emerge: quem permaneceu fiel à base de apoio de Bolsonaro e quem se afastou ao longo do tempo?

Dados recentes de opinião pública mostram que 31% dos entrevistados se identificam como bolsonaristas (DataFolha, 2024), evidenciando a permanência de um contingente expressivo de

apoiadores mesmo após a derrota eleitoral. No entanto, a literatura destaca que esse grupo é heterogêneo, com diferenças demonstradas em definições baseadas na interação entre variáveis de voto e características de apoio ao golpe em casos de crise ou outras associações a aspectos radicais. Para este estudo, a variável independente de maior interesse é uma categorização que considera apenas os votos nas eleições de 2018 e 2022, dividindo os apoiadores em três tipos: bolsonaristas convictos, que votaram em Bolsonaro nos dois pleitos; bolsonaristas arrependidos, que votaram em 2018 e não votaram em 2022; e bolsonaristas convertidos, que não votaram em 2018 e votaram em 2022.

Para tal, utiliza-se o survey Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado pelo Centro de Opinião Pública (Cesop), na onda de 2022, com foco em variáveis dependentes que refletem diferenças ideológicas entre os apoiadores de Bolsonaro. Especificamente, analisam-se variáveis de caráter moral, demonstrando a manutenção de valores tradicionais em casos de maior conservadorismo e o inverso disso em casos de progressismo. A principal questão selecionada inclui quatorze variáveis que abordam temas debatidos pela sociedade, como segurança pública, expansão de direitos, comando das instituições públicas, assistencialismo e direito reprodutivo.

Os resultados são demonstrados em análise bivariada, a partir do cruzamento da tipologia com as variáveis de interesse (e sociodemográficas); com um índice de moralidade, que engloba a somatória das respostas favoráveis às atitudes conservadoras e com modelos de regressão, que apresentam a análise multivariada das variáveis de interesse e aspectos sociodemográficos.

A seguir, apresenta-se o referencial teórico destacando as medidas de bolsonarismo e suas bases ideológicas segundo a literatura, bem como a justificativa para a escolha de uma nova tipologia. Depois, os dados, os procedimentos e as análises sociodemográficas, os quais demonstram o desenho de pesquisa, a descrição das variáveis e o perfil dos bolsonaristas segundo a tipologia usada. Em um terceiro momento, serão discutidos os resultados encontrados, nas análises bivariadas e multivariadas referentes às bases ideológicas do bolsonarismo em 2022. E, por fim, tecidas as considerações finais.

EXTREMA DIREITA NO BRASIL: MEDIDAS DE BOLSONARISMO E SUAS BASES IDEOLÓGICAS

A literatura internacional tem analisado as consequências de governos de extrema direita. Neste campo, estudos pós-materialistas têm se destacado, como os trabalhos de Norris e Inglehart (2016) com a teoria do “*cultural backlash*” que sugere que o voto em partidos populistas pode ser explicado por uma combinação de valores culturais com fatores sociodemográficos. De acordo com essa perspectiva, o sucesso desses partidos na Europa está ligado, em grande medida, à capacidade de mobilização baseada em apelos ideológicos a valores tradicionais e conservadores, em resposta a mudanças culturais percebidas como ameaçadoras. Teoria já questionada por outros autores como Eatwell e Goodwin (2020) que defendem que esse grupo é diverso (intergeracional) e se reúne por diferentes pautas.

Com relação ao Sul Global, autores como Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023) defendem que é necessário deslocar o foco das interpretações tradicionais, geralmente ancoradas em contextos europeus e norte-americanos, para incorporar as dinâmicas sociais, culturais e políticas específicas das nações do hemisfério sul. Para eles, existe uma questão de escala e intensidade, segundo a qual, embora exemplos emblemáticos como Trump e Bolsonaro apresentem discursos intolerantes nas redes sociais, o impacto de tais discursos é muito maior no sul do que no norte global, sinalizando maior risco.

Em análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos, Souza (2024) examina o apoio ao autoritarismo entre eleitores de Trump e de Bolsonaro. Nos EUA, em 2017, o voto em Trump aumentou em cinco vezes a probabilidade de apoio ao fechamento do Congresso e em 70% a aceitação de um golpe militar em cenários de crime ou corrupção. No Brasil, em 2019, o voto em Bolsonaro elevou em 142% o apoio ao fechamento do Congresso, em 89% à intervenção militar por corrupção e em 135% diante de criminalidade. Mais recentemente, o voto em Trump, em 2021, elevou em 286% o apoio a um golpe motivado por corrupção; enquanto no Brasil, o voto em Bolsonaro, em 2023, ampliou em 76% o apoio ao fechamento do STF, 99% ao fechamento do Congresso e mais de quatro vezes à intervenção militar em cenários de corrupção.

Especificamente no caso brasileiro, define-se o bolsonarismo como “um alinhamento ideológico de direita no Brasil, baseado nos posicionamentos políticos de seu líder, Jair Bolsonaro” (Rennó, 2022). Esse fenômeno tem sido amplamente estudado, a exemplo de Nicolau (2020) que contribui para o entendimento do mesmo ao analisar variáveis sociodemográficas clássicas⁴ e fatores políticos relevantes no contexto brasileiro, como antipetismo e *WhatsApp*. O estudo revelou que Bolsonaro obteve apoio majoritário em todas as faixas de escolaridade e idade, com destaque para os homens, evangélicos (aproximadamente 70% de apoio) e residentes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O antipetismo emergiu como um elemento central para a consolidação desse apoio, enquanto o *WhatsApp* foi identificado como o principal meio de disseminação de informações entre seus eleitores.

Em artigo que analisa a eleição presidencial de 2018, Amaral (2020) investiga os fatores determinantes para o voto em Jair Bolsonaro nos dois turnos do pleito, utilizando como base a declaração de voto dos eleitores, com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro. A pesquisa destaca o papel central do antipetismo e do posicionamento ideológico à direita como principais motores desse apoio. Além disso, evidencia o impacto significativo de variáveis sociodemográficas como escolaridade, gênero, região e religião, na definição do voto. Especificamente, com relação a religião, o autor pontua sua ligação ao posicionamento relacionado a questões morais. Ferreira e Fuks (2021) também observam a religião na mesma eleição e apontam que a frequência nos cultos evangélicos influenciou o voto em Bolsonaro. Posteriormente o primeiro autor aprofunda esta e outras variáveis⁵ (Ferreira, 2022).

Ainda sobre a mesma eleição, Fuks, Ribeiro e Borba (2020) buscam explicação do voto em Bolsonaro sob os efeitos do antipartidarismo e de manifestações políticas de intolerância.

4 Notadamente: escolaridade, gênero, idade, religião e região.

5 Além da religião o autor também foca no sexo e na raça/cor.

Para isso, os autores mesclam a rejeição de partidos tradicionais de forma isolada (PT e PSDB) e combinada (generalizada) com o voto no ex-presidente em 2018. Os achados destacam o impacto do antipartidarismo na sua votação, tanto do sentimento generalizado de rejeição aos partidos, como também do antipetismo sozinho. Ademais, evidenciou-se que parte do voto antipartidário representou um sentimento de rejeição ao sistema político, alinhado ao contexto de insatisfação geral e à escolha por uma alternativa eleitoral que se posicionava como *anti-establishment*.

Já com relação à eleição seguinte, Rennó (2022) examina o bolsonarismo com base no voto ou não voto em Jair Bolsonaro, enfatizando aspectos ideológicos. O estudo explora debates em torno de pautas conservadoras e de pautas progressistas, negação científica durante a pandemia da covid-19, adesão a teorias conspiratórias e apoio a medidas antidemocráticas. Os resultados indicam que ser favorável à redução da maioria penal, à pena de morte e ao ensino religioso em escolas públicas aumenta a probabilidade de apoio a Bolsonaro. Em contrapartida, o bolsonarista é consistentemente contrário ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à legalização do aborto. Outras posições, como oposição à adoção por casais homoafetivos, cotas raciais e descriminalização das drogas, além do suporte à prisão de mulheres que realizam aborto, também estão associadas ao apoio a Bolsonaro em alguns anos.

Em estudo anterior, Rennó (2020) também havia indicado que, além do ressentimento contra o Partido dos Trabalhadores, uma perspectiva de reação cultural e visões rígidas sobre lei e ordem, liberalismo econômico e rejeição de políticas sociais foram as características do apoio a Bolsonaro. Esses elementos destacam a conexão entre o bolsonarismo e uma agenda conservadora, revelando o alinhamento ideológico de seus apoiadores com valores tradicionais e uma postura crítica a mudanças sociais progressistas.

Com foco nas consequências desse alinhamento para a democracia, Avritzer e Rennó (2021) investigam como o apoio a Jair Bolsonaro interage e é afetado pela pandemia. Os resultados encontrados revelam que esse apoio aumentou durante a campanha de 2018 e se estabilizou em 2019 e 2020, com um em cada cinco brasileiros se alinhando fortemente a ele. Além disso, segundo os autores, a pandemia não diminuiu o apoio ao ex-presidente nem aumentou o autoritarismo, mas pode ter interrompido o primeiro. Isso porque, conforme escreveram, “Bolsonaro não fez nenhum esforço para promover a união dos brasileiros contra uma ameaça comum representada pela pandemia. Em vez disso, ele avançou ainda mais em sua agenda de conflito e polarização” (Avritzer; Rennó, 2021, p. 454, tradução livre). Essa postura reforça o teor autoritário da base do bolsonarismo.

Existem ainda estudos que observam particularmente os agentes do governo Bolsonaro, como é o caso de Biroli e Tatagiba (2024). As autoras analisam quem foram os atores e os efeitos de suas atuações em três ministérios: Mulher, Família e Direitos Humanos; Saúde e Educação. Os resultados encontrados apontam para a relevância de atores conservadores religiosos em ações para bloquear agendas feministas e para propor políticas que afirmam a ordem familiar tradicional. Em particular, a principal agenda defendida por esses atores é a oposição ao direito ao aborto, bem como a atuação pelo “fortalecimento das famílias” e pela proteção à infância contra supostos riscos associados à sexualização e às drogas.

Contudo, apesar dessa tendência conservadora na base eleitoral (Avritzer; Rennó, 2021) e de governo (Biroli e Tatagiba, 2024), variando entre análises quantitativas e qualitativas, a literatura destaca que o bolsonarismo é um fenômeno multifacetado, composto de distintas tendências ideológicas que convergem em torno de valores conservadores.

Em específico, Silva (2024) observa que esse movimento reúne liberais, nacionalistas e populistas, unidos por pautas relacionadas à moralidade e aos costumes. O autor também diferencia a extrema direita da direita bolsonarista, caracterizando esta última como relativamente mais moderada. Ainda assim, a direita bolsonarista mantém uma postura marcadamente conservadora em relação a questões sociais e morais, aliada a uma forte defesa do liberalismo econômico. Tal diversidade interna evidencia que, embora compartilhem elementos centrais, os apoiadores de Bolsonaro não constituem um grupo ideologicamente uniforme.

Pensando nisso, autores têm buscado operacionalizações distintas para esse apoio. Um exemplo é o trabalho realizado por Chaguri e Amaral (2021), no qual examinam os grupos que formam a base de apoio estável para Bolsonaro. A medida para essa análise se concentrou nos 25% dos entrevistados na terceira fase da pesquisa “Face of Democracy” que disseram que realmente gostavam de Jair Bolsonaro, oferecendo notas de oito a dez para sentimentos positivos em relação a ele. Esse grupo é avaliado sob um índice de autoritarismo que envolveu três perguntas sobre a aceitação de um golpe militar ser justificado em situações de desemprego, de criminalidade e de corrupção. As respostas eram 0-3, com 0 sendo rejeição em todos os casos e 3 representando concordância. Os resultados encontrados revelam que, para cada ponto do índice, a chance de uma pessoa gostar de Bolsonaro aumentou em cerca de 40%. Ou seja, isso significa que a percepção autoritária da política é um elemento importante na distinção entre aqueles que dão maiores pontuações ao ex-presidente.

Outro trabalho que busca uma distinção entre os grupos bolsonaristas é o da Pesquisa do Monitor do Debate Público (MDP, 2023⁶), que divide aqueles que votaram no ex-presidente em 2022 em dois grupos: os que aprovam (bolsonaristas extremos) e os que reprovam (bolsonaristas moderados) os ataques de 8 de janeiro⁸. No relatório mais recente, de número 78⁹ (MDP, 2024), foi identificado em ambos os grupos ceticismo em relação à veracidade das acusações de golpe, interpretando-as como estratégias políticas para desviar a atenção dos problemas do atual governo ou ainda como mais um capítulo da perseguição política instaurada para prender Jair Bolsonaro e enfraquecer seus aliados. Esses dados revelam que, embora os moderados possam parecer menos

6 Antigo projeto Monitor da Extrema Direita (MED).

7 Realizada pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP).

8 Ataques aos edifícios da Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, organizado por grupos bolsonaristas.

9 Na pergunta 97, redigida da seguinte maneira: A Polícia Federal prendeu nesta terça-feira (19) quatro militares das Forças Especiais e um policial federal, suspeitos de envolvimento num plano de golpe contra o resultado das eleições de 2022, que incluía ainda assassinar Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro do Superior Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Ao todo, 37 pessoas foram indiciadas. O plano seria colocado em prática em dezembro de 2022, segundo a investigação da Polícia Federal. Vocês acompanharam essa notícia? O que pensam sobre o caso?

radicais, ambos os grupos compartilham uma defesa sólida do ex-presidente, acompanhada de certo relativismo em relação aos limites democráticos.

Existe ainda a tipificação proposta por Rocha e Solano (2020) que segmenta o eleitorado bolsonarista entre: os fiéis, aqueles que mantêm um apoio constante ao presidente; os apoiadores críticos, que como sugere o nome apresentam apoio com ponderações; e os arrependidos, que se decepcionaram com o presidente e desejam que este abandone o cargo. Em caráter qualitativo, as autoras abordam as percepções desses eleitores sobre diversos temas, entre eles: a pandemia da covid-19, a renúncia ou o impeachment de Bolsonaro e as próximas eleições. Os resultados encontrados revelam que a pandemia foi o principal fator para o enfraquecimento do bolsonarismo, embora os críticos e os arrependidos afirmem que por falta de alternativa votariam novamente no ex-presidente.

De maneira geral, a literatura aponta que o apoio eleitoral não é o único fator que caracteriza o bolsonarismo, mas sim o apoio em conjunto com uma série de atitudes conservadoras, o que demonstra o teor multifacetado deste fenômeno político. No ano de 2018, por exemplo, o apoio eleitoral a Bolsonaro refletia também o antipetismo de uma parcela do eleitorado. Sendo assim, este estudo operacionaliza o apoio contínuo a Bolsonaro, nos dois pleitos em que o candidato participou, com o intuito de compreender o impacto do governo sobre seus apoiadores, analisando a continuidade desse alinhamento ao longo do tempo. Na seção seguinte, detalha-se a operacionalização da métrica utilizada para capturar essa dinâmica de apoio.

DADOS, PROCEDIMENTOS E ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA: QUEM E QUANTOS SÃO OS BOLSONARISTAS

Para fins deste artigo, utiliza-se a pesquisa do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizada pelo Centro de Opinião Pública (Cesop), na Universidade de Campinas, em 2022. Trata-se de um *survey* nacional e pós-eleitoral, aplicado desde 2002. Em particular, seleciona-se a onda de 2022, que contabiliza 2.001 entrevistados, entre os dias 19 de novembro e 4 de dezembro.

Como medida de bolsonarismo, a base de dados oferta duas questões sobre voto no segundo turno nas eleições: i) uma pós-eleitoral, em quem votou na última eleição (2022) e ii) uma retroativa, em quem votou na eleição anterior (2018). Para a criação dos tipos, mesclam-se as duas, dando assim lugar a três tipos: os bolsonaristas convictos, que votaram em Bolsonaro nos dois pleitos; os bolsonaristas arrependidos, que votaram em 2018 e não votaram em 2022; e os bolsonaristas convertidos, que não votaram em 2018 e votaram em 2022.

Em se tratando da base de dados selecionada, verifica-se que 63,2% (1266) dos entrevistados não se enquadram em nenhum dos tipos bolsonaristas. Ou seja, trata-se de “não apoiadores”, indivíduos que não votaram nele nem em 2018 nem em 2022. Esse percentual é significativamente maior do que os resultados eleitorais efetivos dos dois pleitos, o que sugere uma possível distorção na memória dos eleitores. Tal discrepância pode indicar um fenômeno de “memória corrigida”, em que eleitores menos convictos, influenciados pelo contexto pós-eleitoral ou por

pressões sociais, tendem a reinterpretar suas escolhas passadas, declarando um voto diverso daquele que realmente emitiram.

No que diz respeito aos bolsonaristas, os convictos – aqueles que mantiveram seu apoio ao ex-presidente em ambas as eleições – constituem o grupo mais expressivo com 26,8% (537). Os arrependidos, que votaram em Bolsonaro apenas em 2018, representam 8% (161) da amostra, enquanto os convertidos, que aderiram ao bolsonarismo somente em 2022, correspondem a 1,8% (37). Na tabela a seguir demonstra-se a distribuição considerando apenas os bolsonaristas como total da amostra.

Tabela 1- Distribuição dos tipos bolsonaristas em 2022.

Bolsonarista convicto	Bolsonarista arrependido	Bolsonarista convertido
73,1%	21,9%	5%

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) (2022).

A distribuição revela que 73,1% se enquadra no tipo “Bolsonarista convicto”, 21,9% no tipo “Bolsonarista arrependido” e apenas 5% no tipo “Bolsonarista convertido”. Tais resultados evidenciam não apenas predominância de um núcleo duro de apoiadores, mas também uma tendência de desengajamento por parte de uma parcela menor do eleitorado após 2018, além da incorporação marginal de novos adeptos no pleito mais recente.

As categorias bolsonaristas constituem o principal universo de análise deste estudo, uma vez que permitem compreender a influência do apoio contínuo ao candidato nas variáveis de interesse entre a base de apoio. No entanto, devido ao baixo quantitativo de bolsonaristas convertidos, essa categoria precisou ser omitida em algumas visualizações gráficas e tabelas para facilitar a interpretação dos resultados, garantindo uma melhor distinção entre os demais grupos.

Quanto ao perfil sociodemográfico desses eleitores, o estudo observa variáveis clássicas como gênero, cor, escolaridade, região e religião. A distribuição dos tipos entre as variáveis citadas é demonstrada na tabela a seguir.

Tabela 2 - Perfil sociodemográfico dos bolsonaristas.

Variável	Possibilidades de resposta (%)	Bolsonarista convicto	Bolsonarista arrependido
Gênero	Masculino	56,2 % (302)	55,3 % (89)
	Feminino	43,8 % (235)	44,7% (72)
Cor	Branco	42,3 % (227)	28,0 % (45)
	Não branco	57,7 % (310)	72,0 % (116)
Escolaridade	Até o fundamental	23,5 % (126)	45,3% (73)
	Ensino Médio	50,8 % (273)	36,0 % (58)
	Ensino Superior	25,3 % (136)	14,9 % (24)
Região	Sul	14,8 % (80)	9,9 % (16)
	Sudeste	51,0 % (274)	40,9 % (66)
	Norte	7,6 % (41)	11,8 % (19)
	Nordeste	16,9 % (91)	34,1 % (55)
	Centro Oeste	9,4 % (51)	3,1 % (5)
Religião	Catolico	43,2 % (232)	63,4 % (102)
	Evangélico	44,3 % (238)	26,7 % (43)
	Outra religião/Não tem	12,5 % (67)	9,4 % (16)

Fonte: Elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) (2022).

No que diz respeito ao gênero, ambos os grupos apresentam uma composição similar, com ligeira predominância masculina: 56,2% entre os convictos e 55,3% entre os arrependidos. Mulheres representam 43,8% e 44,7%, respectivamente. Esses números sugerem que o gênero não constitui um fator diferenciador significativo entre os dois grupos.

Em relação à cor, há uma diferença mais expressiva. Entre os bolsonaristas convictos, 42,3% se identificam como brancos, enquanto 57,7% se declaram não brancos. Já entre os arrependidos,

a proporção de brancos cai para 28,0%, e a de não brancos sobe para 72,0%. Esse resultado indica que o grupo arrependido tem maior representação de pessoas não brancas.

A escolaridade apresenta diferenças ainda mais acentuadas. Entre os convictos, há uma maior concentração de indivíduos com ensino médio (50,8%), seguido por ensino superior (25,3%) e, em menor proporção, até o ensino fundamental (23,5%). Por outro lado, os arrependidos têm uma composição distinta, com 45,3% concentrados no nível fundamental, 36,0% no ensino médio e apenas 14,9% com ensino superior. Esses dados sugerem que os arrependidos possuem, em média, um menor nível de escolaridade em comparação com os convictos.

Na variável religião, observam-se contrastes importantes. Os bolsonaristas convictos têm uma distribuição equilibrada entre católicos (43,2%) e evangélicos (44,3%), enquanto 12,5% se identificam com outras religiões ou declaram não ter religião. Já entre os arrependidos, a maioria é católica (63,4%), seguida por evangélicos (26,7%) e 9,4% que pertencem a outras religiões ou não possuem afiliação religiosa.

Em relação à região, os cruzamentos revelam que entre os convictos, a maior concentração está no Sudeste (51,0%), seguido pelo Nordeste (16,9%), pelo Sul (14,8%), pelo Centro-Oeste (9,4%) e pelo Norte (7,6%). Já entre os arrependidos, o Sudeste também prevalece (40,9%), mas com uma proporção menor em comparação aos convictos. O Nordeste aparece como a segunda região com maior representação entre os arrependidos (34,1%), seguido pelo Norte (11,8%), pelo Sul (9,9%) e pelo Centro-Oeste (3,1%). Nesse contexto, é importante ressaltar que, embora o Sudeste se destaque como a principal região de força para ambos os tipos de bolsonaristas, o Nordeste ocupa a segunda posição em ambos os grupos. No entanto, entre os convictos, o percentual do Nordeste se aproxima do Sul (terceira posição) dentro da margem de erro. Já entre os arrependidos, o Nordeste apresenta um percentual quase equivalente ao do Sudeste, ficando atrás por apenas seis pontos percentuais.

De forma geral, os resultados indicam que, enquanto a categoria gênero apresenta pouca variação entre os grupos; as categorias cor, escolaridade, região e religião emergem como fatores relevantes para compreender as diferenças entre bolsonaristas convictos e bolsonaristas arrependidos. Essa análise reforça a importância de explorar os aspectos sociodemográficos para compreender as dinâmicas de apoio e de distanciamento ao bolsonarismo.

Em se tratando da compreensão das bases ideológicas do ex-presidente, que referem-se aos princípios, aos valores e às crenças, buscou-se variáveis que expressassem esses ideais de maneira a demonstrar manutenção de valores tradicionais, em casos de mais conservadorismo, e o inverso disso, em casos de progressismo. Para tal, foram selecionadas quatorze variáveis de carácter moral que estão expressas na questão de código “Q31” do banco, redigida da seguinte forma: “Agora eu vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Gostaria de saber se o(a) sr(a) é a favor ou contra”. As possibilidades de resposta “depende” e “não sei” eram captadas apenas espontaneamente.

Para a presente pesquisa, foram selecionadas apenas as respostas favoráveis às questões perguntadas, sendo estas divididas em dois blocos: pautas progressista, que compreendem a proibição do porte de arma, a discriminação das drogas, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de criança por casal homoafetivo, a adoção de cotas raciais, a legalização

do aborto, os programas bolsa família e auxílio Brasil; e pautas conservadoras, que compreendem redução da maioridade penal, pena de morte, que escolas públicas ensinem a rezar, prisão de mulheres que interromper gestação, privatização e militarização do setor público.

Em um governo posterior a uma eleição polarizada, havia expectativa do candidato dedicar esforços para angariar eleitores de centro, consolidando assim um apoio mais amplo. A hipótese é de que, ao longo de seu mandato, Jair Bolsonaro fortaleceu o apoio das camadas mais conservadoras enquanto perdeu terreno entre os grupos menos extremistas. Operacionalmente, acredita-se que ao analisar as variáveis relacionadas nesses dois blocos ideológicos, os bolsonaristas convictos apresentem um perfil significativamente mais conservador em comparação aos bolsonaristas arrependidos e aos convertidos. Essa diferença pode ser explicada pela transformação do apoio ao bolsonarismo, que, em sua forma mais intensa e convicta, tende a reforçar valores conservadores, defendidos por Jair Bolsonaro.

Os resultados são apresentados por meio de uma análise bivariada (descritiva), utilizando dois gráficos que cruzam as variáveis dependentes mencionadas anteriormente com os tipos de bolsonarismo, definidos como variável independente. O primeiro gráfico abrange as pautas progressistas: legalização do aborto, legalização das drogas, cotas raciais, casamento homoafetivo, adoção por homoafetivo, auxílio emergencial e bolsa família. E o segundo aborda as pautas conservadoras, a saber: prisão de mulheres que abortam, pena de morte, privatização, militarização das escolas, redução da maior idade penal e religião nas escolas. A finalidade desses gráficos é destacar as tendências de apoio e de diferenciação ideológica entre os grupos analisados. Os dados completos, incluindo as respostas alternativas, como “contra” e “depende”, estão disponíveis em formato de tabela no apêndice deste artigo, oferecendo uma visão detalhada e complementar da análise (Tabela 3).

Além da análise descritiva, cria-se um índice de conservadorismo moral elaborado com a somatória das respostas das quatorze perguntas. Especificamente, com base nas pautas conservadoras, no qual cada variável é medida em escala ordinal de três pontos: a favor (2), contra (0) e depende (1). Para ajustar as variáveis de forma a refletir corretamente as posições conservadoras, foi necessário realizar a recategorização de algumas delas de maneira a deixar a resposta conservadora como favorável, a exemplo: descriminalização do uso das drogas. Assim, recategoriza-se para criminalização do uso das drogas e as respostas favoráveis passam a ser conservadoras. Ou seja, os que responderam ser contra a descriminalização, passam a corresponder às favoráveis à criminalização (resposta conservadora). Esse processo de recategorização foi aplicado a todas as variáveis com características semelhantes. A somatória dessas respostas produziu um escore total para cada indivíduo, com valores variando de 0 (visão totalmente progressista) a 28 (visão totalmente conservadora). As pontuações foram analisadas de acordo com os tipos de bolsonarista.

Por fim, apresentam-se os modelos estatísticos. Trata-se de quinze modelos, quatorze de regressão logística multinomial e um linear, ambos utilizando a recategorização de conservadorismo descrita no parágrafo anterior. Os quatorze primeiros são expressos em dois gráficos divididos pelas pautas progressistas e conservadoras, conforme a divisão estabelecida na análise descritiva. O modelo linear, por sua vez, é expresso em um gráfico isolado. Cada modelo é composto pela variável independente da pesquisa (os tipos de bolsonarismo), as variáveis

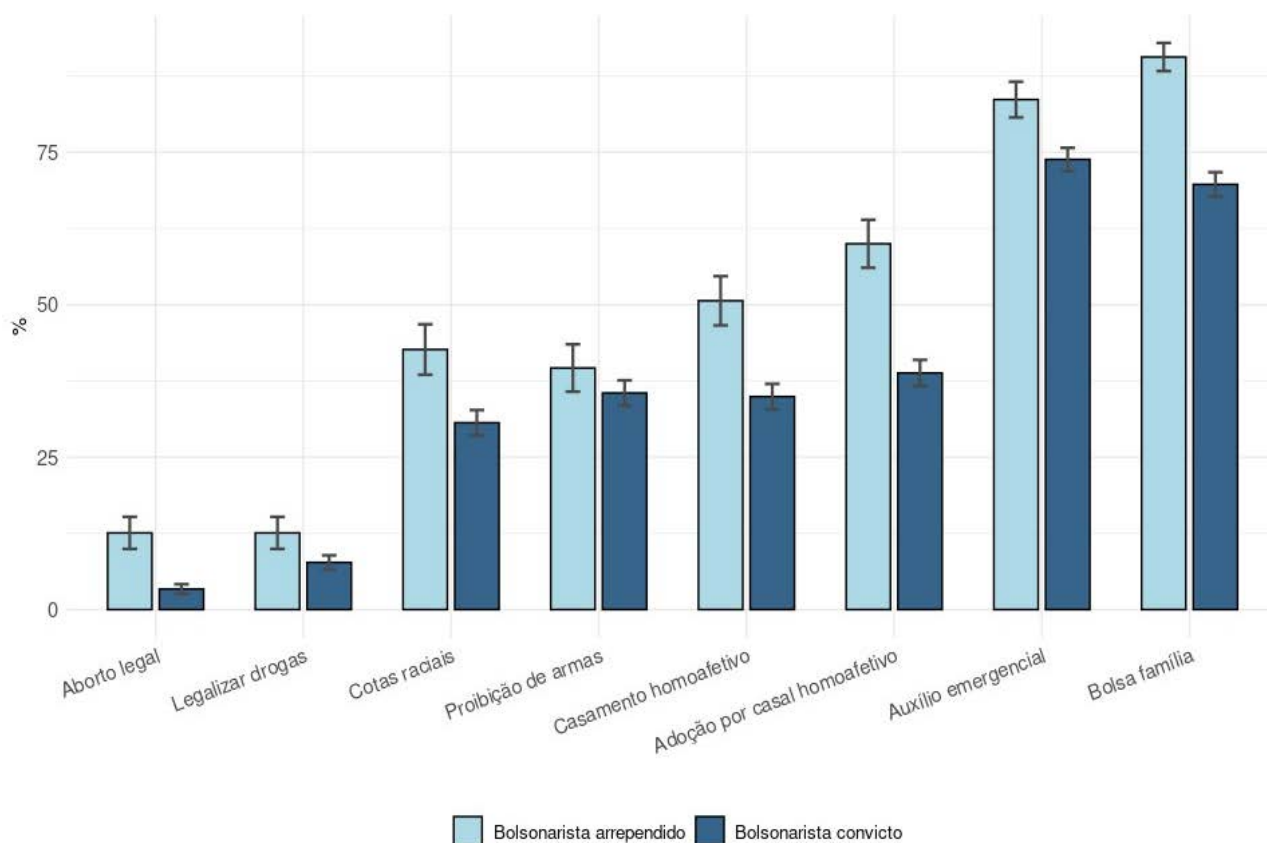
sociodemográficas citadas (gênero, cor, idade, escolaridade, região e religião) e uma variável dependente de moralidade dentre as quatorze selecionadas - ou de maneira agregada no índice no caso do último modelo. Assim, cada uma das variáveis relacionadas a temas debatidos na sociedade brasileira terá um modelo, e a somatória de respostas conservadoras também.

A seguir expõem-se os resultados da análise bivariada, índice e modelos estatísticos.

BASES IDEOLÓGICAS DO BOLSONARISMO EM 2022

Nos gráficos a seguir, apresenta-se a distribuição dos percentuais de resposta favorável às variáveis dependentes citadas, nas pautas progressistas e conservadoras, segundo as medidas de bolsonarismo estabelecidas pelo artigo.

Gráfico 1 - Atitudes favoráveis as pautas progressistas por bolsonaristas convictos, e arrependidos (2022).

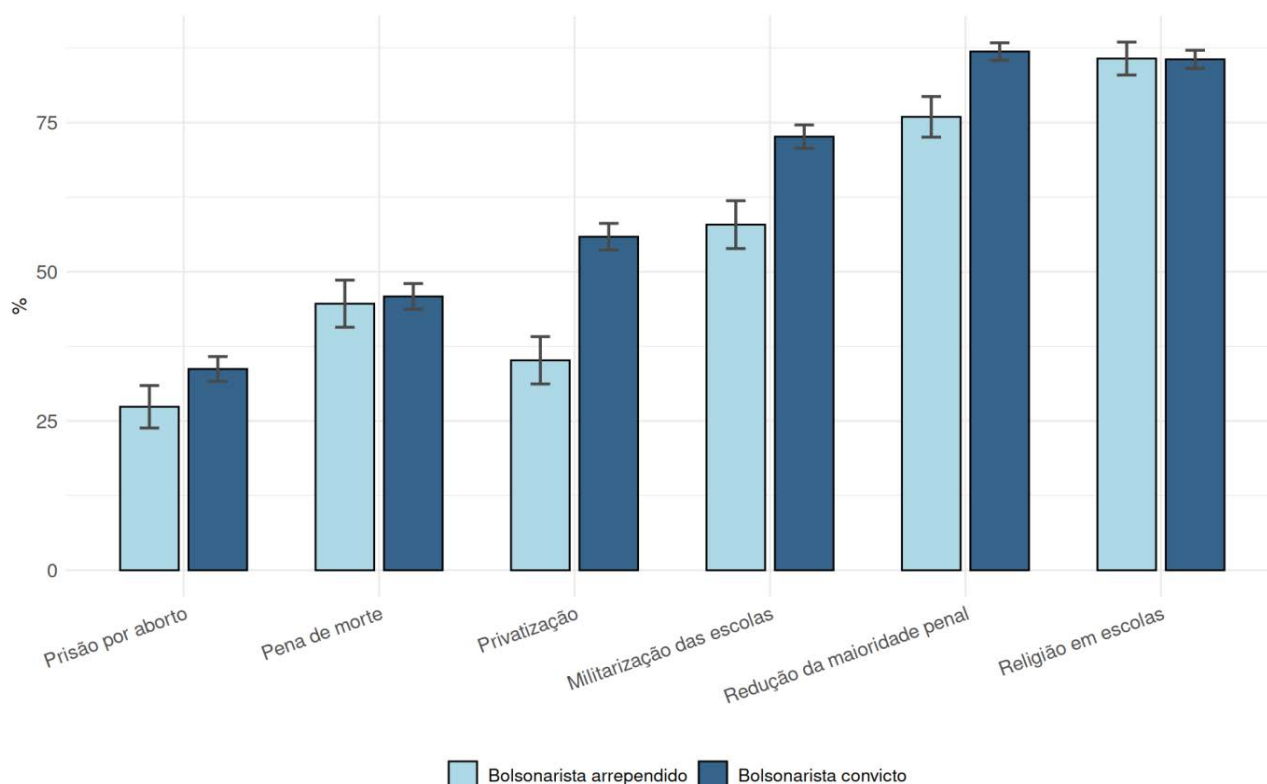


Fonte: elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (2022).

No que diz respeito às pautas progressistas, os bolsonaristas arrependidos apresentam maior aceitação de pautas como casamento homoafetivo (cerca de 50%) e adoção por homoafetivo

(aproximadamente 60%), enquanto os convictos apresentam índices mais baixos, com cerca de 35% e 40%, respectivamente. No tema da proibição de armas, a diferença é mais sutil, com 40% de apoio entre os arrependidos, em comparação a 35% entre os convictos. Em contraste, pautas como aborto legal e legalização de drogas apresentam baixos índices de apoio em ambos os grupos: cerca de 12% entre os arrependidos, frente a 3% e 7% entre os convictos, respectivamente. Por outro lado, o Bolsa Família e o auxílio emergencial destacam-se como as pautas de maior consenso, com índices superiores a 65% entre os dois grupos. No caso das cotas raciais, os arrependidos registram apoio de cerca de 42%, enquanto os convictos apresentam cerca de 30%, mostrando um contraste moderado entre os grupos.

Gráfico 2 - Atitudes favoráveis às pautas conservadoras por bolsonaristas convictos e bolsonaristas arrependidos (2022).



Fonte: elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (2022).

Quanto às pautas conservadoras, bolsonaristas convictos apresentaram maior adesão (cerca de 33%) em relação à criminalização do aborto em comparação aos arrependidos (cerca de 27%). No apoio à pena de morte, as porcentagens foram similares entre os grupos (aproximadamente 45%). Já sobre a privatização, os convictos demonstraram um apoio mais expressivo (cerca de 55%) do que os arrependidos (aproximadamente 35%). A militarização das escolas, por sua vez, contou com apoio expressivo de ambos os grupos, sendo mais proeminente entre os

convictos (em torno de 72%) em comparação aos arrependidos (aproximadamente 58%). A pauta da redução da maioria penal obteve também ampla aprovação em ambos os grupos, com os convictos registrando cerca de 85% de apoio, enquanto os arrependidos ficaram pouco abaixo, com aproximadamente 75%. Por fim, a introdução da religião nas escolas mostrou-se altamente favorável em ambos os grupos, com cerca de 85% de apoio. Esses dados evidenciam a consistência nas posições conservadoras entre os bolsonaristas convictos, enquanto os arrependidos mantêm níveis elevados de adesão a algumas pautas, ainda que ligeiramente inferiores.

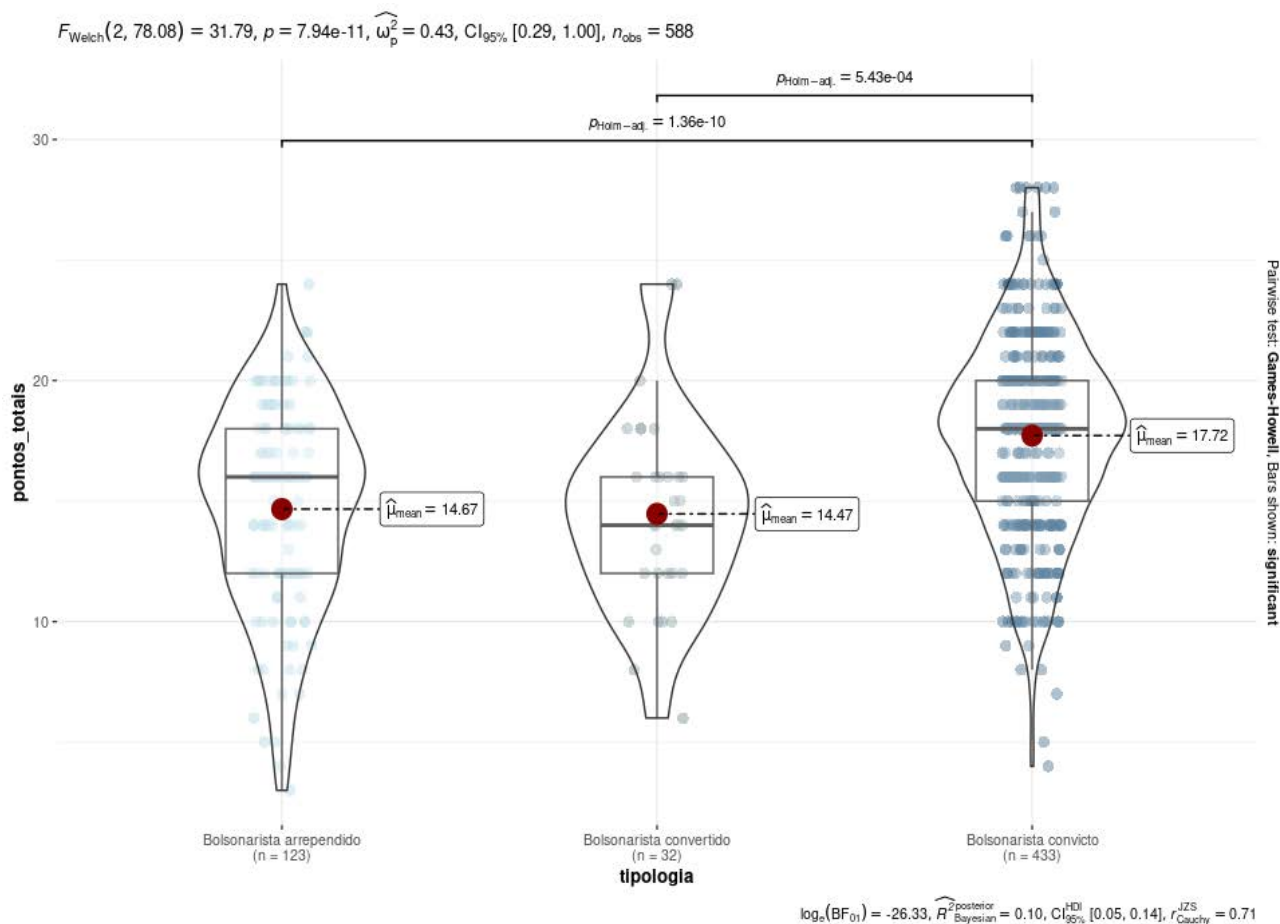
De maneira geral, enquanto os arrependidos demonstram maior aceitação de pautas progressistas, como casamento homoafetivo (50% contra 35%) e adoção por casais homossexuais (60% contra 40%), os convictos mantêm índices mais elevados de adesão às pautas conservadoras, como privatização (55% contra 35%), militarização das escolas (72% contra 57%) e redução da maioria penal (86% contra 75%). Por outro lado, algumas pautas polarizam menos os grupos, como o apoio moderado à proibição de armas (39% entre arrependidos e 35% entre convictos) e a ampla rejeição à legalização de drogas e aborto legal, com índices baixos de aprovação em ambos os segmentos. Entre os resultados, destaca-se a convergência no apoio ao Bolsa Família e ao Auxílio Emergencial (superior a 65% em ambos). Esses achados revelam que ambos os grupos apresentam apoio expressivo às pautas conservadoras, ainda que os arrependidos demonstrem maior propensão a posições progressistas.

Em outras palavras, os bolsonaristas convictos, que mantêm uma visão mais conservadora, continuam a votar em Bolsonaro por uma fidelidade ao conservadorismo, mesmo diante de eventos políticos e sociais que desafiaram o governo. Já os bolsonaristas arrependidos, por sua vez, apresentam uma postura mais amena, com menor apoio a posições extremas e maior apoio entre as pautas progressistas, o que sugere uma adaptação ou afastamento do conservadorismo inicial.

Para mais, esses resultados reforçam a ideia de que o voto desempenha um papel crucial na compreensão do bolsonarismo, especialmente ao refletir as trajetórias ideológicas de seus apoiadores. Isso porque observa-se que o comportamento de voto é um importante preditor de atitudes mais conservadoras, com os bolsonaristas convictos, que mantiveram o apoio a Bolsonaro em ambas as eleições tendendo a ter visões mais extremas.

A seguir apresentam-se os índices, somatória das atitudes favoráveis às pautas conservadoras dos três tipos de bolsonarismo.

Gráfico 3 - Índice de atitudes favoráveis às pautas conservadoras por bolsonaristas convictos, arrependidos e convertidos (2022).

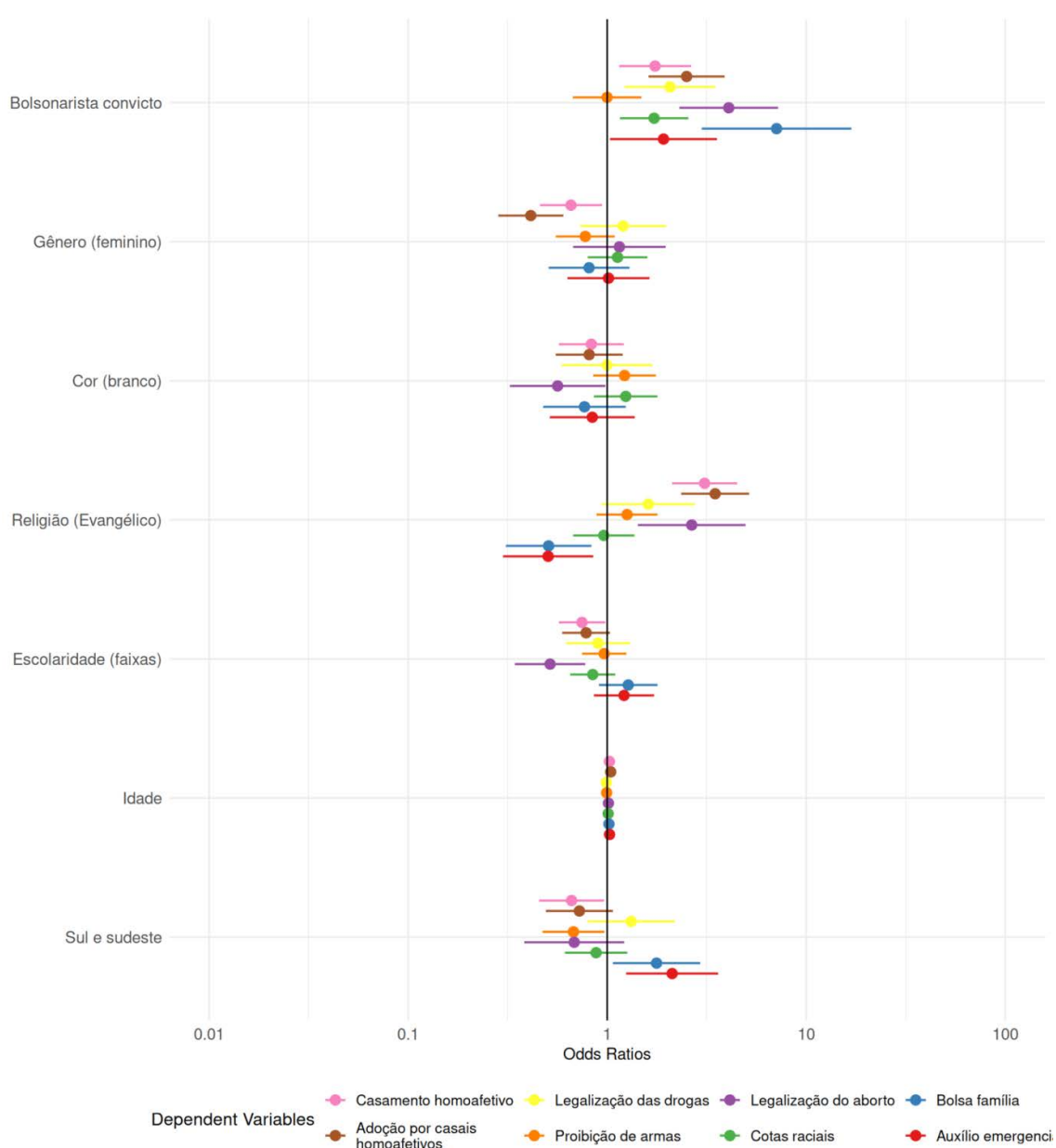


Fonte: elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (2022).

O Gráfico 3 revela diferenças significativas entre os grupos analisados, conforme apontado pelo teste ANOVA de Welch ($p < 0,001$), que é apropriado para situações com variância heterogênea. O tamanho do efeito foi elevado, indicando que a classificação dos indivíduos explica uma parte substancial da variação no índice de conservadorismo moral. Os resultados mostram que o grupo “Bolsonarista convicto” apresentou uma média significativamente mais alta no índice de conservadorismo moral em comparação aos grupos “Bolsonarista arrependido” e “Bolsonarista convertido” ($p < 0,01$). As médias dos grupos “arrependido” e “convertido” foram semelhantes e consideravelmente mais baixas do que a do grupo “convicto”. Visualmente, o gráfico ilustra uma maior concentração de valores elevados para o grupo “convicto”, enquanto os grupos “arrependido” e “convertido” apresentam distribuições mais homogêneas e com valores predominantemente mais baixos. Esses achados sugerem que os indivíduos convictos no apoio ao bolsonarismo têm um nível de conservadorismo moral substancialmente mais elevado em relação aos outros grupos.

Quanto aos modelos de regressão, que aplicam as análises anteriores das variáveis ideológicas individualmente a métricas estatísticas, sob a recategorização das respostas pelo viés de posições conservadoras, apresentam-se nos gráficos a seguir, divididos entre pautas progressistas e pautas conservadoras.

Gráfico 4 - Determinantes do conservadorismo com relação às pautas progressistas (2022).



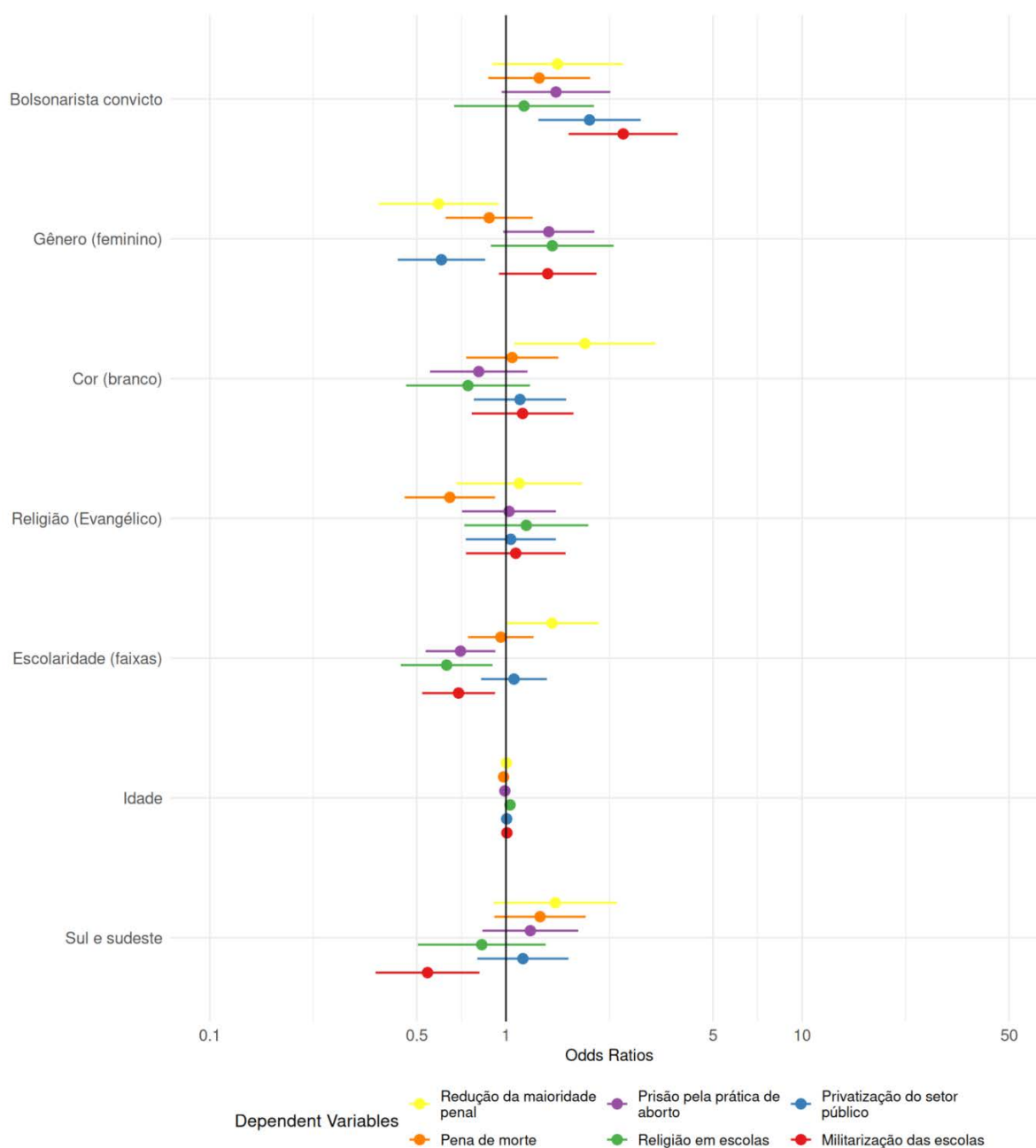
Fonte: elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (2022).

No que diz respeito às pautas progressistas, os resultados indicam que bolsonaristas convictos apresentam menor probabilidade de apoio a pautas progressistas. Especificamente, convictos são significativamente mais propensos a rejeitarem o casamento homoafetivo (74% mais chance, $p = 0,009$), a adoção de crianças por casal homoafetivo (151% mais chance, $p < 0,001$), a descriminalização do uso das drogas (107% mais chance, $p = 0,007$), a legalização do aborto (308% mais chance, $p < 0,001$), as cotas raciais (72% mais chance, $p = 0,007$) e o Auxílio Brasil (92% mais chance, $p = 0,039$).

Em relação às variáveis sociodemográficas, mulheres apresentam menor rejeição a pautas como casamento homoafetivo (34% menos chance, $p = 0,022$) e adoção por casais homoafetivos (59% menos chance, $p < 0,001$). Além disso, maior escolaridade reduz a rejeição ao casamento homoafetivo (25% menos chance, $p = 0,033$) e à legalização do aborto (48% menos chance, $p = 0,001$). Igualmente, as regiões Sul e Sudeste demonstraram maior rejeição ao casamento homoafetivo (34% menos chance, $p = 0,031$).

Em contrapartida, ser evangélico apresenta-se como um dos preditores mais consistentes de conservadorismo, aumentando a rejeição ao casamento homoafetivo (209% mais chance, $p < 0,001$), à adoção por casais homoafetivos (249% mais chance, $p < 0,001$) e à legalização do aborto (166% mais chance, $p = 0,002$). Idade também está positivamente associada ao conservadorismo em algumas pautas, aumentando a rejeição ao casamento homoafetivo (3% mais chance por ano de idade, $p < 0,001$) e à adoção por casais homoafetivos (4% mais chance por ano de idade, $p < 0,001$).

Gráfico 5 - Determinantes do conservadorismo com relação às pautas conservadoras (2022).



Fonte: elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (2022).

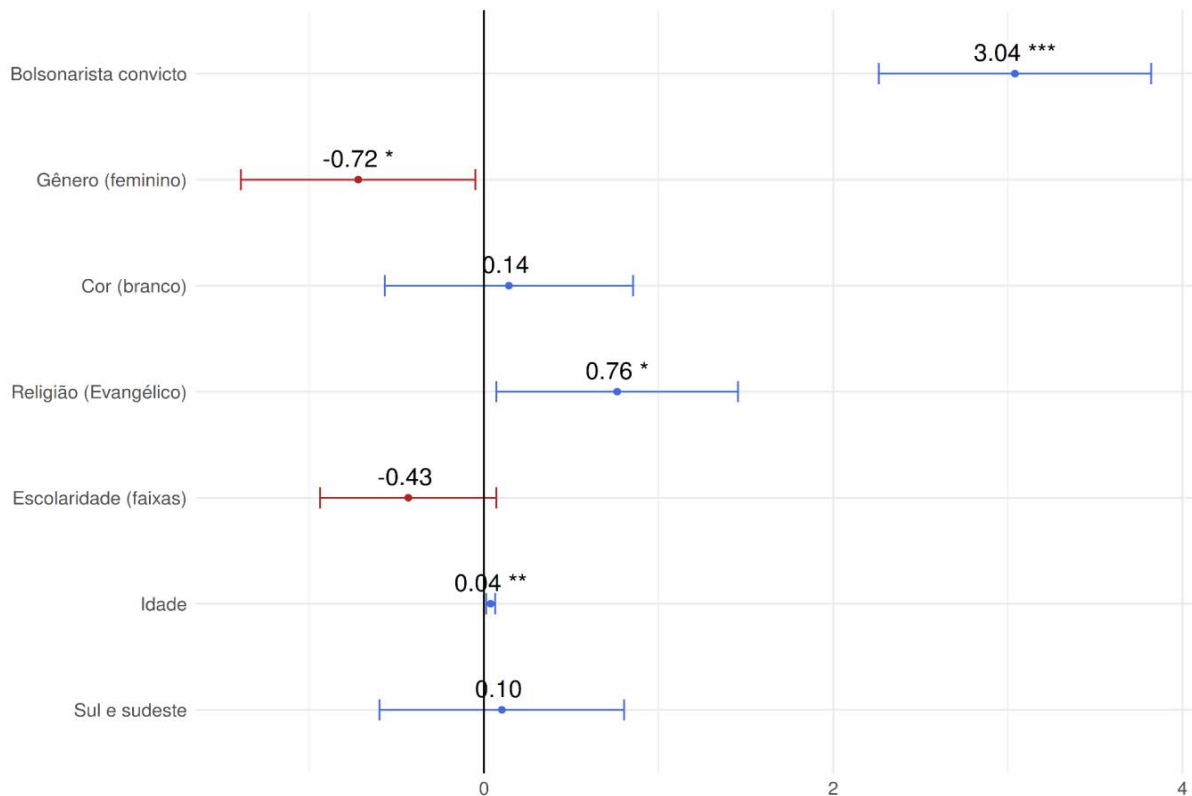
Acerca das pautas conservadoras, bolsonaristas convictos apresentaram maior probabilidade de apoiar pautas conservadoras em dois temas: privatização do setor público (91% mais chance, $p = 0,001$) e militarização das escolas (149% mais chance, $p < 0,001$).

Em relação às variáveis sociodemográficas, mulheres apresentaram menor probabilidade de apoiar pautas conservadoras, como redução da maioridade penal (41% menos chance, $p = 0,028$) e privatização do setor público (39% menos chance, $p = 0,004$). A escolaridade, por sua vez, também reduz a probabilidade de apoiar pautas conservadoras, como a prisão de mulheres que interrompem a gravidez (30% menos chance, $p = 0,011$) e a presença de religião nas escolas (37% menos chance, $p = 0,011$). Quanto à cor, pessoas brancas apresentaram maior probabilidade de apoiar a redução da maioridade penal (85% mais chance, $p = 0,029$). A variável religião mostrou que os evangélicos foram menos propensos a apoiar a prisão de mulheres que interrompem a gravidez (35% menos chance, $p = 0,015$). Por fim, pertencer às regiões Sul e Sudeste reduz a probabilidade de apoiar a militarização das escolas (46% menos chance, $p = 0,003$).

De maneira geral, os resultados apresentados nos modelos multivariados evidenciam que o conservadorismo entre bolsonaristas convictos e bolsonaristas arrependidos se manifesta de forma diferenciada nas pautas progressistas e nas conservadoras. Particularmente, bolsonaristas convictos mostram maior propensão a adotar posições conservadoras, especialmente com relação a pautas progressistas. Em se tratando das variáveis sociodemográficas incluídas, enquanto religião (evangélico) emerge como um fator determinante do conservadorismo, a escolaridade e o gênero frequentemente atuam como barreiras a posições conservadoras.

A seguir, apresenta-se as variáveis dependentes descritas nos gráficos acima de maneira isolada, agregadas no índice de conservadorismo.

Gráfico 6 - Determinantes do índice de conservadorismo (2022).



Fonte: elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (2022).

A respeito dos determinantes do índice de conservadorismo, os resultados encontrados no modelo linear, que agrega todas as variáveis, corroboram o que foi verificado de maneira individual nos modelos multivariados para os três tipos de bolsonarismo. Notadamente, os dados evidenciam que bolsonaristas convictos têm maior probabilidade de adotar posições conservadoras em comparação aos arrependidos e convertidos, com um aumento significativo no índice de conservadorismo (cerca de três pontos no índice). Em termos das variáveis sociodemográficas, destacam-se o gênero, a escolaridade, a idade e a religião. Quanto ao gênero, mulheres demonstram menor probabilidade de se alinharem a posições conservadoras em comparação aos homens (redução de aproximadamente 0,72 pontos no índice). Na escolaridade, observa-se uma relação negativa, em que maior escolaridade está associada a menores chances de conservadorismo (redução de 0,43 pontos no índice), ainda que sem significância estatística. A idade, por sua vez, apresenta uma associação positiva: a cada ano adicional de vida, há um aumento de aproximadamente 0,04 pontos no índice de conservadorismo. Por outro lado, a religião destaca-se como um fator relevante: ser evangélico está positivamente associado ao conservadorismo, com um aumento de 0,76 pontos no índice.

Em linhas gerais, os resultados encontrados nos modelos multivariados (entre os tipos convictos e arrependidos) e no modelo linear (entre os três tipos - inclusive os convertidos) apresentam conformidade. Quanto aos tipos bolsonaristas, observa-se que os convictos tendem a ser mais conservadores em todos os temas se comparados aos outros dois tipos. Os achados também evidenciam algumas tendências entre as variáveis sociodemográficas como escolaridade e gênero, as quais diminuem as chances de conservadorismo. Em contrapartida, o contrário ocorre com variáveis como religião, segundo a qual o fato de ser evangélico tende a fazer aumentar o grau de conservadorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da derrota institucional de Jair Bolsonaro, a permanência de uma base significativa de apoiadores ilustra a resiliência do movimento e sua capacidade de moldar o debate público. A análise dos perfis de eleitores bolsonaristas – convictos, arrependidos e convertidos – revelou a heterogeneidade dessa base e os diferentes níveis de adesão às pautas conservadoras.

Os dados descritivos indicam que a maioria dos eleitores que votaram em Bolsonaro em 2018 manteve seu apoio em 2022, compondo o grupo dos convictos (73,1%). No tocante às pautas ideológicas, enquanto os convictos e os convertidos apresentam apoio expressivo a questões conservadoras, os arrependidos demonstram maior inclinação a posições progressistas, como casamento homoafetivo e adoção por casais homossexuais, em comparação aos convictos, que têm maior adesão a pautas como privatização, militarização das escolas e introdução de religião nas escolas. Algumas questões, como a proibição de armas, geram menor polarização entre os grupos, enquanto há convergência na rejeição à legalização de drogas e do aborto.

Além disso, os dados sociodemográficos sugerem que o perfil predominante dos bolsonaristas arrependidos – eleitores não brancos, nordestinos e com menor escolaridade – pode indicar uma possível erosão do apoio popular ao bolsonarismo, especialmente entre segmentos que historicamente não integram seu núcleo mais fiel. Embora este aspecto não seja o foco central da pesquisa e a base de dados utilizada não permita tais inferências, destaca-se esse ponto como hipótese para investigação futura.

As análises estatísticas corroboram as tendências identificadas nos dados descritivos: o índice de conservadorismo revela uma concentração significativa de valores elevados entre os convictos, enquanto os arrependidos e os convertidos apresentam escores predominantemente mais baixos. O modelo de regressão linear confirma essa disparidade, atestando o conservadorismo mais acentuado do grupo convicto. Já os modelos de regressão multinomial demonstram que, embora todos os grupos tendam a aderir a posições conservadoras em diferentes intensidades, os convictos destacam-se por sua probabilidade significativamente maior de apoiar medidas como a rejeição ao casamento e à adoção por casais homoafetivos, além da defesa da pena de morte, da redução da maioridade penal e da militarização das escolas. Essa distinção reforça o perfil ideológico mais radical dos apoiadores convictos em comparação com os demais grupos.

Esses achados confirmam a hipótese do trabalho de que o ex-presidente consolidou o apoio de segmentos mais conservadores enquanto perdeu a adesão de grupos menos extremistas. Assim, a principal diferença entre os grupos investigados reside na intensidade do conservadorismo, com os convictos se posicionando de forma mais radical, enquanto os arrependidos apresentam maior moderação. Deste modo, a derrota de Bolsonaro no pleito presidencial não representa o enfraquecimento completo de suas bases ideológicas. Pelo contrário, evidencia um realinhamento estratégico que mantém o bolsonarismo como uma força política relevante, com potencial de influenciar futuras disputas eleitorais e agendas políticas.

Por fim, este estudo contribui para a literatura ao analisar as especificidades do bolsonarismo e suas bases ideológicas. No entanto, reconhece-se que a continuidade dessas investigações, em especial com foco nos desdobramentos pós-2022, será fundamental para compreender a evolução do fenômeno e suas implicações para a democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Oswaldo E. do. The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, p. e0004, 2020.
- AVRITZER, Leonardo; RENNO, Lucio. The pandemic and the crisis of democracy in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 13, n. 3, p. 442-457, 2021.
- BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; QUINTELA, Débora Françolin. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). **Opinião Pública**, v. 30, p. e3013, 2024.
- CESOP (Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre Órgãos Colegiados). Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB, banco de dados, 6ª onda (2022). Coordenação: Rachel Meneguello. Campinas: CESOP/Unicamp, 2022.
- CHAGURI, Mariana; AMARAL, Oswaldo E. do. The social base of bolsonarism: An analysis of authoritarianism in Politics. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 1, p. 32-46, 2021.
- DATAFOLHA. Inclinação ao petismo continua a superar bolsonarismo. Folha de S.Paulo, São Paulo, 25 mar. 2024. Seção Opinião e Sociedade. Disponível em: . Acesso em: 04 jul. 2025.
- EATWELL, Roger. GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Tradução de Alessandra Bonrruquer. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça; FUKS, Mario. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. e238866, 2021.
- FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça. Religião, Sexo e Cor/Raça: nuances do efeito da identidade evangélica sobre o voto em Bolsonaro em 2018. **Revista Agenda Política**, v. 10, n. 3, p. 165-191, 2022.
- FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. From antipetismo to generalized antipartisanship: the impact of rejection of political parties on the 2018 vote for Bolsonaro. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1, p. e0005, 2020.
- MONITOR DO DEBATE PÚBLICO. Relatório nº 78: Percepções sobre tentativa de golpe e prisões relacionadas ao 8 de janeiro. Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública – LEMEP, 2023. Acesso em: 04 jul. 2025. Documento atualmente fora do ar.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash. **Harvard JFK School of Government Faculty Working Papers Series**, p. 1-52, 2016.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R. *et al.* **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. São Paulo: Oficina Raquel, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana (Ed.). **The rise of the radical right in the Global South**. Abingdon: Routledge, 2023.

RENNÓ, Lucio R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. **Latin American Politics and Society**, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 147-163, 2022.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. Bolsonarismo em crise. **Democracia e direitos humanos**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2020.

SILVA, Victor Vitorino da. **O Bolsonarismo enquanto movimento social no pós-2018**. 2024 Monografia (Bacharelado em Ciência Política) – Uninter, Curitiba, PR, 2024.

SOUZA, Jessica Matheus. **A ascensão da extrema direita: uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos**. 2024. f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2024.

(Recebido para publicação em 27 de março de 2025)

(Reapresentado em 3 de abril de 2025)

(Aprovado para publicação em 5 de abril de 2025)

APÊNDICE

Tabela 3 - Percentuais de resposta de debates morais por bolsonaristas convictos, arrependidos e convertidos (2022).

Variável	Possibilidades de resposta	Bolsonarista convicto (%)	Bolsonarista arrependido (%)	Bolsonarista convertido (%)
Redução da maioria penal	A favor	86,8%	75,9%	61,7%
	Contra	11,9%	21,5%	35,4%
	Depende	1,1%	2,5%	2,7%
Proibição da venda de armas de fogo	A favor	35,5%	39,6%	43,5%
	Contra	55,8%	58,4%	53,9%
	Depende	8,6%	1,8%	2,4%
Pena de morte	A favor	45,8%	44,6%	36,6%
	Contra	43,7%	45,2%	57,4%
	Depende	10,3%	10,0%	5,9%
Descriminalização das drogas	A favor	7,7%	12,5%	24,9%
	Contra	89,8%	79,8%	68,4%
	Depende	2,4%	7,5%	6,8%
Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo	A favor	34,9%	50,6%	66,7%
	Contra	58,3%	44,1%	30,0%
	Depende	6,7%	5,1%	3,2%
Adoção de criança por casal homoafetivo	A favor	38,8%	60,0%	71,8%
	Contra	55,4%	38,7%	24,4%
	Depende	5,7%	1,2%	3,6%
Adoção de cotas raciais	A favor	30,6%	42,6%	61,2%
	Contra	64,3%	53,8%	37,5%
	Depende	5,0%	3,4%	1,2%
Escolas públicas ensinam a rezar	A favor	85,5%	85,7%	70,4%
	Contra	10,1%	8,6%	26,3%
	Depende	4,3%	5,5%	3,1%
Privatização do setor público	A favor	55,8%	35,1%	22,9%
	Contra	35,4%	59,3%	72,2%
	Depende	8,7%	5,5%	4,7%
Militarização da escola pública	A favor	72,6%	57,8%	38,6%
	Contra	22,5%	37,5%	58,9%
	Depende	4,8%	4,6%	2,3%
Bolsa Família	A favor	69,7%	90,6%	91,4%
	Contra	20,6%	5,6%	5,8%
	Depende	9,5%	3,7%	2,6%
Auxílio Brasil	A favor	73,8%	83,6%	86,0%
	Contra	17,0%	11,9%	11,0%
	Depende	9,5%	4,4%	2,9%
Legalização do aborto	A favor	3,3%	12,5%	27,0%
	Contra	90,0%	71,6%	60,9%
	Depende	6,5%	15,5%	12%
Prisão de mulheres que interrompem a gravidez	A favor	33,7%	27,3%	23,3%
	Contra	50,6%	61,1%	64,6%
	Depende	15,6%	11,4%	12,0%

Fonte: elaboração própria com dados retirados da pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (2022).

AS ENCRUZILHADAS JUVENIS: *HABITUS* E PERCEPÇÃO POLÍTICA NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO DA ZONA DA MATA MINEIRA

YOUTH CROSSROADS: *HABITUS* AND POLITICAL PERCEPTION IN PRIVATE HIGHER EDUCATION IN THE ZONA DA MATA REGION OF MINAS GERAIS

Sílvia Augusto de Carvalho¹
<https://orcid.org/0000-0002-4283-7023>

Dmitri Cerboncini Fernandes²
<https://orcid.org/0000-0002-4584-8625>

RESUMO

Neste artigo buscamos compreender sociologicamente a presença de disposições políticas extremistas entre discentes da educação privada superior em Juiz de Fora - MG. Para tanto, privilegamos a análise das estruturas relacionais, dos processos e das mediações sociais com ênfase no pertencimento de classe. O intuito central é o de delinear suas visões de mundo com base em tais atributos, aspecto comumente negligenciado nos estudos sobre extremismos políticos.

Palavras-chave: extremismo; progressismo; classe; ensino superior; mediação.

ABSTRACT

In this paper, we try to sociologically understand the presence of extremist political dispositions among students of private higher education in Juiz de Fora - MG. To this end, we emphasize the relational analyses, processes and social mediations, focusing in the class belonging. The aim is

1 Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: silvioac2004@yahoo.com.br.

2 Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e professor associado do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF. E-mail: vivaraiz@gmail.com.

to delineate the students' world vision based on such attributes, aspects usually neglected in the researchs on political extremisms.

Keywords: extremism; progressism; class; higher education; mediation.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender as disposições políticas da juventude que ascende ao ensino superior privado no município de Juiz de Fora, região da Zona da Mata mineira, tendo como objeto de análise estudantes de três cursos “profissionalizantes” de graduação da Universidade Estácio de Sá³ - Administração, Engenharia Civil e Jornalismo. A análise sociológica das percepções dos discentes de nível superior desse centro universitário privado se justifica por se tratar, geralmente, de público pertencente a estratos inferiores da estrutura social brasileira (Salata, 2018; Neves; Martins, 2014) que se inserem no mercado de trabalho via a aquisição do “ativo” educacional mercantilizado (Sguissardi; Silva Jr., 2009), isto é, de *commoditie* pretensamente capaz de abrir caminhos ascendentes no capitalismo (Carvalho, 2013; Bittar, 2002). A análise por meio de dados empíricos acerca de possíveis lógicas sociais subjacentes aos seus pontos de vista políticos pode auxiliar a lançar luz sobre a questão do extremismo entre jovens de classes baixas ascendentes, grupamento político relevante na urdidura democrática, porém pouco estudado no cenário brasileiro⁴.

Ressalte-se que por extremismo político entendemos a negação ativa dos princípios centrais da democracia liberal, entre eles o pluralismo, a legitimidade da oposição, os direitos civis e a confiança nas instituições como mediadoras legítimas do conflito social (Mudde, 2022).

3 Os dados são um recorte da tese *Juventude na encruzilhada: habitus e política na educação superior privada* (Carvalho, 2024). Foram aplicados 380 questionários na instituição, abrangendo praticamente 25% do total de discentes (1.557) dos cursos de Jornalismo, Direito, Engenharia Civil, Administração, Enfermagem e Odontologia (o que englobou as áreas de Humanas, Biomédicas e Exatas). São todos cursos noturnos com vistas a captar as percepções de alunos pertencentes a estratos sociais mais baixos e que, por isso, tendem a duplas jornadas (trabalho e estudo), dentro do perfil das frações sociais beneficiadas, grosso modo, por políticas de inclusão social. Ademais, objetivamos comparar (e tensionar) as visões de mundo de alunos pertencentes a diferentes ramos do saber e que, hipoteticamente, representam diversas percepções políticas sobre o mundo social. Os três cursos em tela representam 46,3% do total de alunos analisados na tese - Jornalismo, 12,8%; Engenharia Civil, 18,1%; Administração, 15,4%.

4 Se tomarmos as faixas de idade entre 16 a 29 anos, temos 22,84% de votantes no Brasil. A faixa que mais apresenta votantes é a de 45-59 anos, com 24,94% do total. No entanto, por estarem em formação, vivenciarem as agruras e expectativas da entrada no mercado de trabalho, estarem muito expostos a mensagens políticas de Internet, dentre outras razões, este grupamento pode ser considerado estratégico para a visualização do extremismo em estado nascente. Para os dados relacionados, ver <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/brasil-tem-mais-de-155-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2024>, e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-08/eleicoes-2024-eleitores-jovens-aumentam-78-em-relacao-2020>. Acesso em: 23 mar. 2025.

O extremismo distingue-se do radicalismo político exatamente por ultrapassar os limites da crítica institucional, substituindo o dissenso por uma lógica de eliminação simbólica ou física do outro, geralmente associado à corrupção, à degeneração moral ou à ameaça à ordem (Lipset, 1960; Bobbio, 1998). Segundo Mudde (2022), o extremismo de direita, em particular, é marcado por elementos nativistas, autoritários e antipluralistas, estruturando-se em discursos morais de separação entre um “nós” puro e autêntico e um “eles” deslegitimado – frequentemente minorias sociais, intelectuais, movimentos progressistas ou instituições democráticas. Tais discursos encontram eco em contextos de instabilidade e de ressentimento social, nos quais jovens podem experimentar uma crise de pertencimento simbólico e material.

Ao considerar a realidade dos estudantes do ensino superior privado na Zona da Mata mineira, torna-se pertinente associar o extremismo político às formas de ressentimento de classe, frustração de expectativas sociais e busca por reconhecimento que marcam o *habitus* juvenil contemporâneo. Como já apontava Lipset (1960), o extremismo tende a florescer entre grupos que percebem uma perda relativa de *status* e de legitimidade social, sobretudo quando sua trajetória educacional não se traduz em valorização simbólica e inserção estável no mercado de trabalho. Em diálogo com Arendt (2004), pode-se sugerir que tais disposições são intensificadas pela erosão dos mecanismos tradicionais de integração social, o que produz afetos como insegurança, medo e desejo de autoridade. Nesses termos, a adesão a discursos extremistas entre jovens não deve ser interpretada como mera alienação política, mas como expressão de disposições estruturadas por experiências de classe, escolarização e expectativas sociais frustradas, articuladas em uma conjuntura de crescente crise do capitalismo (Fernandes; Oliveira, 2023). Essa articulação entre juventude, classe e disposições políticas pode ser compreendida de um modo que destaca como os jovens incorporam práticas e valores a partir de seus contextos estruturais específicos (Vasconcelos, 2016).

Tomamos um conjunto de comportamentos como ponto de partida para a formulação do problema central: as correlações observadas entre variáveis comporiam somente um conjunto fragmentado e aparentemente incoerente de predisposições políticas, condensadas arbitrariamente em certos grupos de alunos ou, ao contrário, existiria certo *habitus* de classe, este gerador de visões de mundo extremistas? Em outras palavras, a partir de testes estatísticos, poderíamos aferir a correlação positiva entre o marcador social de classe⁵ e adesões a posições políticas? Já a segunda questão que orienta o artigo consiste em descobrir se, caso exista um feixe coerente de disposições políticas no grupo estudado, o fenômeno se caracterizaria tão somente por meio de ações concernentes à gramática da denominada esfera pública – o esposamento de radicalidades

5 Alguns dados referentes à renda familiar total dos três cursos em tela permitem que comecemos a localizá-los na estrutura social. Na categoria “até 2 salários mínimos (SM)”, a mais baixa, Jornalismo apresenta 39,6% ao passo que Engenharia Civil atinge 29,9%, sendo Administração o que conta com menores taxas (15,3%). No nível mais alto (“acima de 10 SM”), em contrapartida, Jornalismo tem irrisórios 2,1%, Engenharia sobe para 11,9%, próxima de Administração (13,6%). Na faixa de 2 a 4 SM, Jornalismo atinge 33,3%, permanecendo atrás dos dois cursos de exatas (Engenharia/37,3% e Administração/47,5%). Somente no estrato de 4 a 10 SM, o curso de Comunicação atinge o mais alto percentual (25%) em comparação a 20,9% e 23,7%, Engenharia e Administração, respectivamente. Em síntese, os cursos de área de exatas têm localização superior ao de humanas, do ponto de vista do capital econômico.

programáticas partidárias – ou se, ao contrário, poderia ser concebido como uma “proposta de sociabilidade”, tal qual apresentado por autores como Pierucci (1990), ou mesmo de fenômeno entrelaçado com o sintoma de crise mais profunda da democracia e do capitalismo global, conforme proposto por Miguel (2022). A esse respeito, autores como Messenberg (2018) e Kalil (2018) têm apontado como a nova direita se articula com moralidades religiosas, visões punitivistas e afetos antipluralistas. A hipótese central seria a de que, acorde com tais abordagens sociológicas, o extremismo tenderia a combinar diversas práticas, discursos e ações que cobrem desde a defesa da distinção, das hierarquias sociais e da intolerância, abrangendo tanto a esfera pública quanto a privada (Habermas, 2014) em meio a propostas de soluções e de percepções moralizantes. Essa configuração revela uma concepção de sociedade marcada por moralismo autoritário, liberalismo econômico extremo, exclusão religiosa, estigmatização social e desconfiança das instituições democráticas. Desse modo, várias esferas sociais se articulariam em uma espécie de “nebulosa” resultante de processos históricos cuja substância suplanta o caráter restritivo da percepção institucionalista.

Para dar conta de tais questões, partimos de um ponto de vista teórico distinto ao de três importantes vertentes atuais de estudos sobre o extremismo, condensados em torno da denominada “nova direita” que medra no Brasil: as matrizes foucaultiana (Kalil, 2018), culturalista/antropológica (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018) e a mais caudalosa em termos de publicações, a político-institucionalista (Rocha, 2021; Chaloub; Perlatto, 2016; Chaloub, 2020; Velasco; Cruz *et al.*, 2015). Embora relevantes, as três abordagens tendem a privilegiar aspectos discursivos, culturais e institucionais do fenômeno da nova direita, deixando em segundo plano a análise das condições estruturais que moldam as disposições políticas dos agentes. A abordagem foucaultiana, ao enfatizar a governamentalidade e os dispositivos de controle, contribui para entender a racionalidade punitiva da nova direita, mas pouco investiga como essa racionalidade é incorporada em *habitus* de classe. A vertente antropológica, por sua vez, destaca as práticas culturais e o consumo como mediações políticas, porém sem ancorar essas práticas nas posições sociais dos agentes. Já a abordagem institucionalista concentra-se nas dinâmicas do sistema político, ignorando os mecanismos sociais que produzem adesões subjetivas ao extremismo. Em contraponto, propomos uma análise sociogenética das disposições políticas extremistas, ancorada na teoria dos campos e do *habitus* (Bourdieu, 2007), capaz de articular práticas cotidianas, capitais simbólicos e posições de classe.

Quer dizer, não levam em consideração uma sociologia dos posicionamentos dos agentes na estrutura social (Fernandes; Messenberg, 2018), tampouco como tais posições são essenciais para a análise da construção de visões de mundo e de tomadas de posição – que não se restringem apenas à dimensão consciente e, em contrapartida, não podem se reduzir somente ao inconsciente. Ademais, incorporar a dialética entre a posição dos agentes na ordem social e sua visão política sobre o mundo implica observar que a construção dessa percepção sobre a realidade social também sucede em nível pré-reflexivo (Bourdieu, 2003), na medida em que responde pelo complexo processo de incorporação de estruturas sociais, entre elas, a posição específica do agente na sociedade, ditada pela composição de seus capitais e por sua estrutura.

Destarte, visamos a estabelecer uma genética social com foco no desvendamento dos processos de constituição do extremismo de direita, levando em consideração as mediações sociais, o lugar dos agentes na estrutura social, os capitais angariados ao longo de suas trajetórias e suas expectativas e estratégias de ascensão. Buscamos, assim, delinear os *habitus* desses estudantes⁶ no sentido de Bourdieu (2007), que demonstra a força das estruturas sociais na produção de visões de mundo e na tomada de posição dos agentes sociais, fornecendo as bases e o método para estudos posteriores lastreados na relação de pertencimento de classe/percepção política dos agentes/mediações sociais. Entre suas descobertas mais significativas, foi detectada a correlação positiva entre os estratos econômicos mais altos e a defesa do liberalismo econômico e posições conservadoras da ordem social (Bourdieu, 2007). Por outro lado, respondentes com menor capital econômico e maior capital intelectual apresentavam predisposição a criticar posturas liberais no âmbito econômico e defendiam a intervenção do Estado:

[...] a propensão para votar à direita cresce à medida que aumenta o volume global do capital possuído e, também, à medida que aumenta o peso relativo do capital econômico na estrutura do capital, ao passo que a propensão para votar à esquerda aumenta, nos dois casos, em sentido inverso (Bourdieu, 2007, p. 411).

Portanto, é a partir da análise relacional dos capitais atinentes aos estudantes em tela e, conjuntamente, com lazer, interação informacional, literária, musical, credo religioso etc., que procuraremos compreender o sentido sociopolítico do extremismo como fenômeno histórico. Por tudo isso, não se trata de análise do “pobre de direita”, mas do estudo das estruturas, dos processos e das mediações sociais que, conjuntamente, tendem a contribuir para que, a despeito de explorados, esses agentes tendam (o que deve ser verificado empiricamente) a adquirir a percepção de mundo de outras frações de classe que não as suas.

O artigo está organizado em quatro seções principais, além desta introdução. Na primeira, discutimos a construção de certo “índice” de extremismo com base no cruzamento estatístico descritivo de variáveis políticas, sociais e identitárias dos estudantes. Na segunda, delineamos sociologicamente os *habitus* de três cursos específicos – Engenharia Civil, Administração e Jornalismo – analisando a distribuição de capitais, práticas sociais e mediações religiosas e culturais. A terceira seção apresenta os resultados da Análise de Correspondência Múltipla (ACM),

6 Grossíssimo modo, *habitus* pode ser sintetizado como a “gramática geradora de condutas” (Bourdieu, 1999, p. 355). Ele encarna conjunto de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (resultantes da incorporação das estruturas sociais) e estruturantes (capazes de organizar as práticas e as percepções sobre as práticas), conquistadas ao longo da trajetória do indivíduo. Já o capital pode ser compreendido como propriedade, ou seja, recurso disputado em determinado campo social. Sua versão cultural denota o conjunto de qualidades intelectuais produzidas pelo pertencimento social a determinada classe e círculo familiar; portanto, é transmitido pela família, instituição escolar etc. – tendo, como desdobramento, o capital escolar como uma de suas modalidades. A classe social, grosso modo, resulta do volume e da estrutura de distribuição dos diferentes capitais, em especial o econômico e o cultural, superando, por um lado, o caráter economicista da concepção marxista de classe e, por outro, imprimindo-lhe caráter multidimensional. Por sua vez, a violência simbólica tende a ser exercida pela classe dominante sobre a dominada (ou de um grupo dominante sobre o dominado). Consiste na imposição de categorias de percepção sobre o mundo social com a cumplicidade (no sentido de desconhecimento) dos próprios dominados.

destacando a articulação relacional entre posições sociais e disposições políticas. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos os achados do estudo, argumentando que o extremismo político juvenil, no caso, o de direita, manifesta-se como uma proposta de sociabilidade atravessada por assimetrias de capital, práticas sociais conservadoras e moralismos religiosos, enquanto posições progressistas se associam à primazia do capital intelectual e à crítica à ordem social vigente.

2 CONSTRUINDO O ÍNDICE DE EXTREMISMO

Convém destacar que, no presente artigo, não lidamos com um “índice de extremismo” já pronto de antemão, que operaria como parâmetro para nossos estudos com vistas a medir os diferentes níveis de percepção encontrados. Optamos, ao contrário, por construir um padrão mediante o cruzamento de dados provenientes das respostas às perguntas do segundo bloco do questionário, que são de cunho político, às categorias gênero, raça, religião, renda familiar declarada e escolaridade, constantes do primeiro bloco de questões (identitárias e socioeconômicas). O índice de extremismo, destarte, foi construído a partir de 14 questões constantes do segundo bloco do questionário, relacionadas a temas como segurança pública, moralidade, economia e política institucional. As respostas foram recodificadas com base em um eixo conservador/progressista, sendo atribuídos escores binários (1 para respostas alinhadas ao extremismo de direita; 0 para as demais). As variáveis foram agrupadas por afinidade temática: (a) segurança e punitivismo (ex: redução da maioria penal, pena de morte, armamento); (b) economia e Estado (ex: corte na educação, reforma da previdência); (c) moral e valores (ex: união homoafetiva); (d) política institucional (ex: avaliação de Bolsonaro, voto em 2018). Na Análise de Correspondência Múltipla (ACM), essas variáveis compuseram o conjunto de modalidades ativas, isto é, aquelas que definem a configuração do espaço cartesiano. As variáveis suplementares, como curso, gênero, renda e religião, foram incluídas como fatores de contextualização, permitindo identificar a posição dos agrupamentos sociais em relação aos polos ideológicos⁷.

Por exemplo, a questão “em quem você votou no 2º turno nas eleições de 2018?” foi cruzada com a categoria gênero, demonstrando que mulheres tendem a ser mais progressistas que homens. Assim, cursos com maior percentual de mulheres tenderão (isoladas as demais variáveis) a serem mais progressistas em política. Foram escolhidas 14 questões cuja função consiste em apreender o perfil dos respondentes, cobrindo as áreas de política, percepção social, economia e moral. As questões escolhidas são as seguintes: voto no 2º turno, tipo de presidente, avaliação da PM como instituição, uso da violência pela PM, armamento da população, avaliação do governo Jair Bolsonaro, redução da maioria penal, prisão de Lula da Silva, justiça popular, combate à corrupção, posição quanto à pena capital – questões cujas respostas apontam para as tomadas de posição política dos respondentes e suas percepções acerca da punibilidade social (tanto na sociedade quanto no Estado). As duas seguintes – reforma da previdência e corte na educação –, por seu lado, cobrem a posição dos agentes acerca das reformas do Estado, delineando sua defesa

⁷ Para maiores informações, vide apêndice.

(ou crítica) a medidas de cunho nitidamente neoliberais. Por fim, a última questão escolhida – união civil entre pessoas do mesmo sexo – conta com a vantagem de indicar a posição moral dos estudantes quanto aos modelos de afeto e de casamento e se devem (ou não) ser aceitos – tanto moral quanto legalmente – pelo Estado e pela sociedade. Salientamos que a análise das categorias identitárias e dos capitais econômico e cultural não se pretende exaustiva.

Os dados acerca de “gênero” demonstram que mulheres apresentam percepções menos extremistas do que homens, mas tendem a apresentar maiores percentuais de não respostas, especialmente em temas de política econômica⁸. Quanto à “religião”, evangélicos se destacam por defenderem posições mais, no geral, extremistas⁹. Sobre a categoria “raça”, brancos são mais extremistas, neoliberais e, do ponto de vista identitário, progressistas que pardos que, por sua vez, ocupam posição intermediária nesses quesitos, sendo mais conservadores que pretos, grupo mais progressista da presente análise¹⁰. Já sobre renda familiar declarada, os dados apontam correlação positiva entre aumento do orçamento e intensificação de extremismo, especialmente quanto à política, ao senso punitivista e à defesa de posições marcadamente neoliberais¹¹. Sobre a escolaridade dos responsáveis masculinos, detectamos diferença qualitativa nas tomadas de posição favoráveis à violência: alunos cujos pais possuem ensino médio tendem a defender mais intensamente medidas punitivas que estudantes cujos pais contam com ensino superior, posto que o grupo caracterizado por responsáveis com capital escolar médio tende a defender, com mais intensidade, medidas letais (de extermínio) do que a fração de pais de maior capital escolar (que se concentram na defesa da Operação Lava-Jato e punições institucionalizadas¹²).

Em síntese, o gênero feminino tende a ser mais progressista que o masculino (caracterizando-se, ademais, por apresentar altos percentuais de não respostas); os evangélicos apresentam disposições mais extremistas e/ou conservadoras que católicos no geral; brancos contam com propensão a serem mais conservadores que pardos que, por sua vez, tendem a ser mais conservadores que pretos (notadamente progressistas); há correlação positiva entre aumento de renda

8 No quesito “tipo de presidente”, por exemplo, 67,8% dos homens optaram por dirigente autoritário/técnico, percentual que cai a 45,5% entre mulheres – configurando disparidade de 22,3%.

9 No 2º turno, 46,9% dos evangélicos votaram em Bolsonaro para 31,4% dos católicos, uma diferença de 15,5%.

10 A despeito de boa parte da bibliografia sobre o tema preconizar a junção heurística entre as categorias pretos e pardos, como, por exemplo, Guimarães (2004), percebemos empiricamente que havia uma distinção fundamental de tomadas de posição entre os respondentes que impedia tal engenho. Por exemplo, no quesito voto no 2º turno, 39% dos brancos escolheram Jair Bolsonaro, seguidos de 33,9% de pardos e, bem distante, 28,3% de pretos.

11 Dentro desse padrão, quanto maior a renda familiar maior o percentual de voto na extrema-direita: 21,6% (até 2 salários mínimos [SM]), 38,3% (de 2 a 4 SM), 40% (de 4 a 10 SM) e 59% (acima de 10 SM).

12 Exemplo: apoio ao justicamento com as próprias mãos (42,9%) e, especialmente, pela defesa da pena capital (78,2%) caracterizam as frações com EM ao passo que a categoria ES se destaca pela defesa da prisão de Lula (48,3%) e combate à corrupção (33,3%). Finalmente, não foram encontrados dados significativos no que diz respeito às responsáveis femininas.

e posições conservadoras. Apresentadas as tendências básicas que atravessam os agrupamentos em tela, analisaremos, em seguida, os cursos da Estácio JF¹³ para sua caracterização sociológica.

2.1 DELINEANDO SOCIOLOGICAMENTE OS CURSOS: ENGENHARIA CIVIL E ADMINISTRAÇÃO

Tendo como foco a posição socioeconômica dos cursos de exatas, eles aparecem, praticamente, empatados entre as frações mais altas de nosso universo de análise:

Tabela 1 - Curso versus renda familiar total.

			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	Total
P 16 Renda	até 2 SM	Contagem	12	19	20	9	26	20	106
		% em P16Rrenda	11,30%	17,90%	18,90%	8,50%	24,50%	18,90%	100,00%
		% em Curso	23,50%	39,60%	29,90%	15,30%	42,60%	22,70%	28,30%
	2 a 4 SM	Contagem	23	16	25	28	31	29	152
		% em P16Rrenda	15,10%	10,50%	16,40%	18,40%	20,40%	19,10%	100,00%
		% em Curso	45,10%	33,30%	37,30%	47,50%	50,80%	33,00%	40,60%
	4 a 10 SM	Contagem	13	12	14	14	2	28	83
		% em P16Rrenda	15,70%	14,50%	16,90%	16,90%	2,40%	33,70%	100,00%
		% em Curso	25,50%	25,00%	20,90%	23,70%	3,30%	31,80%	22,20%
	acima de 10 SM	Contagem	3	1	8	8	2	11	33
		% em P16Rrenda	9,10%	3,00%	24,20%	24,20%	6,10%	33,30%	100,00%
		% em Curso	5,90%	2,10%	11,90%	13,60%	3,30%	12,50%	8,80%

13 Algumas considerações se fazem necessárias acerca do Centro Universitário Estácio JF (e da Estácio Participações, hoje pertencente à Yduc). Partimos da premissa de que a empresa em tela consiste em uma “organização” (Chauí, 1999), uma entidade definida por ser prática social determinada por sua instrumentalidade em atingir fins particulares cujas operações se centram nas ideias de eficácia, eficiência e produtividade. A organização é fruto dessa concepção gerencial de ordem neoliberal. “Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social é crucial, é, para a organização, um dado de fato” (Chauí, 1999, p. 6). Seu referencial é, por excelência, o próprio mercado de forma que, quando observada na produção de serviços educacionais, prima por oferecê-los de acordo com as necessidades mercadológicas vigentes, moldando-se aos constrangimentos de aderência às percepções e/ou demandas (do mercado). A unidade de Juiz de Fora, de acordo com dados do *Relatório Institucional/2020*, foi credenciada em 2002 como Faculdade Estácio de Sá Juiz de Fora (FESJF) e, no período do relatório, já havia atingido 22 cursos ativos com mais de 4 mil alunos e mais de 100 docentes, além de 154 funcionários. A Estácio Participações – que se torna sociedade anônima em 2007, seguindo todos os preceitos de reengenharia organizacional – por sua vez, é adquirida pela Yduc, uma *holding* educacional, em 2019.

	Contagem	51	48	67	59	61	88	374
Total	% em P16Rrenda	13,60%	12,80%	17,90%	15,80%	16,30%	23,50%	100,00%
	% em Curso	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	38,839 ^a	15	0,001
Razão de verossimilhança	45,359	15	0
Associação Linear por Linear	0,835	1	0,361
N de Casos Válidos	374		
a. 2 células (8,3%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,24.			

Fonte: elaborada pelos próprios autores.

Na junção¹⁴ entre os dois estratos mais altos (de 4 a 10 SM e acima de 10 SM), novamente os dois cursos se posicionam na região de maior concentração: 37,3% para Administração e 32,8% para Engenharia¹⁵. Na fração mais alta (acima de 10 SM), o primeiro atinge 13,6%; o segundo, 11,9%. Já no estrato mais baixo (até 2 SM), Administração observa o menor percentual (15,3%), sendo que Engenharia comporta 29,9%, demonstrando baixos percentuais para os menores índices de orçamento familiar. Em síntese, ambos apresentam alto capital econômico, com significativa concentração nos estratos superiores (para o universo estudado) e pouca concentração nos níveis mais baixos.

Quanto à formação intelectual dos responsáveis de ambos os sexos, que corresponde ao capital escolar repassado aos discentes, ela tende a não duplicar o capital econômico. Para os responsáveis masculinos, o curso de Administração apresenta 84,2% de seus alunos na faixa que engloba Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio Total (EM), sendo que Engenharia fica pouco abaixo (83,1%) para os dois patamares, caracterizados por baixa e média formação escolar, respectivamente.

14 O qui-quadrado pode ser visto na pequena tabela abaixo da principal: seu valor, na grande maioria dos casos, é inferior 0,05, o que indica que há associação estatística significativa entre as variáveis.

15 Como nosso objetivo consiste em caracterizarmos o perfil de cada curso, nossa leitura se concentra nas colunas. Por exemplo, 20,9% dos alunos de engenharia pertencem a famílias cuja renda oscila de 4 a 10 SM ao passo que 11,9% dos estudantes desse curso se encaixam na renda familiar acima de 10 SM, o que faz com que 32,8% deles pertençam aos dois estratos mais altos, como dissemos. A leitura leva em consideração, portanto, a variável “% em curso” e segue essa lógica em todas as análises de tabelas binárias.

Tabela 2 - Curso versus escolaridade responsável masculino.

		Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	Total
EF	Contagem	22	16	33	29	30	29	159
	% em EF	13,80%	10,10%	20,80%	18,20%	18,90%	18,20%	100,00%
	% em Curso	44,90%	35,60%	50,80%	50,90%	52,60%	34,10%	44,40%
EM	Contagem	13	21	21	19	18	37	129
	% em EM	10,10%	16,30%	16,30%	14,70%	14,00%	28,70%	100,00%
	% em Curso	26,50%	46,70%	32,30%	33,30%	31,60%	43,50%	36,00%
ES	Contagem	12	7	11	9	7	18	64
	% em ES	18,80%	10,90%	17,20%	14,10%	10,90%	28,10%	100,00%
	% em Curso	24,50%	15,60%	16,90%	15,80%	12,30%	21,20%	17,90%
nresp	Contagem	2	1	0	0	2	1	6
	% em nresp	33,30%	16,70%	0,00%	0,00%	33,30%	16,70%	100,00%
	% em Curso	4,10%	2,20%	0,00%	0,00%	3,50%	1,20%	1,70%
Total	Contagem	49	45	65	57	57	85	358
	% em Total	13,70%	12,60%	18,20%	15,90%	15,90%	23,70%	100,00%
	% em Curso	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Testes qui-quadrado			
	Valor	Df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	17,574a	15	0,286
Razão de verossimilhança	18,926	15	0,217
Associação Linear por Linear	0	1	0,988
N de Casos Válidos	358		
a. 6 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,75.			

Fonte: elaborada pelos próprios autores.

Administração apresenta 33,3% e Engenharia 32,3% para EMT, sendo que, quanto à formação mais baixa (EFT), o primeiro atinge 50,9% e, praticamente, empata com o segundo (50,8%), ambos com intensa concentração na camada mais desescolarizada. No nível mais alto (que engloba

ensino superior e pós-graduação, representado pela sigla ES), a despeito de seus capitais econômicos significativos, não se destacam no nível de formação escolar mais alta: Administração com 15,8% e Engenharia 16,9% permanecem na média.

Já as responsáveis femininas observam índices significativos nos níveis mais baixos (EFT) de formação escolar (47% para engenharia e 50% para administração); ademais, apresentam percentuais irrisórios na formação intermediária com apenas 30,3%, e 22,4% respectivamente. Quanto ao ES, têm níveis médios (21,2% e 24,1%, na mesma sequência), apesar da alta concentração de seus capitais econômicos. Portanto, detectamos dualidade estrutural de capitais que atravessam os dois cursos, com predominância do econômico sobre o escolar em ambos os gêneros.

Tabela 3 - Curso versus Escolaridade da Responsável Feminina.

		Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	Total
EF	Contagem	26	14	31	29	30	26	156
	% EF	16,70%	9,00%	19,90%	18,60%	19,20%	16,70%	100,00%
	% em Curso	53,10%	29,20%	47,00%	50,00%	50,80%	29,90%	42,50%
EM	Contagem	15	19	20	13	21	37	125
	% em EM	12,00%	15,20%	16,00%	10,40%	16,80%	29,60%	100,00%
	% em Curso	30,60%	39,60%	30,30%	22,40%	35,60%	42,50%	34,10%
ES	Contagem	8	15	14	14	7	23	81
	% em ES	9,90%	18,50%	17,30%	17,30%	8,60%	28,40%	100,00%
	% em Curso	16,30%	31,30%	21,20%	24,10%	11,90%	26,40%	22,10%
Nresp	Contagem	0	0	1	2	1	1	5
	% em Nresp	0,00%	0,00%	20,00%	40,00%	20,00%	20,00%	100,00%
	% em Curso	0,00%	0,00%	1,50%	3,40%	1,70%	1,10%	1,40%
Total	Contagem	49	48	66	58	59	87	367
	% em Total	13,40%	13,10%	18,00%	15,80%	16,10%	23,70%	100,00%
	% em Curso	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	23,149a	15	0,081
Razão de verossimilhança	24,902	15	0,051
Associação Linear por Linear	1,275	1	0,259
N de Casos Válidos	367		
a. 6 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,65.			

Fonte: elaborada pelo próprio autor.

Os dados constantes na tabela a seguir demonstram que Engenharia e Administração apresentam as maiores concentrações de homens da amostra. A concentração masculina em exatas chega a praticamente 80%, apontando para a persistente divisão do saber em nossa sociedade, expressa, sobretudo, no monopólio masculino em áreas de “ciências duras”. Os dados apontam 76,8% de homens contra 23,2% de mulheres em Engenharia, sendo que o mesmo padrão se repete, com menor intensidade, em Administração (61% de homens e 39% de mulheres).

Tabela 4 - Curso versus Gênero.

		Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	Total
Masculino	Contagem	23	26	53	36	12	34	184
	% em Sexo	12,50%	14,10%	28,80%	19,60%	6,50%	18,50%	100,00%
	% em Curso	45,10%	53,10%	76,80%	61,00%	19,40%	37,80%	48,40%
Feminino	Contagem	28	23	16	23	50	56	196
	% em Sexo	14,30%	11,70%	8,20%	11,70%	25,50%	28,60%	100,00%
	% em Curso	54,90%	46,90%	23,20%	39,00%	80,60%	62,20%	51,60%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380
	% em Sexo	13,40%	12,90%	18,20%	15,50%	16,30%	23,70%	100,00%
	% em Curso	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	51,720a	5	0
Razão de verossimilhança	54,564	5	0
Associação Linear por Linear	11,175	1	0,001
N de Casos Válidos	380		
a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 23,73.			

Fonte: elaborada pelos próprios autores.

Engenharia observa, praticamente, 20% a mais de homens que Administração. Segue-se que o desenho que se configura apresenta dois cursos predominantemente masculinos, estruturados por forte divisão do conhecimento social sob intenso monopólio do saber técnico, capital essencial na área de exatas. Os efeitos deste tipo de monopólio para a construção do *habitus* dos agentes será discutido ao longo desta análise.

Quanto ao ponto de vista racial, a taxa de brancos permanece na média em relação a Jornalismo, não sendo sociologicamente significativa; em contrapartida, o percentual de pardos, grupo com tendências conservadoras, apresenta intensa concentração nos dois grupamentos. A isso se soma o baixo índice de pretos, segmento mais progressista da amostra, dados que, ao expressarem maiores frações de pardos, apontam para composição racial de tendências conservadoras e/ou extremistas.

Tabela 5 - Curso versus Raça.

		Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	Total
Branca	Contagem	24	23	32	28	27	60	194
	% em Cor	12,40%	11,90%	16,50%	14,40%	13,90%	30,90%	100,00%
	% em Curso	47,10%	46,90%	46,40%	48,30%	43,50%	67,40%	51,30%
Preta	Contagem	10	14	12	8	12	7	63
	% em Cor	15,90%	22,20%	19,00%	12,70%	19,00%	11,10%	100,00%
	% em Curso	19,60%	28,60%	17,40%	13,80%	19,40%	7,90%	16,70%
Parda	Contagem	16	11	23	20	21	20	111
	% em Cor	14,40%	9,90%	20,70%	18,00%	18,90%	18,00%	100,00%
	% em Curso	31,40%	22,40%	33,30%	34,50%	33,90%	22,50%	29,40%

Amarela	Contagem	1	1	2	1	2	1	8
	% em Cor	12,50%	12,50%	25,00%	12,50%	25,00%	12,50%	100,00%
	% em Curso	2,00%	2,00%	2,90%	1,70%	3,20%	1,10%	2,10%
Não sabe/ não quer responder	Contagem	0	0	0	1	0	1	2
	% em Cor	0,00%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	50,00%	100,00%
	% em Curso	0,00%	0,00%	0,00%	1,70%	0,00%	1,10%	0,50%
Total	Contagem	51	49	69	58	62	89	378
	% em Cor	13,50%	13,00%	18,30%	15,30%	16,40%	23,50%	100,00%
	% em Curso	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	23,195a	20	0,279
Razão de verossimilhança	23,756	20	0,253
Associação Linear por Linear	1,216	1	0,27
N de Casos Válidos	378		
a. 12 células (40,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,26.			

Fonte: elaborada pelos próprios autores.

A força da mediação religiosa pode ser observada na alta concentração de protestantes-evangélicos¹⁶ nos dois cursos – Administração (29,3%) e Engenharia (26,1%) –, o que contribui para a conformação de percepções políticas extremistas, como visto no “índice de extremismo”. As percepções da fração protestante geralmente primam por posições radicais, em especial, nas dimensões morais, econômicas e sociais.

16 No quesito religião, trabalhamos com a dicotomia católicos *versus* protestantes, construindo, assim, duas grandes categorias. Por exemplo, entre protestantes, incluímos testemunhas de Jeová, metodistas, evangélicos etc. Mediante esse expediente, conseguimos adensar cada um dos termos opostos e, dessa forma, configurar um jogo de oposições entre as duas visões confessionais de mundo, centrais na pesquisa.

Tabela 13 - Curso versus Religião.

Tabulação cruzada Curso * Religião								
		Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	Total
Católica	Contagem	27	13	37	26	32	45	180
	% em Religião	15,00%	7,20%	20,60%	14,40%	17,80%	25,00%	100,00%
	% em Curso	52,90%	27,10%	53,60%	44,80%	51,60%	50,60%	47,70%
Protest/ Evang	Contagem	12	7	18	17	22	22	98
	% em Religião	12,20%	7,10%	18,40%	17,30%	22,40%	22,40%	100,00%
	% em Curso	23,50%	14,60%	26,10%	29,30%	35,50%	24,70%	26,00%
Espírita	Contagem	5	4	2	5	1	11	28
	% em Religião	17,90%	14,30%	7,10%	17,90%	3,60%	39,30%	100,00%
	% em Curso	9,80%	8,30%	2,90%	8,60%	1,60%	12,40%	7,40%
Afrobrasileira	Contagem	4	2	0	1	0	0	7
	% em Religião	57,10%	28,60%	0,00%	14,30%	0,00%	0,00%	100,00%
	% em Curso	7,80%	4,20%	0,00%	1,70%	0,00%	0,00%	1,90%
Sem religião	Contagem	0	2	0	1	1	2	6
	% em Religião	0,00%	33,30%	0,00%	16,70%	16,70%	33,30%	100,00%
	% em Curso	0,00%	4,20%	0,00%	1,70%	1,60%	2,20%	1,60%
Não sabe/não respondeu	Contagem	3	20	12	8	6	9	58
	% em Religião	5,20%	34,50%	20,70%	13,80%	10,30%	15,50%	100,00%
	% em Curso	5,90%	41,70%	17,40%	13,80%	9,70%	10,10%	15,40%
Total	Contagem	51	48	69	58	62	89	377
	% em Religião	13,50%	12,70%	18,30%	15,40%	16,40%	23,60%	100,00%
	% em Curso	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Testes qui-quadrado			
	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	65,904a	25	0
Razão de verossimilhança	63,263	25	0
Associação Linear por Linear	4,834	1	0,028
N de Casos Válidos	377		
a. 16 células (44,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,76.			

Fonte: elaborada pelos próprios autores.

Procuramos, agora, observar o papel desempenhado pelas práticas sociais¹⁷ na constituição dos *habitus* dos discentes. Os cursos se caracterizam por forte interação com música gospel, cuja influência, de acordo com os dados, tende a deixar seu nicho tradicional, o dos templos religiosos, e se deslocar às esferas do lazer e do gosto, colonizando espaços sociais que incidem sobre as subjetividades dos agentes. O sertanejo constitui outro dos tipos musicais de consumo predileto dos discentes, caracterizando-se por percepções conservadoras e sintonizadas à ordem estabelecida, especialmente quanto à cristalização de papéis sociais. As práticas literárias se concentram, por sua vez, em livros “técnicos” e de “autoajuda”, singularizando-se por fraca interação com as categorias “clássicos” e “aventuras”. Tal padrão de consumo cultural, segundo Grignon e Passeron (2009), é fortemente atravessado por lógicas de distinção simbólica e de reprodução de hierarquias sociais. Se o estilo “técnico” tende a duplicar a tecnicidade do conteúdo da matriz curricular, contribuindo para o “fechamento cognitivo” de seu universo, a fraca interação com estilos literários aponta afastamento de processos criativos, inerentes à capacidade intraceptiva dos estudantes. Ainda, apresentam interação com veículos tradicionais de comunicação (TVs, jornais) e acompanham *influencers*, com forte busca por “variedades” (esportes, entretenimento), fraca interação com temas políticos (conservadores).

O *habitus* desses dois cursos, Engenharia Civil e Administração, é atravessado por práticas sociais conservadoras com forte disposição a posições comprometidas com a preservação da ordem, dominação masculina, monopólio de conhecimento técnico e pouca capacidade crítica, à qual podemos acrescentar, pelo capital escolar, quase que ausência de capacidade de abstração (e de recepção crítica de mensagens, incluindo as religiosas). Os dados apontam para frações de classe estruturadas pelo predomínio do capital econômico sobre o cultural/escolar, atravessadas pela forte mediação da matriz religiosa de cunho evangélico. Agora, realizaremos o inverso – apresentaremos cursos estruturados por dualidades semelhantes às descritas, mas invertidas.

2.2 JORNALISMO

Quanto ao capital econômico, observamos que o grupo possui apenas 2,1% de seus estudantes no estrato mais alto, ou seja, sua diferença em relação à Engenharia e à Administração é muito significativa, estabelecendo forte jogo de oposição. Somando os dois níveis mais altos, Jornalismo chega a 27,1%, mais uma vez abaixo dos cursos de exatas. O percentual deste agrupamento para o estrato mais baixo é significativamente alto, o que demonstra forte concentração no patamar economicamente mais desassistido.

Sobre a escolaridade do responsável masculino, apresenta somente 35,6% de seus estudantes para o estrato mais baixo. Quando observamos, por outro lado, a formação média, ela chega a 46,7%, apesar de seu pequeno capital econômico. Já nas categorias de formação mais alta, o curso permanece na média. Os percentuais apontam que a desigualdade dos capitais econômicos entre Jornalismo e os cursos de exatas se inverte em termos de capital escolar/intelectual.

¹⁷ Para a leitura das tabelas referentes às práticas e mediações sociais, ver Carvalho (2024).

O curso de humanas se caracteriza por alto volume de capital escolar médio e, além do mais, conquista índices de capital escolar relativamente homogêneos – nos níveis de melhor formação – em relação aos cursos de maior concentração econômica. Portanto, existe jornalismo, de um lado, e exatas, de outro, em oposição simétrica quanto aos capitais econômico e escolar. Esse padrão se repete entre as responsáveis femininas? Elas apresentam apenas 29,2% para o nível mais elementar de formação escolar; quanto ao capital médio, atingem a maior colocação (39,6%). A despeito da enorme desproporção entre os capitais econômicos, Jornalismo apresenta o maior percentual de toda a amostra para o mais alto tipo de capital escolar (31,3%). Portanto, o mesmo padrão de concentração desse tipo de capital se repete com maior intensidade entre as responsáveis femininas. Os dados delineiam alto capital escolar/intelectual e baixo capital econômico, surpreendente jogo de oposição com exatas.

Em termos de gênero, sua composição é equilibrada – 53,1% de homens e 46,9% de mulheres, o que descarta fortes atravessamentos determinados pela primazia masculina. Já o percentual de brancos é o mais baixo da tríade (apenas 46,9%), ao passo que o de pardos é menos da metade (22,4%) do de brancos. Trata-se do único a apresentar o maior índice de pretos (28,6%) que, inclusive, é superior ao de pardos. Quanto à religião: é o curso que apresenta menores percentuais de protestantes-evangélicos (14,6%). Ademais, o alunado em questão se singulariza por atingir o maior patamar para católicos (27,1%) e para a categoria ausência de religião (41,7%). Portanto, Jornalismo caracteriza-se por apresentar as mais baixas taxas de protestantes-evangélicos; altas taxas de católicos e, também, de não professantes de religião.

No que concerne às práticas sociais, as informações sobre escuta de sertanejo são instigantes, com Jornalismo apresentando a menor taxa da amostra – 38,8%; são, ainda, os que contam com os menores percentuais para música gospel (apenas 16,3%). Surge, portanto, estética musical que se opõe à dos cursos de exatas, de baixíssima interação com estilos atravessados pela semântica ruralista e/ou religiosa. Ao contrário, a MPB é o estilo preferido da área, o que aponta para concepções permeadas, historicamente, por manifestações culturais, políticas e de resistência à própria ditadura civil-militar (Fernandes, 2018).

Jornalismo é o curso que apresenta os menores valores para a categoria “livros técnicos”: apenas 36,7%, ao passo que, para “autoajuda”, os percentuais, mais uma vez, são os mais baixos – somente 20,4% –, categoria essa que aponta para a resolução de problemas estruturais pela via do *self*. Agora, é necessário observarmos as demais categorias – “aventura”, “infantis” e “clássicos”. O curso apresenta os maiores índices da amostra para esses três tipos de literatura, com 51%, 10,2% e 34,7%, respectivamente. O que, ao contrário de exatas, aponta para forte abertura aos processos de intracepção, isto é, à capacidade criadora dos agentes sociais, em oposição aos processos de colonização das dimensões objetiva e subjetiva. Quanto à interação com meios de comunicação, o percentual dos que “nunca” assistem à TV é o maior de toda a amostra (32,7%). Como se podia esperar, quanto à leitura de jornais, na categoria “todos os dias”, Jornalismo fica com 38,8%, o percentual mais alto de nosso universo, o que se repete para a categoria de interação com redes sociais (85,7%). O grupo apresenta a maior taxa para interação com conteúdo político e de esquerda e a menor para vídeos de direita e taxas médias para consumo de “variedades”

(entretenimento, esportes etc.). As interações com as mídias são estruturadas, cotidianamente, por intensa exposição a perfis ou conteúdos de esquerda e/ou temas progressistas e afins.

Demarca-se correlação negativa entre capitais econômico e cultural de forma que estamos sob a égide do domínio do capital intelectual sobre o econômico, o que, como bem demonstra a tradição sociológica (Bourdieu, 1999; 2007; Pierucci, 1989) tem profundas influências sobre o *habitus* e as tomadas de posição dos agentes à esquerda. Padrão ao qual se alia conjunto de mediações atravessadas por percepções progressistas acerca do mundo social, quer seja na escuta musical, na leitura de livros ou contato com mídias digitais, atingindo a ruptura e/ou menor contato com mensagens religiosas (especialmente as de conteúdo mais extremo). A seguir, iremos apresentar os resultados obtidos pela Análise de Correspondência Múltipla (ACM) em nosso universo de forma a complementar nosso delineamento dos *habitus* dos três grupos em tela.

3 ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA (ACM): POSIÇÕES EXTREMISTAS DE DIREITA VERSUS PROGRESSISTAS

A Análise de Correspondência Múltipla (ACM) transpõe dados referentes a tabelas binárias, estruturadas a partir da influência de variáveis independentes sobre dependentes em planos cartesianos nos quais as propriedades sociais dos agentes são representadas de forma estrutural, multidimensional e relacional (Klüger, 2018). A apresentação dos dados (representados por nuvens de indivíduos ou propriedades) se adequa à concepção relacional do social (Bertoncello, 2016). Ao contrário do método “orientado pela variável”, a ACM obedece ao “modo topológico de raciocínio que retém o indivíduo como unidade de análise para garantir um forte elo entre ontologia, metodologia e teoria social” (Wacquant, 2013, p. 93). A criação de “nuvens de pontos”, representativas de agentes ou de propriedades, situa-os em espaços objetivos cujas distâncias ou proximidades permitem a interpretação de padrões subjacentes à sua dinâmica de aglomeração e de dispersão. Portanto, o método estabelece padrões de correlação entre as posições sociais dos agentes e suas práticas e tomadas de posição nos mais variados domínios da vida social (Klüger, 2018, p. 69).

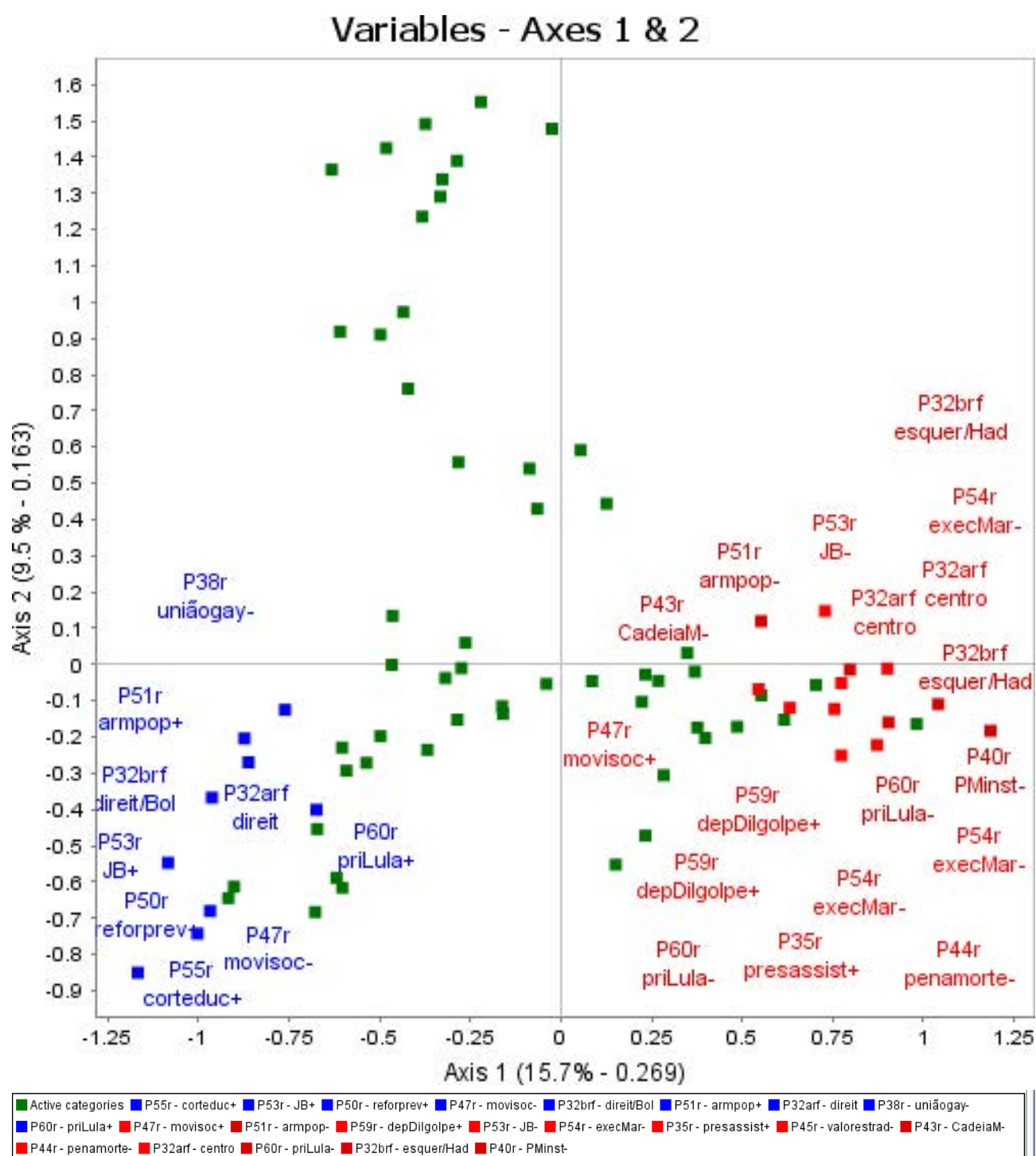
A proximidade entre os pontos (quer sejam agentes ou propriedades) não depende da relação entre eles, a exemplo de redes sociais; ao contrário, a dispersão ou a aproximação ocorre em função da distribuição de seus capitais e de seus atributos sociais. Portanto, dispersão e aglomeração dependem da similaridade ou diferença dos *habitus* constitutivos dos agentes e de seus atributos sociais, determinando o tipo e a dinâmica da disposição dos agentes ou das propriedades representadas no espaço cartesiano. “Essa lógica *relacional* implica que as práticas sociais não têm significado em si mesmas, mas apenas em contraste ou em relação com outras” (Bertoncello, 2016, p. 2). A ACM ainda permite a apreensão de afinidades eletivas, postulando que, “em lugar de uma influência unidirecional de variáveis independentes sobre dependentes” (Klüger, 2018, p. 81), há múltiplas direções possíveis para os nexos causais.

Dentro dessa lógica multideterminada, as modalidades consideradas ativas¹⁸ serão aquelas responsáveis pela configuração dos eixos, pois nem todo tipo de variável é capaz de influenciar o estabelecimento dos eixos axiais e a dispersão de seus pontos (quer sejam modalidades quer sejam indivíduos). Já o segundo tipo, as suplementares¹⁹, caracterizam-se por ter “massa zero”, ou seja, não interferem na composição do plano cartesiano, sendo instrumentos metodológicos de complementação ao oferecerem informações adicionais, como dados socioeconômicos. O gráfico a seguir explicita o eixo 1:

18 Para otimizar espaço, colocaremos apenas alguns exemplos das questões recategorizadas. Ligadas às modalidades ativas: P32b (Em qual candidato você votou no segundo turno?): ‘esquerd/Had’ (esquerda/Haddad); ‘direit/Bol’ (direita/Bolsonaro); ‘absten’ (abstenção); ‘nsabe/nquisresp’ (não sabe/não quis responder). P35 (Em sua opinião, o Brasil precisa de um presidente que:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘presaufetic’ (presidente que seja mais autoritário e/ou eficiente); ‘preassist+’ (presidente que atenda mais demandas de ricos e pobres e presidente que atenda primeiro demanda de pobres e marginalizados); ‘presnresp’ (não respondeu). P38 (Com a frase: ‘O casamento gay não deve ser legalizado, devemos é defender a família tradicional’) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘uniãogay+’ (concorda com a união homossexual) e ‘uniãogay-’ (discorda da união homossexual). P44 (Sobre a pena de morte, você é:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘penamorte/perp+’ (a favor da pena de morte e/ou prisão perpétua) e ‘penamorte/perp-’ (contra a pena de morte e/ou prisão perpétua). A P50 (Sobre a Reforma da Previdência, qual das seguintes alternativas se aproxima mais da sua opinião:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘reforprev+’ (a favor da reforma da previdência), ‘reforprev-’ (contra a reforma da previdência) e ‘reforprev. Nresp’ (não sabe/não quis responder). Tais questões fazem parte do segundo bloco do questionário. Para mais informações sobre todo o questionário, ver apêndice.

19 Quanto às suplementares, por exemplo: P11b (escolaridade da responsável feminina) com nove modalidades (‘não frequentou escola’; ‘ensino fundamental elementar’ (EFE)/ (1ª a 4ª série); ‘ensino fundamental avançado’ (EFA)/ (5ª a 8ª série); ‘ensino médio incompleto’ (EMI); ‘ensino médio completo’ (EMC); ‘ensino superior incompleto’ (ESI); ‘ensino superior completo’ (ESC); ‘pós-graduação’ (PG); ‘não sabe/não quis responder’). Neste caso, recategorizamos as duas fases do fundamental em EF; as duas do nível médio em EM e as duas fase do ensino superior e a pós-graduação como ES. P16 (renda familiar) com quatro modalidades (‘até 2 salários mínimos’; ‘de 2 a 4 salários mínimos’; ‘de 4 a 10 salários mínimos’ e ‘acima de 10 salários mínimos’). A P30a (você tem religião?) com duas modalidades (‘sim’ e ‘não’). P30b (se tiver, qual é a sua religião?) com sete modalidades (‘católica’, ‘protest/Evang/cristão/T. Jeová/Metod [protestante/evangélico/cristão/Testemunha de Jeová/Metodista]; ‘espírita’; ‘afro-brasileira’; ‘ateu/agnóstico’; ‘sem religião’; ‘não sabe/não quis responder’). Essas questões compõem a primeira parte do questionário, com vistas a posicionar sociologicamente os alunos.

Gráfico ACM 1 – Projeção das variáveis ativas sobre o eixo 1.



Fonte: elaborado pelos próprios autores.

O eixo 1/horizontal, com variância de 67,2%, estrutura-se mediante a oposição entre duas matrizes. Do lado esquerdo (em azul), concentram-se as respostas politicamente autoritárias, moralmente conservadoras e ultra-liberais em termos político-econômicos, representadas pelas modalidades vinculadas à defesa da redução da maioria penal, do armamento da população e da prisão de Luís Inácio Lula da Silva. Ademais, são favoráveis às reformas do Estado, destacando-se, entre elas, o corte na educação, na previdência e o combate às leis trabalhistas (a última modalidade não aparece na tabela com intuito de dar mais nitidez às categorias centrais do gráfico). Se, do ponto de vista do aparelho do Estado e da agenda de segurança pública, o grupo apresenta percepção punitivista, quanto aos valores identitários e morais, os respondentes são contrários à união de pessoas do mesmo sexo e, especialmente, críticos aos movimentos sociais (como pretos, MST e LGBTQIA+). As modalidades ainda expressam opção pela direita no 1º turno das eleições de 2018 com voto em Jair Bolsonaro, repetindo a escolha no segundo turno e durante o período de aplicação do questionário (agosto de 2019) mediante a avaliação positiva do ex-capitão. Modalidades essas centrais na demarcação da força de concentração das percepções que estruturam o campo social, ancorando todo o espaço de direita do plano cartesiano.

As modalidades acima citadas nos permitem o acesso sociológico às visões de mundo dos agentes mais extremistas, desvendando as várias dimensões nas quais se estruturam, isto é, por meio de campos semânticos entrelaçados. Observamos, ademais, que os respondentes se posicionam a favor da deposição da então presidenta, Dilma Rousseff (2010-2016), sob o argumento da “legalidade do processo”, sendo, ao mesmo tempo, contrários à divulgação das conversas entre o ex-juiz Sérgio Moro, e os procuradores da Operação Lava-Jato. É possível perceber que os demais padrões indicam outras três dimensões centrais deste tipo específico de posição cuja substância histórica se cinde na esfera moral, punitiva, economicamente liberal e política. É um constructo multidimensional, como a tradição da sociologia genética já percebera (Pierucci, 1987; Mariano, 2005; Messenberg, 2018; Miguel, 2022), com enorme ênfase na dimensão do comportamento como a rejeição à união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Estabelecendo forte jogo de oposição relacional, o aglomerado das modalidades progressistas/vermelho se define, no plano cartesiano, pela defesa de presidente assistencialista, com voto no centro e na esquerda no 1º turno e em Fernando Haddad, no 2º. O grupo também é crítico a Jair Bolsonaro, avaliando negativamente sua administração, posição que também se estende aos representantes do aparato punitivo do Estado: especialmente à Polícia Militar cuja existência, dentro dessa lógica, deve ser repensada, ao passo que a corporação, segundo os respondentes, não deveria usar de violência para contenção e controle de manifestações populares. São contrários à redução da maioria penal e à prisão de Luís Inácio da Silva e/ou à deposição de Dilma Rousseff, considerada golpe. Também rejeitam o armamento da população e a pena de morte e/ou prisão perpétua; como corolário, posicionam-se contra a execução de Marielle Franco. Por outro lado, mostram-se favoráveis a movimentos sociais (pretos, MST e LGBTQIA+) e não se deixam levar pelo “fracasso do indivíduo”. Portanto, o eixo 1 apresenta dois aglomerados que se

opõem – relacionalmente – um ao outro em função das diferenças que estruturam suas percepções – extremismo *versus* progressismo²⁰ – nas esferas política, econômica, securitária e moral.

3.1 AS MODALIDADES SUPLEMENTARES

As modalidades suplementares “curso” e “renda familiar”, como se vê no plano cartesiano abaixo, identificam que a matriz extremista, expressa pelas categorias ativas, representa a visão de mundo do curso de Engenharia Civil e, mais tecnicamente, a fração mais alta deste aglomerado (acima de 10 SM), corroborando a hipótese de que há relação positiva entre pertencimento a frações mais altas de classe e incremento da intensidade de percepções e de tomadas de posição extremistas. O que, ademais, confirma a configuração dada pelo predomínio do capital econômico sobre o escolar como central à compreensão da gênese do radicalismo de direita. Tendo em vista os dados, inferimos que quanto mais subimos na estrutura social, maior violência objetiva e simbólica tendemos a encontrar, ou seja, mais radicais se tornam as estratégias de manutenção conservadora da ordem social, e mais predispostos os agentes sociais se apresentam para defenderem suas posições (de modo conservador e/ou extremista).

20 É importante frisar que, ao utilizar o termo “progressismo”, não buscamos estabelecer simetria conceitual com o extremismo de direita. O conceito de extremismo, conforme definido neste estudo, diz respeito à rejeição ativa dos fundamentos da democracia liberal (Mudde, 2022). Já o progressismo, tal como utilizado aqui, refere-se empiricamente a um conjunto de disposições que privilegiam o pluralismo, os direitos civis e políticas redistributivas – valores alinhados ao funcionamento institucional da democracia (Habermas, 2014; Miguel, 2022). Sua menção visa, assim, apenas demarcar o polo oposto das disposições observadas na amostra, sem que se atribua a ele o mesmo grau de rigidez ou totalidade ideológica do extremismo analisado.

Conjuntamente à primazia do econômico sobre o cultural/escolar se soma a presença masculina (quase 80% de homens), predominantemente brancos e/ou pardos, ambos com forte disposição conservadora e um dos mais altos índices de protestantes evangélicos da amostra. Além do mais, o alto percentual masculino, por sua vez, se encarna no monopólio do conhecimento técnico e anti-humanista e/ou anti-intraseptivo. Como resultado, essa grelha complexa de determinações sociológicas – que tem por base, e agora insistimos – o predomínio do capital econômico sobre o escolar opera – articuladamente –, determinando não apenas a visão de mundo moral, identitária e cultural dos agentes, mas também – e aí está o “pulo do gato” – o mais intenso senso punitivo (e extremista) observado em toda a amostra. Consequentemente, as determinações causais operam no mesmo sentido, o da formação de *habitus* extremista, marcado pela defesa da letalidade do Estado em situações específicas (a justiça com as próprias mãos) e sobre grupos específicos (o adolescente infrator).

Esse processo complexo – que tem o pertencimento de classe como configuração central – contribui para a apreensão fenomênica do mundo social e a predisposição a percebê-lo dentro de um *ethos* cotidiano, moralizante e vinculado ao senso comum. Devido ao predomínio do capital econômico sobre o escolar, suas práticas sociais são intelectualmente consonantes ao cotidiano (como se apresenta) e ao conhecimento tecnicista. Esses agentes tendem a reproduzir, de forma acrítica, os valores difundidos por matrizes religiosas e culturais dominantes, com baixa capacidade de questionamento reflexivo das estruturas sociais. Sem indagar sobre os fundamentos da realidade objetiva, as predisposições extremistas, acionadas na realidade cotidiana, nos corredores da faculdade, nas conversas de senso comum e nas redes sociais, se tornam mais propensas a atuar como quadros analíticos. Por isso, não podemos perder de vista a localização específica que os agentes ocupam na estrutura social e, tendo em vista que o pertencimento de classe implica a articulação entre o econômico, o social e o simbólico/cultural, precisamos deslindar a complexidade dessa configuração que, ela sim, opera na formação do *habitus*²¹.

Por outro lado, quanto às modalidades suplementares que embasam as representações progressistas, o curso identificado é Jornalismo, cujas práticas sociais, em referência aos meios de comunicação, se singularizam pela ausência de interação com a TV, veículo que, dadas as condições de monopólio das corporações midiáticas no Brasil, conta com a tendência a transmitir conteúdos, em geral, conservadores. Há forte relação dos respondentes com as novas mídias, como o YouTube, e conteúdos políticos à esquerda. Ainda com relação às modalidades suplementares, dois dados (“não professam religião”; “não sabem/não quiseram responder [acerca de religião]”) apontam para a ruptura com as matrizes religiosas, o que se manifesta, por sua vez, nas próprias modalidades ativas cujos conteúdos progressistas pressupõem, pelo menos, certo afastamento de visões confessionais. O gráfico das modalidades ativas, por exemplo, aponta

21 Ao contrário de Engenharia, a categoria “curso de Administração” não aparece no eixo das variáveis suplementares devido ao fato de que apresenta menor intensidade extremista, especialmente, em virtude da questão de gênero. Embora os dois cursos sejam extremamente semelhantes, Administração se singulariza por apresentar um percentual menor de homens, o que, em nosso entendimento, contribui – dada a similaridade das outras variáveis – para a construção de um *habitus* menos extremista (como vimos, homens tendem a ser mais conservadores). Vale lembrar que Engenharia conta com cerca de 80% e Administração atinge “apenas” 60%.

para uma série de tomadas de posição estruturadas por intensa crítica ao senso punitivista, cujo conteúdo é um dos elementos centrais da visão de mundo protestante-evangélica. O curso é o que menos escuta música gospel e sertaneja, ruptura essa que, entre outros fatores, tende a apresentar maior resistência à influência da matriz religiosa – especialmente em sua dimensão estética – e do domínio masculino – tão caracterizador das letras do sertanejo. Em síntese, a configuração sociológica, nesse agrupamento, passa a ser determinada pelo predomínio do capital escolar sobre o econômico, com composição interna caracterizada pelo maior percentual de pretos e, como enfatizamos, ruptura com a matriz protestante (Mariano, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados, e levando em consideração todos os fatores que podem reduzir seu alcance em termos de generalidade e de representatividade estatística, concluímos que o extremismo se organiza em quatro frentes específicas: o punitivismo exacerbado, ou seja, a “ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte” (Löwy, 2015, p. 662), o que ficou nítido nas respostas dos discentes de Engenharia Civil e de Administração. Como segundo caractere constitutivo do fenômeno em tela, descobrimos a “intolerância” (Löwy, 2015, p. 663); mas, ao contrário de Löwy (2015), os dados não apontam apenas “para minorias sexuais, em particular, os homossexuais” (Löwy, 2015, p. 663). Os dados refletem o deslocamento dinâmico dessa moral para diferentes objetos de ódio e/ou intolerância, cobrindo imensa variedade de identidades. Ainda, apreendemos a defesa da ruptura das instituições democráticas, fato consubstanciado no apoio à erradicação da corrupção (dentro e fora da lei) e ao perdão aos equívocos cometidos pela Lava-jato. Por fim, detectamos intenso apoio a políticas econômicas neoliberais, com ênfase no mercado como núcleo semântico e operador social, preconizando a redução das funções sociais do Estado *pari passu* à hipertrofia de suas funções policiais. Essa matriz multidimensional – uma verdadeira “proposta de sociabilidade” (Pierucci, 1987) – tende a ser acionada em circunstâncias específicas que colocam em primeiro plano a crítica às estruturas e valores da ordem burguesa, mesmo que apenas em termos perceptivos, como acontece com as visões de mundo da classe média brasileira que perdeu – muito mais simbólica do que objetivamente – o monopólio do ensino superior, na medida em que as frações mais baixas dessa classe foram absorvidas, no geral, por corporações privadas de ensino superior.

Posto isto, detectamos a existência de um modelo de extremismo constituído pelos estudantes dos cursos de Engenharia Civil e de Administração e que se caracteriza pelo predomínio do capital econômico sobre outras formas de capital (especialmente, o escolar) e pelo alto percentual de gênero masculino que, nos dois cursos, tendem a monopolizar conhecimento basicamente técnico. O predomínio de capital econômico aliado aos altos percentuais de homens são dois elementos-chave na construção do *habitus* extremista, especialmente dos engenheiros. O papel central desempenhado pela religião evangélica destacou-se pela explicitação de predisposições mais extremistas (Mariano, 2005), estruturadas por moral, senso punitivo e forte defesa de posições neoliberais. Com baixo capital intelectual, os discentes tendem a se tornar mais suscetíveis,

además, a aceitar o *ethos* do mundo social como ele, fenomenicamente, se apresenta e, com isso, tendem a aceitar o processo de inculcação de valores de outras frações sociais (mais elevadas) que, uma vez aceitos, tendem a operar em detrimento de seus próprios interesses. Como desdobramento, julgam – e, portanto, tomam decisões – a partir do senso comum que estrutura sua sociabilidade cotidiana, perpassada pelo sertanejo universitário, pela música gospel e por visões dicotômicas e simplistas acerca do mundo social e político. Se o sertanejo se singulariza por expressar percepções conservadoras e machistas sobre o mundo social; o gospel, essa mediação complexa, tende a deslocar para o universo do lazer percepções extremistas e religiosas. A isso se une a cisão com obras que têm o potencial de estimular a capacidade intraceptiva (a faculdade imaginativa). Esse conjunto complexo de fatores contribui para a manutenção de uma percepção de mundo marcada pelo intenso senso comum punitivo como a defesa da redução da maioria penal, da pena capital e posições afins, tudo aquilo que caracteriza predisposições fortemente conservadoras, associadas à deslegitimação das políticas sociais do Estado e à rejeição ativa de movimentos sociais ligados à esquerda. Tal conjunto de disposições pode ser interpretado, com Batista (2020), como expressão subjetiva da normalização da violência institucional.

Em oposição a esse modelo, Jornalismo se destaca por tomadas de posição progressistas quanto ao Estado, à moral e/ou costumes, à economia e à relação com o social. Isso pode ser explicado, entre outros fatores, pelo delineamento da relação entre seus diferentes tipos de capital: a primazia do escolar sobre o econômico. Trata-se de um grupo que, entre outras peculiaridades, se caracteriza pela distribuição do capital escolar no nível médio e, ao mesmo tempo, pela concentração de boa formação nas responsáveis femininas. Portanto, temos primazia do escolar sobre o econômico, ruptura de matrizes religiosas e o maior percentual de pretos em toda a amostra. A multideterminação no presente curso articula primazia da dimensão cultural, ateísmo, altos percentuais de não brancos, sociabilidade singularizada pelo contato com práticas sociais progressistas, forte interação com conteúdo à esquerda nas redes sociais e contato com obras que, potencialmente, estimulam a intracepção. Essa grelha de fatores sociais, isto é, o papel operado pelo conjunto das mediações sociais configura jogo de afinidades eletivas surpreendente, contribuindo para conferir a esses agentes sociais alta capacidade cognitiva, grande potencial criativo e forte disposição crítica em relação às mediações religiosas (isso, nos casos em que não há completa ruptura). Portanto, a organização cognitiva desse aglomerado tende a contribuir para que a crítica se exerça – sem que saibam explicitamente – sobre a ordem social como um todo. Intelectual e criticamente, a força do capital escolar contribui para aparelhá-los à crítica – ao contrário do que ocorre com os estudantes de exatas. São processos, estruturas e mediações sociais os determinantes multicausais – enlaçados pelo pertencimento de classe – do fenômeno do extremismo.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BATISTA, Vera Malaguti. Crime e guerra no Brasil contemporâneo. In: FABRES, Thiago; BATISTA, Vera Malaguti (org.). **Política criminal e estado de exceção**. Rio de Janeiro: Revan, 2020. p. 229–241.
- BERTONCELO, Edison. O uso da análise de correspondências múltiplas nas ciências sociais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais...** eletrônicos... Caxambu: Anpocs, 2016. p. 1–25.
- BITTAR, Mariluce. Educação superior – o “vale tudo” na mercantilização do ensino. **Quaestio**, Sorocaba, v. 10, n. 2, p. 267–279, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/1383>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, p. 761–776, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/yDc9c9QwYXvx3nNJKWm5DTf/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- CARVALHO, Sílvio Augusto de. **Juventude na encruzilhada**: *habitus* e política na educação superior privada. 2024. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da UFJF, Juiz de Fora, 2024.
- CHALOUB, Jorge. A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/393>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CHALOUB, Jorge. A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/393>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Revsita Insight Inteligência**, ano 19, n. 72, p. 25–41, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/11862>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação**, v. 4, n. 3, p. 3–8, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1063/1058>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GRIGNON, Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O gosto do gosto**: ensaios sobre a sociologia da cultura. São Paulo: Edusp, 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 47, n. 1, p. 9–43, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini, **Sentinelas da Tradição**. São Paulo: Edusp, 2018.

FERNANDES, Dmitri Cerbocini. MESSEMBERG, Débora. Apresentação: um espectro ronda o Brasil (à direita). **Plural**, v. 25, n.1, p. 1–12, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2018.149006>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. OLIVEIRA, Mariana Cardoso Batista de. Adeus ao fim da História: uma análise da crise da democracia. **Tempo Social**, v. 35, p. 107–130, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/213462/197065>. Acesso em: 14 fev. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

KALIL, Isabela. Etnografia da nova direita: religiões, moralidades e política. In: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 85–101.

KLÜGER, Elisa. Análise de correspondências múltiplas. BIB: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 86, p. 68–97, 2018. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/452>. Acesso em: 21 jun. 2023.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**: as bases sociais da política. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 124, p. 652–664, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwXKBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 2, p. 385–411, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/KP5Fw74VrvfByjxRpHfKbRS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. **A democracia na periferia do capitalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MUDDE, Cas. **A extrema-direita hoje**. Petrópolis: Vozes, 2022.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: estrutura e dinâmica da expansão universitária. Brasília: **Ipea**, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9061>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita: considerações sobre a ideologia conservadora no Brasil contemporâneo. **Novos Estudos Cebrap**, n. 19, p. 26–45, mar. 1987. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Direita mora do outro lado da cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 44–64, 1989. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000796197>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As ciladas da diferença. **Tempo Social**, v. 2, n. 2, p. 7–33, 1990.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: as manifestações de 2013 e a nova direita no Brasil. **Cadernos IHU Ideias**, ano 16, n. 278, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/cadernos/278cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

SALATA, André. Ensino superior no Brasil das últimas décadas. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 219–253, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125482>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João dos Reis. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educação no século XXI**. São Paulo: Xamã, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Juventude e ensino superior no Brasil. In: DWYER, Tom *et al.* (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p. 125–150. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9062>. Acesso em: 31 mar. 2025.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver! O retorno da direita e a crise da esquerda no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos. **Novos Estudos Cebrap**, n. 96, p. 87–103, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/YpYqRsNwYVYFvfQQcK7pZqw/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

(Recebido para publicação em 31 de março de 2025)

(Reapresentado em 7 de abril de 2025)

(Aprovado para publicação em 9 de abril de 2025)

6 APÊNDICE: QUESTIONÁRIO

Nome: _____

Email: _____

Bloco Eixo socioeconômico e trabalho

P1. Sexo:

- 1 Masculino
- 2 Feminino

P2. Você é aluno (a) de qual curso? _____

P2.a. Em qual período você estuda? _____

P3. Qual sua data de nascimento ____/____/____

P4. Você trabalha? Sim () Não ()

P4. a. Se sim, há quanto tempo trabalha? _____

P5. Se não trabalha, por quê?

- 1 – Dedicar-se apenas aos estudos.
- 2 – Está procurando emprego há um ano e não conseguiu nada.
- 3 – Está procurando emprego entre um e dois anos e não conseguiu nada.
- 4 – Desistiu de procurar emprego.
- 5 – Outros: _____

P6. Se trabalha, há quanto tempo tem carteira assinada? (Se não, pule!)

- () de 1 a 3 anos
- () de 3 a 5 anos
- () de 5 a 7 anos
- () mais de 7 anos

P7. – Quantos empregos já teve em sua vida?

- () de 1 a 3 empregos
- () de 3 a 5 empregos

- () de 5 a 7 empregos
- () mais de 7 empregos

P8. Quantas horas você trabalha por semana?

- () até 10 horas por semana
- () de 10 a 20 horas por semana
- () de 20 a 30 horas por semana
- () de 30 de 40 horas por semana
- () mais de 40 horas por semana

P9. Considerando o critério do IBGE, você se classificaria como sendo de que cor ou etnia?

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

Outra (anote): _____

Não sabe/não quis responder

P10. - Qual é ou era a principal profissão de seus pais? (considerar os “pais de criação” ou responsáveis)

a. Profissão RESPONSÁVEL 1 – MASCULINO (especificar o grau de parentesco)

b. Profissão RESPONSÁVEL 2 – FEMININO (especificar o grau de parentesco)

P11. Qual é ou qual era o grau de escolaridade de seus pais? (considerar os “pais de criação” ou responsáveis)

a. Escolaridade RESPONSÁVEL 1:

- 1 Não frequentou escola
- 2 De 1ª a 4ª do Ensino Fundamental
- 3 De 5ª a 8ª do Ensino Fundamental
- 4 Ensino Médio incompleto
- 5 Ensino Médio completo
- 6 Ensino Superior incompleto
- 7 Ensino Superior completo
- 8 Pós-Graduação
- 9 Não sabe / Não quer responder

b. Escolaridade RESPONSÁVEL 2:

- 1 Não frequentou escola
- 2 De 1ª a 4ª do Ensino Fundamental

- 3 De 5ª a 8ª do Ensino Fundamental
- 4 Ensino Médio incompleto
- 5 Ensino Médio completo
- 6 Ensino Superior incompleto
- 7 Ensino Superior completo
- 8 Pós-Graduação
- 9 Não sabe / Não quer responder

P12. Você tem filho(s) ou filha(s)? Sim () Não ()

P12.a. Se sim, quantos? _____

P13. Em qual município você reside atualmente?

1 – Juiz de Fora. Qual bairro? _____

2 – Outro município. Anote _____

P14. Com quem você mora?

1 Com meus pais + irmãos

2 Com meus pais sem irmãos

3 Só com minha mãe ou só com meu pai + irmão

4 Só com minha mãe ou só com meu pai sem irmãos

5 Com meus avós, pais ou outro responsável + irmãos

6 Com meus avós, pais ou outro responsável sem irmãos

7 Sozinho

8 Outra resposta. Anotar: _____

P15. Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você? _____

P16. Qual a renda da sua família, aproximadamente (considerado todos que contribuem para a renda da sua casa)?

Não mais que 1 salário mínimo²² (R\$ 998,00)

De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 998,00 a R\$ 1.996,00)

De 2 a 4 salários mínimos (R\$ 1.996,00 a R\$ 3.992,00)

De 4 a 10 salários mínimos (R\$ 3.992 a R\$ 9.980,00)

De 10 a 20 salários mínimos (R\$ 9.980,00 a R\$ 19.960,00)

Acima de 20 salários mínimos (mais de R\$ 19.960,00)

²² Dados do salário mínimo (SM) referentes à 2019.

P17. Que membro de sua família custeia seus estudos:

- 1 Você mesmo (a)
- 2 Seus pais + você
- 3 Seus pais
- 4 Seus avós
- 5 Seus avós + seus pais
- 6 Seus avós + seus pais + você
- 7 Outros

Explique: _____

P18. Você está incluído (a) em algum tipo de programa de financiamento estudantil (FIES, Prouni etc.)?

Qual? _____

P19. Você faz algum curso além da faculdade (algum idioma, empreendedorismo, etc.)?

- 1 - Sim (P19a. Se sim, qual(is) _____)
- 2 - Não

Blocos Práticas Culturais

P20. Apresentarei uma lista de atividades e gostaria que você dissesse quais delas você pratica com certa frequência: coloque número estimado de vezes em 3 meses. Por exemplo, se você foi duas vezes ao cinema nos últimos 3 meses, coloque “2”.

EVENTOS		EVENTOS	
a. Ir ao cinema		h. Ir a museu ou galeria de arte fora das atividades escolares	
b. Assistir a uma peça de teatro		i. Ir a bares	
c. Viajar a passeio		j. Ir a um jogo de futebol	
d. Ir a um show		k. Assistir a filmes em casa	
e. Assistir a programas de televisão		l. Ir à festa da turma	
f. Ir a restaurantes (para almoçar ou jantar fora)		m. Navegar na internet	
g. Ler livros de literatura fora das atividades escolares		n. Redes Sociais	

P 21. Quando você está em casa, quais das seguintes atividades você costuma praticar e com que frequência:

ATIVIDADES	Nunca	1 ou 2 vezes/ sem.	3 ou 4 vezes/ sem.	5 ou 6 vezes/ sem.	Todos os dias
a. Assistir à televisão	1	2	3	4	5

b. Escutar música	1	2	3	4	5
c. Ler jornais ou revistas (meios digitais ou impressos)	1	2	3	4	5
d. Ler livros não-didáticos	1	2	3	4	5
e. Assistir a filmes/séries em DVD/vídeo ou pela internet (Netflix)	1	2	3	4	5
f. Acessar rede sociais (Facebook, Instagram, Youtube)	1	2	3	4	5

P22. Se você respondeu acima que assiste à TV, que programas você mais assiste? (anotar três programas que lembrar)

P23. Você assiste a algum canal no Youtube? Se sim, quais youtubers você segue?

P24. Se você respondeu que acessa a internet, qual site, blog ou portal costuma acessar mais? (anotar os três principais)

P25. Você tem perfil no Facebook, Instagram ou em outras redes sociais?
 () sim () não

P26. Você segue alguma página sobre política, o perfil ou o canal de algum político no Facebook, Twitter, Instagram ou em outras redes sociais?

1 Sim. Qual(is)? -----
 2 Não

P27. Você lê jornais e revistas impressos ou online?
 () sim () não

P27a. Se sim, quais jornais e revistas? -----

P28. Qual tipo de livro você mais gosta (pode marcar mais de uma opção)?

Autoajuda
 Aventura
 Viagens
 Biográficos

Memória

Infantis

Clássicos

Técnicos (da sua área de estudos)

Outros (anotar) _____

P29. Que tipo de música você mais gosta de ouvir (pode marcar mais de uma opção):

1 Rock

2 Pop

3 MPB

4 Jazz

5 Funk

6 Sertanejo

7 Axé

8 Samba

9 Pagode

10 Música eletrônica

11 Reggae

12 Hip Hop / Rap

13 Gospel

14 Música Clássica

15 Outras. Anotar: _____

P30- Você tem religião? Sim () Não ()

P30a. Se tiver, qual sua religião? _____

P31. Você frequenta algum templo, igreja, centro ou outro local de culto religioso?

() sim () não

P31a. Se Sim, com que frequência?

1 Mais de uma vez por semana

2 Entre uma vez por semana / a cada duas semanas

3 Entre uma vez por mês / a cada dois ou três meses

4 Muito esporadicamente

Bloco Identidade e Política

P. 32 Tendo em vista que suas opiniões permanecerão em sigilo, em qual candidato você votou no primeiro e segundo turnos (eleição de 2018)?

Anotar:

1º turno _____

2º turno _____

P33. Você tem preferência por algum partido político e/ou grupo?

- 1 Sim (anotar qual/quais):_____
- 2 Não
- 3 Não sabe/não quis responder

P34. Você discute assuntos políticos (por exemplo, partidos, candidatos, corrupção, políticas sociais, eleições, etc.)?

- Sim ()
- 2 Não ()

P34. a. Se sim, quando você mais discute assuntos políticos?

- 1 Em casa, com meus pais ou responsáveis.
 - 2 Com meus amigos.
- Na faculdade, apenas.
- Nas redes sociais
- Não discuto.
- Outra resposta. Anotar _____

P35. Em sua opinião, o Brasil precisa mais de um Presidente que:

- 1 Seja um líder com mão forte, que saiba conduzir a nação.
- 2 Tenha um perfil mais técnico, que torne o Estado mais eficiente.
- 3 Seja alguém que atenda às demandas tanto dos ricos quanto dos pobres.
- 4 Seja alguém que atenda primeiro às demandas dos pobres e marginalizados.
- 6 Outra resposta (anotar qual)
- 7 Não sabe / Não quer responder.

P36. Em sua opinião, programas sociais como o Bolsa Família:

- 1 Ajudam pessoas necessitadas que não tiveram oportunidades
- 2 Podem até ajudar, mas devem ser temporários
- 3 Tornam as pessoas acomodadas
- 4 Sustentam quem não gosta de trabalhar
- 6 Outra resposta (anote):
- 7 Não sabe/não quer responder.

P37. Se você soubesse que um filho seu é gay, ou que uma filha sua é lésbica, como você reagiria?

- 1 Não se importaria, pois acha isso indiferente
- 2 Aceitaria com preocupação
- 3 Não gostaria, mas procuraria aceitar

- 4 Não aceitaria, mas continuaria convivendo
- 5 Não aceitaria e expulsaria ele ou ela de casa
- 6 Outra resposta (*anote*):
- 7 Não sabe/não quer responder.

P38. Com a frase “O casamento gay não deve ser legalizado, devemos é defender a família tradicional cristã”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente

P39. Em sua opinião, mulheres que usam roupas curtas:

- 1 Devem saber que incentivam o estupro ou outros atos de abuso.
- 2 Devem saber que incentivam cantadas e, por isso, não devem se sentir ofendidas.
- 3 Estão no direito delas, mas não devem estar desacompanhadas e nem estar em lugares tidos como perigosos.
- 4 Estão no direito delas e devem ser respeitadas independentemente da roupa que estão usando e do lugar onde estão.
- 5 Outra resposta (*anote*):
- Não sabe/não quer responder

P40. Sobre a Polícia Militar, qual afirmação mais se aproxima do que você pensa:

- 1 É uma instituição respeitável e deve ser admirada
- 2 Há pessoas boas e más na polícia, como em qualquer instituição
- 3 No geral, tem mais aspectos positivos do que negativos
- 4 No geral, tem mais aspectos negativos do que positivos
- 5 Deveria ser desmilitarizada
- 6 Sua própria existência deve ser repensada (não deveria existir)
- 7 Não sabe / Não quer responder.

P41. Em sua opinião, quando a polícia deve usar a violência contra manifestantes?

- 1 Nunca, pois a manifestação é um direito democrático
- 2 Apenas quando houver depredação do patrimônio público
- 3 Quando houver depredação do patrimônio privado ou público
- 4 Se houver ameaça à vida de um civil ou militar
- 5 Se os manifestantes estiverem bloqueando vias públicas
- 6 Sempre, pois toda manifestação é uma baderna
- 7 Outra resposta (*anote*):
- 8 Não sabe/não quer responder.

P42. Sobre as pessoas espancarem bandidos com suas próprias mãos (justiça popular), sem esperar pela polícia, qual a opção mais próxima de sua opinião?

- 1 Sou completamente contra, pois apenas a polícia e o Judiciário podem aplicar punições, após um processo.
- 2 Sou completamente contra, pois é um ato desumano.
- 3 Considero que alguns bandidos, a depender do crime, merecem ser castigados pela população
- 4 É um ato de legítima defesa dos cidadãos de bem
- 5 Outra resposta (*anote*):
- 6 Não sabe/não quis responder

P43. Com a frase “A cadeia para menores de 18 anos vai diminuir a criminalidade juvenil”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente

P44. Sobre a pena de morte, você é:

- 1 Inteiramente contra
- 2 Contra, mas favorável à prisão perpétua
- 3 Favorável apenas para crimes “bárbaros” (muito graves)
- 4 Favorável para todos os tipos de crimes
- 5 Não sabe/não quer responder.

P45. Com a frase: “Hoje em dia ninguém obedece mais a família, os mais velhos, os chefes, os professores nem a polícia, por isso os valores estão invertidos” você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente
- 5 Não sabe/não quis responder

P46. Sobre a política de cotas para universidades, o que você pensa?

- 1 Sou a favor, porque ajuda a diminuir a desigualdade
- 2 Sou a favor apenas de cota para pobres, não de cota racial
- 3 Sou contra, porque o esforço pessoal deve ser valorizado
- 4 Sou contra, porque com as cotas a qualidade do ensino superior diminui
- 5 Sou contra, porque a solução é investir no ensino básico.
- 6 Não sabe/não quer responder.

P47. Você considera que movimentos sociais, como o movimento negro, movimento gay, movimento feminista ou MST (Movimento dos Sem Terra):

- 1 São necessários para a defesa dos direitos de minorias
- 2 São desnecessários, pois essas minorias já têm os seus direitos garantidos
- 3 São desnecessários, pois instituem privilégios para as minorias
- 4 Não deveriam existir, pois muitos se servem desses movimentos apenas para criar baderna ou aparecer
- 5 Deveriam ser proibidos, pois apoiam a implantação de uma nova ditadura (gay, feminista, negra) no Brasil
- 6 Não sabe / Não quer responder.

P48. Ainda segundo sua opinião, pessoas que não têm sucesso profissional:

- 1 Geralmente tiveram menos oportunidades do que outros
- 2 Tiveram menos oportunidades, mas geralmente não se esforçaram muito
- 3 São sempre aqueles que não se esforçaram o suficiente
- 4 São os que, naturalmente, não têm competência
- 5 Não sabe/não quer responder.

P49. Sobre a frase “A Lava Jato é a maior operação de combate à corrupção da história do país; se ocorreram abusos, devem ser perdoados”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente
- 5 Não soube/não quis responder

P50. Sobre a Reforma da Previdência, qual das seguintes alternativas se aproxima mais da sua opinião:

- 1 Aumenta a desproteção social em grupos vulneráveis na sociedade brasileira.
- 2 Importante para equilíbrio do país, mas pode prejudicar grupos vulneráveis.
- 3 Necessária para gerar equilíbrio fiscal no Estado brasileiro.
- 4 Fundamental para o desenvolvimento do país.
- 5 Não sabe/não quis responder

P51. Sobre o armamento da população, aponte a alternativa que mais se aproxima de seu ponto de vista:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente

P52. No que diz respeito à seguinte sentença “Há leis trabalhistas demais que prejudicam o mercado e a geração de empregos”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente
- 5 Não soube/não quis responder

P53. Sobre o governo do presidente Jair Bolsonaro, qual a afirmação que mais se aproxima do que você pensa:

- 1 Ótimo
- 2 Bom
- 3 Regular
- 4 Ruim
- 5 Péssimo

P54. Sobre o assassinato da vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), em março de 2018, Marielle Franco, qual sentença se aproxima mais do seu ponto de vista:

- 1 Marielle mereceu.
- 2 Marielle sabia que podia acontecer.
- 3 Apesar de sua posição política errada, a morte de Marielle deve ser investigada e penalizada de acordo com a lei.
- 4 Marielle foi executada por ser de esquerda, negra, lésbica e ativista; seu assassinato deve ser investigado.
- 5 Não soube/não quis responder

P55. Sobre a frase “O corte na educação é necessário por conta da crise econômica atual para ajustar as contas do país”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente
- 5 Não sabe/não quis responder

P56. Em relação às recentes publicações de conversas privadas entre os procuradores da Lava-Jato e o ex-juiz, hoje ministro da Justiça, Sérgio Moro, qual afirmação mais se aproxima de seu ponto de vista:

- 1 São produto de crime e não devem ser levadas em consideração.
- 2 É mais do mesmo e não revela nada de importante.
- 3 Apesar de ser ilegal, deve-se investigar o que aconteceu entre Moro e Dallagnol
- 4 Jornalismo legítimo e responsáveis devem ser punidos

P. 57 – Qual a alternativa que mais se aproxima de sua opinião sobre a corrupção:

- 1 É o maior mal do Brasil e deve combatido dentro ou fora da lei.
- 2 É um dos maiores males do país e deve ser combatido dentro da lei.
- 3 É um problema como outro mal qualquer como a desigualdade
- 4 Foi utilizada seletivamente para punir políticos mais à esquerda

58 – Sobre o sindicato, assinale a alternativa que mais se aproxima de sua opinião:

- 1 São organizações que deveriam ser banidas da realidade brasileira.
- 2 São organizações radicais, mas sua existência deve ser preservada.
- 3 São organizações que têm papel importante na relação entre patrões/empregados.
- 4 São organizações fundamentais para a preservação de direitos nas democracias.
- 5 Não soube/não quis responder

59 – Sobre a seguinte frase “A deposição da então presidente Dilma Rousseff foi um golpe para retirar o PT do governo”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente
- 5 Não sabe/não quis responder

60 – Sobre a prisão de Lula, qual das alternativas mais se aproxima de seu ponto de vista:

- 1 Conseguiu colocar na cadeia um dos maiores corruptos do país
- 2 Ocorreu dentro da lei seguindo todos os procedimentos da justiça
- 3 Não seguiu todos os procedimentos da justiça para fazer a prisão
- 4 Foi usada como estratégia política contra esquerda
- 5 Não sabe/não quis opinar

Muito obrigado por sua colaboração! Você contribuiu demais para com a pesquisa!

“BANCADA DA BALA”: UM ESTUDO DA COMPOSIÇÃO SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS(AS) EM 2018 E 2022

**BULLET CAUCUS (“BANCADA DA BALA”): A STUDY OF ITS MEMBERS, SOCIAL
BACKGROUND AND POLITICAL CAREERS OF LEGISLATORS ELECTED IN 2018 AND 2022**

Maria Lúcia R. de Freitas Moritz¹

<https://orcid.org/0000-0003-3402-6543>

Letícia Bonella²

<https://orcid.org/0009-0007-4361-3383>

RESUMO

Os preocupantes índices da segurança pública e os discursos que prometem enfrentar a “desordem” têm forte apelo junto ao eleitorado brasileiro. Aproveitando-se desse cenário, cada vez mais profissionais vinculados aos órgãos da Segurança Pública se apresentam para a disputa eleitoral. O presente artigo busca analisar os(as) deputados(as) federais com este perfil, eleitos em 2018 e em 2022, e que compõem a chamada “Bancada da Bala”. O foco é analisar especificamente os(as) parlamentares que conquistaram seu primeiro mandato nas duas últimas eleições e que pertencem ao campo ideológico da direita, totalizando 48 nomes. A proposta é identificar a composição social e a trajetória política deste grupo, tendo em vista que são *outsiders* e ganharam espaço eleitoral a partir da demonização da política e do cenário de polarização advindo

1 Graduada em Ciências Sociais, Mestra e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada IV no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM) e pesquisadora sobre a temática gênero e representação política. Email: maluciamor@gmail.com.

2 Bacharela em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Erechim), Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Residente jurídica na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Colaboradora no Núcleo Interdisciplinar de estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM) e pesquisadora sobre a temática de gênero. Email: letibonella06@gmail.com.

da candidatura de Bolsonaro à Presidência da República. A escolha metodológica é qualitativa e os dados foram coletados junto aos arquivos eletrônicos do TSE, DIAP e Instituto Sou da Paz. Os resultados encontrados indicam que a maioria dos(as) “novatos(as)” é policial militar, filiada ao PSL e ao PL, e se elegeu pela região Sudeste, o que demonstra que a estratégia de explorar a origem profissional e associar suas campanhas eleitorais ao “capitão” foi bem-sucedida.

Palavras-chave: segurança pública; eleições 2018 e 2022; Câmara dos Deputados; direita; “bancada da bala”.

ABSTRACT

Public security policies are a source of worry and political speeches promising to face public ‘disorder’ strongly appeal to the Brazilian electorate. Taking advantage of such situation more and more politicians with backgrounds in law enforcement or the armed forces have been winning elections. This article aims at analysing those legislators (men and women) who have won seats in 2018 and 2022 and now form what is called the “bancada da bala, a ‘bullet caucus’ seeking to bolster gun ownership. Our focus is to specifically analyse the legislators who won seats in the lower house of Congress for the first time in the last two elections, coming largely from right-wing political circles (a total of 48 names). It is proposed here to identify the social background and analyse the political career of these politicians taking into account they are outsiders who have conquered a place in politics after politics has been demonized and Jair Bolsonaro became a candidate for presidency. The methodology choice is qualitative and data was collected from TSE, DIAP and “Instituto Sou da Paz” electronic archives. The results found reveal that most of the newcomers are members of a State Police Force, members of the PSL and PL political parties and represent the Southeast region, which suggests the strategy for exploring professional background and connecting their electoral campaign with the “captain” was successful.

Keywords: public security; 2018 and 2022 elections; Chamber of Deputies; right; “Bullet Caucus”.

1 INTRODUÇÃO

A jovem democracia brasileira está sob ataque desde 2016, quando do golpe sofrido pela Presidenta Dilma, culminando com o evento orquestrado ocorrido no dia oito de janeiro de 2023, em Brasília. Desde lá, o Brasil tem vivido um período de incertezas, onde as regras ora são relativizadas, ora são violadas, especialmente envolvendo direitos das mulheres, da população

LGBTQIAPN+, das pessoas racializadas e daquelas pobres. Entre os dois episódios mencionados acima, ocorreu a eleição de 2018, que levou Jair Bolsonaro à Presidência da República. Os quatro anos de seu mandato foram marcados por arroubos antidemocráticos, como, por exemplo, ataque às instituições políticas, deslegitimando-as e inflamando sua base contra o sistema eleitoral brasileiro. Ao buscar a reeleição em 2022, tentou minar a confiança no processo eleitoral, lançando dúvidas sobre o mesmo. Inclusive, ameaçava usar um antídoto “fora das quatro linhas da Constituição”. Ou seja, o presidente estava agindo na contramão de uma democracia consolidada, em que a divisão dos poderes e a credibilidade das instituições são fundamentais.

Voltando ao ano de 2018, no rastro da candidatura de Bolsonaro, surgiram candidatos e candidatas identificados com sua figura, pleiteando cargos nos governos estaduais³, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional. Mesmo filiado a um pequeno e insignificante partido Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro teve palanque multipartidário nas principais cidades do Brasil, de norte a sul. Sua crescente popularidade trouxe à cena política um grande número de candidatos ligados à área da segurança pública. Isso ocorreu porque o discurso e a imagem política construídos por Bolsonaro fortaleceram a visibilidade desses profissionais, alinhados à sua narrativa e às propostas.

Candidaturas associadas ao “capitão”, especialmente ao Poder Legislativo, compartilham pontos em comum: originam-se no campo ideológico da direita/ultradireita, têm como bandeira o combate à desordem e exploram o “discurso do medo”. A implementação e o recrudescimento de medidas de segurança pública têm chamado a atenção da população brasileira e, cada vez mais, ganhado relevo nas discussões. A centralidade do tema tem demandado reivindicações envolvendo questões nessa área, tais como: aumento da repressividade e controle estatal da criminalidade, manutenção da ordem pública, expansão do policiamento, diminuição da maioridade penal, construção de presídios e aumento de vagas no sistema carcerário, entre outras ações. Como se percebe, os motivos para o avanço das candidaturas e das pautas atreladas à segurança são os mais variados e têm relação com os índices da violência urbana e a sensação de medo dela decorrente. Isso coloca a população brasileira em estado de alerta frente a diversas práticas delitivas, cenário que acaba propiciando a ascensão de candidaturas que trazem maior enfoque aos problemas de falta de estrutura e financiamento estatal para as instituições encarregadas de manter a ordem e a segurança pública no país.

O cenário de (in)segurança pública no Brasil tem apresentado índices preocupantes, atingindo seu pico no ano de 2017, exigindo respostas governamentais por meio da implementação de políticas públicas para reverter-los. Nesse contexto específico, entendido como de ameaça ou desarranjo social, os discursos de combate à desordem costumam ter apelo junto ao eleitorado. Aproveitando-se dessa conjuntura, muitos representantes e candidatos/as a cargos eletivos têm intensificado discursos que vão ao encontro de uma parcela do eleitorado brasileiro, o qual

3 De acordo com o site Agência Brasil (2018), 15 dos 27 governadores declararam apoio a Bolsonaro no segundo turno das Eleições de 2018. Os estados de Rondônia, Roraima e Santa Catarina elegeram governantes do PSL, mesmo partido de Bolsonaro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-recebeu-apoio-de-15-dos-27-governadores-e-leitos>. Acesso em 27/01/2025.

demanda pelo aumento de medidas de segurança pública. Assim, as candidaturas que prometem enfrentar a “desordem” ganham espaço eleitoral. É o caso dos agentes das forças repressivas estatais, que utilizam a experiência profissional para obterem visibilidade e popularidade e, dessa forma, impulsionam suas candidaturas a mandatos eletivos por meio da confiança despertada junto ao eleitorado pela sua atuação profissional. Os candidatos/as eleitos/as com este perfil deram origem ao que ficou conhecido como “Bancada da Bala” no Congresso Nacional:

A Bancada da Bala é a representante política de um conjunto de ideias e atitudes, que se fundamentam na percepção de que o contexto social está marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública radical. As experiências de violência – compartilhadas ou vivenciadas pelos indivíduos, em conjunto com os casos noticiados diariamente pelos meios de comunicação – alimentam e acabam por traçar os contornos desse diagnóstico. Haveria um excesso de liberdade e uma perda de autoridade das instituições, sustentada pela incapacidade das leis democráticas e do Estado de Direito de promover a ordem (Faganello, 2015, p. 150).

Tamanha foi a centralidade que o tema da segurança pública adquiriu junto ao eleitorado e à mídia que, durante a 55a legislatura (2015-2019), foi formada a “Frente Parlamentar da Segurança Pública” (FPSP), da qual fizeram parte 299 deputados dedicados a essa pauta. A Frente também é popularmente conhecida como “Bancada Policial” ou “Bancada da Bala”. A FPSP é pluripartidária e congrega membros de diversas Unidades da Federação e, no momento de sua formação, seu “núcleo duro” estava composto de 20 parlamentares⁴. Em legislaturas anteriores, já havia representantes dedicados à defesa dos interesses desta área, mas foi a partir dos parlamentares eleitos em 2014 que a Frente se formalizou, constituindo-se em uma “novidade” e agindo de forma coordenada. De acordo com Quadros e Madeira (2018, p. 505), “policiais e militares se convertem em deputados a fim de labutar pela preservação de valores/interesses comuns, freando pautas ordinariamente suscitadas por grupos de direitos humanos (e progressistas de um modo geral)”.

A “Bancada da Bala” pode assumir configurações distintas na sua composição. Ora é composta de um grupo de parlamentares em função dos vínculos profissionais, ora em função das agendas defendidas. Geralmente, o ponto em comum entre seus membros é a defesa de pautas voltadas para a Segurança Pública. Embora 299 parlamentares tenham feito parte da formação da FPSP, para fins do presente trabalho, estamos fazendo um recorte a partir de dois critérios: (1) vínculo profissional com a área da segurança pública⁵ e (2) filiação a partidos de direita no momento da eleição. Com base nesses quesitos, identificamos 74 nomes, sendo 34 eleitos em 2018 e 40 em 2022. Estamos cientes da controvérsia em torno do enquadramento ideológico dos partidos políticos brasileiros. No entanto, assumimos o risco e adotamos a mesma classificação de Codato, Berlatto, Bolognesi (2018). De acordo com essa catalogação, as seguintes legendas

4 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/442590-nova-bancada-da-seguranca-defendera-temas-como-reducao-da-maioridade-penal/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

5 Estão sendo considerados os vínculos profissionais com a Polícia Civil (estadual e federal), Polícia Militar (inclusive bombeiros) e Forças Armadas.

são consideradas do campo da direita: DEM/União Brasil⁶, Novo, PEN/Patriota, PL, PP, PR, PRB/Republicanos⁷, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC/DC, PSL/UB, PTB, PTdoB/AVANTE, PTC/Agir⁸, PTN/Podemos⁹ e Solidariedade. Embora o PROS não seja classificado como um partido de direita pelos referidos autores, estamos posicionando-o nesse espectro ideológico, uma vez que esta sigla apresentou um alinhamento de 80% nas votações do Congresso Nacional pró-governo Bolsonaro, orientação esta que foi reforçada pela sua incorporação ao Solidariedade em 2022. O fortalecimento político das direitas no Brasil e seus novos sentidos/configurações (direita tradicional, novas direitas, ultradireita) serão abordados na próxima seção.

Nas duas últimas eleições gerais brasileiras, observou-se o crescimento de candidaturas do campo da direita, que moldaram seus discursos em torno de temas como a contenção da criminalidade e da violência, e o aumento da repressividade das medidas de segurança pública. Como explica Gallego (2018), houve a militarização da política e da vida, marcada pela construção da dualidade entre o “inimigo interno” e o “cidadão de bem”. Essa dinâmica se dá em um contexto no qual a arquitetura estatal e a sociedade são racistas, patriarcais e genocidas, que instrumentalizam o medo como controle. Nas palavras da autora,

Ao longo destes últimos anos, o campo progressista assistiu perplexo, atrapalhado e inativo à reorganização e ao fortalecimento político das direitas. “Direitas”, “novas direitas”, “onda conservadora”, “fascismo”, “reacionismo”... Uma variedade de conceitos e sentidos para um fenômeno que é indiscutível protagonista nos cenários nacional e internacional de hoje: a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas (Gallego, 2018, p. 8).

Diante do crescimento no número de candidaturas oriundas da segurança pública, o presente artigo tem por objetivo analisar a origem social e a trajetória política dos homens e das mulheres com vínculos profissionais nessa área, filiados a partidos da direita/ultradireita, que se elegeram pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 2018 e em 2022. Ou seja, nosso *corpus* analítico tem como foco os chamados “novatos”, os quais se aproveitaram da conjuntura política polarizada e da ascensão de Bolsonaro para viabilizar suas candidaturas, já que muitos destes eleitos eram seus apoiadores e associaram suas candidaturas à imagem do “capitão”, destacando a proximidade da pauta em defesa da promoção da segurança pública.

Este grupo de parlamentares “novatos”, pertencentes à “Bancada da Bala”, totaliza 48 nomes. A fim de identificá-los, foram utilizados dados compilados pelo Diap¹⁰ e pelo Instituto Sou da Paz¹¹. Para determinar se a(o) candidata(o) possuía vínculo profissional com órgãos de

6 Em outubro de 2021 houve a fusão entre Democratas e PSL, surgindo o União Brasil/UB.

7 Em 2019 o PRB mudou de nome para REPUBLICANOS.

8 Em 2022 o Partido Trabalhista Cristão muda de nome e assume a denominação AGIR.

9 Em 2016 o Partido Trabalhista Nacional passa a se chamar PODEMOS. Em 2018 incorporou o Partido Humanista Social/PHS e em 2023 houve uma nova incorporação, Partido Social Cristão/PSC.

10 Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88899-eleicoes-2018-bancada-linha-dura-da-seguranca-publica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 01 fev. 2025.

11 Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/g1-conheca-a-nova-bancada-da-bala-57-deputados-estaduais-44-federais-e-2-sena-dores-eleitos-vieram-das-forcas-de-seguranca-diz-instituto/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

segurança pública, considerou-se a profissão declarada em seu registro de candidatura junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As profissões incluídas nessa análise foram: Bombeiro Civil e Militar, Policiais Civil e Militar e Membros das Forças Armadas¹². Com o intuito de reforçar a identidade política dos membros da “Bancada da Bala”, também foram analisados seus nomes “de urna” ou “de registro”. Dessa forma, o vínculo profissional foi cotejado com as patentes registradas para a disputa eleitoral, a fim de evidenciar a associação entre sua trajetória profissional e sua identidade política.

Antes de avançarmos, devemos esclarecer que estabelecemos duas subcategorias entre os “novatos”, para fins da presente análise. A primeira é composta daquelas(es) que, antes das eleições de 2018 e de 2022, não possuíam nenhuma passagem pela política institucional, seja concorrendo ou exercendo cargos eletivos. O segundo subgrupo é formado por aqueles(as) que possuíam alguma vivência política anterior, isto é, já haviam disputado eleições anteriores ou já haviam conquistado algum cargo eletivo previamente à sua chegada na Câmara dos Deputados¹³.

Em função da conjuntura política polarizada e da demonização da política desencadeada pela Operação Lava-Jato, partimos da premissa de que este conjunto específico de “novatos” usufruiu deste contexto e encontrou aí uma “janela de oportunidade” para ingressar no campo da política institucional. Isto é, por causa da falta de capital político e da pouca (ou nenhuma) vivência eleitoral prévia à sua estreia na Câmara dos Deputados, estes eleitos precisaram achar caminhos para chamar a atenção do eleitorado e potencializar sua chance de vitória. Para viabilizá-la, utilizaram seu vínculo profissional e associaram suas campanhas diretamente ao candidato Bolsonaro.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais duas seções. Na primeira, vamos debater as definições conceituais, em especial, o enquadramento ideológico direita/ultradireita, bem como discutir a expansão do neoconservadorismo na última década, fenômeno que potencializou o crescimento deste perfil de candidaturas. Na seção seguinte, resgataremos a composição social e analisaremos a trajetória política dos 48 homens e mulheres vinculados profissionalmente à área da segurança pública, eleitos em 2018 e em 2022, buscando identificar qual foi o percurso percorrido pelos “novatos” até chegarem à Câmara dos Deputados e quais são seus pontos de aproximação. Encerramos com as considerações finais.

2 DEFINIÇÃO CONCEITUAL: NEOCONSERVADORISMO, DESDEMOCRATIZAÇÃO E SIGNIFICADOS DA DIREITA

As disputas eleitorais de 2018 e 2022 apresentaram um aumento no número de eleitos vinculados à segurança pública. Para entender tal crescimento, é necessário debruçar-se sobre

12 Em alguns registros, foram declaradas outras profissões, como “servidor público”, “advogado”, “médico”, “deputado” ou “vereador”.

13 Para a obtenção destas informações recorreremos ao banco de dados do TSE sobre antigas candidaturas. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/eleicao>. Acesso em: 20 jan. 2025.

a expansão do neoconservadorismo na política brasileira na última década. Para isso, é preciso elucidar a ressignificação dos conservadorismos na sociedade brasileira. Vaggione, Machado e Biroli (2020) atualizam esse conceito e adotam o termo “neoconservadorismo”, esclarecendo que,

Esse termo foi formulado inicialmente nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, para descrever as reações de intelectuais conservadores dos anos 1970 aos movimentos de contracultura. A partir de então, seria utilizado não apenas para descrever o modo como as ideologias conservadoras se definiram no contexto estadunidense, mas para lançar luz sobre os tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores - religiosos e não religiosos - visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no contexto latino-americano. Conceitualmente, permitiu uma aproximação entre conservadorismo cristão e individualismo liberal, assim como entre antipluralismo e neoliberalismo (Vaggione; Machado; Biroli, 2020, p. 27).

Esse cenário neoconservador é observado como uma crescente onda na política latino-americana. Segundo Vaggione (2020), esse fenômeno está localizado em uma temporalidade política específica, demarcada por conquistas importantes nas esferas legais, advindas dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, como, por exemplo, a expansão do acesso ao aborto, o reconhecimento de casamentos homoafetivos e a legislação sobre a identidade de gênero. Frente a tais acontecimentos surgiram, de forma não intencional, rearticulações mediante estratégias, discursos e atores renovados no campo conservador.

A rearticulação neoconservadora se fez presente tanto nas eleições de 2018, quanto no pleito de 2022, quando houve um aumento expressivo de candidaturas cujos discursos centravam-se em valores morais, como a defesa da família, da religião, dos bons costumes e dos “cidadãos de bem”. Essas “bandeiras” foram assumidas e evidenciadas por diversos atores políticos, inclusive, por algumas candidaturas advindas da segurança pública. O que se viu, em especial na figura de Bolsonaro e de seus apoiadores, foi que:

Ao menos desde junho de 2013, intensificaram-se as ações de militarização da vida e da política, ações essas que foram fortalecidas com o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff. Isso ocorre por meio da lógica, própria ao período da ditadura militar, da produção do inimigo interno às relações sociais, o qual é caracterizado como ameaça à ordem e à paz (Tele, 2018, p. 78).

Biroli (2017) enfatiza que, desde a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, houve a ampliação do reacionarismo, tanto no ambiente político, como na sociedade brasileira. A autora salienta que estava em curso a promoção de códigos morais conservadores, por meio de vários grupos sociais que apostam na reação às transformações nos padrões conjugais, afetivos e sexuais por algumas camadas da população. Aproveitando-se desse ambiente, os atores reacionários repetem discursos contra o esquerdismo, o comunismo, os radicalismos feministas, o movimento LGBTQIA+ e os movimentos negros, opondo-se a projetos de orientação socialista, igualitários e de reconhecimento das diferenças, combatendo, assim, um patamar civilizatório e de pluralidade nas sociedades complexas:

[...] consolidaram-se setores que, em defesa de princípios como a vida, a família ou a liberdade de crença, constituem uma frente conservadora cuja presença se intensificou nos últimos anos.

Observa-se em todo o continente a conformação de mobilizações e alianças políticas que têm como um de seus propósitos a restauração de uma ordem moral ameaçada. A consolidação do conservadorismo moral - o neoconservadorismo [...] - impactou a região de formas e com intensidade variadas (Vaggione, 2020, p. 54).

A “onda neoconservadora” propiciou o surgimento e deu abrigo a candidaturas ligadas ao campo ideológico da direita e do segmento da ultradireita. É nesta esteira que candidatas e candidatos vinculados profissionalmente aos órgãos da segurança pública se apresentam para a disputa eleitoral e encontram uma “trilha de oportunidade” para acessar o campo da representação política. Este perfil de candidatura cresceu na última década e, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP): “o número de policiais candidatos nas eleições gerais do Brasil cresceu 28,5% em relação às eleições de 2018. Em 2022, serão 1.888 candidatos oriundos das forças de segurança pública e defesa ante 1.469 em 2018” (FBSP, 2022). A maioria dessas candidaturas foi lançada por partidos da direita extremada. Por exemplo: 28 dos 48 eleitos(as) que fazem parte do nosso recorte analítico eram filiados ao PSL e ao PL. Ou seja, foram candidaturas que vieram no rastro da ascensão do bolsonarismo e estavam “coladas” na figura do “capitão” durante suas campanhas eleitorais.

A expansão do campo da direita já vinha ocorrendo nos anos 2000, e o resultado saído das urnas para o Congresso Nacional em 2010 e em 2014 aponta nessa direção, sinalizando uma reacomodação na correlação de forças e uma mudança no perfil dos deputados e dos senadores eleitos. Quadros e Madeira confirmam a alteração no viés ideológico dos parlamentares eleitos em 2014:

defensores de valores cristãos, da preservação do status quo nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada “bancada BBB” – Bíblia, Boi e Bala), ao passo que bancadas simpáticas às pautas “progressistas” sofreram sensível redução” (Quadros; Madeira, 2018, p. 492).

O desagrado com as sucessivas vitórias de Lula e de Dilma à Presidência da República, entre 2002 e 2014, e a repulsa às políticas públicas de caráter redistributivista implementadas por esses governos, instigou a formação de um eleitorado antipetista, o que fez com que “direitistas” se movimentassem no tabuleiro do jogo político, reorganizando-se. Suas lideranças passaram a reagir às pautas consideradas progressistas e se tornaram porta-vozes “na defesa de valores tradicionais ordinariamente associados às direitas de raiz conservadora” (Quadros; Madeira, 2018, p. 489).

Importante destacar que o campo ideológico da direita não pode ser visto como homogêneo e ele apresenta diferenciação interna quanto aos programas partidários e às pautas defendidas. De acordo com Borges (2024), a atual direita brasileira é muito distinta daquela existente na década de 90; e, nos anos 2000, surgiu uma “nova direita” como reação aos governos petistas e “possu[i] vínculos relevantes com movimentos e organizações da sociedade e/ou [busca] mobilizar demandas desses mesmos grupos sociais” (Borges, 2024, p. 2). Enquanto a direita tradicional tem raízes na ditadura e tem como marca o clientelismo, a “nova direita” brasileira é formada por dois grandes segmentos: um ligado às denominações evangélicas e outro associado “à onda

antissistema e antipartido impulsionada pela operação Lava Jato e pela crise econômica no segundo governo Dilma Rousseff” (Borges, 2024, p. 2). Partidos como PSL, Novo e Podemos, por exemplo, são enquadrados pelo pesquisador nesta segunda vertente. Para ele, o segmento da “direita antipolítica” é um divisor de águas no campo conservador, pois este grupo assume posições anti-establishment, postura que até então não estava presente neste espectro ideológico. O autor salienta ainda que,

Dentro dessa vertente da direita, no entanto, há diferenças importantes, pois a ultradireita, organizada em torno do ex-presidente Bolsonaro, se situa numa zona cinzenta entre o radicalismo de direita e o extremismo, haja vista a colaboração entre o braço institucional e parlamentar do bolsonarismo e grupos abertamente golpistas (Borges, 2024, p. 20).

Gallego (2018) afirma que, ao longo dos últimos anos, ocorreu a reorganização e o fortalecimento político das direitas, cujo fenômeno recebeu uma variedade de etiquetas e de sentidos (direitas, novas direitas, onda conservadora, fascismo, reacionismo) e que é, indiscutivelmente, protagonista, tanto nacional como internacionalmente, da reorganização neoconservadora que, em muitas ocasiões, advém de posturas autoritárias e antidemocráticas. Além disso, aponta que, na América Latina e no Brasil, o cenário global de recessão democrática culminou na ascensão da “nova direita”, que possui duas características principais: ataques ao Estado garantidor de direitos civis e humanos e a obsessão por questões culturais.

Graças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extrema, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar. Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira geral, a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos, que se tornara amplamente hegemônico. A mobilização da direita rompeu com isso (Miguel, 2018b, p. 20-21).

O caminho tomado pela política brasileira, desde o golpe que levou ao impeachment de Dilma em 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018, evidencia a ruptura do pacto constitucional construído com tanto esforço após a Ditadura Militar. Esse cenário de instabilidade democrática leva a um processo de desdemocratização:

O golpe de 2016 se dá por dentro da Constituição e da institucionalidade vigente, o que é algo comum a processos contemporâneos de retração democrática. A lei é torcida para gerar o resultado desejado, que afronta os princípios democráticos mais básicos. Mantém-se uma casca cada vez mais tênue de respeito à democracia, mas os grupos mais poderosos tutelam as decisões, limitando a ação possível dos governantes eleitos e mesmo, quando necessário, destituindo-os. É o que vem sendo chamado de “desdemocratização” ou “pós-democracia” (Miguel, 2018a, n.p).

Como elucida Miguel (2022), a democracia nasce como resultado dos conflitos sociais, por pressão de grupos dominados, bem como ela também produz o novo espaço onde eles ocorrem. Nesse sentido, o Estado retrata as relações de força presentes na sociedade. O autor evidencia que

Essa tensão entre igualdade e desigualdade, que é constitutiva da democracia, se refere às clivagens de classe e de riqueza, mas não só. No caso brasileiro, por exemplo, a derrubada de Dilma Rousseff contou com inegável reforço de um discurso misógino e a sensação de “ameaça”, dados os avanços da presença de mulheres, de negras e negros e da comunidade LGBT, também desempenhou papel relevante na mobilização em favor do golpe (Miguel, 2022, n.p).

De acordo com o autor, a desdemocratização está ligada à gradativa redução do espaço destinado às decisões embasadas na soberania popular, bem como à imposição da ortodoxia neoliberal, com as políticas associadas a ela, as quais dificilmente seriam sustentadas pela preferência majoritária da população, uma vez que consistem em transferir renda de trabalhadores e pensionistas para especuladores e rentistas. Dessa forma, “A desdemocratização, assim, está ligada à perda da capacidade de resistência da classe trabalhadora e de outros grupos dominados [...]” (Miguel, 2022, n.p).

É nesse cenário que se sobressaem os extremistas, catalogados como “populistas de direita”, os quais estimulam o pânico moral, desvelado contra migrantes, socialistas, ambientalistas, feministas, LGBTs e outros, desviando a disputa política para o antagonismo cego e irracional (Miguel, 2021). Conforme destaca o autor,

O desarranjo político que vivemos, portanto, só pode ser compreendido à luz da desdemocratização que não é um acaso, mas o projeto das classes dominantes no momento, quando julgam poder se desembaraçar dos custos da democracia, que exige concessões às maiorias. No caso dos países da periferia do mundo capitalista, onde a democracia liberal sempre foi mais frágil e o Estado de bem-estar mais capenga, a violência da desdemocratização é muito mais explosiva. É o que vemos no Brasil (Miguel, 2021, n.p).

O Fórum de Segurança Pública (2022) salienta que, para entender o crescimento da participação política de agentes das forças repressivas, é preciso levar em consideração múltiplos movimentos no campo da segurança pública. Um exemplo disso é a construção de uma narrativa, que tem resumido a política à guerra contra o mal, na qual os policiais são vistos como guerreiros, com o dever de reconstruir a ordem, a moral e os bons costumes.

Observa-se, assim, a intensa circulação e popularidade eleitoral de discursos que mobilizam sentimentos de insegurança e indignação da população em relação ao crime e à violência, em sentidos que advogam formas autoritárias de controle social, exaltam a violência estatal e formas de “justiça privada” e fomentam hostilidades sociais contra determinados grupos (Novello; Alvarez, 2022, p. 87).

Assim, os profissionais das instituições de segurança pública se veem como injustiçados e desvalorizados pelos “governos de esquerda”, que defendem a promoção e a garantia dos direitos humanos para todas as pessoas, sem qualquer distinção, o que não é bem visto pelas categorias policiais. Essas ideias levam à militarização da política e da vida, na qual há a produção de uma

dinâmica dualista entre “inimigo interno” *versus* “cidadão de bem”, criada a partir de um Estado e de uma sociedade de indivíduos racistas e patriarcais que instrumentalizam o medo como tecnologia de controle (Gallego, 2018).

É neste contexto político e social que os profissionais da segurança pública encontraram motivação para ingressar na carreira política, pois o avanço do neoconservadorismo e do processo desdemocratizador são peças-chave para a expansão destas candidaturas. O crescimento desse perfil de candidatos(as), associado a essa conjuntura específica, permitiu a emergência de pautas eleitorais voltadas para o resguardo da moralidade, a restauração da lei e o restabelecimento da ordem. A emergência dessas temáticas vai ao encontro das agendas defendidas pelos partidos da ultradireita, tal como PSL e PL, legendas essas que mais deram abrigo às candidaturas vinculadas aos órgãos da segurança pública, tanto em 2018 como em 2022. Na próxima seção, vamos analisar quem são e os caminhos percorridos pelos(as) eleitos(as) advindos(as) das forças repressivas.

3 QUANDO A “FARDA” SOBE NO PALANQUE ELEITORAL: COMPOSIÇÃO SOCIAL E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS DOS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS(AS) EM 2018 E EM 2022

Como já destacado anteriormente, a Frente Parlamentar da Segurança Pública foi formalizada apenas na legislatura iniciada em 2015, porém em eleições anteriores já haviam sido eleitos políticos com apelos eleitorais voltados para pautas “justiceiras”, que pregavam a valorização e a defesa da família, da moral e dos bons costumes. Por esse motivo, muitos candidatos a cargos eletivos e representantes têm intensificado discursos que vão ao encontro de uma fração do eleitorado brasileiro que propaga um moralismo comportamental e acolhe clamores por mais medidas repressivas na área da segurança pública. Ao analisar as candidaturas de policiais federais à Câmara dos Deputados, Pilau e Engelmann (2024) refletem sobre como, nos últimos anos, se fortaleceu na política nacional uma expansão da linguagem policial, engajada a discursos alinhados com uma lógica punitiva-moralizante, a qual reestrutura e moderniza uma perspectiva social conservadora em consonância com a bancada evangélica e outras Frentes Parlamentares existentes no Congresso Nacional, como, por exemplo: FP Católica Apostólica Romana, FP em Defesa da Vida e da Família, FP Evangélica, entre outras.

Aproveitando-se dessa conjuntura, muitos agentes das forças repressivas estatais utilizam sua experiência profissional e apresentam-se para a disputa eleitoral. A imagem adquirida pelo exercício do seu ofício proporciona visibilidade e popularidade a estas candidaturas, impulsionando-as, à medida que

A experiência profissional dos agentes públicos incumbidos da segurança é um recurso social facilmente instrumentalizável durante as campanhas, uma vez que demandas nesse campo tendem, em geral, para o reforço e/ou a ampliação das formas mais repressivas de controle social (Berlatto; Codato; Bolognesi, 2016, p. 80).

Ao analisar as candidaturas de profissionais da Segurança Pública, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) explica que

O foco político dos candidatos ligados à segurança pública desloca-se para a defesa da ideia de enfraquecimento das travas legais impostas aos policiais e para a liberdade de eles próprios determinarem a legitimidade da narrativa e das ações que estruturam as representações sociais acerca dos rumos e sentidos das políticas de segurança pública e de administração de conflitos de uma sociedade – a exemplo da defesa por parte de Jair Bolsonaro da ampliação da excludente de ilicitude para todas as mortes decorrentes de intervenção policial, independentemente de investigação sobre a legitimidade dos fatos geradores de tais mortes e o controle da legalidade feito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. As polícias estão, cada vez mais, buscando ganhar autonomia em relação aos controles civis que, na prática, já as controlavam apenas excepcionalmente nas últimas décadas, em uma arquitetura institucional que fortalece a figura do presidente da República. Isso é ainda mais sensível em momentos em que líderes populistas e autoritários, como Jair Bolsonaro, ocupam tal cargo (FBSP, 2022, p. 5).

Como discutido anteriormente, o crescimento numérico deste perfil de candidaturas remonta à teia política que veio sendo tecida desde as “jornadas de 2013”, passando pela Operação Lava-Jato, pelo golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff e que culminou com a vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018. O amálgama ideológico que ajudou a cimentar estes episódios foi o neoconservadorismo, cujo avanço disseminou questões relacionadas à moralidade, à família tradicional brasileira, ao combate à criminalidade urbana, entre outros temas afins. Dessa forma, estavam preparadas as condições para o lançamento de candidatos(as) vinculados(as) ao campo da direita voltados à defesa dessas pautas. Assim, as candidaturas daqueles oriundos dos órgãos da segurança pública no cenário eleitoral têm sua presença consolidada, os quais vão instrumentalizar politicamente sua identidade profissional.

No pleito de 2018, as 19 legendas da direita conquistaram 57% do plenário da Câmara dos Deputados, demonstrando sua força eleitoral e sua expansão política. O quase desconhecido PSL, além de ter levado seu candidato à Presidência da República, elegeu 52 parlamentares, formando a segunda maior bancada. A guinada à direita na política brasileira era um fato, com a direita se reposicionando e o segmento partidário mais extremado chegando ao mais alto cargo do Executivo nacional. No rastro da vitória de Bolsonaro, a “Bancada Policial” conseguiu eleger 40 representantes, a maioria filiada ao PSL (20) e um pequeno número (6) vinculado ao MDB, ao PDT e ao PPS. Os 40 componentes dessa bancada, apesar do viés ideológico, têm a mesma origem profissional, a maioria pertence à Polícia Militar e ao Exército. A estratégia eleitoral dos candidatos/as “da farda” (de direita) em associar suas campanhas à figura do “capitão” foi bem sucedida e tem lastro na defesa da pauta punitivo-moralizante que os aproxima. De acordo com Duarte:

Ao longo das quase três décadas em que atuou em mandatos parlamentares, sempre adotou posturas reacionárias e ideologizantes em torno de pautas morais, tendências fascizantes, disseminação de discursos de ódio contra minorias sociopolíticas e defesa sistemática da ditadura militar. Sua identificação com o militarismo decorre da sua própria passagem pelo exército, de onde deriva a fidelidade eleitoral dos militares e seus familiares para com os bolsonaros, pela defesa de interesses corporativos das tropas em torno de salários e outros direitos (Duarte, 2023, p. 10).

Quando analisamos especificamente os 26 “novatos” eleitos para a 56a Legislatura (2019-2023) constatamos que eles estão distribuídos entre nove partidos¹⁴ do campo da direita e, novamente, se concentram no PSL (18). No grupo de estreantes da “Bancada da Bala”, há apenas duas mulheres, Fabiana de Souza e Katia Sastre, ambas policiais militares. A primeira é filiada ao mesmo partido de Bolsonaro e foi eleita pelo Rio de Janeiro, já a outra, é vinculada ao PR de São Paulo. Tanto uma como a outra registraram seu nome de urna explorando seu pertencimento profissional, “Major Fabiana” e “Policial Katia” foram os codinomes adotados para se apresentarem ao eleitorado. O uso do vínculo profissional como identidade política também é um estratagema eleitoral utilizado pelos homens. Os cargos mais frequentes que aparecem entre eles são: capitão, delegado e sargento. Já as instituições às quais estão ligados em maior número são: Polícia Militar, Exército e Polícia Federal (PF e PRF).

Dentre os “novatos” eleitos em 2018, treze são policiais (militares ou civis) e seus perfis convergem e exemplificam o que estamos destacando. É o caso do “Delegado Pablo”, eleito pelo PSL do Amazonas. Eleito aos 42 anos, fez carreira na Polícia Federal e ganhou notoriedade ao comandar operações de combate ao tráfico de drogas e ao investigar crimes contra a administração pública/corrupção. Sua agenda é a defesa da segurança pública, tendo em vista sua experiência no combate ao crime organizado, além da valorização da família tradicional. Desde 2017 apoiava abertamente Bolsonaro e suas pautas, sendo muito identificado com o lema bolsonarista “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. Suas bandeiras conservadoras levaram o “Delegado Pablo” a obter mais de 150 mil votos, tornando-se assim, uma liderança deste segmento na capital amazonense. A proximidade com as ideias de Bolsonaro fez com que ele se tornasse vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados. Quando o presidente rompeu com o PSL, o “Delegado Pablo” não o acompanhou e se filiou ao recém criado União Brasil, partido pelo qual se recandidatou ao cargo em 2022, porém, sem o apoio eleitoral de Bolsonaro, não conseguiu se reeleger. De volta ao mesmo partido do ex-presidente (PL), em 2024 se candidata a vereador em Manaus e se apresenta como o “vereador de Bolsonaro”. Mesmo tendo Jair Bolsonaro como seu cabo eleitoral, fracassa nas urnas e fica como primeiro suplente.

A origem regional dos estreantes na Câmara dos Deputados é outro aspecto que reforça nosso argumento sobre a associação da campanha dos “novatos” com a figura de Bolsonaro. Quinze deles foram eleitos pelo Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, mesmas bases eleitorais da família Bolsonaro. Como já mencionado, usar a patente profissional e associar-se à imagem do referido candidato foi uma espécie de “atalho” de que os(as) candidatos(as) em primeiro mandato lançaram mão na disputa eleitoral, basicamente por serem *outsiders* e desprovidos de capital político. A maioria dos 34 “novatos” se encontra em duas faixas etárias: entre 40 e 49 anos (9) e entre 30 e 39 anos (8).

14 Além do PSL, Avante, Patriotas, Podemos, Progressistas, PR, PRB, PROS e PSD elegeram deputados vinculados às forças de segurança oficiais.

Entre uma eleição nacional e outra, Bolsonaro rompe com o PSL¹⁵ e se recandidata à Presidência da República por outro partido (PL). Ao sair do Partido Social Liberal no final de 2019, pelo menos 34 deputados e deputadas federais acompanharam o presidente e migraram com ele para o PL, um terço deles fazia parte da “Bancada da Bala”. Neste intervalo temporal o tabuleiro partidário se movimentou mais uma vez e ocorre a fusão entre o DEM/Democratas e o PSL, surgindo, em outubro de 2021, a sigla União Brasil (UB). Na eleição de 2022, mesmo sendo derrotado no pleito presidencial, o novo partido de Bolsonaro (PL) consegue eleger a maior bancada na Câmara dos Deputados (99 parlamentares) e o UB forma a terceira maior bancada (59). Com o encerramento da contagem dos votos se percebe o avanço da ultradireita não só no Congresso Nacional, mas também nas Assembleias estaduais, onde, por exemplo, o PL aumentou em 200% sua representação¹⁶.

Se em 2018 a “Bancada da Bala” elegeu 40 parlamentares da área da segurança pública, em 2022 ela teve um pequeno crescimento, passando para 42. Porém, a maior diferença entre um pleito e outro é que quase todos(as) os(as) eleitos(as) nesta última eleição pertencem aos partidos de direita/ultradireita, sendo exceção dois deputados do MDB¹⁷. Ou seja, o campo ideológico da direita tem o domínio da “Bancada da Bala”. Outra diferenciação diz respeito ao fato de que o número de parlamentares reeleitos mais que dobrou, passando de oito para 18¹⁸ entre uma eleição e a seguinte.

Em 2022, oito partidos elegeram representantes “da farda” mas, novamente, a concentração deles está no partido de Bolsonaro. Contudo, se há quatro anos o PSL detinha sozinho dois terços dos(as) deputados(as) federais desta “Bancada”, agora encolheu e detém 45%. Mesmo sendo o partido que mais elegeu policiais, houve uma pulverização na composição partidária deste agrupamento, comparado com o ano de 2018. O PL elegeu dez, o UB quatro e o PP três deputados federais, os demais partidos - AVANTE, Patriotas, Podemos, PSD e Republicanos - elegeram apenas um parlamentar cada.

As duas mulheres da PM pertencentes à “Bancada da Bala” que se elegeram deputadas em 2018 se recandidataram em 2022, mas não conseguiram um novo mandato. Porém, outras três estreantes conquistaram vaga para o Legislativo, a “Delegada Ione” (AVANTE/SP) e a “Delegada Katarina” (PSD/SE), ambas oriundas da Polícia Civil, e a “Coronel Fernanda” (PL/MT), vinculada à Polícia Militar¹⁹. Além de serem policiais, outro ponto em comum entre elas foi o uso de sua

15 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/veja-quem-sao-os-34-deputados-aliados-de-bolsonaro-na-saida-do-psl/>. Acesso em 24 fev. 2025.

16 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/pl-pt-e-uniao-elegeram-mais-deputados-estaduais-leia-a-lista/>. Acesso em 25 fev. 2025.

17 Delegado Palumbo/SP e Thiago Flores/RO.

18 Sargento Isidório (Avante); Dr. Frederico (Patriota); Capitão Alberto Neto (PL); Capitão Augusto (PL); Capitão Derrite (PL); Coronel Chrisóstomo (PL); Delegado Caveira (PL); Delegado Éder Mauro (PL); Eduardo Bolsonaro (PL); General Girão (PL); Hélio Fernando; Barbosa Lopes (PL); José Medeiros (PL); Júnior Amaral (PL); Sanderson (PL); Da Vitória (PP); Sargento Fahur (PSD); Delegado Marcelo Freitas (UB); Nicoletti (UB).

19 Nomes completos das deputadas: Ione Maria Moreira Dias Barbosa, Katarina Feitoza Lima Santana e Rubia Fernanda Santos de Siqueira. A “Bancada Feminina da Bala” elegeu mais uma representante em 2022, “Delegada Adriana Accorsi”, filiada ao PT e por isso excluída da presente análise.

patente no nome de urna. Dos 22 deputados federais “novatos” eleitos em 2022, 16 são policiais (civil ou militar) e oito usaram seu cargo de “delegado” para se apresentarem ao eleitorado²⁰. Os órgãos de Segurança Pública que aparecem com mais frequência entre o grupo dos “novatos” foram Polícia Militar (9) e Polícia Civil (7). O principal crescimento foi de membros provenientes da PM: em 2018 eram dois deputados federais e passaram para sete em 2022. Já entre os eleitos vinculados ao Exército e à Polícia Federal (PF e PRF), houve uma redução pela metade, de sete para dois e de seis para três parlamentares, respectivamente. A faixa etária é a mesma dos eleitos em 2018, no intervalo entre 40 e 49 anos se encontra a maioria dos “novatos” da “Bancada da Bala”. Quanto à região de origem, houve um movimento de dispersão dos(as) eleitos(as), em que pese ainda se concentrarem no Sudeste, porém o Nordeste ampliou sua representação entre os eleitos que compõem a “Bancada dos Policiais”.

Focando nos 48 “novatos” identificamos uma subdivisão no interior deste grupo: aqueles que possuem uma trajetória política prévia à sua chegada na Câmara dos Deputados e outro conjunto que não possuía nenhuma experiência anterior no campo da política institucional. Com a finalidade de facilitar a análise, vamos denominar aqueles que possuem uma trajetória política prévia como “**novatos-experientes**” e os demais como “**novatos-inexperientes**”.

Os “**novatos-experientes**” totalizam 26²¹: 11 foram eleitos em 2018 e 15 na eleição seguinte. Este pequeno aumento entre um pleito e outro tem a ver com a reeleição obtida pelos deputados federais de 2018. São políticos que já possuem alguma bagagem eleitoral e partidária, tendo participado de diversas disputas eleitorais e até exercido mandatos anteriores. Mesmo que a maioria deles não tenha conseguido se eleger, quatro conquistaram mandato antes de chegarem à Câmara dos Deputados: Delegada Katarina (PSD/SE) foi vice-prefeita de Aracaju, Sargento Isidório (AVANTE/BA) e Capitão Wagner (PROS/CE) foram deputados estaduais e Abou Anni (PSL/SP) foi duas vezes vereador em São Paulo, eleito pelo PV (2004 e 2008).

O “pastor sargento” Isidório é um personagem emblemático e personifica a tendência militarizante e religiosa que atravessa a política brasileira na atualidade. Desde 1998 vem tentando ingressar no campo da representação política, já tendo disputado diversos pleitos: por três vezes concorreu à Prefeitura de Candeias, uma vez a deputado estadual e outra a deputado federal, todas tentativas mal-sucedidas. Iniciou no PMDB e, na sequência, passou por diversos partidos da esquerda à direita, PT, PSB, PSC, PROS, PDT, até se filiar ao AVANTE, legenda pela qual se elegeu deputado federal pela Bahia. Seu primeiro mandato só foi obtido em 2014, quando conquistou a vaga de deputado estadual pelo PSC. O “Sargento Isidório” é policial militar aposentado, atuava na PM do Estado da Bahia e se tornou conhecido em 2001 ao liderar uma greve por melhoria salarial para a categoria²². No início da década de 90 ingressou na Assembleia de Deus e, a partir daí, passou a se assumir como “ex-homossexual”, convertido pela crença religiosa.

20 18 registraram sua patente em seu nome. Além de delegado, havia coronel (4), sargento (2), cabo, capitão, general e tenente.

21 Deste grupo, três são mulheres, eleitas em 2022: Delegada Ione Barbosa (AVANTE/MG), Coronel Fernanda (PL/MT), Delegada Katarina (PSD/SE).

22 Esta greve foi considerada histórica, pois foi a maior mobilização grevista de PMs na Bahia.

Durante seu mandato na Assembleia Legislativa baiana se apresentava fardado e segurando a Bíblia. Entretanto, diferentemente da maioria dos membros da “Bancada da Bala”, discorda da lógica “bandido bom é bandido morto”²³, máxima repetida por Bolsonaro e seus aliados da “família policial” (Coelho, 2018). Por outro lado, se assume conservador nos costumes e apregoa a “preservação dos valores da família”, aproximando-se do bolsonarismo. Em 2022 foi reconduzido à Câmara dos Deputados.

Os “**novatos-inexperientes**” formam um grupo um pouco menor que a outra categorização e somam 22 parlamentares (15 eleitos em 2018 e sete em 2022). É neste grupo que se encontram as duas mulheres eleitas em 2018. São deputados(as) totalmente *outsiders*, ou seja, não possuem nenhuma vinculação prévia com a esfera da política institucional até a sua chegada à Câmara dos Deputados. Estão concentrados nos mesmos partidos de Bolsonaro (PSL e PL) e é forte a associação dos seus nomes à figura do “capitão” durante as respectivas campanhas eleitorais, com a finalidade de alavancá-las. São ilustres desconhecidos para a maioria do eleitorado, que acabam adquirindo visibilidade por estarem no palanque bolsonarista e expressam sintonia com a agenda conservadora e com os seus valores. Estar alinhado ao líder e ao seu discurso rende ganhos eleitorais, à medida que compensa a falta de capital político para disputar uma eleição. A “farda”, o pertencimento profissional, a instituição de origem e a defesa de uma pauta punitivista-moralizante são elementos convertidos em capital eleitoral e servem como trampolim para acessar o campo da representação política. Foi assim que candidatos(as) com vinculação às corporações da área da Segurança Pública agregaram popularidade às suas candidaturas filian-do-se aos partidos que tinham em Bolsonaro a figura central.

A partir da análise aqui desenvolvida, podemos deduzir que o avanço do neoconservadorismo moldou as condições para o surgimento das candidaturas de homens e de mulheres profissionalmente vinculados aos órgãos da Segurança Pública e ideologicamente identificados com os partidos de direita, especialmente PSL e PL, mesmas legendas que abrigaram as candidaturas de Jair Bolsonaro à Presidência da República. A composição social do grupo de “novatos” da Bancada da Bala é muito semelhante: predomínio de homens, majoritariamente policiais (civis ou militares), que se encontram na mesma faixa etária (40-49 anos), sendo a maioria eleita pela região Sudeste. Mobilizam bandeiras a favor dos interesses da “família policial” e advogam maior rigor no combate à criminalidade, assim como defendem a valorização da família tradicional e os valores conservadores.

Boa parte deste grupo não possui uma trajetória política tradicional, caso dos “novatos-inexperientes”. Em contraponto, outros já haviam disputado eleições e, parte desses, exercido mandatos eletivos antes de chegarem à Câmara dos Deputados pela primeira vez. Por serem *outsiders* não possuem capital político suficiente para conquistarem um mandato e utilizam de outras estratégias eleitorais para compensar este déficit, por exemplo, associar suas candidaturas à figura de Bolsonaro e construir uma identidade política a partir de sua patente/cargo profissional.

23 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

4 NOTAS CONCLUSIVAS

Os resultados eleitorais na última década demonstram o crescimento da direita (em suas diversas vertentes) no cenário político brasileiro. A expansão desse campo ideológico é reflexo da disputa política que vem ocorrendo desde que o PT chegou à Presidência da República e se manteve no cargo por três eleições consecutivas. A forte reação aos governos petistas ganha musculatura com a “Operação Lava-Jato”, com a deposição da presidenta Dilma e culmina com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. A conjuntura da antipolítica gerada pela “Operação Lava-Jato” cooperou para que “justiceiros” e defensores de medidas mais punitivas à criminalidade vissem aí uma oportunidade para acessar o campo da representação política. Aproveitando-se dessas condições, bem como dos altos índices de criminalidade e de violência urbana, os candidatos e as candidatas vinculados profissionalmente à área da Segurança Pública entraram na disputa eleitoral e pleitearam mandatos eletivos.

A expressão “sensação de insegurança” tem se tornado o bordão mais ouvido e falado quando o assunto é segurança pública. Parece-nos que ela pode ser lida como a representação do medo instalado nas subjetividades e que as conduzem a desejarem medidas duras contra os perigos do cotidiano. Reverberando a violência naturalizada, demandam-se ações policiais fora dos padrões de dignidade humana e a criação de leis com ainda maior poder punitivo (Teles, 2018, p. 79).

A intensa circulação de discursos que fomentam sentimento de insegurança e advogam formas mais autoritárias de controle social ganha popularidade em períodos eleitorais. Sendo assim, policiais, bombeiros, delegados e membros das Forças Armadas lançaram candidaturas mobilizando seus cargos para obterem maior visibilidade e aceitação junto ao eleitorado. Dessa forma, constroem uma identidade política e convertem o capital profissional em capital político, uma vez que a experiência se torna um recurso facilmente instrumentalizado e produtivo para a agenda eleitoral (Novello; Alvarez, 2022). Muitos desses candidatos(as) têm ligação com o campo ideológico da direita, mas não só, e, de acordo com Berlatto, Codato e Bolognesi,

A percepção convencional sobre esse grupo é que seus integrantes são exclusivamente de direita, reúnem-se sob as siglas dos grandes partidos conservadores e representam correntes autoritárias de opinião da sociedade, que suas campanhas mobilizam temas como redução da maioria penal, aumento dos efetivos policiais, aprofundamento da repressão violenta ao crime e liberação do porte de armas, além de uma agenda conservadora em questões comportamentais. De fato, um exame dos dados agregados mostra que 70% destes candidatos lançaram-se por partidos de direita, embora estivessem presentes em todos os partidos do espectro ideológico (Berlatto; Codato; Bolognesi; 2016, p. 82-83).

Muitas das candidaturas oriundas da área da Segurança Pública foram bem-sucedidas nas duas últimas eleições nacionais e conquistaram mandatos para a Câmara dos Deputados, indo compor a “Bancada da Bala”. A partir daí, nosso interesse em recortar um grupo específico para nossa análise: estreantes no cargo de deputado federal e vinculados aos partidos de direita. Com base nos dados levantados, nossa proposta foi analisar sua composição social e a trajetória política, buscando compreender os caminhos percorridos por eles.

Podemos sintetizar que os(as) deputados(as) federais da categoria “novatos” de direita/ultradireita, com origem profissional nas instituições de segurança pública, têm se consolidado como uma força política crescente, impulsionada por um discurso punitivo-moralizante que ressoa junto a uma parcela significativa do eleitorado brasileiro, de viés conservador. Muitos destes representantes não possuem experiência política anterior e utilizam de sua identidade profissional para conquistar visibilidade e apoio, explorando assim, a notoriedade advinda das suas corporações de origem. Por terem *déficit* de capital político e por estarem identificados com as mesmas pautas bolsonaristas, usam da estratégia de associar suas campanhas à figura de Bolsonaro. A partir da eleição destes deputados e deputadas, a “Bancada da Bala” se fortaleceu, especialmente entre policiais civis e militares, ampliando a representação parlamentar dos partidos da direita/ultradireita. Nesse sentido, a vitória dos novatos, especialmente dos “novatos-inexperientes”, demonstra como a instrumentalização política da farda e a defesa de pautas punitivas-moralizantes têm se tornado centrais na construção do capital eleitoral e na consolidação do neoconservadorismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Bolsonaro recebeu apoio de 15 dos 27 governadores eleitos. Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-recebeu-apoio-de-15-dos-27-governadores-eleitos>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, p. 79-122. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/THW9gqqKq5HFmrD59Y3LjjM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BIROLI, Flavia. **O rastro da onda**: derrocada dos direitos e moralismo compensatório. Blog Boitempo, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/10/20/o-rastro-da-onda-derrocada-dos-direitos-e-moralismo-compensatorio/>. Acesso em: 01 set. 2023.
- BORGES, André. As duas faces da nova direita brasileira: antipolítica e reação conservadora. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 30. Brasília, 2024, p. 1-27.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 115-143.
- CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Revista Análise Social**, n. 229. Lisboa, 2018, p. 870-897.
- COELHO, Tiago. A hora e a vez do Pastor-Sargento. Revista Piauí. Edição 05 mar. de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/hora-e-vez-do-pastor-sargento/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- DUARTE, Kamilla Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. Revista Serv. Soc. Soc. 146 (3). São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JSQhmDk8n5Q4jbLmVqJnwDy/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2025.
- FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: Sebastião Velasco e Cruz, André Kayssel, Gustavo Codas (org.) **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 145-162

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **INFORME DE ANÁLISE** Candidaturas de Profissionais da Segurança Pública - 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/informe-de-analise-candidaturas-de-profissionais-da-seguranca-publica-2022/. Acesso em: 29 jan. 2023.

GALLEGO, Esther Solano. Introdução. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. Boitempo, 2018. p. 08-13.

Instituto Sou da Paz. Conheça a nova ‘Bancada da Bala’: 57 deputados estaduais, 44 federais e 2 senadores eleitos vieram das forças de segurança, diz instituto. **Instituto sou da paz**, 2022. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/g1-conheca-a-nova-bancada-da-bala-57-deputados-estaduais-44-federais-e-2-senadores-eleitos-vieram-das-forcas-de-seguranca-diz-instituto/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Entrevista. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2018a. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/584059-estamos-vivendo-o-capitulo-brasileiro-da-falencia-global-da-democracia-liberal-entrevista-especial-com-luis-felipe-miguel>. Acesso em: 01 dez. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Esther Solano Gallego (org.). p. 14-26, 1ª ed. Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **A desdemocratização e seu rastro**. Com Ciência, dossiê pandemia: política e economia, 2021. Disponível em: <https://www.comciencia.br/a-desdemocratizacao-e-seu-rastro/>. Acesso em: 01 dez. 2024

MIGUEL, Luis Felipe. Introdução. In: **Democracia na periferia capitalista**. A terra é redonda, 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/economia-socialista-2/>. Acesso em 01 dez. 2024.

NOVELLO, Roberta Heleno; ALVAREZ, Marcos César. Da ‘bancada da segurança’ à ‘bancada da bala’: Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Vol. 15 – n. 1 – JAN-ABR 2022. p. 81-101. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/Hh4pF7SGX4sTptFWJq7RzpJ/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

PILAU, Lucas Batista; ENGELMANN, Fabiano. Punishing the Corrupt and Renewing Politics: The Candidacies of Federal Police Officers for the Brazilian Chamber of Deputies (2002-2018). **Braz. political sci. rev.** 2024; 19(2):e0002. Epub Dec 02, 2024. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/ZSRZDA>. Acesso em: 01 fev. 2025.

QUADROS, Marcos Paulo; MADEIRA, Rafael. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol 24, n.3 , set-dez/2018, p. 486-522.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. Boitempo, 2018. p. 77-86.

VAGGIONE, Juan Marco. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: BIROLI, Flavia. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 41-82.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flavia. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

(Recebido para publicação em 28 de fevereiro de 2025)

(Reapresentado em 28 de março de 2025)

(Aprovado para publicação em 8 de abril de 2025)

RADICALIZAÇÃO EM COMUNIDADES GAMER NO BRASIL: COMO O BOLSONARISMO CONSEGUIU SE INFILTRAR NO UNIVERSO GAMER.

RADICALIZATION IN BRAZILIAN GAMER COMMUNITIES: HOW BOLSONARISM MANAGED TO INFILTRATE THE GAMER UNIVERSE.

Heloísa Fernandes Câmara¹

<https://orcid.org/0000-0003-3220-9266>

Morgana Corrêa Guimarães²

<https://orcid.org/0009-0003-3961-4392>

RESUMO

O problema de pesquisa do presente artigo é o da radicalização política realizada pela extrema direita dos *gamers*, de pessoas que não compartilham das ideologias desse espectro político. Temos como hipótese que, no Brasil, esse processo tem ocorrido e foi apropriado pelo bolsonarismo por meio da utilização de técnicas de radicalização para eleitores entre os *gamers*, grupo que se apresenta como apolítico. Buscamos compreender o processo de radicalização conduzido pela extrema direita e propor uma explicação de como o Bolsonaro se apropriou desse procedimento para alcançar a comunidade *gamer*. Trata-se de análise exploratória sobre o processo de radicalização que afeta pessoas pertencentes à comunidade *gamer* e as implicações de tal processo para a democracia, com especial foco no Brasil. Adotamos como premissa a existência de redes transnacionais entre as extremas-direitas de forma que o que já foi identificado nos Estados Unidos pode ser de grande utilidade para compreender o processo nacional.

Palavras-chave: bolsonarismo; *gamer*; radicalização; extrema-direita.

1 Doutora em Direito. Professora da Universidade Federal do Paraná. E-mail: helocamara@ufpr.br.

2 Graduanda em Direito na Universidade Federal do Paraná. E-mail: morganacorrea97.mc@gmail.com.

ABSTRACT

The article's problem is the political radicalization carried by the radical right of people who don't share the same ideologies with that political spectrum and how this process was appropriated by bolsonarism through the use of radicalization techniques between the gamers – a distinct group and seemingly detached of the political subjects – aiming to acquire voters. The article's specific objectives are to identify the susceptible persons to be coopted, to examine the reasons that make them cooptable, to comprehend the radicalization process led by the alt-right and offer an explanation of how Bolsonaro has taken over this procedure to be able to reach out de gamer group. The methodology used in the present paper is mostly the qualitative research, since it stem from the analysis of the collected theories and bibliographies, and is applied the inductive method whereas the correlation between north-american alt-right groups and brazilian bolsonarism with the gamers was particularly observed to then elaborate the general premise of how the radicalization of the abovementioned party occurs.

Keywords: bolsonarismo; gamer; radicalization; ultra-right.

1 INTRODUÇÃO

A extrema direita tem utilizado de forma massiva as redes sociais e ambientes virtuais para ter acesso a grupos de pessoas, compartilhar suas teorias, a desinformação, e promover radicalização. Dessa forma, a compreensão dos desafios democráticos atuais passa pela análise desses ambientes. O uso das redes para ação política já foi documentado por Morozov (2018), Da Empoli (2019), Cesarino (2022b), Han (2022), Fisher (2023), Valente (2023), dentre outros. Consequentemente, a reconfiguração da democracia e de ambientes virtuais passa por temas como arquitetura das redes, como capturar a atenção dos usuários, a criação de mercado da atenção, o uso dos algoritmos como direcionamento das informações recebidas, a maior circulação de desinformação, a misoginia nas redes, mudanças estruturais que levam à perda de legitimidade dos especialistas.

Entretanto, tem sido menos analisada a relação de democracia e espaços de jogos, ou mais especificamente o universo *gamer* no processo de ameaças democráticas. Jogos são importantes formas de produção de sociabilidades, no sentido de propiciar interações (cooperativas ou competitivas), compreensão de regras, desenvolvimento de estratégias e criatividade, além de ser um meio “para a criação de mundos alternativos e emulação de sociabilidades divergentes da vida real” (Ferreira, 2023, p. 25). Nesse sentido, ainda que não haja uma explícita relação com a política, é esperado que os jogos sirvam como catalisadores de sociabilidades, criando comunidades. Com o desenvolvimento dos jogos eletrônicos, essas comunidades podem ser compreendidas

tanto no ambiente virtual (plataformas, fóruns, vídeos) como presenciais (feiras, encontros e eventos em geral).

Ainda que o universo *gamer* seja diverso, ele é identificado majoritariamente com homens brancos jovens. Nesse sentido, a atuação de mulheres nessa comunidade é vista como uma tentativa de modificar identidades e impor um modelo que afeta a própria existência desses homens enquanto tal. É nesse sentido que os *gamers* têm pontos de contato com outras subculturas como os *incel*³, *red pill*⁴ e outros grupos com características misóginas.

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise exploratória sobre o processo de radicalização que afeta pessoas pertencentes à comunidade *gamer* e as implicações de tal processo para a democracia, com foco no Brasil. Adotamos como premissa a existência de redes transnacionais entre a extrema-direita que faz com que haja o compartilhamento de estratégias entre os países. Nossa hipótese é que, no Brasil, o bolsonarismo utilizou-se de estrutura da comunidade *gamer* de maneira a promover a radicalização dos componentes. Para tal, nesta pesquisa revisamos a literatura nacional sobre *gamers* e radicalização, utilizamos parte da literatura internacional sobre o tema e apontamos eventos em que a estrutura identificada pela literatura ocorreu. Não nos fixamos na perspectiva quantitativa, ou na comprovação das correlações, uma vez que sendo trabalho exploratório nos interessava compreender o imaginário e a simbologia que ligava jogos à extrema direita, reconhecendo intensa relação com grupos relacionados às masculinidades. A pesquisa se justifica tendo em vista a importância do tema, a ausência de estudos e a necessidade de compreensão da relação das redes e dos ambientes virtuais nas dinâmicas políticas.

Usamos “comunidade *gamer*”⁵ de forma ampla, no sentido de pessoas que têm laços com jogos, especialmente os virtuais, e que a partir desse laço estabelecem contato com grupos, criando pontos em comum. Dessa forma, ser *gamer* implica não somente jogar, mas também acompanhar virtual ou presencialmente as questões relacionadas aos jogos.

Por processo de radicalização⁶ entendemos o modo com que pessoas com ideologias moderadas passam a defender concepções tendentes ao extremo político; nesses termos, a radicalização

3 Segundo o dicionário, Cambridge *incel* é “um membro de um grupo de pessoas na internet que são incapazes de encontrar parceiros sexuais, apesar de os desejarem, e que expressam ódio àquelas pessoas que eles consideram culpadas por sua situação de celibato” (tradução livre). O termo vem da junção das palavras “involuntary celibate”, ou seja, celibatário involuntário. O termo popularizou-se a partir de 2019.

4 Conforme o dicionário Cambridge, diz respeito às “crenças, escolhas ou informações que permitem que você veja o mundo como ele realmente é, ainda que você se sinta mais seguro e feliz antes de tal visão. É uma referência à cena do filme *Matrix*, na qual é oferecida ao personagem principal a escolha entre a pílula vermelha, que revela o mundo verdadeiro, e a pílula azul, que mantém o mundo real camuflado” (tradução livre). Além disso, para os integrantes do Red Pill, autointitulados coaches ou influencers da masculinidade, o cenário de hoje, que enxergam “com consciência e sem firulas”, é injustamente dominado pelo sexo oposto” (Barros, 2024).

5 João Victor Barbosa Ferreira usa o conceito de *gamer* em um sentido polissêmico, como uma subcultura heterogênea e em disputa pelas diversas posições de poder (Ferreira, 2023, p. 39).

6 O termo radicalização pode ser entendido como um “o processo de desenvolvimento de atitudes e crenças que podem levar a comportamentos radicais, incluindo o terrorismo, reconhecendo que a maioria dos indivíduos que possuem crenças e atitudes radicais ou até extremistas não se envolve em atos violentos” (Wolfowicz et al. apud Koehler et al., 2022, s.p).

pode levar a atos de violência, ainda que não seja um requisito. No exemplo do universo *gamer* é indiscutível que têm prevalecido as concepções de *alt-right*, como a “aversão ao pluralismo, a cruzada anti-gênero e a consolidação de ativismos anti-feministas em prol do direito dos homens e da família tradicional” (Ferreira, 2023, p. 52). O processo de radicalização passa pelos ambientes virtuais e atinge pessoas que, *a priori*, não parecem radicais e não compartilham das intolerâncias defendidas pela *alt-right*. Entretanto, por meio de um processo minucioso e estratégico, um *normie*⁷ é transformado em ofensor dos direitos de grupos vulnerabilizados.

Neste artigo apresentamos inicialmente o que é *alt-right*, a ligação com bolsonarismo, a ligação com comunidade *gamer* e as fases de radicalização, a saber, a identificação do público, o estabelecimento de uma comunidade, a infiltração, o isolamento e, por fim, a ascensão.

2. EXTREMA DIREITA E RADICALIZAÇÃO OU COMO RADICALIZAR UM “NORMIE”?

A representação imagética da democracia a partir de jogos ganhou força nos últimos anos, tendo chegado ao ápice na representação da invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, como um jogo de *Donkey Kong* (Massanari, 2024, p. 292). A lógica dos jogos foi utilizada para tratar de um evento de ameaça à democracia por meio de um processo de *gamificação*^{9 10}.

O ponto central deste artigo é a análise da radicalização no universo *gamer* nos Estados Unidos e sua ressonância no Brasil, uma vez que o *modus operandi* do fenômeno da *alt-right* norte-americana e do bolsonarismo brasileiro são parecidos, inclusive na forma de cooptação de apoiadores.

O bolsonarismo¹¹ é um fenômeno recente que conseguiu alterar de maneira intensa a realidade política e social do país e reunir no seu eleitorado vários grupos com perfis extremamente diferentes. Para isso, o bolsonarismo se valeu da mesma tática de radicalização progressiva e imperceptível ao grande público que os grupos da *alt-right* empregaram em outros países, em especial nos Estados Unidos, por Donald Trump, na campanha eleitoral de 2016 (Ferreira, 2023, p. 9-63).

7 “Normie” é uma gíria que, segundo o Dicionário de Cambridge, significa “a normal person, who behaves in the same way as most other people in society”, cuja tradução literal é: uma pessoa normal que se comporta do mesmo modo que a maioria das outras pessoas na sociedade.

8 A parte do trabalho que trata da radicalização da pessoa *normie* é baseada no vídeo “The Alt-Right Playbook: How To Radicalize a Normie”, do canal Innuendo Studios (2019).

9 Gamificação se configura como “o processo de aplicar elementos e mecânicas de jogos em contextos que não se relacionam a estes, como política, educação e saúde. Essa apropriação consiste em utilizar a estrutura composicional do jogo (como recompensas, competições, desafios, níveis e conquistas) para engajar, motivar e influenciar o comportamento das pessoas” (Ferreira, 2023, p. 54). No Brasil, a estratégia eleitoral de Pablo Marçal nas eleições de 2024 “profissionalizou a gamificação da política”, nos termos de Christina Vital da Cunha (2024). Para ela, Marçal utiliza-se da estética da masculinidade viril e do evangelismo da prosperidade para ser um jogador de destaque.

10 Não localizamos imagem semelhante na invasão à Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

11 O bolsonarismo é um fenômeno bastante amplo, e que pode ser identificado como “convergência real de diferentes tendências na sociedade brasileira, com potencial para se consolidar como uma força de primeira grandeza por um bom tempo; mas o arranjo de forças políticas que o exprime não é nem coerente nem necessariamente estável” (Nunes, 2022, p. 23).

Em estudo sobre os perfis dos eleitores e potenciais eleitores de Jair Bolsonaro, Isabela Kalil identificou dezesseis categorias, uma delas nomeada de “Nerds, gamers, hackers e haters”. O que marca esse grupo seria: composição majoritária de homens jovens, concentrarem-se em “fóruns restritos, jogos *online* e caixas de comentários de sites de cultura pop”, com presença de *haters* e *trolls*, um dos principais responsáveis por disseminar a imagem de Bolsonaro na pré-campanha, construindo a figura do bolsomito. Esse grupo, que pode ser ligado ao da masculinidade viril, repudia perfis progressistas, feministas, de lésbicas e de gays (Kalil, 2018, p. 15).

E Bolsonaro correspondia, com sinalizações à cultura *gamer*, como no tuíte em que enviou um “forte abraço aos gamers”, no vídeo em que aparecia jogando jogo de tiro no Playstation VR3 e na diminuição dos impostos sobre eletrônicos e jogos digitais (Velho; Henn, 2024, p. 47). Mesmo antes de sua eleição, a ligação com jogos foi emblemática. Foi criado o jogo Bolsomito 2k18, em que o então presidencialável era o protagonista de luta contra o comunismo, e nessa missão o personagem Bolsonaro espancava e matava seus inimigos: as feministas, as pessoas em situação de rua, o MST, as pessoas LGBTQIA+, os *black blocks*, os políticos de esquerda etc. (Coelho, 2018). Em 2025 ainda havia no Google Play, jogo cuja descrição é “você é um militante de esquerda que está à procura dos 30 reais prometidos, porém Bolsonaro, o terror do PT, está no prédio e não vai deixar você afundar o Brasil!”¹². O jogo tem 18,5 mil avaliações.

Para tratar do fenômeno da extrema direita, a literatura norte-americana utiliza o termo *alt-right*, sintetizado como:

Um grupo de indivíduos com visões de extrema direita que se opõem fortemente às normas liberais de justiça e igualdade social, e que se opõem à defesa de direitos de grupos tradicionalmente desfavorecidos, como minorias raciais e mulheres. Essa visão parece vinculada à ideia de que, hoje, a discriminação é maior contra brancos e homens. O *alt-right* também parece ter uma profunda desconfiança do establishment mainstream, o que estaria intimamente ligado à visão de que a mídia mainstream e a maioria das instituições governamentais estão promovendo as normas liberais de justiça que eles contestam (Fleck, 2017, n.p.).

Por volta de 2008, Richard Spencer cunhou o termo *alt-right* – direita alternativa. Inicialmente dizia respeito a uma direita alternativa em relação às direitas tradicionais, composta por movimentos distintos. Com o tempo, passou a designar o movimento de extrema direita que tem entre seus pontos centrais o nacionalismo, o combate à migração, a negação que raça é uma construção social – tornando-se identificada ao supremacismo branco – e composto majoritariamente por homens brancos (Hawley, 2019, p.7-9). O movimento apresenta relação com grupos nazistas, os quais se tornaram *online*, caracterizando-se pela descentralização dos grupos radicais.

Com isso, a direita alternativa quebra o ciclo dos movimentos extremistas tradicionais em que a atuação violenta de seus membros atingia todos os outros participantes do grupo. Essa mudança ocorre porque a *alt-right* não possui mais membros, e sim *hashtags*, visualizações e inscritos, o que a permite negar a violência cometida por uma pessoa radicalizada, já que “a

12 Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.SadCatGames.TerrorDoPT&hl=pt_BR. Acesso em? 10 abr. 2025.

maior parte de sua organização é na internet” e “alguns adotam a visão do *alt-right* sem reconhecer o termo” (Fleck, 2017).

O bolsonarismo é classificado por Cesarino como populismo digital, ou seja, diz respeito tanto a “um aparato midiático (digital) quanto a um mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia” (Cesarino, 2020).

A radicalização, tanto no fenômeno norte-americano quanto no brasileiro, é progressiva e, de certa forma, imperceptível, em especial para aquele que está sendo radicalizado, ocorrendo em cinco passos: identificação do público, estabelecimento de uma comunidade, infiltração, isolamento e ascensão, das quais o presente trabalho passa a tratar doravante.

A radicalização no Brasil relacionada à comunidade *gamer* é anterior ao bolsonarismo, sendo identificada, por exemplo, em ataques a colégios, como o caso de Realengo¹³. Esse processo é ligado à extrema-direita, com a radicalização de jovens e o incentivo à violência contra mulheres. Nesse processo os jogos *online* são fatores relevantes:

Uso de jogos online como Roblox, Fortnite, Minecraft (inclusive essas comunidades são facilmente encontradas através dos canais de youtube desses jogos, direcionando através do algoritmo próprio do youtube para os conteúdos que contém esses discursos mascarados, levando até outros canais onde os discursos vão se tornando mais extremos). É importante salientar que a escolha desse tipo de ambiente para interagir com adolescentes se dá porque os jogos são um dos recursos mais acessados para a diversão, vazão de sentimentos de raiva e frustração e construção de vínculos sociais. Além disso, também costumam ser espaços onde não há registros permanentes dos diálogos estabelecidos, tornando difícil a identificação da pessoa com quem esses adolescentes se conectam.
[...]

Nessa perspectiva, o crescente uso das comunidades de “gamers” e dos chats de conversa em “games” têm funcionado como mecanismo de “sedução” de jovens de todo mundo, a fim de angariar simpatia a ideias de extremismo de direita, de forma ainda mais intensificada durante o período da pandemia da Covid-19. Quando a simpatia é manifestada nesses “chats” públicos, há um convite para a migração para espaços de mensageria, tais como o Telegram e o WhatsApp. Nessas comunidades do Telegram e grupos de WhatsApp o monitoramento é mais dificultado, mas não imune a medidas investigativas e de acompanhamento por agentes de inteligência (Pellanda *et al.*, 2022, p. 50).

Portanto, o processo de radicalização da *alt-right*, no mundo *gamer*, é retomado na perspectiva do bolsonarismo, já que a pesquisa considera ambos os processos similares:

A extrema-direita brasileira, assim como em outros lugares do mundo, tende a apagar questões e grupos que possam colocar em discussão as suas ideias e valores – como, por exemplo, pessoas em situação de vulnerabilidade social extrema e que dependem do Estado não por falta de empenho, mas por uma série de aspectos que constituem a sociedade capitalista contemporânea. No entanto, minorias mais organizadas e ativas, como mulheres, pessoas negras, comunidade LGBTQIAP+, entre outros, são normalmente categorizadas como inimigas. Seja por um medo profundo de mudança na sociedade, ou por um imaginário quase místico que precisa de um inimigo comum para unificar o grupo. De modo geral, penso que minorias e pessoas marginalizadas ocupem um espaço que transita entre a negação e a perseguição no discurso de grupos radicalizados (Bernardo; Cardoso, 2023).

Igualmente, segundo Tobias Bernardo e Leonardo Cardoso (2023):

13 Ver: Bernardo (2021).

A *alt right* é, fundamentalmente, uma ação despolitizante, que ataca a maneira como a população encara o cenário político ao passo que arma, ideologicamente, seus grupos. Para a *alt right*, não existe um problema inerente na forma como a direita organiza seus valores ideológicos, mas sim em figuras específicas (eleitas por eles próprios como símbolos do movimento) que são descartadas ao passo que novas regras são criadas para definir como a ‘real direita’ ou ‘nova direita’ exerce seu poder.

Embora com menos literatura sobre a relação entre bolsonarismo e radicalização da comunidade *gamer*, consideramos a existência de indícios de que o processo de radicalização também ocorreu no Brasil, conforme os passos apresentados a seguir.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO

A pessoa visada para recrutamento por estes grupos é o homem branco, hétero e cisgênero cuja crença é de que sua masculinidade está sendo contestada, o que o faz se questionar sobre o seu papel no mundo. Os problemas deste homem não são especiais, pois são derivados do modelo econômico que não provê ganhos e perspectivas esperados. Assim, as soluções para as angústias do sujeito poderiam ser dadas por movimentos progressistas, entretanto, o discurso da extrema direita é simples, o que facilita sua adesão. Assim, diante das angústias provenientes de fatores estruturais, são defendidas soluções que passam pela exclusão de migrantes, retomada da “masculinidade tradicional”, defesa do modelo de família tradicional, entre outros discursos conservadores e excludentes.

A radicalização dos *gamers* ocorre sem que o indivíduo radicalizado tenha criado uma conta e sem nunca ter deixado nenhum comentário nos *posts* dos fóruns aos que passou a ter constante acesso. Apesar de a radicalização de cada um ser uma jornada única com particularidades, em geral, os radicalizados não conhecem quem os radicalizou e vice-versa.

No Brasil, há aproximadamente 67 milhões de *gamers* (Agência Gov., 2024), sendo que 43,2% têm idade entre 17 a 24 anos (Macedo *et al.*, 2023). Adicionalmente, deve ser considerado que o consumo de informações entre os jovens tem sido predominantemente das redes digitais, e com politização a partir de influenciadores digitais (Luminate, 2022). Dessa maneira, o universo *gamer* acaba sendo espaço de catalização das inseguranças e de questões relacionadas à juventude e à masculinidade.

Como visto, desde a campanha à presidência, Bolsonaro direcionou mensagens à comunidade *gamer*. Um dos fatores que facilitaram o acesso de Bolsonaro aos *gamers* foi o seu filho mais novo, Renan, ele é conhecido *online* como Bolsokid (Anizelli, 2019).

Em fevereiro de 2019, Jair Bolsonaro postou um vídeo sobre obras e investimentos realizados em Alagoas. O vídeo não chama particularmente a atenção. Entretanto, os *gamers* perceberam que a música do vídeo, instrumental, é a trilha sonora do jogo “*Sonic: The Hedgehog*”, de 2006. No mesmo ano, o ex-presidente postou um vídeo jogando *PlayStation VR* para anunciar a primeira redução, de um total de quatro, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no que tange aos jogos eletrônicos. Bolsonaro, no ano seguinte, anuncia a segunda redução do IPI, pelo *Twitter*.

Figura 1 - foto: Bolsonaro, 2020.



Fonte: @jairbolsonaro. REDUÇÃO DO IPI PARA VÍDEOGAMES. X, 26 de outubro de 2020. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1320833830450798592?t=7TtszTTXYex8Z1J2aVTzlQ&s=19>. Acesso em: 27 fev. 2025.

Figura 2 - Tweet da conta do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, datado de 08 de outubro de 2020.



Fonte: @jairbolsonaro. IMPOSTOS SOBRE JOGOS ELETRÔNICOS. X, 08 de outubro de 2020. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1314366201359990784?t=JnuhQFQU8ZBjH6NCoPjnXw&s=08>. Acesso em: 27 fev. 2025.

Estes acontecimentos levaram a uma reação eufórica da comunidade *gamer* nacional e internacional, como o vídeo do *influencer* e *gamer*, “Sidão do Game”¹⁴, intitulado “Bolsonaro é mais *gamer* do que você, tá ok?” e o tuíte da conta do próprio jogo evidenciam.

Figura 3 - Tweet da conta do jogo Sonic¹⁵.



Fonte: @sonic_hedgehog. Today in ‘places we didn’t expect to hear the Sonic 2006 soundtrack’. X, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://x.com/sonic_hedgehog/status/1100219799722909696?t=J4CK50Sc2ZzVo6Roq5hSQQ&s=08. Acesso em: 27 fev. 25.

Desde o começo de seu governo, Bolsonaro procurou o apoio dos *gamers* por meio de “apitos de cachorro”¹⁶, estabelecendo que era um público com o qual queria se comunicar.

2.2 ESTABELECIMENTO DE UMA COMUNIDADE

A forma mais comum de cooptação é o radicalizador se infiltrar em comunidades das quais o radicalizado já faz parte, recrutando-o.

14 Em dados de abril de 2025 o canal de Sidão do Game no Youtube tinha 2,75 milhões de inscritos, 3.568 vídeos e 670.098.779 visualizações.

15 Hedgehog (2019) (Tradução livre: “Hoje em ‘Lugares [nos] que não esperávamos escutar a trilha sonora de Sonic 2006”).

16 “O termo [dog whistle], que traduzido para a língua portuguesa significa ‘apito de cachorro’, faz analogia ao fato deste objeto ser inaudível para os humanos e ter um som ensurdecido para os cães. Ou seja, a mensagem é captada por determinados grupos, mas não é compreendida pela maioria” (O Dia, 2022).

O *YouTube* é uma especial forma de radicalização, na qual as pessoas passam a ter constante acesso aos conteúdos de *influencers* de direita, mas que não se enxergam como tal e, o mais importante, não se autodeclaram nem se apresentam dessa forma.

Em contexto de radicalização não relacionada diretamente ao bolsonarismo, verifica-se como o *Youtube* desempenha papel relevante.

Ainda, os jovens são também muitas vezes direcionados a buscar conteúdos relacionados aos jogos online em fóruns e canais de *Youtube*, seja por interações em comentários nos vídeos, seja por indicação de amigos feitos durante os jogos online.

No caso do *Youtube*, há uma importante questão a ser colocada. O algoritmo funciona de forma a indicar conteúdo que seja similar ao que o usuário já demonstrou interesse. A partir do momento que esses jovens são introduzidos a canais de teoria da conspiração e outros espaços em que há revisionismo histórico ou fatos sem embasamento científico algum sendo disseminados como verdades, o algoritmo vai recomendar canais e vídeos que tenham conteúdo semelhante. Por falta de acompanhamento dos responsáveis e por não terem ferramentas suficientes para refletir de forma crítica sobre o conteúdo acessado, os jovens são cada vez mais apresentados a conteúdos da extrema-direita que, à primeira vista, parecem inocentes. Esse fenômeno foi descrito como “descida pela toca do coelho” (Pellanda *et al.*, 2022, p. 50).

Os *influencers* têm papel central. Eles não vendem política, e sim conservadorismo como estilo de vida que convence o radicalizado a se aproximar dos valores conservadores, com a promessa de o tornar mais feliz, em grande medida encenando um retorno aos “tempos melhores” pautado em nostalgia. Isto faz com que a intolerância, apresentada pelos grupos de *alt-right* como respostas para as angústias de quem está sendo recrutado, seja absorvida.

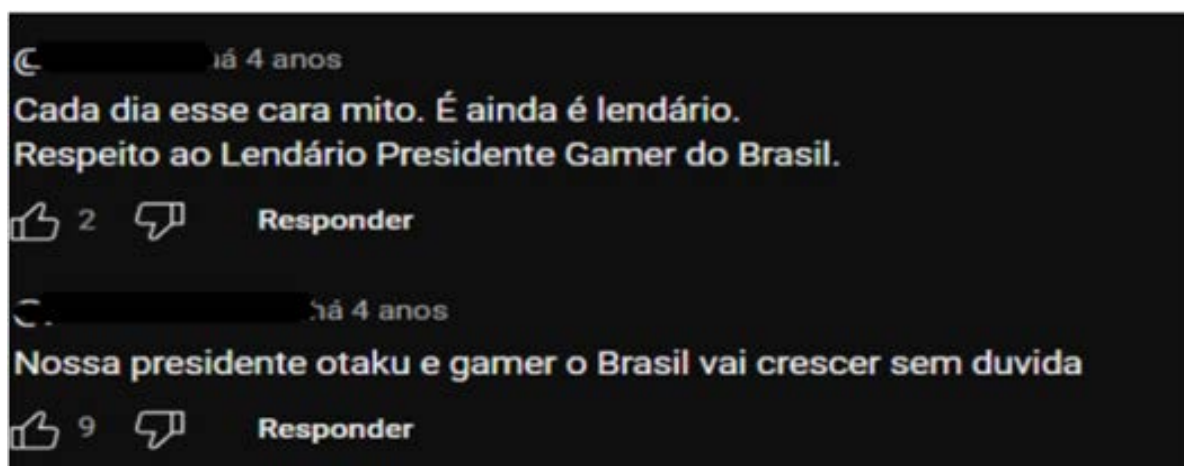
No contexto brasileiro, o exemplo do influenciador “Sidão do *Game*” é significativo do segundo passo de radicalização, uma vez que o *youtuber* tem uma grande visibilidade neste grupo. Com um tom divertido, ele inicia o vídeo afirmando que não traz política para o canal, mas quando esta e os *games* se juntam “e essa união resulta em zueira, aí sim a gente traz para o canal” (Sidão, 2019). É perceptível, no vídeo, a diversão de Sidão e como ele aprovou a ação do ex-presidente, já que, ao falar da pessoa responsável por editar o vídeo, diz que “queria muito conhecer o cara que fez isso” (Sidão, 2019). A conclusão é que, devido aos vídeos (o *youtuber* cita outra publicação cuja música de fundo é a do *Dragon Ball-Z*) e o tuíte em que Bolsonaro aparece jogando *Playstation VR*, “Bolsonaro é muito *gamer*”, um “*gamer* completo” e que seria “muito massa ter um presidente *gamer*” (Sidão, 2019). O vídeo acaba com Sidão falando que só trouxe este assunto para o canal “pela zueira” (Sidão, 2019).

Este exemplo é importante, também, pelo fato de que o *youtuber* frisou várias vezes que só estava comentando o tuíte pela zoação, sem nenhum cunho político de direita ou esquerda, apesar de imitar o Bolsonaro no fim do vídeo falando que prefere o *Sonic* ao Mário porque este é vermelho e comunista.

Assim, entende-se que o *youtuber* não se apresenta em momento nenhum como apoiador do então presidente, apenas comenta o que considera engraçado. Isso é relevante para a radicalização, pois o político é divisor, enquanto o não político une, o que permite a radicalização por uma via que os espectadores acreditam não ser política – inclusive o próprio *youtuber* não se vê como

um canal político, como é perceptível no vídeo supracitado. Desta maneira, é aplicado o ciclo da “retro radicalização” pelos comentários e pelas respostas positivas ao conteúdo.

Figura 4 - Comentários no vídeo de Sidão, no YouTube.



Fonte: Sidão do Game. BOLSONARO É MAIS GAMER DO QUE VOCÊ, TA OK? YouTube, fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k1cGy6NX-6g>. Acesso em: 02 set. 2023.

O suposto distanciamento das questões políticas foi igualmente adotado pelo ex-presidente da República, que se apresentou como um *outsider* que luta contra a política tradicional, mesmo tendo mais de 30 anos como parlamentar.

No Brasil, o YouTube só não foi mais importante que o WhatsApp, que conseguiu, por meio de grupos bolsonaristas, reduzir conteúdos compartilhados a um núcleo de padrões gramaticais que sempre se repetiam, baseados na equivalência líder-povo, no antagonismo amigo-inimigo e em uma ameaça constante e iminente que, no caso dos gamers, se traduzia, principalmente, na esquerda progressista, que impõe a eles uma “agenda liberal”, corrompendo o ambiente criado pelos próprios gamers para sua segurança frente à sociedade a eles hostil.

Uma consequência direta disto é a deslegitimação das estruturas de informação e de produção intelectual preexistentes, “uma das características do nosso mundo tecnopopulista”, uma vez que esses movimentos populistas “privilegiam valores ou concepções de mundo previamente dadas em detrimento do conhecimento” (Mello, 2020, p. 40). Esse mecanismo ocorre por meio de mensagens enviadas em massa pelo WhatsApp, que não contém “necessariamente notícias falsas” (Mello, 2020, p. 35), e são enviadas apenas “a grupos de apoiadores, ou seja, pessoas já predispostas a acreditar naquele conteúdo” (Mello, 2020, p. 36), garantindo o suporte de que o movimento necessita, o que, por fim, isola (passo quatro) os seus seguidores.

2.3 INFILTRAÇÃO

A infiltração é sempre deliberada, atuando em um público com número grande de homens brancos heterossexuais que se sintam marginalizados. O sentimento de marginalização vem da observação de que grupos vulnerabilizados estão tendo certos progressos, enquanto a percepção de que esses grupos majoritários (masculino, branco, heterossexual) não estariam avançando, ou até mesmo retroagindo. Daí também o repúdio a tudo que remeta ao “politicamente correto”.

Estes integrantes da *alt-right* entendem política como aquilo a respeito do qual não existe consenso e que gera discussão, “separando” o grupo, ao contrário do “pessoal”, que une. É por isso que é nas discussões políticas que os infiltradores são mais ativos para o recrutamento, já que eles convencem os recrutados de que tudo o que é político possui uma “agenda liberal”, separando as pessoas.

Como exemplo, cabe citar as duras críticas dirigidas ao *game The Last of Us II* (TLOF II) no vídeo do canal *RobinGaming*, importante influenciador *gamer*¹⁷. No vídeo, *RobinGaming* critica fortemente a empresa *Naughty Dog*, e, em especial, o novo roteirista do jogo, Neil Druckmann, por ter “corrompido” o primeiro *game* e sua essência com o segundo.

Isso, principalmente, por causa da nova personagem da história: Abby Anderson. Devido à proposta do jogo em inverter – e até mesmo apagar – os papéis de vilão e de herói, considerando que no apocalipse são todos sobreviventes, Abby mata o personagem Joel no começo do jogo, que, junto com Ellie, é o protagonista da trama. Não contente, *TLOU II* obriga o *gamer* a jogar grande parte da história com esta personagem.

Entretanto, uma parte expressiva das críticas do supracitado *youtuber*, e dos comentários de seu vídeo, diz respeito à “agenda progressista” assumida pela empresa e adicionada ao jogo. Assim, questões sociais como a sexualidade – Ellie cresce, sendo apresentada na *DLC*¹⁸ e no começo do segundo jogo como uma adolescente e jovem homossexual, par romântico de Dina – e a luta contra a sexualização de personagens femininos, uma vez que Abby é uma mulher forte, musculosa e heterossexual, são tidas como impostas aos jogadores e deturpadoras do jogo. Essas abordagens são consideradas transplantadas forçosamente para um *game* no qual não cabem.

Esta “agenda” faz com que o lugar seguro dos *gamers* deixe de ser tão seguro quanto acreditavam, visto que interpretam que as questões sociais são uma forma de os progressistas se infiltrarem nos lugares onde a esquerda não alcança, tirando a função especial do *game* de “distração e lazer”. Essa equiparação é falaciosa, considerando que os *games* se tornaram esportes, os *e-sports*¹⁹, o que confere intensa pressão nesse espaço. Consoante explica Mussa, há intenso estresse emocional e intelectual envolvido nos esportes eletrônicos que contrastam

17 “The Naughty Dog ‘Agenda’ – An Honest, Open Conversation”. Tradução livre: “A Agenda da Naughty Dog – Uma conversa honesta e aberta”. A Naughty Dog é uma empresa desenvolvedora de jogos estadunidense, sendo a produtora do *TLOU O* e *II*.

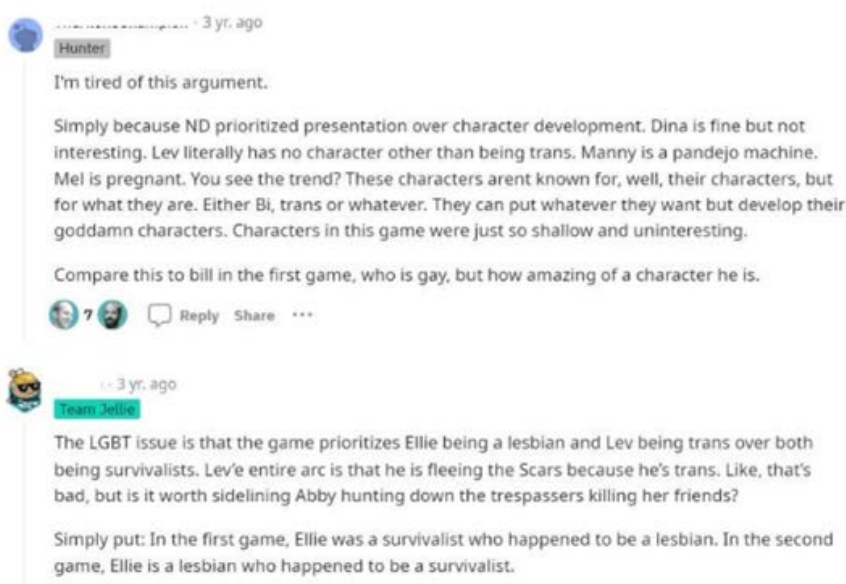
18 “DLC é a sigla em inglês para “downloadable content” ou “conteúdo baixável” no português. No universo dos jogos, o DLC se refere a um conteúdo extra de um jogo já lançado, esse conteúdo pode se tratar de uma expansão de novas áreas e missões ou apenas itens e personagens” (Lima, 2020).

19 “Esportes eletrônicos, mais conhecidos como eSports, são competições de videogame voltadas para o âmbito profissional, onde jogadores (pro players) disputam em equipes ou de forma individual. Assim como nos esportes tradicionais, essas competições variam, por sua vez, em diferentes gêneros de jogos digitais. Alguns que podemos citar são estratégia em tempo real, tiro em primeira pessoa, batalhas de RPG online e jogos de luta, entre várias outras possibilidades” (Soares, 2024).

“pesadamente com as imagens inocentes de lazer e distração que costumamos associar à palavra ‘diversão’” (Mussa, 2019, p. 59). Ele ressalta o fato de que, ainda que exista tamanha pressão atrelada ao *e-sport*, este “difícilmente torna-se alvo de críticas por estar transformando um hobby essencialmente divertido em uma atividade que envolve estudo, trabalho e frustrações” (Mussa, 2019, p. 59), como o fazem com a inserção de temas sociais nos *games*.

Os *gamers* não admitiam que o que os incomodava no *TLOU II* eram as pautas LGBTQIA+, justificando que seria a abordagem de tais assuntos em detrimento do desenvolvimento da personalidade dos personagens. Desta maneira, os *gamers* que não gostaram do jogo não se viam como homofóbicos, e sim como frustrados com um jogo por cujo lançamento eles esperaram anos²⁰, como pode ser observado nos comentários a seguir.

Figura 5 - Comentários a respeito do jogo *TLOU II* no *Reddit*²¹.



Fonte: THEALONECHAMPION

20 O lançamento de *The Last of Us I* ocorreu em 2013 e o da parte II foi apenas em 2020.

21 Tradução Livre: Eu estou cansado/a desse argumento.

Simplesmente porque ND [Naughty Dog] priorizou representação em detrimento do desenvolvimento do personagem. Dina# é legal, mas não interessante. Lev# literalmente não possui nenhuma personalidade além de ser trans. Manny# é uma máquina pandejo [idiota]. Mel# está grávida. Você percebe a tendência? Esses personagens não são conhecidos, bem, pelos personagens, mas por aquilo que são. Tanto faz bi, trans ou o que quer que seja. Eles podem colocar o que eles quiserem, mas desenvolvam a porra do personagem. Os personagens desse jogo foram tão rasos e desinteressantes. Compare eles com Bill, do primeiro jogo, que é gay, mas é um personagem maravilhoso.

O problema dos LGBT é que o jogo prioriza a Ellie ser lésbica e o Lev ser trans em detrimento dos dois serem sobreviventes. Toda a história do Lev é resumida a ele estar fugindo dos Cicatrizes porque é trans. Tipo, isso é ruim, mas vale a pena deixar de lado a perseguição da Abby à pessoa que matou seus amigos?

Simples assim: no primeiro jogo, Ellie era uma sobrevivente que acabou sendo lésbica. No segundo jogo, Ellie é uma lésbica que acabou sendo sobrevivente.

No Brasil, ainda que de forma menos pronunciada, é possível encontrar manifestações semelhantes. Coloque-se como exemplo o comentário a seguir, feito em um vídeo chamado “As Mulheres Mais Poderosas dos Games”, no canal do Sidão do Game, em que defende que não sejam patrocinadas pautas políticas, que estariam dominando os games.

Figura 6 - Comentário no vídeo de Sidão, no YouTube.



@luiz... há 8 anos

É impressão minha ou você tendenciou sua lista para caracterizar o clima que estamos vivendo de feminismo, cara ninguém mais vê heróis como sendo caras brancos chamados John, se você não percebeu cada vez mais personagens femininos ou personagens negros tem se tornado relevantes no universo dos games, filmes e demais universo geek. A exemplo Star War, mas nem precisamos ir muito longe minha heroína de sempre é a Lara Croft, que mesmo sem tanta pinta de heroína como era no passado já encantava a todos com sua ação e aventura. Bem só sitei isso porque com tanta maluquice que esta ocorrendo hoje em dia não seja mais um a compra essa brica maluca de feminismo, as heroínas de sua lista marcaram gerações e eu concordo plenamente com ela, adorei o vídeo, mas não posso concordar com seu comentário e espero que não seja isso que você pensa. Seu canal é um dos melhores do youtube não precisa de opiniões políticas ou de campanhas que tem dividido as pessoas. Desculpe o comentário ok? Acredito mesmo que você não seja uma dessas pessoas malucas que fica defendendo modinhas, mas um ativista da internet.

Fonte: Sidão do Game. AS MULHERES MAIS PODEROSAS DOS GAMES! YouTube, 08 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k1cGy6NX-6g>. Acesso em: 02 set. 2023.

Ao ser respondido pelo influenciador que não era caso de feminismo, mas só de apresentar mulheres em jogos, responde que:

Figura 7 - Resposta no comentário no vídeo de Sidão, no YouTube.

@luiz... há 8 anos

Cara ainda bem, porque sinceramente, estou cansado de ver Youtuber que eu acompanhava do nada ficar comprando partido de modinha, apenas para bancar uma de politicamente correto, quando sabemos que de feministas essas pessoas que tem arrumado confusão nas redes sociais não tem nada, tem homem cara dando uma de ódio pra cima dos homens, só pra dizer que compreende a situação e defender essa onda de cultura do estupro e machismo desenfreado, as vezes começa apenas com uma opinião pequena daqui a pouco os videos que eram legais ficam uma merda e o cara vira um maior vendido. Ainda bem que esse não é o seu caso, porque eu não tava nem um pouco afim de largar o seu canal. Valeu pelo tempo que desprende pra me explicar isso. Mostra que você não é como alguns youtubers que não merecem o sucesso que tem. Parabéns e mais uma vez obrigado.

Fonte: Sidão do Game. AS MULHERES MAIS PODEROSAS DOS GAMES! YouTube, 08 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k1cGy6NX-6g>. Acesso em: 02 set. 2023.

Outro exemplo da radicalização dos *gamers* nos Estados Unidos foi o episódio conhecido como #GamerGate. O seu início ocorreu quando o ex-namorado de Zoe Quinn publicou em vários fóruns da Internet que ela teria trocado favores sexuais com jornalista em troca de resenhas positivas para seu recém lançado jogo. Entretanto, o jogo era gratuito, e tal resenha nunca existiu, e, apesar de ser um título simples e independente, o *game* recebeu aprovação unânime da imprensa internacional.

Isso gerou enorme reação e os jogadores passaram a clamar por mais transparência no noticiário *gamer*, alegando que a imprensa era corrupta. Em seguida, Anita Sarkeesian, crítica de mídia, lançou um vídeo apontando o machismo presente na comunidade *gamer* e defendendo Quinn. Isso alimentou o movimento contra jornalistas e o argumento “pró-GamerGate”, que apresentava falas machistas e misóginas. Várias mulheres, além de Quinn e de Sarkeesian, foram expostas, ofendidas, ameaçadas, perseguidas e tiveram seus dados pessoais vazados, sendo vítimas da “intimidação coletiva” pelos grupos de fóruns *gamers*, como o 4chan²² e o Reddit²³ (Fisher, 2023).

Nesse contexto, a atuação dos “influenciadores” opera em um ciclo de radicalização de seus espectadores e, conforme as respostas positivas em relação a seu conteúdo são recebidas, os produtores de conteúdo também são radicalizados por eles (o que se denomina, neste trabalho, de “retro radicalização”). Com isso, a escolha do influenciador X ao invés do produtor de conteúdo Y pelo recrutado ocorre porque o jeito que aquele se expressa é mais palatável ao cooptado. A explicação é simplista, pois o conteúdo da extrema direita propagado pelos influenciadores é extremamente repetitivo, isto é, os argumentos são internalizados pela repetição.

Dessa forma, a *alt-right*, com expertise, percebe esta situação e constrói estes grupos como os espaços seguros alternativos, tendo em vista que os anteriores foram “desmantelados” pela esquerda. Logo, o descrédito em relação à esquerda tem a ver com “a identidade *geek* masculina, cujos adeptos se viam sob ataque” (Fisher, 2023, p. 67).

Então, entende-se que o recrutado não está no grupo pela ideologia, pouco se importando com o que é defendido, mas sim pela comunidade, pelo sentimento de pertencimento e de poder ser quem realmente é em um lugar seguro. A ideologia de ódio é um preço pequeno a ser pago para pertencer a uma comunidade.

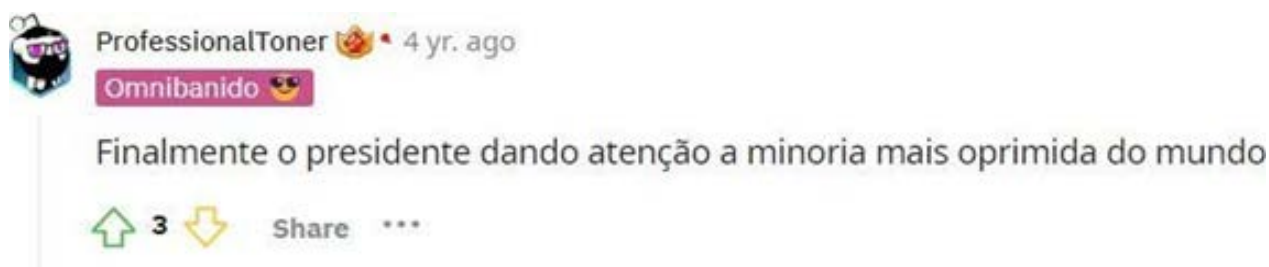
Bolsonaro explorou demandas sociais latentes dos membros dos grupos *gamers*, os quais acreditavam estar perdendo sua representação na estrutura política vigente para grupos minoritários, dando vazão a frustrações e a ressentimentos.

22 “O 4chan é um fórum de discussão online, criado em 2003, em que os usuários podem publicar imagens anonimamente [...]. Diferente de outras redes sociais, como o Twitter e o Reddit, não tem algoritmos que apresentem conteúdo aos usuários. Também não tem contas de usuários ou sistemas de votação [...]. O 4chan é conhecido por ser um fórum com vários tópicos e os usuários podem comentar, discutir e publicar imagens sobre o assunto sem se identificarem. As publicações no 4chan são totalmente anônimas e podem ir desde coisas sem sentido até conteúdo criminoso” (Gonçalves, 2024).

23 “O Reddit é uma plataforma de rede social que permite aos usuários compartilharem, discutirem e votarem em conteúdos organizados em ‘subreddits’, que são comunidades específicas baseadas em interesses, hobbies, notícias, cultura pop e muito mais. Para acompanhar fóruns relevantes para o usuário, basta inserir ‘reddit.com/r/’ seguido do tema desejado na barra de pesquisa, no canto superior da página” (Seabra, 2023).

Wendy Brown (2019) nomeia o capítulo cinco do livro *Nas Ruínas do Neoliberalismo* de “Nenhum Futuro para Homens Brancos: niilismo, fatalismo e ressentimento”. Nesse capítulo ela trata da masculinidade branca ferida que defende uma liberdade absoluta, especialmente de vingança contra aqueles que considera culpados de seus males. O comentário a seguir, que inicialmente parece irônico, mostra o deslocamento das categorias de representação e vulnerabilidades, de maneira a inverter a situação e defender que os *gamers* são verdadeiramente oprimidos (presumivelmente essa “opressão” seria agravada com a inclusão de novas pautas e de restrição ao “direito de oprimir” outros grupos).

Figura 8 - Comentário de uma publicação do Reddit que continha um print o tuíte do ex-presidente mandando ‘um abraço para os gamers’.



Fonte: **PROFESSIONALRONER**. [Comentário sobre o tuíte do ex-presidente Bolsonaro mandando um abraço aos gamers]. Comentário em: Bolsonaro é um gamer épico. *Reddit*. 2019. Disponível em: <https://www.reddit.com/r/brasilivre/comments/chx1u3/comment/ev1po1v/>. Acesso em: 02 set. 2023.

Somando-se a isso, consoante Letícia Cesarino, o bolsonarismo é vazio de conteúdo, de forma que cada um preenche com aquilo que deseja, e é altamente performativo, cuja forma varia no espaço e no tempo. Destarte, Bolsonaro conseguiu agregar esses perfis antiestruturais heterogêneos em um todo, mas mantendo a individualidade e a coerência de cada um, sendo que aquela se deu pela personalização algorítmica para cada seguidor que completava com seus próprios significados os significantes vazios muito utilizados por ele. Isso permite que, no processo cíclico de radicalizar e ser radicalizado pelo público, quando o *influencer* – e, até mesmo, o próprio Bolsonaro – passa do limite do radical tolerado pelo seu público, ele volte atrás afirmando ser uma “brincadeira” ou uma “tiração de sarro”, “ironia”, não sendo responsabilizado por suas falas intolerantes. Ademais, o processo “retrorradicalização” bolsonarista utilizou, em sua campanha e em seu governo, a prática de *astroturfing* que, segundo Patrícia Campos Mello, é a “disseminação de conteúdos recorrendo-se a terceiros [...], assim camuflando os verdadeiros autores”, para a disseminação de desinformação na Internet, já que “[...] as redes haviam se transformado em uma ferramenta vital para alguns candidatos, Jair Bolsonaro em particular” (Mello, 2020, p. 21), permitindo que Bolsonaro mantenha seus discursos sem conteúdo e ambíguos, o que possibilitou a personificação algorítmica da fala de cada grupo.

Pelo fato de as falas do ex-presidente serem ambíguas e oscilantes, parecendo, inclusive, sem sentido para os que não participam da comunidade de fãs, elas são facilmente editáveis e recombináveis, permitindo que a narrativa seja personalizada para cada usuário e cada usuário

também personalize as falas assim que elas os alcançam – ele ouve e escolhe o sentido. O que é mimetizando por meio dos memes, que reconfiguram a aparente falta de sentido para debochar daqueles que levam a sério as falas.

Outrossim, como já mencionado, o conteúdo do movimento, que é disseminado também pelos influenciadores, precisa ser repetitivo porque não possui lógica e, logo, não é passível de compreensão, assim “as pessoas são bombardeadas de todos os lados por uma notícia – sites de notícias, grupos de *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram* – e essa repetição lhes confere a sensação de familiaridade com determinada mensagem”, a familiaridade, por sua vez, “leva o sujeito a aceitar certos conteúdos como verdadeiros” (Mello, 2020, p. 19). As redes sociais são conectadas diretamente com a cultura *gamer*, uma vez que as interações são feitas em múltiplos canais.

Letícia Mello afirma que “muitas vezes, esse será o primeiro contato que ele terá com determinada notícia – e essa primeira impressão é muito difícil de desfazer” (Mello, 2020, p. 19), o que corrobora o que foi trazido no item 2.1: é necessário que a resposta do grupo de extrema direita seja a primeira solução com a qual o potencial radicalizado tenha contato, uma vez que é difícil desfazer a primeira impressão em relação a uma notícia.

Disso depreende-se que os públicos antiestruturais não possuem identidade preexistente, já que a própria identidade do ex-presidente foi sendo performada enquanto analisava outros públicos.

O grupo heterogêneo e sem identidade se mantém unido pela oposição de um inimigo comum, que também não é monolítico, devido aos significantes vazios que são preenchidos por cada grupo, desaguando em vários inimigos que são designados da mesma forma, como “vagabundo” e “bandido”.

O bolsonarismo, pois, não controla o ambiente em que as pessoas estão inseridas por meio da manipulação de qual conteúdo circula ou não, mas sim por meio de como aquilo que circula será consumido, ou seja, é um *meta-enquadramento*²⁴.

Tanto é assim, que foram organizadas, por fãs, carreatas e encontros *online* em defesa de Bolsonaro em plataformas de *games* como *Forza Horizon*, e *GTA* (Scofield, 2022), o que ensejou a manifestação do ex-presidente no *Twitter* em 29/8/2022, agradecendo o apoio, além de ter feito campanhas especificamente direcionadas aos *gamers*, promovendo união.

2.4 ISOLAMENTO

Para que a comunidade de direita consiga manter o recrutado como membro, ela precisa o isolar de outros grupos com perspectivas diversas, tornado o principal espaço de sociabilidade do cooptado os fóruns *online*. É neste momento que os memes²⁵ desempenham importante

²⁴ Ver: Cesarino (2022).

²⁵ “[...] meme é uma mensagem quase sempre de tom jocoso ou irônico que pode ou não ser acompanhada por uma imagem ou vídeo e que é intensamente compartilhada por usuários nas mídias sociais [...]” (Torres, 2016). Os memes têm sido usados pela extrema direita, com certa circularidade, no sentido de símbolos que são apresentados em diferentes países. Comumente têm componente contra o “politicamente correto”, e qualquer tipo de crítica é afastada com o argumento que seria humorístico, e a crítica viria de alguém que não entende os códigos de comunicação.

papel, zombando das pautas progressistas, fazendo com que a única forma que o cooptado consiga enxergar os grupos de esquerda seja a caracterizada nesses espaços de interação. Dessa maneira, o cooptado passa a ser cada vez mais incompreensível para outros grupos, dificultando a sociabilidade.

Um exemplo importante e expressivo da memética bolsonarista é o processo de mitificação da figura do ex-presidente, tornando-o um “totem cultural contra valores associados à esquerda e às degenerações culturais provocadas pelo politicamente correto” (Ferreira, 2023, p. 53), sendo Jair Bolsonaro moldado, para o público jovem, “enquanto o *antagonista* que não tem medo de enfrentar os inimigos e humilhar adversário e minorias sociais – se aproximando do *troll* da internet” (Ferreira, 2023, p. 53), isto é, “o ex-presidente faz questão de mostrar que é disruptivo e que não tem medo de ser ‘politicamente incorreto’” (Henn; Velho, 2024, p. 49). Surge, então, o *Bolsomito*, atraindo cada vez mais os jovens *gamers*. Como vimos, os jogos em que Bolsonaro é o protagonista enquadram-se nesse item.

Desse modo, nos fóruns aos quais o radicalizado passa a ter constante acesso, essa mobilização afetiva é muito presente, traduzindo *likes* em aceitação e pertencimento ao grupo, isto é, quanto mais *likes*, mais apoio e, conseqüentemente, mais parte do grupo o sujeito se torna. O processo de “retro radicalização” se apropria igualmente dessa sensibilização, tanto no âmbito do influenciado quanto no do influenciador, o que gera interações e publicações progressivamente mais intolerantes. Os fóruns *online* passam a ser o único lugar de convivência do radicalizado, o que se traduz em piadas cuja graça só é compartilhada pelos membros do grupo – o radicalizado aqui já se tornou incompreensível ao resto da sociedade, a qual enxerga suas brincadeiras como ofensivas e preconceituosas –, levando ao seu isolamento e a sua radicalização cada vez maiores (passo 2.5). O humor desempenha o papel distintivo entre aqueles que o entendem e os que o levam “a sério” – e, portanto, estão fora do espaço de sociabilidade compartilhado.

Logo, a memética bolsonarista tem “a intenção de construir esse canal exclusivo” (Cesarino, 2020, p. 97), o que tem:

como efeito a produção de uma realidade à parte cuja relação com o entorno era mediada por uma série de *gatekeepers* digitais: sobretudo influenciadores e coletivos, mas também mediadores não-humanos como algoritmos, bots ou criptografia (Cesarino, 2020, p. 97).

2.5 ASCENSÃO

A comunidade extremista possui inúmeras camadas, sendo a mais externa a da intolerância, que se traduz por zombar daqueles que a *alt-right* considera insignificantes, de forma que qualquer denúncia de assédio em relação aos seus companheiros de comunidade é considerada mentira. O recrutado, nesse momento, acredita que está na camada mais profunda que existe e que as pessoas no exterior dela estão dormindo, enquanto ele escolheu tomar a *pílula vermelha* e acordou. A cada nova e mais profunda camada, o cooptado avalia que ele e sua comunidade são os únicos que veem os fatos como são, ao passo que os outros indivíduos estão cegos.

Todavia, ao mesmo tempo que a comunidade é calma e segura, porque permite a seus “membros” externalizar aquilo que lhes aflige, ela é estressante ao encorajar estes medos até que a angústia se torne raiva e ódio. Pelo fato de que o cooptado cortou os laços com todos aqueles que não participam deste grupo de extrema direita, ele não possui outro lugar para liberar suas frustrações senão nessa comunidade tóxica que, cada vez mais, o puxa para baixo com a promessa de alívio.

Tal situação cria inúmeros “lobos solitários” largados sozinhos com sua raiva, sem poder dar vazão para o ressentimento criado, o que desemboca em casos isolados de violência e de ódio. Como não há uma ordem expressa para atos de violência, não há responsabilidade dos grupos extremistas.

Um exemplo de instigação à violência e, depois, negação ao envolvimento do grupo *alt-right* ocorreu em 2017 em *Charlottesville*. Um grupo de extrema direita, utilizando o lema “unir a direita”, se reuniu para protestar contra a decisão da prefeitura do município que determinou a retirada da estátua em homenagem a Robert E. Lee, general do exército dos Confederados na Guerra Civil Americana. Tal monumento é tido pela extrema direita como um símbolo histórico da supremacia branca sulista. Grupos contrários, defensores, principalmente do movimento *Black Lives Matters*²⁶, se reuniram para contramanifestar as reivindicações da marcha extremista branca, cujos manifestantes estavam, inclusive, com armamento pesado. É a partir deste encontro que a situação se tornou violenta, totalizando três mortos – uma das vítimas foi uma mulher atropelada por um jovem simpatizante neonazista, que jogou seu carro propositalmente contra os contramanifestantes –, e mais de trinta e quatro feridos.

Richard Spencer, grande nome da liderança da *alt-right*, não nega o envolvimento de seu grupo nas manifestações a favor da manutenção da estátua de Robert E. Lee. Entretanto, quando questionado²⁷ sobre os atos violentos e, em especial, dos símbolos nazistas e da *Ku Klux Klan*, presentes entre o grupo da marcha de direita, nega veementemente o envolvimento desses “poucos” no seu grupo. Isso porque, apesar de ele ter feito o gesto nazista e gritado “*Hiel Trump*” nas palestras e nos comícios na época das eleições presidenciais de 2016, Spencer alega que o gesto era puramente ironia e provocação. Segundo Spencer, os manifestantes beligerantes em *Charlottesville* eram apenas exceções que aproveitaram o “movimento pacífico” da *alt-right* para cometer violências.

Spencer ressaltou que todos da *alt-right* que participaram da manifestação eram conhecidos dele ou de alguém muito próximo a ele, exceto os que iniciaram a violência.

Patente, portanto, que o processo de radicalização utilizado pela *alt-right*, incluindo o bolsonarismo, possui níveis.

26 “O movimento [“Black Lives Matter”] busca combater a violência policial e o racismo sistêmico contra pessoas negras [...]. Ele [o movimento] se destaca pela luta contra a brutalidade policial, o racismo sistêmico e a desigualdade racial. O movimento procura chamar a atenção para a violência racial e a injustiça racial nos Estados Unidos e noutros lugares, promovendo a sensibilização pública e a mudança sistêmica”. (Medina, 2023).

27 No episódio de podcast intitulado “The Ethno-State with Richard Spencer” (Dangerous Ideas, 2017).

No âmbito pátrio, o exemplo mais simples dessa divisão de grupo em camadas foi o 8 de janeiro, ato no qual os apoiadores do Bolsonaro invadiram o Congresso Nacional e vandalizaram e depredaram o patrimônio público que havia no prédio como forma de “protesto” contra o presidente recém empossado Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora não tenha sido identificada atuação direta de *gamers* ou do uso dessa estratégia, as redes sociais foram utilizadas para convocar os apoiadores do ex-presidente a irem até Brasília para o “protesto” no Congresso e em frente ao Quartel General do Exército (QG), trazendo inegáveis ecos entre o *GamerGate*, analisado por Fisher (Fisher, 2023), e o ataque de 8 de janeiro. Como exposto pelo referido autor: “o escândalo fez os extremos das redes sociais romperem a barreira que chega no cotidiano tradicional dos Estados Unidos [no caso, do Brasil], acabando para sempre com a separação entre espaços digitais e não digitais, entre a cultura da internet e a cultura como um todo” (Fisher, 2023, p. 68).

É significativo que o homem que se explodiu na frente do Supremo Tribunal Federal, em 13 de novembro de 2024, estivesse usando roupas remetendo ao personagem Coringa, e que tivesse postado mensagem remetendo a jogos no Facebook: “Vamos jogar??? Polícia Federal, vocês têm 72 horas para desarmar a bomba que está na casa dos comunistas de merda: [...] “Cuidado ao abrir gavetas, armário, estantes, depósito de matérias etc. Início 17h48 horas do dia 13/11/2024... O jogo acaba dia 16/11/2024. Boa sorte!!!” (Lorran et al., 2024).

Os episódios brasileiros apontam para o fato de que a linha que separa a realidade do mundo digital é, agora, muito frágil, e que as ações *online* têm consequências reais. Por meio delas, somando-se a desinformação, é possível criar uma nova realidade que seja verdadeira apenas para o grupo em questão e que ameace direitos e a democracia.

4. CONCLUSÃO

As comunidades *gamers* foram importantes no apoio ao ex-presidente Bolsonaro e foram centrais no processo de radicalização. Vários fatores são relevantes, como as interações antigênero e de masculinidades e a politização por meio das interações, mas sem que se apresentem como tal.

Dessa forma, a representação de grupos minoritários nos *games* é vista como uma usurpação do seu único lugar seguro e uma visibilidade que tira a sua própria, ou seja, para que a minoria seja vista nos jogos, seria preciso abrir espaço, tirando representações já consolidadas. Para eles, não é possível criar um outro espaço dentro do jogo: para uma nova representação ser posta no *game*, outra deve sair. O fato de as minorias estarem representadas nos *games* – como aconteceu em *TLOU II* e do *#GamerGate* –, é muito incômodo para os *gamers* por eles se sentirem negligenciados, no que eles consideram uma invasão da “agenda liberal” e do politicamente correto nos jogos, seus espaços seguros. A única maneira que eles conseguem vislumbrar para lutar contra essa apropriação é o ódio neles implantado pela *alt-right*.

A comunidade *gamer* oferece aos seus componentes, especialmente homens, um senso de comunidade, de compreensão dos seus problemas, uma vez que consideram que o “politicamente

correto” os impede de falar em outros espaços. Eles consideram que estão perdendo espaço para grupos minoritários e que a masculinidade está ameaçada. Os líderes de extrema direita, como Bolsonaro, perceberam isso e os apoiam, não apenas como iguais, mas como um Presidente da República *gamer*. Isso fez com que a comunidade dos jogos se sentisse vista e respeitada.

O discurso de ódio é tão forte nessas comunidades porque a *alt-right* entende o funcionamento dos grupos *gamers* e consegue se infiltrar e cooptá-los, enquanto o lado progressista não compreendia, e talvez ainda não compreenda, o fenômeno.

O processo de radicalização empregado pela *alt-right* camufla a intolerância e o preconceito em “zueira” e memes que fazem parte da “identidade do grupo” que o cooptado integra, se valendo, também, da mobilização dos sentimentos, em especial, negativos de seus membros. Dessa forma, a compreensão dos mecanismos utilizados pode fornecer importantes subsídios para analisar os riscos democráticos atualmente existentes.

REFERÊNCIAS

A extrema-direita está em ascensão nos EUA? **BBC News Brasil**. [s.l], 13 agosto de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40916727>. Acesso em: 26 nov. 2024.

AGÊNCIA GOV. Silvio Almeida abre diálogo com gamers para impulsionar combate ao discurso de ódio em ambiente virtual. Disponível em: <Link: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/silvio-almeida-abre-dialogo-com-gamers-para-impulsionar-combate-ao-discurso-de-odio-em-ambiente-virtual>>. Acesso em 10 abr. 2025.

ALCÂNTARA, Manoela; DUARTE, Melissa; LORRAN, Tácio; MARÇAL, Manuel. Ex-candidato a vereador antecipou explosão no STF: “O jogo acaba dia 16”. **Metrópoles**, [s.l], 13 de novembro de 2024. Colunas. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/candidato-a-vereador-antecipou-explosao-no-stf-o-jogo-acaba-dia-16>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ANIZELLI, Eduardo. Filho de Jair Bolsonaro, ‘Bolsokid’ joga LoL e faz vídeos por até seis horas. **Folha de S. Paulo**, [s.l], 4 de fevereiro de 2019, Entretenimento e Cultura Pop na Folha. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/nerdices/2019/02/filho-de-jair-bolsonaro-bolsokid-joga-lol-e-faz-videos-por-ate-seis-horas.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ARAÚJO, Henrique. Como a extrema-direita se infiltrou na comunidade gamer e por que esse ambiente é terreno fértil para Bolsonaro. **O Povo**, 13 de maio de 2021. Reportagens. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/bolsonaro-e-o-mundo-do-game/2021/05/13/como-a-extrema-direita-se-infiltrou-na-comunidade-gamer-e-por-que-esse-ambiente-e-terreno-fertil-para-bolsonaro.html>. Acesso em: 18 mai. 2023.

ARAÚJO, Henrique. Extremismo à brasileira já fez estragos no mundo dos jogos. **O Povo**, 13 de maio de 2021. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/bolsonaro-e-o-mundo-do-game/2021/05/13/xtremismo-a-brasileira-ja-fez-estragos-no-mundo-dos-jogos.html>. Acesso em: 18 mai. 2023.

BARROS, Duda Monteiro de. Movimento Red Pill revela a face cruel e reacionária do machismo nas redes. **Veja**, 04 de junho de 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/movimento-red-pill-revela-a-face-cruel-e-reacionaria-do-machismo/mobile>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BERNARDO, André. Massacre de Realengo: os 10 anos do ataque à escola que deixou 12 mortos e chocou o Brasil. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 06 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657419>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BERNARDO, Tobias; CARDOSO, Leonardo. Tour pela internet: onde a extrema direita está dentro das redes digitais brasileiras. **Em Pauta**, [s.l.], 24 de agosto de 2023. Economia e Política. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/tour-pela-internet-onde-a-nova-direita-esta-e-o-seus-legados-nas-redes-digitais-brasileiras/>. Acesso em: 02 set. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Trad. por Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CESARINO, Letícia. On digital populism in Brazil. **Journal of the Association for Political and Legal Anthropology**. [s.l.], abril de 2019. Disponível em <https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonaros-digital-populism/>. Acesso em: 02 set. 2023.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do Populismo digital no Brasil. **Internet&Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, fevereiro de 2020.

CESARINO, Letícia. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, n. 82, p. 162-188, agosto de 2022a.

CESARINO, Letícia. **O Mundo do Averso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022b.

COELHO, Leonardo. Em jogo, Bolsonaro espanca feministas e sem-teto. **Ponte Jornalismo**. 07 de outubro de 2018. Disponível em: <https://ponte.org/em-jogo-bolsonaro-espanca-feministas-e-sem-teto/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Vestígio Editora, 2019.

DANGEROUS IDEAS: **The Ethno-state with Richard Spencer**. Locução de: Jordan Ghasemi. 1 de dezembro de 2017. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/301NGgPEkYuVeGwbsostF4?si=1afab84534014597>. Acesso: 26 mai. 2023.

FERREIRA, João Victor Barbosa. **Radicalização política e juventude no Brasil**: a formação de identidade coletiva nas comunidades *gamers* no Discord. Tese (Pós-graduação em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2023.

FLECK, Isabel. Movimento 'alt-right' é grupo de ódio e desumaniza outros, diz pesquisador. **Folha de S. Paulo**, 20 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1911392-movimento-alt-right-e-grupo-de-odio-e-desumaniza-outros-diz-pesquisador.shtml>. Acesso em: 02 set. 2023.

FISHER, Max. **A Máquina do Caos**: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. Todavia, 2023.

GONÇALVES, Renata Mendes. 4Chan: o que é e por que é controverso?. **Olhar Digital**, 22 de abril de 2024. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2024/04/22/internet-e-redes-sociais/4chan-o-que-e-e-por-que-e-controverso/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Editora Vozes, 2022.

HAWLEY, George. **The alt-right**: what everyone needs to know®. Oxford University Press, 2019.

HENN, Ronaldo; VELHO, Eduardo. Gamers e o Bolsonarismo: análise dos enunciados sobre Jair Bolsonaro em um fórum gamer brasileiro. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, a. 21, n. 1, janeiro/junho de 2024. p. 45-60.

INCEL. In: Cambridge. **Dicionário Online de Inglês**. Cambridge. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/normie>. Acesso em: 20 set. 2023.

Innuendo Studios. **The Alt-Right Playbook**: How to Radicalize a Normie. Youtube, 21 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P55t6eryY3g&t=739s>. Acesso em: 22 mai. 2023.

KALIL, Isabela Oliveira et al. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, p. 27, 2018.

KOEHLER, Daniel; FIEBIG, Verena; JUGL, Irina. From gaming to hating: Extreme-right ideological indoctrination and mobilization for violence of children on online gaming platforms. **Political Psychology**, v. 44, n. 2, p. 419-434, 2023.

LIMA, Lucas. O que é DLC [downloadable content]? **Technoblog**, janeiro de 2020. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-dlc-downloadable-content/#:~:text=DLC%20%C3%A9%20a%20sigla%20em,ou%20apenas%20itens%20e%20personagens>. Acesso em: 26 nov. 2024.

LLANO, Pablo de. Três mortos na jornada de violência provocada por grupos racistas norte- americanos. **El País**, 13 de agosto de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/12/internacional/1502553163_703843.html. Acesso em: 26 jun. 2023.

LORRAN, Tácio; ALCÂNTARA, Manoela; MARÇAL, Manuel; DUARTE, Melissa. Ex-candidato a vereador antecipou explosão no STF: “O jogo acaba dia 16”. **Metrópoles**, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/colunas/tacio-lorran/candidato-a-vereador-antecipou-explosao-no-stf-o-jogo-acaba-dia-16>. Acesso em: 10 abr. 2025.

LUMINATE. Juventudes e Democracia na América Latina. **Omidyar Group**, janeiro de 2022. Disponível em: https://luminategroup.com/storage/1461/PT_Youth_Democracy_Latin_America.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

MACEDO, T.; JUNGSTEDT, L.; MAIA, A.; CORDEIRO, M. S.; HUBERT, D.; GOMES, L.; BARBOZA, P.; SILVA, L. R. Gamers no Dia da Independência: extrema direita e os discursos das comunidades de jogadores brasileiros no Twitter. Intercom, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 46, e2023133, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/y7c6kmhKMdzqqVjjsDnkFqb/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MASSANARI, Adrienne L. **Gaming Democracy: How Silicon Valley Leveled Up the Far Right**. MIT Press, 2024.

MEDINA, Letícia. Black Lives Matter: movimento político recente. **Data Policy**, 22 de setembro de 2023. Disponível em: <https://datapolicy.co/black-lives-matter-movimento-politico-recente/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio**: notas sobre uma repórter sobre fake news e violência digital. Companhia das Letras, 2020.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Silvio Almeida abre diálogo com gamers para impulsionar combate ao discurso de ódio em ambiente virtual. **Agência Gov.** [s.l.], 19 de julho de 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/silvio-almeida-abre-dialogo-com-gamers-para-impulsionar-combate-ao-discurso-de-odio-em-ambiente-virtual>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MOHERDAUI, Luciana. Extrema-direita brasileira não é a “alt-right” proibidas. **Poder 360**, fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/extrema-direita-brasileira-nao-e-a-alt-right-dos-eua/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

MOTA, Camila Veras. 7 fatores que explicam os ataques de 8 de janeiro em Brasília. **BBC News Brasil**, 05/07/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye7egj6y1no>. Acesso em: 03 set. 2023.

MOURA, Eduardo. Bolsonaro perde apoio entre gamers, uma de suas bases mais sólidas desde o início. **Folha de S. Paulo**, 18 de julho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/ilustrada/2021/07/bolsonaro-perde-apoio-entre-gamers-uma-de-suas-bases-mais-solidas-desde-o-inicio.shtml>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2018.

MUSSA, Ivan. Ódio ao jogo: cripto-fascismo e comunicação anti-lúdica na cultura dos videogames. In: **LOGOS**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 02, p. 57 - 71, 2019, p. 57-71.

NORMIE. In: Cambridge. **Dicionário Online de Inglês**. Cambridge. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/normie>. Acesso em: 20 set. 2023.

NUNES, Rodrigo. **Do Transe à Vertigem**: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. Rio de Janeiro: Ubu, 2022.

O Dia. 'DOG whistle': a tática de extremistas que utilizam símbolos para se comunicarem. [s.l], 14 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2022/02/6336647-dog-whistle-a-tatica-de-extremistas-que-utilizam-simbolos-para-se-comunicarem.html>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PELLANDA, Andressa *et. al.* **Relatório**: O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. [s.l]: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, dezembro de 2022. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/relatorio-ao-governo-de-transicao-o-ultraconservadorismo-e-extremismo-de-direita-entre-adolescentes-e-jovens-no-brasil-ataques-as-instituicoes-de-ensino-e-alternativas-para-a-acao-governamental/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PERSICHETO, Renata. O que é GamerGate e por que você se importaria com ele. **Tecnoblog**, 2015. Disponível em: <https://tecnoblog.net/especiais/o-que-e-gamergate-estudio-pax-east/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RED PILL. In: Cambridge. **Dicionário Online de Inglês**. Cambridge. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/normie>. Acesso em: 20 set. 2023.

REZENDE, Constança. Homem morto em frente ao STF usava roupa com estampa de baralho e chapéu, em possível alusão a Coringa. **Folha de S. Paulo**. 13 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/11/homem-morto-em-frente-ao-stf-usava-roupa-com-estampa-de-baralho-e-chapeu-em-possivel-alusao-a-coringa.shtml&sa=D&source=docs&ust=1744333800744472&usg=AOvVaw337KikKgEihHq92-Gno1Ho>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RobinGaming. **The Naughty Dog “Agenda”** - An Honest, Open Conversation. YouTube, 01 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sZWYCgNkmFY>. Acesso em: 17 maio 2023.

SCOLFIELD, Laura. A disputa pelo voto dos gamers chega ao metaverso. Agência Pública, [s.l], 2023. Disponível em: <https://apublica.org/sentinela/2022/10/a-disputa-pelo-voto-dos-gamers-chega-ao-metaverso/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SEABRA, Bianca. Reddit: O que é, como funciona e como entrar no app? **Tecmundo**, 23 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/266675-reddit-funciona-entrar-app.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Sidão do Game. **BOLSONARO É MAIS GAMER DO QUE VOCÊ, TA OK?** YouTube, fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k1cGy6NX-6g>. Acesso em: 02 set. 2023.

SOARES, Thayná. O que são eSports: O Guia definitivo para entender o cenário!. **Gogamers**, 17 de abril de 2024. Disponível em: https://gogamers.gg/gamepedia/o-que-sao-esports/#elementor-toc__heading-anchor-0. Acesso em: 26 nov. 2024.

SZKUDLAREK, Ana Letícia. **Constitucionalismo Digital e Sistema Interamericano de Direitos Humanos: possíveis respostas ao fenômeno da desinformação**. TCC (Graduação em Direito) – Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2022.

TEACKO. [Comentário sobre a personagem Ellie do jogo TLOU II ser lésbica]. Comentário em: Why is playing as Ellie (a lesbian girl) bad? And Why is having Lev(a transgender boy) as a character bad? Genuinely Asking! Don't downvote without reading. Reddit. 2020. Disponível em: https://www.reddit.com/r/TheLastOfUs2/comments/k1sf89/why_is_playing_as_elliea_lesbian_girl_bad_and_why/. Acesso em: 02 set. 2023.

THEALONECHAMPION. [Comentário sobre a personagem Ellie do jogo TLOU II ser lésbica]. Comentário em: Why is playing as Ellie(a lesbian girl) bad? And Why is having Lev(a transgender boy) as a character bad? Genuinely Asking! Don't downvote without reading. Reddit. 2020. Disponível em: https://www.reddit.com/r/TheLastOfUs2/comments/k1sf89/why_is_playing_as_elliea_lesbian_girl_bad_and_why/. Acesso em: 02 set. 2023.

THE ATLANTIC. **Rebranding White Nationalism**: Inside Richard Spencer's Alt-Right. YouTube, 2016.

The Serfs. **Gamergate**: The Untold Story. YouTube, 16 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z0nCcVRNcSk>. Acesso em: 23 mai. 2023.

TORRES, Ton. O fenômeno dos memes. **Cienc. Cult.** vol. 68 no.3, São Paulo, julho/setembro de 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300018. Acesso em: 14 jan. 2025.

TOUR pela internet: onde a extrema direita está dentro das redes digitais brasileiras. **Em Pauta**, 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/tour-pela-internet-onde-a-nova-direita-esta-e-o-seus-legados-nas-redes-digitais-brasileiras/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

VALENTE, Mariana. **Misoginia na internet**: uma década de disputa por direitos. Fósforo, 2023.

VELHO, Eduarda; HENN, Ronaldo. Gamers e o Bolsonarismo: Análise dos Enunciados sobre Jair Bolsonaro em um Fórum Gamer Brasileiro. **Revista Prâxis**, v. 1, p. 44-60, 2024.

@jairbolsonaro. **IMPOSTOS SOBRE JOGOS ELETRÔNICOS**. X, 08 de outubro de 2020. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1314366201359990784?t=JnuhQFQU8ZBjH6NCOPjnXw&s=08>. Acesso em: 27 fev. 2025.

@sonic_hedgehog. **Today in 'places we didn't expect to hear the Sonic 2006 soundtrack'**. X, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://x.com/sonic_hedgehog/status/1100219799722909696?t=J4CK50Sc2ZzVo6Roq5hSQQ&s=08. Acesso em: 27 fev. 25.

(Recebido para publicação em 2 de março de 2025)

(Reapresentado em 31 de março de 2025)

(Aprovado para publicação em 15 de abril de 2025)

AGRONEGÓCIO E SUAS BASES: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, DEPENDÊNCIA E PROLETARIZAÇÃO

AGRIBUSINESS AND ITS BASES: CONSERVATIVE MODERNIZATION,
DEPENDENCE AND PROLETARIANIZATION

Ítalo Gimenes Dias da Fonseca¹
<https://orcid.org/0009-0007-2203-7110>

RESUMO

Este artigo é uma síntese baseada na leitura de autores clássicos e contemporâneos acerca da formação e do desenvolvimento do agronegócio. Parto de discutir o conceito de *agribusiness* e a modernização conservadora da Ditadura empresarial-militar. Em seguida abordo as contradições geradas pelo projeto de agricultura do regime militar, frente à proletarização no campo e à dependência externa, levando ao esgotamento desse modelo e a transição para a economia do agronegócio com o advento do neoliberalismo no Brasil. O objetivo é contribuir com uma abordagem materialista histórica desse processo e com os estudos sobre o tema do agronegócio, assim como indicar elementos para o estudo das lutas sociais contra a precarização do trabalho e o extrativismo no campo brasileiro.

Palavras-chave: agronegócio; modernização conservadora; proletarização; dependência; ditadura empresarial-militar.

ABSTRACT

This article is a synthesis based on the reading of classic and contemporary authors regarding the formation and development of agribusiness in Brazil. The starting point is the discussion of the agribusiness concept and the conservative modernization of the military dictatorship in that country. Then, I address the contradictions generated by the military regime's agricultural

¹ Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela UFRN. E-mail: italogfonseca@hotmail.com.

project, in the face of proletarianization in the countryside and external dependence, leading to the exhaustion of this model and the transition to the agribusiness economy with the advent of neoliberalism in Brazil. The objective of this work is to offer a contribution to a historical materialist approach of this process and to the studies on the subject of agribusiness, as well as to indicate elements to study the social struggles against the precariousness of work and extrac-tivism in the Brazilian countryside.

Keywords: agribusiness; conservative modernization; proletarianization; dependence; brazilian military dictatorship.

Olhar para o Brasil do século XXI, consolidado como um dos países que mais exporta produtos agrícolas do mundo, suscita a necessidade de compreender as estruturas sociais que sustentam a agricultura brasileira contemporânea, hegemonizada pelo modelo do agronegócio. Com este trabalho, busco estabelecer uma síntese teórica de alguns dos principais estudos sobre o período de formação das bases para o agronegócio brasileiro, com destaque para a política agrária dos governos militares pós-golpe de 1964. Faz parte de uma pesquisa mais ampla que propõe compreender o que é o agronegócio brasileiro, no que se baseia a sua força e também as suas contradições, de modo a contribuir com uma reflexão crítica acerca desse modelo e apontar caminhos para a sua superação.

Há uma vasta literatura acadêmica, em distintas áreas do conhecimento, que analisa a metamorfose das relações sociais de produção no campo brasileiro responsáveis pela emergência do agronegócio enquanto pilar econômico do Brasil no século XXI. Com o propósito de contribuir para uma leitura materialista histórica sobre esse tema, busquei aprofundar o debate promovido por autores clássicos da sociologia brasileira, referenciados no marxismo, sobre a questão agrária durante o período da Ditadura empresarial-militar, como José de Souza Martins e Octavio Ianni. Mas também por autores que refletem sobre esse tema na atualidade, como Guilherme Delgado, Caio Pompeia e Antonio Ioris. Organizei a exposição de modo a apresentar o contexto mundial no qual surge o conceito de *agribusiness* e sua relação com o projeto desenvolvimentista dos militares no campo. Em seguida, exponho pontos fundamentais da análise sobre a modernização conservadora do capitalismo brasileiro ao longo da Ditadura empresarial-militar.

Destaco as políticas de formação de uma agroindústria e de um empresariado rural e suas relações de dependência com o capital monopolista e financeiro, bem como a combinação de medidas de estatização da “reforma agrária” com a expansão do latifúndio por meio da colonização da Amazônia e do Centro-Oeste. Em seguida, trato do processo de proletarianização do campo, analisado pelo sociólogo Octávio Ianni (2019), destacando as contradições da ampliação e a massificação da classe trabalhadora no campo e na cidade produzida pela modernização conservadora.

Por fim, abordo o esgotamento do projeto dos militares para o campo brasileiro e o seu redesenho à luz da globalização neoliberal, que culminou na chamada economia do agronegócio como pilar da dominação burguesa no Brasil do século XXI.

Como conclusão, observo que a subordinação da agricultura ao capital financeiro, mediante a necessidade de uma política de crédito rural abundante, centrada na produção para o mercado externo, se aprofunda com a consolidação neoliberal do agronegócio no Brasil. Frente à relação de dupla dependência da economia brasileira com os EUA e com a China, em que o agronegócio é parte central, o cenário contemporâneo aponta que as tensões comerciais e geopolíticas entre esses dois países subscrevem um desafio para a estabilidade da economia do agronegócio. Ao mesmo tempo, aponto a necessidade de os novos estudos sobre o agronegócio brasileiro serem capazes de concatenar as faces da dupla exploração entre o trabalho e a natureza, frente à nova dinâmica de proletarianização do campo, aprofundando a diversificação das formas de precarização do trabalho, mas também a expansão do latifúndio sobre diferentes biomas, tornando o agronegócio o maior responsável no país pelo agravamento da emergência climática.

O QUE É O AGRONEGÓCIO, OU AGRIBUSINESS?

O conceito surge no contexto de transformações da agricultura a nível global na década de 1950. Após a Segunda Guerra Mundial, o comércio mundial de alimentos cresceu exponencialmente, com os Estados Unidos exercendo a hegemonia na sua produção por meio do desenvolvimento da indústria agrícola. Era parte da “longa onda expansiva”, conforme Mandel (1990), que caracterizava a fase de crescimento relativamente estável do capitalismo, em base à enorme destruição prévia de forças produtivas. Ficou conhecido como “boom” do pós-guerra ou a “Era de ouro do capitalismo”, nos termos de Eric Hobsbawm (2007). Diferente dos países da Europa, ou do Japão, devastados pela guerra, os EUA viveram um período de contínuo acúmulo de forças produtivas, que permitiu que se tornasse a principal potência industrial e financeira do pós-guerra.

Com o objetivo de elevar a produtividade no campo, o Estado norte-americano impulsionou a industrialização da agricultura, por meio de mecanismos de facilitação de crédito, permitindo a articulação de capitais na agricultura, mas também subordinando-a mais à valorização do capital financeiro. Os Estados Unidos favoreceram empresas mais poderosas que passaram a concentrar terras e diferentes ramos da cadeia produtiva ligada ao campo. Essa verticalização da produção

agropecuária deu origem a grandes multinacionais como Bunge, Cargill, Monsanto, *players* norte-americanas dominantes em distintos mercados pelo mundo até hoje, inclusive no Brasil².

Nesse contexto, dois professores da escola de negócios de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, pensam em como transformar a crescente inter-relação da agricultura com suas funções secundárias (indústria) e terciárias (comércio e serviços) em um modelo de negócios. Davis, além de acadêmico, era um homem ligado a entidades representativas de cooperativas agropecuárias e de comercialização de lã. Foi também secretário-assistente do Departamento de Agricultura (USDA) durante a gestão de Eisenhower (1953-1961). Junto a Goldberg, criaram o termo *agribusiness* em 1955, com o objetivo de fazer com que as cadeias de produção agroindustrial fossem entendidas como uma só, como um sistema integrado por agentes econômicos a jusante e a montante³ da agricultura.

Delgado (2012) afirma que outros conceitos que se aproximavam da ideia de *agribusiness* já eram utilizados anteriormente, como complexos agroindustriais, complexo rural e cadeia produtiva. Buscavam dar enfoque aos novos ramos que se formavam a partir dessa integração de diferentes estágios da produção e da circulação de mercadorias ligados à agropecuária. O termo *agribusiness* não tinha pretensão de criar um conceito seminal, teoricamente explicativo de relações econômicas e sociais determinadas. No mesmo sentido, Ioris (2018, p. 2) assinala que o *agribusiness* é “mais que um regime comercial da agricultura praticado em fazendas de alta tecnologia”, mas sim “uma abordagem particular da gestão de propriedades rurais, da mobilização de recursos e do financiamento e comercialização da produção”.

Como afirma Pompeia (2021), não foi um termo que surgiu do *agro*, mas do *business*, e seu objetivo não era explicativo ou semântico, mas sim de produzir um discurso voltado ao grande público, principalmente aos órgãos de Estado. Serviria para, mediante estratégias de marketing, disputar a opinião pública em favor de uma imagem de desenvolvimento por meio da agricultura que favorecesse os pleitos de produtores e de demais agentes ligados a determinadas cadeias produtivas. Entre outras coisas, buscavam dar legitimidade à busca por reconhecimento político enquanto grupo importante economicamente, usando de dados estatísticos e de estudos acadêmicos para barganhar incentivos estatais, sobretudo de crédito.

2 Segundo ranking da Globo Rural “500 melhores do agro” de dezembro de 2022, citado por Lanfredi (2023), “duas empresas que lideravam o ranking em faturamento no país são as imperialistas Cargill (R\$ 94 bilhões) e Bunge (R\$79 bilhões) que são tanto *traders* como agroindústrias de soja e óleos. Elas são seguidas pela agroindústria brasileira de carne JBS (R\$55bi), seguida de outra *trader* de soja e óleos, agora nacional, a Amaggi (R\$47bi), outra brasileira de carnes, a BRF (R\$47bi), outra *trader* imperialista de soja e óleo, a LDC, depois localizava-se a indústria belgo-brasileira de bebidas AMBEV (R\$43bi), a papelreira brasileira Suzano (R\$31bi), a imperialista de sementes e agrotóxicos Bayer (R\$31bi) e fechando o *Top 10* está a norueguesa de fertilizantes Yara (R\$30bi)”. (Lanfredi, 2024).

3 Os termos *jusante* e *montante* fazem analogia à direção das correntes fluviais para definir a direção das funções ligadas à produção agrícola. *Montante* faz referência às funções que ocorrem “antes da porteira”, como a produção de máquinas e insumos agropecuários. *Jusante* são as funções desenvolvidas “após a porteira”, como transporte, estocagem, industrialização e comércio. Funções como o sistema financeiro ocorrem nas duas pontas, sendo parte do fornecimento de crédito para a produção, portanto uma função a montante, como também na especulação financeira da produção, tal qual fazem as *traders*, definidas como uma função a jusante.

Em resumo, podemos afirmar que o termo *agribusiness* serviu como uma moldura ideológica, propagada nos círculos acadêmicos, na mídia e no ambiente político como estratégia de disputa de interesses no interior do Estado e da sociedade de setores ligados à agroindústria e ao capital financeiro. Eficiência e alta produtividade na produção de alimentos e produtos agrícolas são os principais argumentos que levaram os agentes econômicos a se enquadrarem no modelo do *agribusiness*. O uso intensivo de capital na agricultura e a extensa integração da produção agrícola com as cadeias alimentares parecem ter oferecido uma evidência da eficiência tecnológica, do sucesso econômico e de benefício ao consumidor da produção em larga escala, do sistema de logística extensivo e das transações de troca internacionais (Ioris, 2018).

Ainda que John Davis pregasse que o *agribusiness* só poderia se desenvolver com menor intervenção estatal, o que se viu foi uma forte atuação do governo norte-americano para impulsionar iniciativas de grandes empresas no exterior, em detrimento das políticas de garantia de preços para pequenos produtores, os *family farmers* nos EUA. Essas famílias de agricultores foram induzidas a deixarem de produzir no campo frente à força dos grandes monopólios e serviram de mão de obra para essa nova agroindústria, assim como outras indústrias na cidade. Era uma diminuição seletiva do Estado na economia, que garantisse a “liberdade” de pequenos produtores rurais se proletarizarem nas indústrias e grandes fazendas, além de uma série de incentivos à formação de grandes monopólios agroindustriais.

A expansão global da agroindústria também contou com o Estado norte-americano como agente decisivo. Em meio à Guerra Fria, o governo democrata de Lyndon B. Johnson adotou o discurso de “guerra contra a fome” para defender a modernização das estruturas de produção de alimentos de países em desenvolvimento. No lugar da política de transferência de excedentes agrícolas, entrou a política de “apoio à produção interna nos países cujas populações apresentassem alta prevalência de insegurança alimentar e estivessem na órbita de influência dos Estados Unidos” (Pompeia, 2021, p. 59).

Com a maior liberalização financeira a partir dos anos 1970 no contexto da chamada Revolução Verde, com desenvolvimento tecnológico da produção agrícola, como máquinas, silos, sementes, agroquímicos etc., houve um impulso para a exportação de capitais para a periferia do capitalismo. Frente aos ganhos de produtividade, a Revolução Verde foi vendida como a solução para o problema da fome na África, na Ásia e na América Latina. O termo “revolução” não foi sem propósito. Buscava opor a modernização produtiva às “revoluções vermelhas”, dos soviéticos, no cenário internacional. Eram anos convulsivos da luta de classes, com revoluções ocorrendo em Cuba, na Indonésia, na China, na Bolívia entre outros países. Se tratava de uma política de Estado, de controle de áreas de influência por parte dos EUA, que via a fome como base para potenciais revoluções sociais. Aliada às disputas geopolíticas, a Revolução Verde se propunha a satisfazer as necessidades da etapa imperialista⁴, ampliando a acumulação de capital na agricultura por meio da exportação de capitais para a periferia.

4 Faço alusão direta aos termos do marxista e revolucionário russo Vladimir Lenin, em sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo” (1982), escrito em 1916, cujo termo “etapa” diz respeito a um período de longa duração, presente nos dias atuais, de decadência histórica do capitalismo, marcado por ciclos de crises, guerras e também revoluções.

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE, EXPANSÃO DO LATIFÚNDIO E ESTATIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Modernização conservadora foi usado no Brasil pela primeira vez como conceito por Alberto de Passos Guimarães (1982) e foi incorporado por uma vasta gama de estudiosos do período da Ditadura empresarial-militar brasileira. É uma das chaves de análise sobre o nosso modelo de desenvolvimento capitalista mais bem consolidada na literatura, assim como a análise de Caio Prado Junior (2011) sobre o “sentido da colonização” presente na nossa estrutura agrária, que combinava o trabalho escravo com a monocultura e a produção voltada à exportação. Resumidamente, a ideia de modernização conservadora buscava tratar da combinação entre o salto na industrialização nacional (rural e urbana), a modernização das classes dominantes e a proletarianização ampliada, com o fortalecimento de uma estrutura social latifundiária, semicolonial e dependente. Uma espécie de “modernização do atraso”.

Florestan Fernandes, Otávio Ianni, José de Souza Martins e outros sociólogos utilizaram esse termo junto à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, consolidada pelo revolucionário russo Leon Trotsky (2017). Uma teoria que descreve a tendência gerada pela expansão da lei do valor, ao esbarrar em formações sociais pré-capitalistas ao redor do globo. Essa tendência consiste na incorporação de elementos do passado que ajudem no intento de superar a desigualdade do estágio de desenvolvimento das forças produtivas em cada localidade, país ou região.

Ao contrário de uma leitura unilinear e progressiva da história, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado aponta que a desigualdade do desenvolvimento capitalista em cada país pode ser relativa, já que os países “atrasados” se veem obrigados a “saltar etapas”. Por isso, não podem dispensar as ferramentas de exploração herdadas de suas distintas formações sociais pré-capitalistas, por mais reacionárias e violentas que sejam, usando-as para acelerar seu ritmo de desenvolvimento. Assim, fica patente o caráter conservador e reacionário das burguesias nacionais, principalmente nos países “atrasados”, incapazes de se desfazer da dependência e da subordinação às burguesias das grandes potências imperialistas. São sempre vis e covardes diante de qualquer movimento progressista das massas.

Nas décadas de 1950 e 1960, o país vivia um ascenso de massas, contido pelo golpe empresarial-militar de 1964. Os camponeses e trabalhadores rurais compunham a ala mais massiva e radicalizada. Naquele tempo, os camponeses eram cerca de dois terços da população nacional. Enfrentavam o problema histórico da concentração de terras no país, a ausência de reforma agrária, com o êxodo rural e a expulsão de camponeses de suas terras, problemas promovidos pela acelerada industrialização, sobretudo do complexo canavieiro, que buscava se aproveitar da expulsão de Cuba do comércio mundial.

Logo no início dos anos 50 ocorrem lutas pontuais no campo, mas com métodos bastante combativos, que se chocavam com o poder estatal. A guerrilha de Porecatu em São Paulo e no Paraná em 1950, a revolta Dona Noca no Maranhão em 1951 e a implementação do território livre de Trombas e Formoso em 1953 no Goiás são alguns exemplos destacados pela historiografia. O último exemplo, que é parte da luta dos posseiros, implementou a distribuição e a coletivização

das terras de uma região de dez mil km², em uma área próxima àquela na qual seria construída a cidade de Brasília, sendo organizado por comitês políticos (chamados Conselhos de Córrego) de camponeses armados.

Em 1955 é fundada em Pernambuco a associação rural Liga Camponesa da Galileia, que passa a se organizar contra o aumento do foro (aluguel) e expulsão desses foreiros para expansão do plantio de cana, levando-os à conquista da desapropriação do Engenho da Galileia em 1959. O que produziu uma propagação do movimento das Ligas por todo o território nacional, atingindo 18 dos 22 estados existentes à época. Em 1963 ocorreu a maior greve camponesa já registrada até então, parando os trabalhadores rurais da indústria açucareira, que impuseram o reajuste de 80% dos salários (Matos e Urbano, 2007).

É estabelecido pela literatura e pela historiografia crítica daquele período que o golpe empresarial de 1964 teve como objetivo fechar pela direita o ascenso da luta de classes dos anos 60. Farias (2020) afirma que, ainda que de forma incipiente, o que estava acontecendo era uma verdadeira reforma agrária, conduzida não pelo Estado, mas pela própria luta dos camponeses, sendo o melhor exemplo o de Trombas e Formoso. Com base no Censo Agrário do IBGE, Farias (2020) mostra que houve um ligeiro aumento de pequenas propriedades entre 1940 e 1960, de 17,9% para 21,4% da área ocupada. Essa reforma agrária, imposta pelas lutas no campo, balançou a estrutura fundiária brasileira. O golpe de 1964 se deu para impedir esse processo. O fato de as primeiras medidas implementadas pelo regime militar estarem ligadas ao campo evidencia isso.

José de Souza Martins (1984) em seu livro *A militarização da questão agrária no Brasil* aponta que os governos militares tiveram duas questões principais a enfrentar. A primeira, já mencionada, era a contenção dos processos de luta de classes, sobretudo a luta das Ligas Camponesas. E a segunda dizia respeito aos impasses causados pela industrialização durante o século XX para a questão agrária brasileira. A premissa de sua análise consiste no caráter da questão agrária brasileira, pautada por uma burguesia nascida no campo. Todo o processo de modernização produtiva, como a industrialização ao longo de todo século XX, não só no campo, dependia da metamorfose da renda da terra em capital e do domínio do capital financeiro transnacional (Martins, 2010). Um processo que transforma terras do Estado (sejam elas ocupadas ou não por posseiros, indígenas, ou qualquer outro setor) em propriedade privada (por meio da grilagem e de outros mecanismos), que Martins define como uma acumulação primitiva permanente (Martins, 2010).

Essa relação simbiótica entre renda da terra e capital não era sinônimo de harmonia, pelo contrário. O monopólio das terras provocava tensões com setores industriais, sobretudo por conta do controle político de oligarquias rurais da terra. Por um lado, o latifúndio absorvia poucos incrementos tecnológicos e não correspondia às expectativas produtivas. Portanto, o uso político das terras por oligarquias regionais obstaculizava a modernização produtiva, causando choques entre setores dominantes. Por outro, dificultava a formação de um aparelho de Estado centralizado e disputava a soberania política da classe dominante.

Em resposta, foram dois os pilares da política de militarização da questão agrária durante a Ditadura: 1) a federalização do comando das terras e 2) a centralização, ou a estatização da reforma agrária. Combinavam a maior repressão e perseguição de lideranças das Ligas Camponesas, dos sindicatos rurais e de setores da Igreja Católica ligados à luta camponesa, com uma aparente

execução dessa reforma “pelo alto”, que foi o Estatuto da Terra de novembro de 1964, o primeiro marco legal que determinava parâmetros para a reforma agrária no Brasil. Definia o que era latifúndio e como “superá-lo”, com mecanismos que facilitavam as desapropriações, fazendo com que o movimento camponês (golpeado pela repressão) se limitasse a lutar dentro desse marco legal. No Estatuto também se estabelecia a “função social da terra” para fins de reforma agrária, princípio jurídico que é utilizado na Constituição de 1988 até os dias de hoje.

Portanto, o regime, além de incrementar seu aparato repressivo, criava um mecanismo de exercício da hegemonia, estabelecendo regras para a luta camponesa e, com isso, desenvolvendo o Estado no seu sentido integral, de maior interpenetração entre sociedade política e sociedade civil, nos termos de Antônio Gramsci (2020). Enquanto, na prática, ao contrário de superar o latifúndio, o que o Estatuto da Terra fez foi “modernizá-lo”, criando as bases de uma estrutura fundiária empresarial. A fundação da Confederação da Agricultura e Pecuária Brasileira (CNA), em 1964, pelo próprio regime militar, buscava criar um mecanismo de tutela sobre o empresariado rural, sob liderança dos agentes que mais se beneficiariam da modernização produtiva. A reconfiguração da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) cumpriria o mesmo papel de tutela do Estado, voltado à luta dos trabalhadores rurais, junto à intervenção em sindicatos rurais, de modo a impor uma representação que subordinasse a luta agrária às regras criadas pelo Estatuto da Terra, ou seja, aos estreitos limites que o governo militar concedia (Firmiano, 2014).

Essas medidas tinham como princípio a “despolitização” da questão agrária (Martins, 1984), de modo a tratá-la como uma questão técnica, alterando a estrutura política do Estado e gradualmente retirando poderes de fazendeiros para dar-se-os ao grande empresariado rural, nacional e estrangeiro. A criação do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, que passara a centralizar decisões sobre questões fundiárias e direcioná-las por setor, foi parte desse dirigismo do Estado em benefício do empresariado rural. A condição *sine qua non* para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas era descarregar sobre os trabalhadores, camponeses, no meio ambiente e nas comunidades tradicionais, os efeitos da repartição do valor com a burguesia financeira e monopolista. Diante disso, militarizaram a questão social da terra para que a modernização agrícola no campo não causasse distúrbios que ameaçassem a propriedade latifundiária.

Outro mecanismo fundamental para o processo de modernização conservadora no campo foi o sistema nacional de crédito rural, criado em 1965, responsável por financiar os incentivos à nova estrutura fundiária empresarial no país e à entrada de capitais no campo brasileiro. O crédito rural só poderia ser obtido pelo latifundiário se fosse destinado à compra de maquinário, de fertilizantes e de insumos fornecidos pela agroindústria. Portanto, a política de crédito foi instrumento para obrigar o oligarca, latifundiário, a modernizar a sua produção e destravar o aumento de produtividade na agricultura, mas mantendo o latifúndio. Permitiu o aceleração da introdução de tecnologia no campo e a criação de uma indústria de tratores, fertilizantes e outros insumos agrícolas.

Entre 1970 e 1975, o crescimento do crédito concedido chegou a 18% ao ano, com a agricultura representando 33% do crédito total concedido pelo Estado. Representava a entrada

definitiva da agricultura no sistema financeiro, além de uma enorme transferência de recursos estatais para a agricultura, direcionados principalmente para colheitas de exportação e a agroindústria, para grandes produtores e concentrados na metade Sul do país (Firmiano, 2014). O fato do Banco do Brasil ter se constituído, naquela época, como principal mediador entre a burocracia estatal e os empresários rurais nos ajuda a entender como ele se tornou o principal financiador do agronegócio da atualidade (Lanfredi, 2024). Não obstante, a maior parte das máquinas e dos insumos agrícolas só pôde ser adquirida a partir das grandes multinacionais, ao mesmo tempo que se aprofunda uma “dissolução” do capital nacional em capital transnacional, sobretudo por intermédio do sistema financeiro (Firmiano, 2014).

A exportação de capitais na agricultura brasileira é anterior ao golpe empresarial-militar de 1964. Dreifuss (1981) revela a complexa teia de articulações entre empresas multinacionais, transnacionais, agências privadas e estatais desde meados dos anos 1950, com centro nos EUA, cujo objetivo era expandir o capital imperialista no Brasil. Entre elas estão a Fundação Rockefeller, a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento, na sigla em inglês (USAID), a Aliança para o Progresso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Escritório Técnico para Agricultura (ETA), Associação Brasileira Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entre outras. O próprio Nelson Rockefeller, cuja fundação historicamente recebeu financiamento do Estado norte-americano, veio ao Brasil, onde ficou entre 1947 e 1951, adquirindo a maior parte do capital da empresa Agrocere, primeira produtora de sementes do país. Essa empresa foi a porta de entrada para o *agribusiness* e foi vista por Rockefeller como exemplo da modernização capitalista da agricultura e como “motor do desenvolvimento econômico e social” (Agrocere, 2015).

No espelho desse processo, a política dos militares foi a de promover uma colonização do interior e expansão sem precedentes da fronteira agrícola, sobretudo sobre as áreas da Amazônia Legal, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966. Se estabelecia o que era a Amazônia Legal e uma série de incentivos fiscais para empresas de colonização, extrativistas e agropecuárias. A criação de pasto para gado foi uma das principais apostas desse processo, incluindo, desde então, áreas florestais e do cerrado. O Estado, portanto, atuou pesadamente para transformar terra pública em propriedade privada, abrir uma nova fronteira de extração da renda da terra que pudesse ser convertida em capital. Criação de estradas, grandes rodovias, portos, sistemas de comunicação, foram turbinados pelo Estado, que via na conquista da Amazônia uma oportunidade “de ouro” para a emergência geopolítica do Brasil.

Alguns dados de José de Souza Martins (2010), citados por Firmiano (2014), permitem visualizar a concentração fundiária que se operou na Amazônia. Entre 1950 e 1960, 86,5% das terras ocupadas por propriedades agrícolas tinham menos de 100 hectares. Na década seguinte, 35,3% das propriedades tinham mais de 100 hectares. Ao mesmo tempo que falava de modernizar o latifúndio, o expandiu pelo Norte e pelo Centro-Oeste como nunca havia acontecido, causando conflitos agrários em grandes proporções. Terras indígenas, devolutas e ocupadas do Norte e do Centro-Oeste passaram a entrar no circuito de produção de valor, sendo uma das regiões onde mais se empregou trabalhadores na agricultura.

[...] a política de colonização dirigida (oficial e particular) orientou-se no sentido de favorecer a formação de alguns assentamentos de colonos organizados no sentido de produzir para o mercado – e também servir de reserva de força de trabalho para as empresas agropecuárias e os empreendimentos estatais (Ianni, 2019, p. 170).

Se a média de crescimento do pessoal ocupado na agricultura foi de 19,7% entre 1970 e 1975, no Centro-Oeste foi de 36,1% e no Norte 54,7% (FIBGE, *apud* Ianni, 2019). Muitos foram contratados para atividades extrativistas, de abertura de pasto, bem como de construção das rodovias, configurando grande parte da classe trabalhadora da região da Amazônia, do Norte e Centro-Oeste criada pelo regime militar. Se constituíram como colonos, vindos do Nordeste, do Rio Grande do Sul e de outras regiões, criando povoados, inclusive alguns assentamentos. É desse processo que nascem cidades que depois se tornaram polos do agronegócio, sobretudo o setor sojeiro, como Sorriso (MT).

Não obstante, Ioris (2016) discute o fracasso dessa expansão colonial na Amazônia. Ela exigia enormes subsídios estatais para sustentar a produção agrícola na região, que não vingou, reduzindo aquelas terras a fins especulativos. Os colonos trazidos para a região acabaram como empregados de grandes fazendas e os poucos assentamentos criados foram absorvidos pelo latifúndio. A área produzida caiu de 780.000 hectares para 440.000 hectares. Se o lucro da produção de *commodities* não se realizou e foi decaindo ao longo das décadas, a renda obtida pelas novas propriedades criadas foi transferida para o financiamento de atividades urbano-industriais no sul e no sudeste. O avanço da modernização produtiva no país nasce, portanto, umbilicalmente ligado à extração de renda da terra.

PROLETARIZAÇÃO NO CAMPO: UNIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Como vimos, ainda que tenham sido criadas algumas indústrias nacionais, a maior parte dos insumos agrícolas era vendida para o Brasil por monopólios estrangeiros, de modo que esse fortalecimento de uma burguesia agroindustrial não só mantinha como também expandia a dependência e a subordinação à burguesia imperialista por meio da financeirização e da fusão de capitais. O pilar fundamental para essa expansão do capital monopolista no país, segundo Ianni (2019), foi a política de arrocho salarial. Em seu livro *A ditadura do grande capital*, de 1981, Otavio Ianni explica que o arrocho se deu em nome do combate à inflação, mas voltava-se a garantir uma expropriação extraordinária de mais-valia dos trabalhadores. A política agrícola dos governos militares cumpriu um papel chave na implementação do arrocho.

Resumidamente, a política salarial dos militares se justificava pela necessidade de desenvolver as forças produtivas diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores, como suposto antídoto ao aumento dos preços (que teria se provado ineficaz no controle inflacionário). Enquanto isso, garantia a transferência de recursos públicos para o setor privado pela via do crédito, de isenções e da facilitação de importação. Tanto no setor privado quanto dentro das

estatais, o arrocho tinha como objetivo a exploração de uma mais-valia potencial (permitindo apenas reajustes anuais). Na medida em que o planejamento econômico do governo permitia ciclos de aumento da mais-valia absoluta, o arrocho valia como uma espécie de força produtiva adicional. A violência estatal e o controle sindical evidentemente que cumpriram um papel indispensável para essa política.

Aumentando a massa de mais-valia, gerou-se o que Ianni definiu como uma mais-valia extraordinária, em base ao aumento da pauperização, repartida entre a burguesia nacional e monopolista (imperialista), que fora o verdadeiro pilar do Milagre Econômico. Dados do DIEESE (1978) citados por Ianni (2019) mostram que a proporção entre o preço da ração (equivalente estatístico ao da cesta básica atualmente) e o salário mínimo, aumentou de 43% em 1970 para 66% em 1974, e 61% em 1978. Enquanto isso, o Produto Real per capita aumentava cerca de 76% entre 1964 e 1976, mas o salário-mínimo real caiu cerca de 16,5% no mesmo período (Ianni, 2019, p. 139-145).

Ao compreender a centralidade da política de arrocho salarial dos militares para o seu projeto desenvolvimentista, é possível ter uma melhor apreensão do papel da agricultura nesse plano. Delfim Netto, famigerado ideólogo da política econômica da Ditadura empresarial-militar, deu a seguinte declaração ao assumir o Ministério da Agricultura em 1979:

Da agricultura, portanto, se espera que ela cumpra essas quatro tarefas fundamentais: aumentar a oferta de alimentos; aumentar a oferta de produtos exportáveis; liberar recursos humanos; e fornecer capital para o setor que está precisando dele (Netto *apud* Ianni, 2019, p. 150).

Vemos que o papel da agricultura tinha quatro frentes: obter dólares por meio do comércio exterior para oferecer aos industriais melhores condições de importação; adquirir matérias-primas e capitais a serem reinvestidos em outras áreas, o que se deu sobretudo na indústria do Sul e Sudeste; aumentar a produção de alimentos para a cidade; atender a demanda do crescente proletariado industrial; e, por fim, obter mão de obra barata para a indústria. A criação de uma agroindústria voltada para a exportação era a aposta de Delfim Netto para posicionar o Brasil dentro da economia mundial (Firmiano, 2014), ao mesmo tempo que subordinava a agricultura à política de industrialização no Sul e no Sudeste. Para isso, o processo de proletarianização da população rural cumpriu papel decisivo. Grande parte dos trabalhadores das novas indústrias haviam sido trabalhadores rurais ou camponeses, assim como dos contingentes de desempregados. Se, em 1940, 64% da força de trabalho estava concentrada na agricultura, em 1969 esse número caiu para 43% (FIESP-CIESP *apud* Ianni, 2019).

A respeito desse processo, Ianni constata aquela que é uma das contradições fundamentais produzidas pelo projeto desenvolvimentista dos militares no campo.

À medida que se desenvolve o capitalismo na cidade e no campo, de forma intensiva e extensiva, tanto avança uma espécie de “homogeneização” do mercado de força de trabalho como avança a “unificação” das classes sociais em geral, inclusive o operariado urbano e rural (Ianni, 2019, p. 161).

Essa maior “unificação”, do ponto de vista das relações sociais, entre a classe trabalhadora urbana e a rural, é fruto da maior integração do processo produtivo entre a cidade e o campo

causado pelo avanço da agroindústria. A maior dependência da tecnificação e da quimificação na agricultura capitalista faz com que ela não seja capaz de prescindir dos insumos e das máquinas agrícolas fornecidas pela indústria pois, para ser competitiva no mercado, precisa sempre buscar meios de elevar a produtividade no campo⁵. Ianni identifica um potencial fortalecimento da organização política dos trabalhadores ao diminuir a distância entre o rural e o urbano.

Essa maior unificação entre cidade e campo, porém, se dá de maneira simultânea a uma maior diversificação do trabalho no campo e uma tendência a maior fragmentação subjetiva dos trabalhadores. Dada a condição de dependência em relação ao capital monopolista, essa diversificação do trabalho no campo incluía formas de exploração ainda mais violentas. Elevavam-se os índices de trabalho infantil na agropecuária, assim como a condição semiescrava de pessoas que se deslocavam até o Centro-Oeste tendo que pagar com trabalho a dívida do seu deslocamento. Além disso, sitiantes, caboclos, posseiros, entre outros setores camponeses e também de indígenas, passaram à condição de proletários da agropecuária e da agroindústria. Uns viviam nas terras do latifundiário ou empresário e recebiam parte do trabalho em moradia. Porém, grande parte da força de trabalho que se expandiu nesse período foi a dos trabalhadores temporários, sob as mais diversas denominações, a mais conhecida foi a dos chamados boias-frias. Na medida em que a monocultura avançava, a oferta de trabalho passava a depender, cada vez mais, da temporalidade das safras de plantio e da colheita de uma variedade cada vez menor de produtos.

Da mesma forma, aqueles setores que detinham alguma terra para subsistência são aproveitados como reserva de mão de obra. Esses camponeses se viam obrigados, para obter algum dinheiro, a vender sua força de trabalho nas fazendas e galpões, sem que o capitalista se visse obrigado a pagar um salário, se aproveitando da capacidade desses trabalhadores obterem alimento por meio do plantio em suas terras. Essa condição híbrida, de camponês e assalariado, se mostrava uma vantagem, não para o trabalhador e sua família, mas para o empresário, que utilizava essa mão de obra para reduzir os custos da produção e rebaixar o nível salarial do conjunto dos trabalhadores rurais.

A partir da década de 1970 começaram a surgir respostas de trabalhadores e de camponeses ao processo de modernização conservadora no campo protagonizado pela Ditadura. Apesar da diversificação das formas de exploração da força de trabalho no campo, criadas pelo desenvolvimentismo dos militares, as contradições sociais por ele geradas foram o motor de uma nova onda de lutas sociais no campo. O sujeito dessas lutas, porém, era distinto do ascenso revolucionário encabeçado pelas Ligas Camponesas. Mesmo sem ter atingido o mesmo grau de radicalidade, era qualitativamente mais proletário e fazia parte do maior ascenso operário da história brasileira, podendo unir trabalhadores rurais e urbanos em uma mesma luta contra o arrocho, pilar da Ditadura.

5 O que pressiona, ao mesmo tempo, a uma extração cada vez maior da fertilidade do solo, agravando a *ruptura metabólica* entre o trabalho e a natureza e a um aumento da intensidade do trabalho. Faço essa breve alusão à discussão de Marx (2017), resgatado por Foster (2022), Saito (2021), entre outros ecólogos marxistas, sobre o papel do capital em romper a capacidade da natureza repor aquilo que é extraído na produção de riqueza. A ruptura metabólica trata da quebra do equilíbrio entre a sociedade, regida pelo trabalho, e a natureza, no processo de reprodução ampliada do capital (Fonseca e Tonelo, 2024).

Durante o ascenso operário de 1978-1980, cujo centro de gravidade eram os metalúrgicos do ABC paulista, os trabalhadores rurais, com destaque para os boias-frias canavieiros de Pernambuco, foram protagonistas de greves massivas. Dos quase 1 milhão de trabalhadores que fizeram greve ao longo de 1978, dezenas de milhares eram cortadores de cana da cidade de Cabo de Santo Agostino, que protagonizam a primeira greve de sua categoria desde 1964. Assim como os operários de São Bernardo e de São Caetano (SP), os boias-frias pernambucanos puderam arrancar um reajuste expressivo, que representava um golpe na política de arrocho salarial (Giannotti, 2007).

No ano seguinte, dois outros municípios de Pernambuco, São Lourenço da Mata e Paudalho, eram palco das mesmas greves, com 18 mil dos seus 20 mil canavieiros paralisados exigindo reajuste de 100% dos salários, suspendendo a produção de 38 das 60 usinas locais (Ianni, 2019). Esse ascenso operário ameaçou derrubar a Ditadura rompendo com o pacto da transição conservadora (Fernandes, 2014). Contudo, foi derrotado no seu centro de gravidade, graças à política conciliadora de Lula e dos sindicalistas autênticos no ABC paulista. Ainda assim, significou um impulso para lutas sociais posteriores. No Norte e no Centro-Oeste, na região que depois foi se tornar o Mato Grosso do Sul, a expulsão de povos originários de suas terras levou à organização do movimento indígena que questionava o colonialismo impulsionado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No Sul e no Sudeste, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como forma de organização de trabalhadores rurais e pequenos proprietários que perderam suas terras frente à política agrária da Ditadura.

DO DESENVOLVIMENTISMO À ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO: BREVES APONTAMENTOS

Todo esse projeto de modernização capitalista da Ditadura se esgota diante da crise fiscal dos anos 70. Há uma perda de tração das políticas agrícolas e agroindustriais, sua integração técnico-produtiva e financeira (Passos Guimarães, 1982). As políticas de crédito rural e de incentivos fiscais são esvaziadas, fazendo saltar as contradições construídas ao longo dos anos. Em primeiro plano, como parte da crise do Milagre Econômico da Ditadura, a dívida externa brasileira cresce enormemente e conduz a um período de crise inflacionária no país. Uma crise que começa no plano internacional, com o esgotamento do ciclo fordista do pós-guerra, que culmina no período dos acordos de Bretton Woods, do ascenso neoliberal, respondido pela restauração capitalista nos ex-Estados soviéticos, sobretudo a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim.

Ao longo do processo de redemocratização, houve uma nova disputa acerca do papel da produção agropecuária em resposta à crise e à hiperinflação. Por um lado, os setores empresariais defendiam o fortalecimento da produção voltada ao comércio exterior, à produção de *commodities*, com o objetivo de gerar divisas, dólares, para pagamento da dívida pública. Por outro lado, os movimentos sociais defendiam uma produção voltada ao mercado interno para abastecer o país de alimentos e combater o aumento dos preços.

Essa disputa irá perdurar até pelo menos o início dos anos 2000. Na década de 1990, acontece uma explosão de ocupações de terra pelo MST, que levou ao maior número de assentamentos criados depois da “redemocratização”. Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), setores patronais do campo passaram a se organizar para colocar limites aos marcos legais da reforma agrária. Havia dois atores que disputavam a representação de interesses da burguesia agrária naquele momento. O mais atuante era a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fundado em 1969, que expressava a associação do empresariado rural fortalecido com a política agrária da Ditadura e que não se via representado pela CNA, bastante enfraquecida com a crise do regime militar. E o outro grupo era dirigido pela União Democrática Ruralista, que representava os fazendeiros que organizavam o enfrentamento físico, armado, contra as ocupações de terra. Ambos cumpriram um papel complementar no combate às propostas de Reforma Agrária na nova Constituição. Mas fora a OCB que, institucionalmente, obteve maior reconhecimento na capacidade de limitar o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sendo responsável por articular a Frente Parlamentar da Agropecuária nos primeiros dias da ANC.

Como vimos, o modelo agroexportador esteve no cerne da estrutura fundiária, empresarial, promovida pela modernização conservadora dos militares e idealizada por Delfim Netto. A opção por esse modelo, como aposta de inserção do Brasil no mercado internacional e de controle inflacionário, foi novamente a escolha das elites governantes. Primeiro como resposta à crise cambial de 1982, mas sem um planejamento estruturado, capaz de dar sustentabilidade ao projeto. Somente a partir da segunda crise cambial, de 1999, é que essa opção passa a dirigir a macroeconomia brasileira.

O que não deixou de enfrentar um período turbulento de transição com o fim da modernização conservadora, marcado pelo esgotamento da política de crédito rural, de queda na renda fundiária (e do preço da terra), estancamento dos complexos agroindustriais, nos marcos de uma desindustrialização generalizada. No seu lugar, se consolidou o que Delgado (2012) chamou de “economia do agronegócio”, baseada em uma maior liberalização do comércio exterior, maior fluxo de capitais ao país e estímulo às exportações. A demanda por produtos primários, de origem agropecuária, se tornou o fiel da balança.

Com o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, houve um fomento para a entrada de capitais no período. Esteve ancorado em uma moeda sobrevalorizada, em tarifas limitadas e na desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial. Em compensação, com a Lei Kandir, retirou impostos estaduais para a exportação de *commodities* primárias, como forma de combater o aumento do déficit das contas públicas produzidas pelo câmbio valorizado. O maior endividamento desse processo, que parecia sem contradições, submeteu a economia do país e do complexo agroindustrial às oscilações da conjuntura econômica internacional. Foi responsável por efeitos negativos na renda agrícola, com a queda do preço das terras. O que facilitava a política de assentamentos no período, mas fez com que a renda do latifúndio diminuísse, enquanto o Estado deixava, desde o governo de Fernando Collor, de assumir responsabilidade pela política agrícola e pelo controle de preços. Por fim, ao mesmo tempo que a política econômica se fazia mais dependente das exportações agrícolas (além de outras *commodities*), elas estavam

em queda no final do seu segundo mandato. Com isso, o PIB agrícola cai no final dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Sob os efeitos da crise de 1999, a estratégia de exportação de produtos agrícolas para geração de divisas e para equilibrar as contas públicas volta com maior ímpeto. A agricultura capitalista assume de uma vez por todas o protagonismo econômico e a atenção das políticas de Estado. Um processo marcado pela reprimarização produtiva em torno do mercado mundial de *commodities*, maior financeirização externa da acumulação de capital, associado à desindustrialização ao longo do século XXI (Firmiano, 2020), dominado por empresas transnacionais e associado ao capital financeiro internacional.

A partir disso é que Delgado (2012) propõe uma definição teórica de como deve ser entendido o agronegócio, que se consolida no Brasil na década de 2000:

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (Delgado, 2012, p. 93).

O *agribusiness*, ou agronegócio brasileiro, descreve a associação do grande capital agroindustrial com a propriedade latifundiária, que “realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (Delgado, 2012, p. 94). As bases dessa estrutura agrária foram construídas pela Ditadura empresarial-militar, embora o sucesso do seu projeto para a agricultura tenha sido limitado, senão falido com o Milagre Econômico.

A concentração agrária resultante da expansão de fronteira, consolidada pela transição pactuada de 1988, favoreceu um novo ciclo de avanço da área agricultável adequada ao modelo macroeconômico neoliberal. Impulsionado pela demanda por dólares, o final do governo FHC promoveu uma abrupta desvalorização da moeda, que favoreceu o comércio exterior, tendo a soja como principal pauta agrícola de exportação. Ioris (2016) vai chamar esse movimento de neoliberalização do agronegócio, com entrada massiva de tecnologia e de capital estrangeiro para as regiões de fronteira, voltadas ao máximo de extração de mais-valia. Nesse processo, não apenas grandes multinacionais passam a monopolizar terras no país, mas também surgem novas empresas transnacionais brasileiras, como Amaggi, BRF, JBS, Marfrig. Essa foi a forma com a qual a criação de fronteira pelo agronegócio conectou e transformou circuitos centrais e periféricos do capitalismo agrário neoliberal.

O impulso maior desse processo foi a industrialização e a urbanização da China. Durante os anos 2000, a China se converteu no maior comprador de *commodities* da América Latina e em especial do Brasil, sobretudo de ferro e de soja. Entre os anos 2000 e 2019 a China passou de menos de 5% das exportações brasileiras para 29,7%. Até 2008 eram os Estados Unidos o principal comprador de produtos brasileiros, mas esse número foi decaindo ao longo desse período, de 26,2% para 12%. Foi o que ficou marcado como período de *boom das commodities*, que levou o agronegócio a se posicionar como fração de classe dominante no Brasil.

O papel do capital financeiro e do Estado esteve novamente no coração dessa “moderna” cadeia produtiva. Só foi possível existir agronegócio no Brasil com estímulos pesados, principalmente de crédito, por parte dos governos. Ao contrário do discurso do agronegócio pautado pelo livre mercado, o agronegócio só foi capaz de aproveitar os bons ventos da economia mundial dos anos 2000 graças ao papel ativo do Estado brasileiro, sobretudo durante os dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi por meio da renovação do Sistema Nacional de Crédito, dos subsídios dos Planos Safra, associado a mecanismos de comercialização agropecuária e de valorização e apropriação de terras, que o agronegócio brasileiro se tornou um dos maiores produtores de *commodities* agropecuárias do mundo.

Ao mesmo tempo, ocorre nesse período o que Delgado (2012) chama de dupla exploração, do trabalho e dos recursos naturais. O aumento físico de queimadas e o uso intensivo de agrotóxicos são evidências da exploração da natureza. A revisão do Código Florestal, primeiro por meio da sua flexibilização (violação) e prorrogação de punições legais, que depois vão ser consolidadas com alterações via poder legislativo, representou um marco fundamental. Por sua vez, Delgado aponta o aumento de pedidos de entrada no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de auxílios-doença, ou por invalidez, de trabalhadores rurais, como sintoma da intensificação da exploração da força de trabalho. Foi um período marcado pelo aumento da precarização do trabalho, sobretudo fazendo uso da terceirização do trabalho, que se fez presente principalmente na agroindústria.

Houve uma queda na participação da indústria no emprego formal medido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), exceto no setor de alimentos e nos estados onde se expandia o agronegócio, como Mato Grosso, Roraima, Goiás, Tocantins, entre outros. Nesses estados, houve um saldo positivo, no período de 2010 a 2018, de 112 mil empregos. Contudo, como mostra a pesquisa de Oliveira (2020), a maior parte desses empregos formais foi em base a contratos terceirizados, aumentando 61,6% entre 2006 e 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível falar em agronegócio no Brasil ao fazer referência ao projeto burguês para o campo, para a agricultura, durante o período da Ditadura empresarial-militar. Embora a ideia de *agribusiness* já aparecesse em eventos promovidos pela Agrocere e por outras entidades ao longo daquele período, a ideia só ganharia real impulso no final da década de 1990. Durante o período da Ditadura empresarial-militar, a agricultura esteve associada à estratégia integrada de expansão dos complexos agroindustriais, do mercado de terras e do sistema de crédito rural, assim como à industrialização nas cidades do Sul e do Sudeste. No final dos anos 90, o agronegócio ressurgiu como um projeto de acumulação de capital no setor agrícola (Delgado, 2012), pautado pelo objetivo de equilibrar a balança comercial com o comércio exterior – aproveitando a demanda por *commodities* impulsionada pela economia chinesa – e de geração de divisas para o pagamento da dívida pública. Uma mudança que ocorreu durante a última década do século XX

e se consolidou de fato em 1999. Esse momento da “economia do agronegócio”, nos termos de Delgado (2012), reproduz de maneira ampliada a estrutura agrária criada pela Ditadura.

Portanto, o *agribusiness* ressurge enquanto conceito no momento em que o neoliberalismo ganha impulso no Brasil e reconfigurava o papel da agricultura diante da política econômica e financeira do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, representava o aprofundamento da subordinação da agricultura ao comércio exterior, assim como ao capital financeiro, sobretudo por meio de um robusto sistema de crédito à agropecuária, a exemplo do Plano Safra. Na medida em que avança a desindustrialização e a economia brasileira vai se tornando cada vez mais centrada no agronegócio, no extrativismo mineral e petrolífero, o conjunto da economia fez-se mais suscetível à dinâmica internacional e seus impactos no preço das *commodities*. Ao longo do século XXI, o agronegócio se manteve relativamente estável do ponto de vista econômico, mesmo após a crise neoliberal de 2008, ao mesmo tempo que estabelecia relações de dupla dependência (Lanfredi, 2023) do Brasil com os EUA e com a China. Em um cenário mundial marcado pelas crescentes tensões entre esses dois países – fruto da decadência do império norte-americano e da perda de espaço para a China – a estabilidade relativa do agronegócio brasileiro terá de resistir às tendências destrutivas inscritas no duelo pela hegemonia entre seus dois amos.

Além disso, se aprofunda o peso da dupla exploração na agropecuária e na agroindústria. Está em curso um processo ainda maior de proletarianização, tanto em unidade quanto em diversidade, com destaque para os serviços logísticos. E um protagonismo do agronegócio brasileiro em questões socioambientais, como incêndios, desmatamento, como parte da expansão do latifúndio, sendo o maior emissor de gases estufa do país⁶, além de uma liberalização acentuada de agrotóxicos. A terceirização do trabalho se tornou um dos pilares da exploração do trabalho no campo, legalizando formas de trabalho ultraprecárias, ou até semiescravas, como ficou evidente com os resgates de trabalhadores terceirizados em situação análoga à escravidão⁷. Além disso, “[...] 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo envolviam empregados terceirizados.” (Martinez, 2018, p. 357).

No avesso dessa dupla exploração promovida pelo agronegócio, temos indícios de que o feitiço está se voltando contra o feiticeiro. A crise climática se torna cada vez mais um obstáculo para a própria acumulação capitalista do agronegócio, cujos impactos humanitários são fermento para o enfrentamento social contra a catástrofe iminente do modelo agroextrativista. Mas também, ao se aprofundar a proletarianização no campo e a maior dependência em relação aos trabalhadores urbanos, fruto da integração das cadeias produtivas, o agronegócio se torna mais vulnerável à luta de classes a jusante e a montante. O que torna a aliança entre o campo e a cidade, embora repouse sob uma base mais fragmentada de trabalhadores, ainda mais perigosa para os interesses hegemônicos do capitalismo brasileiro.

6 PRODUÇÃO de comida responde por 74% das emissões do Brasil. **Observatório o clima**. Brasil, 24 out, 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/producao-de-comida-responde-por-74-das-emissoes-do-brasil/>. Acesso: 10 fev. 2025.

7 TRABALHADORES RESGATADOS em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber. **G1 Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>. Acesso: 14 jan. 2025.

REFERÊNCIAS

- AGROCERES. **70 Anos**. 2015. Disponível em: <https://agroceres.com.br/public/assets/uploads/11052016121225.pdf>. Acesso: 15 jan. 2025.
- DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965 – 2012]**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS. 2012.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.
- FARIAS, Luiz. **Classe trabalhadora na ‘capital do agronegócio’: terra, trabalho e espaço urbano em Sorriso-MT**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2020.
- FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política**, São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2014.
- FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista - UNESP/Araraquara, São Paulo, 2014.
- FIRMIANO, Frederico Daia. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” - O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, 2020, Jun-Set, p. 364-387
- FONSECA, Ítalo e TONELO, Iuri. A teoria da crise do capital em Marx e a dimensão ecológica. **Revista Estudos de Sociologia**. v. 3 n.30, p.1-20, dez, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/264927>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- FOSTER, John Bellamy. **La ecologia de Marx: materialismo y naturaleza**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones IPS, 2022.
- GIANNOTTI, Vito. **História da luta dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: MauadX. 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2020.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991**. 2 ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2019.

IORIS, Antônio. Rent of agribusiness in the Amazon: A case study from Mato Grosso. **Revista Land Use Policy**, v. 59, p. 456–466, dez, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837716303544>. Acesso em: 12 jan. 2025.

IORIS, Antônio. The Politics of Agribusiness and the Business of Sustainability. **Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 16-48, 20 mai. 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/5/1648>. Acesso em: 12 jan. 2025.

LANFREDI, Leandro. A nova política externa de Lula não é tão nova e é a continuação da política interna de conciliação de classes. **Semanário Ideias de Esquerda**, 23 abr, 2023. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-nova-politica-externa-de-Lula-nao-e-tao-nova-e-e-a-continuacao-da-politica-interna-de-conciliacao>. Acesso: 19 jan. 2025.

LANFREDI, Leandro. O Brasil em chamas: a culpa é do agro, do Estado, mas também é dos bancos. **Semanário Ideias de Esquerda**, 15 set, 2024. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=57872. Acesso: 18 jan. 2025.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 2 ed. São Paulo/SP: Editora Global, 1982.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital – os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo/SP: Ensaio, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária**. São Paulo/SP: Hucitec, 1984

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra. ed. ampliada**. São Paulo/SP: Contexto, 2010.

MARTINEZ, Luciano. A terceirização de 2017. In: TUPINAMBÁ, Carolina; GOMES, Fábio Rodrigues (org.). **A reforma trabalhista: o impacto nas relações de trabalho**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital**. São Paulo/SP: Boitempo, 2017.

MATOS, Daniel e URBANO, Edison. O processo revolucionário que culmina no golpe de 64 In: **Revista Estratégia Internacional Brasil** nº 2, 1 ed. set. 2007. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-processo-revolucionario-que-culmina-no-golpe-de-64-e-as-bases-para-a-construcao-de-um-partido>. Acesso em: 12 jan. 2025

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco**. São Paulo/SP: Boitempo, 2020.

PASSOS GUIMARÃES, Alberto. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1982.

POMPEIA, Caio. **Formação política do Agronegócio**. São Paulo/SP: Elefante, 2021.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n.104, p. 351-410, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bWNJXhwGrcqZRqjJF6rD5pv/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PRADO Jr., Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRODUÇÃO de comida responde por 74% das emissões do Brasil. **Observatório o clima**. Brasil, 24 out, 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/producao-de-comida-responde-por-74-das-emissoes-do-brasil/>. Acesso: 10 fev. 2025.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

TRABALHADORES RESGATADOS em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber. **G1 Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>. Acesso: 14 jan. 2025.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa. Tomo I**. São Paulo/SP: Sundermann, 2017.

(Recebido para publicação em 18 de fevereiro de 2025)

(Reapresentado em 30 de março de 2025)

(Aprovado para publicação em 4 de abril de 2025)

Bipartida Sinapse

SYNAPSE BIPARTITE

Marcelo Calderari Miguel (UFES)
<http://orcid.org/0000-0002-7876-9392>

I Decomposição Patriótica

Buscou o prazer como quem caça um mito vão,
Julgando-se um messias, num trono de papelão.
Achava que o mundo girava ao seu bel-prazer,
Mas era só um espelho, a sua ruína a tecer.

Incompetente escória, com lábia de coral,
Fez da mentira um decreto, e do povo, um curral.
Desprezou o verde, e a ciência, em desespero, se rendeu,
Seu amarelado veneno, o país inteiro estendeu.

Nunca largou a bravata, qual vício constante,
Onde o povo era gado, e ele, favorável farsante.
Tripudiou da justiça, qual rato em disparada,
Mas a máscara, essa, já era uma farsa desgastada.

O país se afundou, e ele lá, réu, bibelô de pé,
Com inconsequente sorriso, sem alma e sem fé.
Entravou o planalto e as joias, feito de um vilão,
E a nação, lamentável, refém do idiota fanfarrão.

A cada gesto, um meme de escárnio e dor,
A cada decreto, o social esfaqueou, sem pudor.
Entre cardume, cloroquina e motociatas banais,
O povo chorava, enquanto ele se vangloriava, rapaz.

Ah, quem te ouviu, oh, capitão de araque e vão,
Com tua busca pelo golpe, a ruína em profanação.
Tu, que te julgavas mito, sem saber o que é reinar,
Não percebes que a podridão é o teu legado a comboiar.

II Apoteose e Minutas, Punhal Hipocrisia

Busca o gozo, sem pudor ou razão,
Num turbilhão de excessos, sem freio, sem direção.
O “sábio”, em labirinto de ilusão,
É um fiasco ambulante, de alma em desolação.

Julga-se um deus, com aura de grandeza vã,
Veste a capa da moral, mas exala a vilã.
Ser desprezível, sedento por poder e fama,
Na delinquência, seu prazer se inflama.

Exalando arrogância, com língua de serpente,
Vive em teatro de sombras, onde a alma se ausenta.
Se o povo afunda, ele se diz contente,
O espetáculo grotesco, seu feito indecente.

No palácio de mentiras, sua ruína se ostenta,
Comandando multidões, enquanto a verdade se acovarda.
Aplaudido por tolos, em cegueira que atormenta,
Enquanto o povo se perde, em desigualdade que retarda.

Lá do alto, onde a visão se turva em névoa densa,
Esse ser de vaidade ignora a dor que o tempo adensa.
Fingindo-se rei, em trono de falácia e engodo,
Em breve, o povo expõe sua mácula, sem medo.

Entre insuflados risos e luxos, o prazer é seu fardo,
Ignorando a miséria, que afoga o povo felizardo.
Quem governa com ego, sem respeito ou valor,
Verá seu império ruir, no imbrochável clamor.

O prazer é veneno, que corrompe alma e ser,
No fim, o que resta da trama, é o nada a se ter.
Quem se julga Deus, em seus modos arrogantes,
Cairá do pedestal, exposto núcleo e distante.

Que o prazer não seja o estandarte a se erguer,
E que a força do povo o faça tremer, sem reter.
Pois o que não se perde, é razão e dignidade,
E essa, jamais será subvertida na crápula falsidade.

E quando a máscara cair, e o trono se romper,
O eco do silêncio, sua alma há de corroer.
Pois a verdade, como um rio, há de fluir,
E o povo, enfim pontua, a justiça há de sentir.

COMUNS – A PERCEPÇÃO FEMINISTA SOBRE A LUTA DE CLASSES

COMMONS – THE FEMINIST PERCEPTION ON CLASS STRUGGLER

Cicera Pinheiro Batista¹

<https://orcid.org/0000-0003-2615-1803>

Luciana Lima Garcia²

<https://orcid.org/0000-0002-6373-6758>.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.

De tradição marxista, Silvia Federici é uma intelectual feminista que se destaca como militante, por suas obras nas quais discute problemas interrelacionados desde o surgimento do capitalismo, tais como políticas globais de ajustes fiscais, precariedade do trabalho e processo de subalternização das mulheres, dentre outros. Tendo em vista o avanço do sistema econômico neoliberal, Federici analisa a letalidade da expropriação contra as experiências comunais sob a condução do capital, assim como as crises oriundas dos regimes de produção e consumo na Modernidade. Dentre seus escritos estão *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019) e *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e Feminismo* (2021).

O presente texto analisa brevemente o seu mais recente livro *Reencantando o mundo: Feminismo e a política dos comuns* (2022), no qual a autora se vale de algumas categorias marxistas a fim de compreender a relação de coletividade versus estratégias de acumulação do capital na nossa contemporaneidade. No centro dessa relação, Federici destaca o papel das mulheres na constituição diária do trabalho não remunerado realçando o que caracteriza a construção da

1 Cícera Pinheiro Batista. Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa Eco-parcerias para um futuro comum, incorporado ao grupo de pesquisa Marginália. Doutoranda e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). Licenciada em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), licenciada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), especialista em Gestão Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Natalense (IESN). E-mail: cicerapinheirobatista.patricia@gmail.com.

2 Luciana Lima Garcia. Pesquisadora vinculada ao Projeto Temático “Pluralismo Religioso e Diversidades no Brasil Pós-Constituinte (2021/2026)”, inserido no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS/Unicamp). Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN). Bacharela em Comunicação Social pela UFRN. E-mail: l295808@dac.unicamp.br.

mulher enquanto sujeito produtivo e da reprodução, considerando o ponto de vista sócio-histórico. Assim, ela desenha um cenário político e econômico fundado na lógica da propriedade privada, tal como já fizera ao tratar de estratégias para a superação das crises vigentes do sistema capitalista. A partir disso, busca compreender essas estratégias como perspectivas alternativas que podem desencadear novas práticas comunitárias, ecológicas e sociais.

Dentre as categorias marxistas reinterpretadas por Federici, luta de classes é o suporte analítico a partir do qual a autora alinha um conjunto de episódios interdependentes e responsáveis por conduzir os atores sociais a diferentes noções do comum. Embora as produções de comuns façam parte de um único mundo comum, será necessário, segundo Federici, reorganizar essa ideia há muito obscurecida pela concepção neoliberal e estatal. Contrária a essa percepção, o reencantamento significa, dentre outras coisas, transformar relações, lutar, ter atitudes capazes de revolucionar a maneira de pensar o comum, mas também desenvolver políticas que construam economias de solidariedade. Para tanto, apresenta como exemplo a participação das mulheres latino-americanas, africanas, asiáticas e europeias que produzem cotidianamente o trabalho comunitário.

O livro objeto desta resenha é composto de duas partes que conversam entre si. A primeira, intitulada “Os novos cercamentos”, traz quatro ensaios a mapear, de certa forma, os processos de financeirização sob as políticas de ajustes fiscais globais enquanto ferramenta de exploração da dívida externa em países ditos “subdesenvolvidos”. Trata-se de uma discussão acerca das relações desiguais de poder estabelecidas entre o Norte e o Sul global mediante estratégias neoliberais de acumulação de capital. Estratégias estas advindas dos programas de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como formas de “novos cercamentos” que seguem uma linha evolutiva progredindo a partir da década de 1970.

Dialogando com autoras como Maria Mies e Mariarosa Dalla Costa, dentre outras, que discutem os efeitos da política moderna nos países endividados, Federici coloca no centro da problemática a situação das mulheres nas relações econômicas, da mesma forma que no cenário reprodutivo. A questão é como tais processos desestabilizam o “corpo social”, ademais, quais as implicações disto na interpretação que fazemos sobre a acumulação primitiva em meio às novas formas de cercamento. Desse ponto de vista, a autora argumenta que para compreender tal dinâmica é preciso considerar a perspectiva de todos os alvos no processo de sítio no decorrer da história, como os escravizados, os colonizados e os povos indígenas. Essa premissa contraria a ideia de Marx de que a acumulação primitiva seria compreendida apenas do ponto de vista dos trabalhadores.

Federici reelabora alguns conceitos importantes ao analisar que, na concepção histórica, as mulheres têm sido submetidas a inúmeras formas de controle dos seus corpos. Além de algumas categorias de Marx, também lança mão do conceito de biopolítica com que Foucault analisou as formas de poder surgidas na Europa do século XVIII, e que servem para pensar controvérsias atuais, assim como o Estado que mantém controle sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres ao criminalizar o aborto, favorecendo um sistema que as expropria (Federici, 2022). Partindo desse princípio, a autora vai de encontro às perspectivas neoliberais que se impõem sob novas roupagens ou capturando meios de controle utilizados no passado. Em outras palavras,

trata-se de formas de desarticulação das lutas pelo bem-estar social, ou seja, uma fragmentação que esvazia as possibilidades de desenvolver a subsistência dos coletivos, relegando-os ao exílio.

Contra as formas de cercamento e a favor da política dos comuns, Federici argumenta que na nossa contemporaneidade o planeta tenta combater a estruturação fiscal por meio da atuação conjunta de homens e de mulheres. Também conta com atuação proletária, estudantil e ativista a fim de combater a repressão em diferentes regiões do mundo. Isso indica uma luta por sobrevivência, e não apenas contra o empobrecimento dos(as) trabalhadores(as). Com essa interpretação, ela transporta a luta de classes do referencial abstrato moderno às necessidades concretas de sobreviver aos desastres perpetrados pelo sistema de *microcrédito* e *macrodívidas* em voga.

A segunda parte do livro em análise é denominada “Sobre os comuns”, composta de sete ensaios com subtítulos que resumem bem as seções. Aqui, Federici, apesar de não apresentar como conclusiva a ideia de comum, nos indica um panorama das relações comunais. No entanto, aproxima o comum e a comunidade como sendo dois conceitos associados à concepção comunitária dos processos sócio-históricos, políticos, econômicos e ecológicos, no sentido de que é preciso compartilhar princípios, ideias, pontos de vista e práticas que determinem certas produções de subjetividades coletivas. O que a autora explica a partir de dois fatos importantes: a “ordem de parentesco” e “a propriedade comum do solo”. Segundo ela, o começo natural que explica a organização primitiva dos povos.

A forma de organização conservada na imaginação e nas atividades sociais cotidianas em algumas comunidades atuais contradiz a noção de posse privada sobre o território. Numa luta permanente contra o cercamento, as mulheres indígenas, por exemplo, mantiveram práticas coletivas e vivenciam até hoje experiências comunitárias a partir da cura, dos rituais, da relação com a terra e com os animais. Federici mostra que, com a colonização, os papéis das mulheres indígenas foram subvertidos sob a mesma lógica que transformou o viver em colônia numa ameaça autoritária do mercado. Neste ínterim, essa seria uma das razões que nos motiva a reinventar os comuns numa perspectiva anticapitalista.

Do ponto de vista histórico, podemos entender que a história é o comum de todos os povos e, portanto, nossa memória coletiva, uma vez que compartilhamos acontecimentos ao mesmo tempo que múltiplos eventos vistos sob prismas diferentes transcorrem como processos. Isso implica, dentre outras coisas, entender que a existência de todos os seres se organiza há milhares de anos conforme uma base comunal. Federici problematiza que, considerando os projetos globais fracassados, bem como as formas sociais incapazes de resistir às crises, devemos pensar em alternativas políticas e econômicas se quisermos sobreviver ao neoliberalismo neoextrativista.

Se a acumulação primitiva é a estratégia da qual a classe capitalista se vale para, em momentos de crise, conter o proletário expropriando-o, não podemos perder de vista a “imaginação utópica/radical”. Pois é a imaginação utópica que proporciona promover movimentos reivindicatórios de base popular contrários aos comuns “fechados”, cooptados pelo Estado ou comuns produtores de *commodities*. Diferente disso, o comum forjado na luta de classes reverbera na transformação das formas de produção que se contrapõem à hegemonia do mercado internacional.

Federici enxerga que os comuns são múltiplos e, sendo assim, apresentam-se em diferentes formas. Esse ponto de vista leva a compreender os comuns como relações sociais cuja

possibilidade de se tornarem vulneráveis aos cercamentos existe sob a ameaça dos “comuns globais”. No entanto, o interesse comercial opera como estimulador à população humana a pensar numa “herança humana” global, como se fosse possível proporcionar experiências heterogêneas e, ao mesmo tempo, cooperadas a partir da privatização massiva dos bens como a água, as flores-tas etc. Ademais, políticas restritivas, ao longo do tempo, têm privado as mulheres de direitos originais concedidos em função de parentesco ou de pertencimento ao clã para alguns povos.

A discussão no livro em questão busca responder: como abolir as hierarquias e as desigualdades sociais por meio da participação coletiva com apropriação da riqueza que os seres humanos já produzem? Além de apresentar a diversidade dos comuns e das formas de cercamento ressaltando a atuação das mulheres, Federici observa como um comum pode por vezes se apoderar de um espaço físico ou de uma ideia, transformando-os em novos comuns totalmente separados da noção de comunidade. Dito de outro modo, submetendo um coletivo às formas de cercamento sob a máscara do comum. A autora mostra que tal subversão do conceito impede uma problematização séria acerca das propostas do mercado em países da África, da Ásia e da América Latina.

O livro traz uma reflexão necessária sobre as formas neoliberais de apropriação de bens como a terra e, em contrapartida, mostra como essa dinâmica é percebida e combatida pelas mulheres. Por ocasião das privatizações e da masculinização da terra, as mulheres tentam amenizar as crises comunais em todos os continentes. Trata-se de uma luta diária contra o neoextrativismo que desencadeia múltiplas violências em seus territórios e corpos.

A fim de manter o controle sobre os países ditos de “terceiro mundo”, órgãos internacionais têm se articulado para a implantação de projetos agroecológicos e agroflorestais que em nada amenizam as disparidades nas regiões onde a água e o alimento são escassos. Em contrapartida, Federici argumenta que estes projetos e a forma como adentram os espaços comunais elevam as desigualdades sociais, dado que transformam as relações com o trabalho deixando-o dependente da autorização do Estado. O que antes eram atividades baseadas na prática da subsistência, que muitos coletivos conciliavam com o trabalho doméstico, agora passa a fazer parte da lógica mecanicista do mercado.

Quais reflexões podemos fazer a partir deste livro? A princípio, não será possível incorporar o comum se não estivermos abertos a descortinar alternativas originadas nas práticas comunitárias. Depois, os comuns são construídos continuamente; tanto na forma lacrada que conserva um ponto de vista capitalista, e, portanto, instituído pelo Estado, quanto no que se caracteriza pela solidariedade comunal. Este último está estreitamente associado à noção de comunidade no sentido primário.

A obra traz considerações importantes sobre questões atuais atreladas a uma discussão ampla acerca do bem comum – tema que envolve movimentos de mulheres, pareceres jurídicos, relações socioambientais, políticas e econômicas, territórios, imigração e todas as implicações que os interesses de mercado trazem à vida comunitária. Para bem entender esse entrelaçamento, a autora recupera a trajetória histórica do sistema capitalista abordando fatores que o impulsionam a sair das crises que advêm, pontuando as circunstâncias que fazem esse sistema sobressair às crises com novas formas de expropriação.

Federici nos convoca a refletir a respeito das contradições da economia global sob o viés não global, ou seja, antcapitalista feminista. Para tanto, *refundamenta* as categorias de Marx, sobretudo no que diz respeito aos métodos com que o capitalismo opera. Ela não deixa de se debruçar sobre os limites das análises de Marx, relativas às transformações socioeconômicas. Procura mostrar a ótica não instrumental da relação homem/natureza, por entender que no processo de construção da força de trabalho, por exemplo, uma diversidade de sujeitos é acionada. Isto posto, trata-se de uma crítica à tradição cuja concepção é de que, para haver emancipação humana, deve haver capitalismo como estágio necessário. Para a autora, não é possível ignorar o trabalho doméstico no processo de acumulação do capital.

(Recebido para publicação em 23 de agosto de 2024)

(Reapresentado em 30 de novembro de 2024)

(Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2025)

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: críticas feministas ao marxismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

O PENSAMENTO POLÍTICO ESTADUNIDENSE NA OBRA DE HARRIET MARTINEAU

THE AMERICAN POLITICAL THOUGHT IN THE WORK OF HARRIET MARTINEAU

Rômulo Dornelas Pereira¹

<http://orcid.org/0009-0008-0536-3675>.

Ieda Kyvia Cruz da Silva²

<http://orcid.org/0009-0009-1336-9644>.

MARTINEAU, Harriet. **Sociedade na América**: política. Governador Valadares, MG: Editora Fernanda H. C. Alcântara, 2022. v. 1.

A teoria social de modo geral e a sociologia enquanto disciplina, se forem comparadas com outras áreas de conhecimento, como são os casos das ciências da natureza e da filosofia, ainda são vistas como relativamente novas. Contudo, há que se fazer justiça ao profícuo desenvolvimento dos estudos da teoria social em aproximadamente dois séculos de existência, seja na perspectiva teórica ou na metodológica.

Tal desenvolvimento deve ser atribuído ao conjunto de pensadores que se comprometeram com o projeto teórico de consolidação do pensamento social, historicamente denominados “clássicos”. Nesse sentido, é inegável a importância desses autores, tanto em uma análise histórica sobre o papel que desempenharam no passado no campo, quanto na necessidade de revisitá-los para reforçar a coerência do sistema teórico, resgatar conceitos esquecidos ou oferecer novas abordagens sobre eles, inclusive para compreender o mundo contemporâneo.

É nessa esteira que, recentemente no Brasil, vem se discutindo o trabalho das mulheres para o estabelecimento da Teoria Social. Esse debate é de suma importância não apenas para a realização de uma justiça reparatória de gênero diante de séculos de silenciamentos e não reconhecimento de mulheres pesquisadoras que tiveram seus nomes apagados da história do

1 É formado em Direito pela Universidade Potiguar (2012), com especialização em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá (2013). Advogado inscrito na OAB/RN. Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor na Rede Privada e Pública de Ensino do Rio Grande do Norte. E-mail: romullopd@yahoo.com.br.

2 É licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente, faz graduação em História e mestrado em Ciências Sociais, na mesma instituição. Desde 2016 é Professora de Sociologia na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte. E-mail: kyviacruz@gmail.com.

pensamento social, mas também para propor discussões que a ciência social e política dominante deixou de reconhecer como objeto teórico-metodológico do campo.

Trazendo um exemplo mais concreto desse movimento característico da Teoria Social, existe a necessidade do resgate do pensamento de Harriet Martineau (1802-1876). A referida autora, por muito tempo, passou despercebida no Brasil – mas não apenas –, apesar de sua relevante contribuição para o pensamento social. A escritora em questão possui um importante relato de viagem sobre os Estados Unidos da América, publicado em 1837, intitulado “Sociedade na América”, no qual registrou suas impressões durante a visita ao país, entre 1834 e 1836.³

No ano de 2022 foi lançada a primeira edição brasileira, sendo feita aqui uma adaptação da formatação da obra da versão original, de 1837, que contém dois volumes de, aproximadamente, 400 páginas cada. Neste texto, optou-se pela publicação de quatro volumes: I) Política; II) Economia; III) Civilização e IV) Religião. O primeiro volume tem a seguinte organização: Introdução, Parte I – Política, Capítulo I – Partidos, Capítulo II – Aparatos do governo; Capítulo III – Morais da Política.

Em seus relatos sobre a viagem aos Estados Unidos da América, a autora demonstra entusiasmo em relação ao processo de ruptura revolucionária vivido naquele país, pois, segundo ela, esse fenômeno histórico e político poderia representar um rompimento com práticas políticas arcaicas comuns no contexto europeu. Nessa esteira, verifica-se, pela leitura de Martineau sobre os Estados Unidos da América, que ela compreende, naquele cenário, democracia como sinônimo de República, bem como advogava a ideia comum na teoria política liberal – até os dias de hoje – de que a Revolução Francesa seria tributária da Revolução Estadunidense. Contudo, é preciso rememorar que, no que diz respeito à obra *O Federalista*, citada por Martineau em seus relatos, há uma separação nítida entre o conceito de Democracia e de República, sendo este último o ideal almejado por James Madison, Alexander Hamilton e John Jay (1984).

Destaca-se que o fervor contido nos escritos da autora não foi algo exclusivo seu, pois autores como Marx (2022) e Tocqueville (2005) relatam a experiência política do processo de independência e de fundação de uma nova institucionalidade naquele país com graus de entusiasmo semelhantes. Porém, no caso de Martineau, a autora expõe uma preocupação metodológica em não produzir uma análise arbitrária ao chegar a conclusões com base em princípios estrangeiros sem analisar os preceitos da própria localidade analisada. Nesse sentido, podemos verificar que Martineau é uma cidadã inglesa que observava com otimismo os ares republicanos da época, ao passo que se expressava de maneira crítica frente ao antigo regime e à monarquia de seu país. Porém, seu entusiasmo não a impediu de verificar em sua pesquisa de campo o quanto a sociedade dos Estados Unidos encontrava-se distante do que era propalado, por alguns dos ilustres cidadãos, como exemplo de República e Democracia para o mundo.

Importante destacar que o livro *Sociedade na América* foi publicado em 1837, se tratando de uma obra que reúne a análise de dados coletados por Harriet Martineau nos dois anos que passou nos Estados Unidos (percorreu 20 estados) no período entre 1834 e 1836, ou seja, o livro fora

3 Além do livro acima mencionado, Martineau publicou as seguintes obras: *Ilustrações de Economia Política* (1834) e *Como Observar a Moral e os Costumes* (1838).

publicado 50 (cinquenta) anos depois da Convenção Constitucional da Filadélfia, de 1787. Desde as primeiras observações, a autora consegue captar um discurso comum no seio da sociedade de que “as instituições do país estariam em ruínas” e “que estavam à beira de um despotismo militar” (Martineau, 2022, p. 41). A autora, em repetidas vezes, vai pontuar que, apesar da verbalização dessa sensação colhida pelos cidadãos, não conseguia visualizar a possibilidade de uma convulsão social de trabalhadores pobres ou escravos, tampouco de sublevação militar que colocasse as instituições em risco ou sequer observava a existência de uma grave crise política no país.

É justamente tratando dessa sensação de crise suportada pelos cidadãos ouvidos por ela que a autora vai trazer explicitamente a existência dos Artigos da Confederação como um documento constitucional originário. A autora, ao mencionar a existência de uma primeira Constituição, anterior à Convenção da Filadélfia, aduz que o processo constituinte de 1787 foi realizado de maneira conflituosa na sociedade estadunidense, mas que não comprometeu a existência da nação. Ou seja, a nova realidade constitucional teria sido fruto de embates, de disputas e de descontentamento, que ainda se mantinham passados, já, cinquenta anos. A constatação acima relatada trata-se de um registro de fundamental importância, considerando a visão comum na Teoria Política hegemônica de que a Constituição Federal dos Estados Unidos da América foi resultado de um debate de ideias aberto, franco e equilibrado.

Ao passo que Martineau vai colhendo depoimentos sobre as instituições políticas dos Estados Unidos, ela vai aumentando o nível de suas críticas em relação ao déficit democrático do país, sobretudo na defesa intransigente do sufrágio universal como uma condição mínima para a existência de uma democracia, considerando também como um grave problema a escravidão das pessoas negras e a exclusão das mulheres na vida cívica.

O arcabouço jurídico-político constituído a partir da Convenção da Filadélfia até os dias de hoje é replicado e elogiado pelos teóricos do constitucionalismo tradicional como exemplos de equilíbrio entre os poderes e a democracia, porém, a análise de Harriet Martineau descortinou seu viés contramajoritário. A autora, por exemplo, vai atribuir ao Senado a denominação, nada elogiosa, de anomalia que não pode ser longa num cenário institucional de um país que pretende ser democrático. Em outro momento, a autora vai tecer críticas severas ao sistema de votação indireta e à ausência de intervenção popular no Poder Judiciário.

Em relação ao Poder Executivo e ao presidencialismo, Martineau chama a atenção para o fato de que se prevê “muito poder para que um cidadão de uma república mantenha” (Martineau, 2022, p. 77), inclusive, fazendo menção ao debate acerca do tempo dos mandatos. Destaca-se que a autora não entra especificamente na discussão existente no contexto da convenção da Filadélfia entre federalistas e antifederalistas (Vitullo; Cunha Filho, 2020), porém, não restam dúvidas de que as principais bandeiras dos críticos dos Federalistas encontram-se presentes na análise da referida escritora britânica.

Dessa forma, percebemos que a autora inglesa teve êxito em analisar politicamente os Estados Unidos. Mesmo imbuída de uma percepção entusiasmada acerca da sociedade e das instituições estadunidenses, devido a sua acuidade metodológica, o tempo de pesquisa, o seu compromisso de atingir em sua análise não apenas os representantes do governo, mas, também, setores populares e excluídos do sistema político local, conseguiu perceber alguns descompassos.

Ao identificar as contradições entre as falas de personalidades políticas influentes a respeito da institucionalidade e a realidade concreta da política local no seio da sociedade, Martineau trouxe uma contribuição acurada e crítica sobre o arcabouço de instituições tão tradicionais do constitucionalismo liberal como a Câmara dos Deputados, o Senado, a divisão dos poderes, o Federalismo, o sistema eleitoral e o que iria ser comumente conhecido na Teoria Política como a democracia liberal.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. Harriet Martineau (1802-1876): A analista social que inaugurou a Sociologia. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 47, n. 3, e39916, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980864x.2021.3.39916>. Acesso em: 12 mar. 2025.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau. **Teoria e Cultura**, v. 17, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/35645>. Acesso em: 12 mar. 2025.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMPOS, Luiz R.; DAFLON, Vanessa T. Harriet Martineau: circulação e influência no debate público na primeira metade do século XIX. **Sociologias**, v. 24, n. 61, p. 86–115, set. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/125394>. Acesso em: 12 mar. 2025.

DAFLON, Vanessa T.; CAMPOS, Luiz R. Gênero e conhecimento: um diálogo entre o pensamento de Flora Tristan e Harriet Martineau. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 33, n. 70, p. 424-443, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/80961/77861>. Acesso em: 12 mar. 2025.

DAFLON, Vanessa T.; CHAGURI, Marlana M. Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural. **Sociologias**, v. 24, n. 61, p. 16–24, set. 2022. Acesso em: 12 mar. 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/129026>.

HAMLIN, Cheryl L.; WEISS, Ruth A.; BRITO, Sofia M. Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. **Sociologias**, v. 24, n. 61, p. 26–59, set. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/125407>. Acesso em: 12 mar. 2025.

GARGARELLA, Roberto. Em nome da constituição: O legado federalista dois séculos depois. In: BORON, Atilio A. (org.). **Filosofia política moderna: De Hobbes a Marx**. Buenos Aires/São Paulo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo, 2006.

HILL, Michael R. A methodological comparison of Harriet Martineau's Society in America (1837) and Alexis de Tocqueville's Democracy in America (1835-1840). In: HILL, Michael R.; HOECKER-DRYSDALE, Susan (eds.). **Harriet Martineau: Theoretical and Methodological Perspectives**. New York: Routledge, 2001. p. 59-74.

JOAS, Hans; KNÖBL, Thomas. **Teoria social: vinte lições introdutórias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LIMONGI, Fernando P. O Federalista: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 245-255.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **O Federalista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Guerra Civil dos Estados Unidos**. Seleção dos textos: Murillo van der Laan. Tradução: Luiz Felipe Osório, Murillo van der Laan. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARTINEAU, Harriet. Como observar moral e costumes: requisitos filosóficos. **Revista Caos**, v. 1, n. 24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/52437/30374>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MIGUEL, Lorena. Harriet Martineau: A contribuição esquecida da primeira socióloga. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 6, n. 11, 2017. Acesso em: 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/CESP/article/view/32864>. Acesso em: 27 mar. 2025.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VITULLO, Gabriel E.; CUNHA FILHO, Clayton M. Prefácio. In: **Os antifederalistas: o outro lado do debate constitucional estadunidense**. Brasília: Editora da UNB, 2020. p. 9-46.

(Recebido para publicação em 12 de março de 2025)

(Reapresentado em 30 de março de 2025)

(Aprovado para publicação em 5 de abril de 2025)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Prof. José Daniel Diniz Melo

Vice-reitor: Prof. Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Prof. Josenildo Soares Bezerra

Vice-diretora: Prof. Samuel Anderson de Oliveira Lima

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Gabriel Eduardo Vitullo

Vicecoordenadora: Anna Bárbara de Araujo Talone

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor: Gabriel Eduardo Vitullo

Assistente Editorial: Alice de Castro Oliveira Silva

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “Ultradireita e democracia na América Latina contemporânea”

Prof. Luis Felipe Miguel - Universidade de Brasília

Prof. Gabriel E. Vitullo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Dantas, UFRN, Brasil

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

Gilmar Santana, UFRN, Brasil

José Antonio Spinelli, UFRN, Brasil

Lore Fortes, UFRN, Brasil

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Amaury Cesar Moraes – USP – Brasil

Antônio Correia e Silva – Universidade de Cabo Verde – Cabo Verde

Atilio Boron – *Universidad de Buenos Aires* – Argentina

Boaventura de Sousa Santos – Universidade de Coimbra – Portugal

Céli Regina Jardim Pinto – UFRGS – Brasil

Denise Machado Cardoso – UFPA – Brasil

Edgard de Assis Carvalho – PUC-SP – Brasil

Evaldo Vieira – USP – Brasil

Jessé Souza – UFABC – Brasil

João Emanuel Evangelista – UFRN – Brasil

John D. Lemons – *New England University* – EUA

Jorge Acanda – *Universidad Central del Ecuador* – Equador

José Manuel Pureza – Universidade de Coimbra – Portugal

Juan Carlos Monedero – *Universidad Complutense de Madrid* – Espanha

Maria da Conceição Almeida – UFRN – Brasil

Michel Zaidan Filho – UFPE – Brasil

Teresa Sales – UNICAMP – Brasil

Vincenzo Pace – *Università di Padova* – Itália

Vincent de Gaulejac – *Université Paris 7* – França

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Revisora de Língua Portuguesa e ABNT: Karla Geane de Oliveira

Diagramador: Victor Hugo Rocha Silva

IMAGEM DE CAPA – Helton Clístenes Soares da Costa Júnior

A Revista *CRONOS*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da *CRONOS* é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros continentes. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética e resenhas.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN, v.1, n. 1
(jan./jun. 2000) – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000-.

Semestral

Descrição baseada em: v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009) ISSN

Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Epistemologia – Periódico. 3. Ensino – Periódico. 4. América Latina – Periódicos. 5. Educação – Periódicos. 6. Antropologia – Periódicos.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

CRONOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970 <http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>

E-mail: cronospbgcs@gmail.com NATAL, RN – BRASIL

NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions#authorGuidelines>

REVISÃO E ACABAMENTO

CCHLA – UFRN

Julho de 2025